



RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FOZ CÔA

maio 2019



FOZ CÔA
um concelho, dois patrimónios mundiais

Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa | maio 2019

Lugar do Plano - Gestão do Território e Cultura



ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. METODOLOGIA ADOTADA.....	13
3. DINÂMICAS TERRITORIAIS	15
3.1. Enquadramento Geográfico.....	15
3.1.1. Características Físicas	18
3.2. Demografia	23
Síntese	31
3.3. Habitação	33
3.3.1. Estratégia Local de Habitação	39
Síntese	41
3.4. Economia	43
3.4.1. Dinâmica Empresarial	48
3.4.2. Turismo.....	53
3.4.2.1. Percursos Pedestres.....	62
Síntese	64
3.5. Mobilidade e Acessibilidade	65
3.5.1. Rede Rodoviária, Ferroviária e a Via Navegável do Douro	65
3.5.2. Padrões e Fluxos de Mobilidade da População	69
Síntese	73
3.6. Património	75
3.6.1. Património Classificado e em Vias de Classificação	75
3.6.2. Prémio Arquitetura do Douro	80
Síntese	82
3.7. Infraestruturas	83
3.8. Equipamentos	91

3.9. Ambiente e Riscos	107
3.9.1. Resíduos.....	107
3.9.2. Qualidade do Ar	111
3.9.3. Qualidade da Água	111
3.9.4. Energia	113
3.9.5. Ruído.....	114
3.9.6. Proteção Civil.....	116
3.9.6.1. Defesa da Floresta Contra Incêndios.....	116
3.9.6.2. Situações de emergência ou catástrofe	121
3.9.7. Plano de Ação para a Energia Sustentável	122
Síntese	126
4. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO: PLANOS E PROGRAMAS	127
4.1. Âmbito Nacional	129
4.1.1. Programa Nacional Da Política De Ordenamento Do Território	129
4.1.2. Plano Rodoviário Nacional.....	133
4.1.3. Plano Nacional da Água	136
4.1.4. Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro	137
4.1.5. Plano Setorial da Rede Natura 2000	138
4.2. Âmbito Regional	141
4.2.1. Programa Regional de Ordenamento Florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro	141
4.3. Âmbito Intermunicipal	147
4.3.1. Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro.....	147
4.4. Âmbito Municipal	151
4.4.1. Plano Diretor Municipal de Vila Nova de Foz Côa	153
4.4.2. Plano de Pormenor do Parque de Santa Bárbara	170

4.4.3. Plano de Pormenor da Zona Histórica da Sede do Concelho de Vila Nova de Foz Côa	172
4.5. Programas Estratégicos de Financiamento – Portugal 2020.....	173
4.5.1. Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável	175
4.5.2. Plano de Ação de Regeneração Urbana.....	177
4.5.3. Áreas de Reabilitação Urbana.....	178
4.5.3.1. Área de Reabilitação Urbana de Vila Nova de Foz Côa	179
4.5.3.2. Área de Reabilitação Urbana do Pocinho	182
4.5.4. Dinâmica Urbanística	184
4.5.4.1. Obras de Edificação	184
4.5.4.1. Avaliação das Pretensões Relativas a Operações Urbanísticas.....	190
4.6. Nível de Execução das Intervenções previstas no PDM	195
5. CONCLUSÕES E LINHAS DE ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS DE DESENVOLVIMENTO	202
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	209
Legislação	210
Sítios da Internet	214
Siglas e abreviaturas	216
Glossário	219

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Famílias clássicas (N.º) no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2001 e 2011)	30
Figura 2. Alto Douro Vinhateiro - Património Mundial da Humanidade (classificado em 2001)	54
Figura 3. Sítios de Arte Rupestre do Vale do Côa – Património Mundial da UNESCO (classificado em dezembro de 1998)	55
Figura 4. Museu do Côa	56
Figura 5. Principais feiras, festas, romarias e eventos anuais no concelho de Vila Nova de Foz Côa	56
Figura 6. População que entra e sai (%) do município, para trabalhar ou estudar, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2001 e 2011)	70
Figura 7. Duração média dos movimentos pendulares (min) da população residente empregada ou estudante no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2001 e 2011)	71
Figura 8. Distribuição geográfica dos Equipamentos Desportivos, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2013)	93
Figura 9. Distribuição geográfica dos Equipamentos de Saúde, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2011)	95
Figura 10. Distribuição geográfica dos Equipamentos Escolares em funcionamento, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2010/2011)	99
Figura 11. Distribuição geográfica dos Equipamentos de Assistência Social, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2013)	101
Figura 12. Distribuição geográfica dos Equipamentos Culturais, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2011)	103
Figura 13. Distribuição geográfica dos Equipamentos de Lazer, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2011)	106
Figura 14. Cronologia dos Planos e Programas de Hierarquia Superior com Incidência Territorial no concelho de Vila Nova de Foz Côa	128
Figura 15. Modelo Territorial	132
Figura 16. PRN 2000 - Rede rodoviária no concelho de Vila Nova de Foz Côa e envolvente	134
Figura 17. Delimitação geográfica da Região Hidrográfica do Douro (2015)	137
Figura 18. As unidades de paisagem e a divisão administrativa (2003)	148
Figura 19. Planta de Ordenamento: Classificação e Qualificação do Solo do PDM em vigor (2015)	154
Figura 20. Planta de Ordenamento: Classificação Acústica e Estrutura Ecológica Municipal do PDM em vigor (2015)	163
Figura 21. Planta de Ordenamento: Património do PDM em vigor (2015)	164
Figura 22. Planta de Condicionantes: Servidões e Restrições de Utilidade Pública do PDM em vigor (2015)	165
Figura 23. Planta de Condicionantes: Defesa da Floresta Contra Incêndios do PDM em vigor (2017)	166

Figura 24. Unidades Operativas de Planeamento e Gestão e os Planos de Pormenor definidos no PDM em vigor (2015)	168
Figura 25. Planta de Implantação do Plano de Pormenor do Parque de Santa Bárbara (2007)	170
Figura 26. Planta de Condicionantes do Plano de Pormenor do Parque de Santa Bárbara (2007) ..	171
Figura 27. Planta de Implantação do Plano de Pormenor da Zona Histórica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa (1997)	172
Figura 28. Abordagens territoriais previstas no Portugal 2020	174
Figura 29. Delimitação da ARU de Vila Nova de Foz Côa (2016)	179
Figura 30. Delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Pocinho (2016)	182
Figura 31. Modelo Territorial do concelho de Vila Nova de Foz Côa (2015)	196

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. COS no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2010 e 2015)	21
Gráfico 2. População residente (N.º), por grupo etário, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2001, 2011 e 2017*)	26
Gráfico 3. Índice de envelhecimento no concelho de Vila Nova de Foz Côa (1991, 2001, 2011 e 2017*)	26
Gráfico 4. Taxa de natalidade e mortalidade (‰) no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2001, 2011 e 2017*)	28
Gráfico 5. Taxa de crescimento natural e migratório no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2001, 2011 e 2017*)	29
Gráfico 6. Índice de dependência de jovens, idosos e total no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2001, 2011 e 2017*)	29
Gráfico 7. Alojamentos familiares clássicos (N.º), por forma de ocupação, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2001 e 2011)	37
Gráfico 8. População empregada (N.º) por Setor de Atividade no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2011)	45
Gráfico 9. Mão-de-obra agrícola (N.º) por tipo de mão-de-obra	46
Gráfico 10. Empresas (N.º) no concelho de Vila Nova de Foz Côa (entre 2004 e 2016)	48
Gráfico 11. Indicador de concentração do volume de negócios das quatro maiores empresas (%), no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2004 – 2017)	48
Gráfico 12. Escalão de Pessoal ao Serviço (N.º), no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2006, 2012, e 2016)	49
Gráfico 13. Ganho médio mensal (€), no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2004-2016)	49
Gráfico 14. Poder de compra per capita, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (entre 2005 e 2015) ..	50
Gráfico 15. Empresas (N.º), por atividade económica (Divisão – CAE Rev. 3), no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2011 e 2016)	51

Gráfico 16. Valor acrescentado bruto (€) das Empresas, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2004-2017)	52
Gráfico 17. Taxa de sobrevivência (%), por empresas nascidas 2 anos antes, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2006-2016)	52
Gráfico 18. Valor dos bens importados e exportados (€) e o Saldo da Balança Comercial (€) no concelho de Vila Nova de Foz Côa (entre 2005 e 2017).....	53
Gráfico 19. Hóspedes e Dormidas (n.º) nos estabelecimentos hoteleiros do concelho de Vila Nova de Foz Côa (2013 - 2017)	57
Gráfico 20. Estabelecimentos hoteleiros (N.º) no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2011-2017)....	58
Gráfico 21. População residente empregada ou estudante (N.º), por local de trabalho ou estudo, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2011)	70
Gráfico 22. Modo de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2001 e 2011)	71
Gráfico 23. Proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água e drenagem de águas residuais (%), no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2011-2017)	89
Gráfico 24. Enfermeiras/os (N.º) por 1 000 habitantes, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2017) 96	
Gráfico 25. Resíduos urbanos recolhidos (t), por tipo de recolha, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2005-2016).....	108
Gráfico 26. Edifícios (N.º), por existência de sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2001 e 2011)	110
Gráfico 27. Índice da qualidade do ar no Norte Interior (2015 e 2017)	111
Gráfico 28. Água segura (%) no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2005-2017)	112
Gráfico 29. Consumo de energia elétrica (kWh) no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2010 - 2016)	113
Gráfico 30. Consumo de energia elétrica (kWh), por tipo de consumo, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2011 e 2016)	113
Gráfico 31. Áreas ardidas (ha) no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2010-2017).....	119
Gráfico 32. Edifícios licenciados (N.º) no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2001-2017)	184
Gráfico 33. Edifícios licenciados (N.º), por tipo de obra, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2001-2017)	185
Gráfico 34. Edifícios licenciados (N.º), por destino de obra, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2001-2017)	186
Gráfico 35. Edifícios concluídos (N.º) no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2001-2017)	188
Gráfico 36. Edifícios concluídos (N.º), por tipo de obra, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2001-2017)	188
Gráfico 37. Edifícios concluídos (N.º), por destino de obra, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2001-2017)	189
Gráfico 38. Superfície habitável média das divisões (m²) das construções novas de habitação familiar no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2004-2017)	189

Gráfico 39. Processos/requerimentos (N.º), por freguesia, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2015-2019)	191
Gráfico 40. Operações urbanísticas (N.º), por ano de emissão do alvará de licença/outro tipo de procedimento, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2015-2018)	192
Gráfico 41. Operações urbanísticas (%), por entidade promotora, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2015-2018)	192
Gráfico 42. Operações urbanísticas (N.º), por tipo de obra, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2015-2018)	193
Gráfico 43. Licenciamentos propostos (%), por destino da obra, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2015-2018)	193

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Classes da COS existentes no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2010 e 2015)	21
Tabela 2. População residente (N.º) desde o nível nacional ao municipal (em 2001, 2011 e 2017*) ..	23
Tabela 3. Edifícios (N.º) desde o nível nacional ao municipal (2001, 2011 e 2017*)	33
Tabela 4. Alojamentos (N.º) desde o nível nacional ao municipal (2001 e 2011)	35
Tabela 5. Características do parque habitacional no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2017*)	39
Tabela 6. População ativa (N.º) e taxa de atividade (%) desde o nível nacional ao municipal (2001 e 2011)	43
Tabela 7. Taxa de desemprego (%) desde o nível nacional ao municipal (2001, 2011 e 2017*)	46
Tabela 8. Registos do Alojamento Local	60
Tabela 9. Empreendimentos Turísticos	60
Tabela 10. Agentes de Animação Turística	61
Tabela 11. Evolução da rede ferroviária do concelho de Vila Nova de Foz Côa	68
Tabela 12. Passeios Turísticos da embarcação “Nossa Sra. da Veiga” no Rio Douro	69
Tabela 13. Património classificado à data da 1.ª revisão do PDM (2015)	76
Tabela 14. Alterações no Património classificado e em vias de classificação desde a 1.ª revisão do PDM (2019)	78
Tabela 15. Concurso bienal intitulado de Prémio Arquitetura do Douro	81
Tabela 16. Alojamentos familiares de residência habitual (N.º) segundo a ligação à rede de abastecimento de água, por freguesia, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2001 e 2011)	85
Tabela 17. Alojamentos familiares de residência habitual (N.º) segundo a ligação à rede de drenagem de águas residuais, por freguesia, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2001 e 2011)	87
Tabela 18. Rede de Equipamentos existentes no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2019)	92
Tabela 19. Infraestruturas de recolha seletiva da Resíduos do Nordeste	107
Tabela 20. Resíduos urbanos recolhidos seletivamente (t), por tipo de resíduos, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2010-2016)	108

Tabela 21. Resíduos urbanos recolhidos (t), por tipo de destino, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2005-2016)	109
Tabela 22. Análise (N.º) das águas para consumo humano por parâmetro de qualidade, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2007, 2009, 2011, 2013 e 2016)	112
Tabela 23. Metas definidas para o PMDFCI do concelho de Vila Nova de Foz Côa (2014)	117
Tabela 24. Articulação e pontos de convergência entre os instrumentos de ordenamento e planeamento do território com o PMEPC de Vila Nova de Foz Côa (2013)	122
Tabela 25. Resumo dos valores agregados da estimativa de impacto de implementação das medidas de sustentabilidade energética (2014)	125
Tabela 26. Comparação entre os planos PRN 85 e PRN 2000, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2009)	135
Tabela 27. Medida específica do PGRH Douro para o concelho de Vila Nova de Foz Côa (2015) ..	138
Tabela 28. Âmbito Territorial do PROF de Trás-os-Montes e Alto Douro (2019)	143
Tabela 29. Normas a compatibilizar no PDM de Vila Nova de Foz Côa (2019)	144
Tabela 30. Representação de cada concelho em termos de PIOT ADV (ha)	147
Tabela 31. PMOT em vigor	151
Tabela 32. Recursos geológicos (pedreiras), no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2019)	157
Tabela 33. Pedido de interesse público municipal solicitados, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2019)	158
Tabela 34. Projetos sobre Avaliação de Impacte Ambiental no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2019)	159
Tabela 35. Solo ocupado, por categoria de espaço, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2015) .	161
Tabela 36. Licenciamento e conclusão de obras (2017)	190
Tabela 37. Pedidos de informação prévia, por freguesia, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2015-2018)	194
Tabela 38. Listagem Síntese da Programação dos Equipamentos e Infraestruturas (2015)	198
Tabela 39. Visão prospetiva e estratégica do PDM em vigor de Vila Nova de Foz Côa (2015)	199

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1. Localização Geográfica do concelho de Vila Nova de Foz Côa	15
Mapa 2. Concelhos limítrofes de Vila Nova de Foz Côa	17
Mapa 3. Divisão e reestruturação administrativa das freguesias de Vila Nova de Foz Côa	18
Mapa 4. Condição Natural	19
Mapa 5. COS no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2010 e 2015)	20
Mapa 6. População residente (N.º) e respetiva taxa de variação (%), por freguesia, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2001 e 2011)	24
Mapa 7. Densidade populacional (hab./km²), por freguesia, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2011)	25

Mapa 8. Índice de envelhecimento (N.º), por freguesia, no concelho de Vila nova de Foz Côa (2011)	27
Mapa 9. Edifícios (N.º) e respetiva taxa de variação (%), por freguesia, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2001 e 2011)	34
Mapa 10. Idade média dos edifícios (ano) e necessidade de reparação (%), por freguesia, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2011)	35
Mapa 11. Alojamentos (N.º) e respetiva taxa de variação (%), por freguesia, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2001 e 2011)	36
Mapa 12. Regime de ocupação dos alojamentos familiares clássicos (%) e respetiva densidade (N.º/Km²), por freguesia, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2011)	38
Mapa 13. Taxa de variação (%) da população ativa (2001 e 2011) e nível de escolaridade (N.º) (2011), por freguesia, no concelho de Vila Nova de Foz Côa	44
Mapa 14. População empregada (N.º) segundo os setores de atividade (%), por freguesia, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2011)	45
Mapa 15. Taxa de desemprego (%), por freguesia, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2011)	47
Mapa 16. A Grande Rota do Vale do Côa e os Percursos Pedestres do Porto e Norte de Portugal, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2019)	63
Mapa 17. Rede viária, ferroviária e a via navegável do concelho de Vila Nova de Foz Côa	67
Mapa 18. Monumentos, Conjuntos e Sítios Classificados e em Vias de Classificação (2015)	76
Mapa 19. Rede de Infraestruturas de distribuição de Água e Saneamento, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2019)	83
Mapa 20. Localização de novos equipamentos, por freguesia, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2015-2019)	91
Mapa 21. Localização dos Ecopontos no concelho de Vila Nova de Foz Côa	109
Mapa 22. Mapa de Ruído Diurno e noturno do concelho de Vila Nova de Foz Côa (2007)	115
Mapa 23. Áreas ardidas no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2010-2017)	119
Mapa 24. Risco de Perigosidade de Incêndio Florestal no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2017)	120
Mapa 25. Áreas Classificadas no âmbito da Rede Natura 2000 abrangidas pelo PSRN2000	139
Mapa 26. Recursos Geológicos, por tipologia de área, segundo o PDM em vigor no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2015)	155
Mapa 27. Edifícios licenciados (N.º), segundo o tipo de obra (%), por freguesia, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2015 e 2017*)	185
Mapa 28. Edifícios licenciados (N.º), segundo o destino de obra (%), por freguesia, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2015 e 2017*)	187
Mapa 29. Localização das operações urbanísticas, por freguesia, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2015-2019)	191
Mapa 30. Localização dos pedidos de informação prévia, por freguesia, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2015-2018)	194

1. INTRODUÇÃO

As entidades responsáveis pela concretização das orientações que constam na Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo, LBGPPSOTU, Lei n.º 31/2014 de 30 de maio, e no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, RJIGT, Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio, devem promover a permanente avaliação da política de ordenamento do território.

As diretrizes originam que, a nível municipal, nos termos do n.º 3 do artigo 189.º do RJIGT, a Câmara Municipal elabore, de quatro em quatro anos, um Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território, REOT, ou quando se verifique a necessidade de promover a revisão de planos municipais, decorrente da adequação à evolução, a médio e longo prazo das condições sociais, económicas, ambientais e culturais.

De acordo com o n.º 4 do artigo 189.º do RJIGT, os REOT “traduzem o balanço da execução dos programas e dos planos territoriais, objeto de avaliação, bem como dos níveis de coordenação interna e externa obtidos, fundamentando uma eventual necessidade de revisão”.

Neste contexto, o presente relatório constitui um “retrato” do estado do ordenamento do concelho de Vila Nova de Foz Côa, que pretende identificar a tendência de evolução nos mais variados domínios, ponderando as suas consequências a nível social, económico, ambiental, cultural, demográfico, urbanístico e ainda no que respeita ao ordenamento em solo rústico.

Ademais, apresentar-se o enquadramento aos programas e planos de hierarquia superior de incidência territorial no território fozcoense, nomeando as suas implicações ao nível municipal, e destacando ainda, o impacto dos apoios financeiros no território municipal, decorrentes do Programa Portugal 2020, especificamente ao nível da reabilitação urbana, da mobilidade e do apoio às comunidades desfavorecidas.

Acresce ainda a realização da avaliação da execução da 1.ª revisão do Plano Diretor Municipal, PDM, publicada a 28 de outubro de 2015, produzindo a ponderação em torno das linhas de desenvolvimento preconizadas no Plano.

Este documento reveste-se, portanto da importância de constituir um processo contínuo, capaz de analisar e avaliar a concretização das estratégias de desenvolvimento territorial municipal, uma vez que permite monitorizar e, desse modo, redefinir medidas e ações que não tenham ainda alcançado os objetivos definidos.

Efetivamente, entende-se que a concretização da estratégia vertida no PDM, ganhará um novo impulso através do acionamento de mecanismos que possam auxiliar na colmatação de eventuais lacunas detetadas.

Nesta senda, considerando as intenções que norteiam o modelo de ordenamento no concelho de Vila Nova de Foz Côa, o REOT pretende dotar o município de informação para o apoio à caracterização e diagnóstico, e à tomada de decisão ao nível do Ordenamento do Território e do Ambiente.

Após conclusão da elaboração do documento, este documento será sujeito a aprovação em reunião de Executivo Municipal para, posteriormente, ser submetido a um período de discussão pública de duração não inferior a 30 dias e ainda à apreciação da Assembleia Municipal, conforme previsto no RJIGT no n.º 3 e n.º 5 do artigo 189º.

2. METODOLOGIA ADOTADA

Na sequência dos objetivos referidos anteriormente, tornou-se essencial proceder à análise e tratamento de informação estatística proveniente do Instituto Nacional de Estatística, INE, recorrendo aos resultados definitivos dos Censos de 2001 e 2011 e ainda a estimativas realizadas para os anos posteriores, por forma a identificar a evolução da conjuntura, bem como perspetivar as tendências evolutivas nos diversos domínios do ordenamento do território enquanto construção social. Importa, no entanto, salientar o carácter volátil das estimativas e, como tal, será necessário ter a devida precaução na interpretação de tais informações, em virtude da inconstância dos ciclos económicos e sociais.

Assim, numa primeira parte, efetua-se uma caracterização e diagnóstico da situação e da dinâmica atual do município de Vila Nova de Foz Côa através do recurso a uma série de indicadores estatísticos. Atente-se que apesar de os mesmos deterem por base a organização administrativa anterior à Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro¹, todas as variáveis serão agrupadas e devidamente calculadas em função da nova organização administrativa, de modo a facilitar e adequar a informação existente à nova configuração territorial e a permitir a construção de análises temporais comparativas.

Face ao exposto, todos os indicadores consultados e disponíveis no INE são reunidos, mantendo-se a coerência dos dados, ao mesmo tempo que se desenvolve uma análise ao nível da condição demográfica, habitacional, económica, ambiental e da mobilidade e dos equipamentos. De referir que, sempre que possível, são também utilizadas outras fontes estatísticas que se revelem pertinentes, assim como dados de que a Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, CMVNFC, detenha.

Posteriormente, numa segunda parte, realiza-se o enquadramento aos instrumentos de gestão territorial de hierarquia superior, a fim de salutar as suas consequências ao nível municipal, uma vez que a elaboração de um PDM deve, segundo o artigo 76.º do RJIGT, considerar todos aqueles que existam ou se encontrem em estudo, de forma a assegurar as necessárias compatibilizações.

A seguir, de modo a aferir a dinâmica urbanística dos últimos anos, recorre-se à informação do Sistema de Indicadores de Operações Urbanísticas, SIOU, do INE, e depois, no que respeita às pretensões que deram entrada nos serviços municipais, realiza-se o tratamento dos dados do Departamento de Ordenamento do Território e Urbanismo, fazendo uso de métodos gráficos e cartográficos.

Ademais, é desenvolvida a avaliação do nível de execução das propostas elencadas no Relatório do Plano do PDM em vigor, de modo a compreender o grau de implementação das ações previstas.

¹ Reorganização Administrativa do Território das Freguesias.

Por fim, apresenta-se as considerações finais, onde se identifica as principais conclusões face aos vários domínios estudados, pretendendo-se elucidar o município através de recomendações a ter em consideração, de modo a ser possível colmatar eventuais lacunas detetadas.

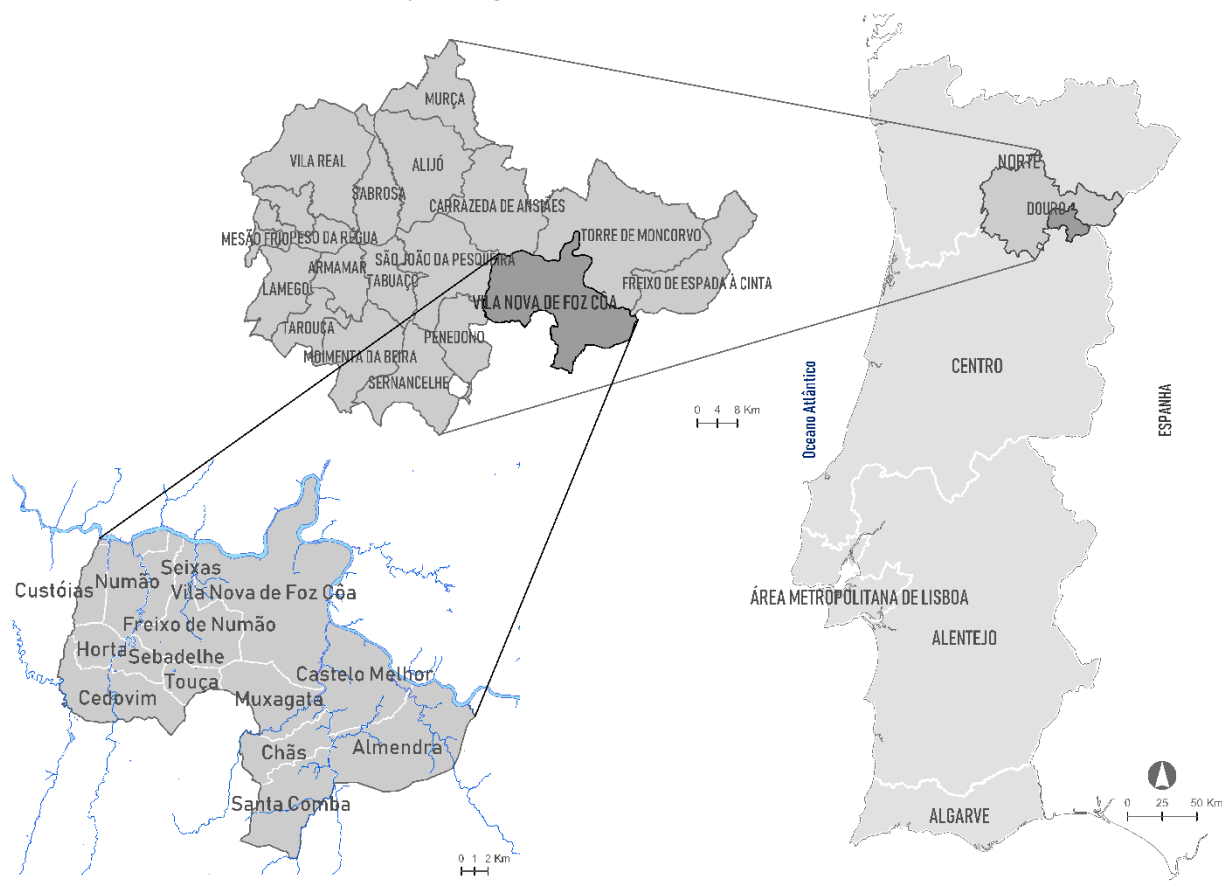
3. Dinâmicas Territoriais

3.1. Enquadramento Geográfico

O concelho de Vila Nova de Foz Côa, por vezes designada abreviadamente Foz Côa, encontra-se localizado no distrito da Guarda, o qual, em termos de Nomenclatura Comum de Unidades Territoriais para fins Estatísticos, NUTS, faz parte da Região Norte – NUTS II e da Região do Douro, enquanto sub-região – NUTS III, a nova NUT estabelecida pelo regulamento comunitário nº 868/2014, conforme demonstrado no Mapa 1.

A vila de Vila Nova de Foz Côa foi elevada à categoria de cidade no ano de 1997, pela Lei n.º 41/97², de 12 de julho.

Mapa 1. Localização Geográfica do concelho de Vila Nova de Foz Côa



FONTE: CAOP (2018)

² Lei n.º 41/97, de 12 de julho. Elevação da vila de Vila Nova de Foz Côa à categoria de cidade. nº 159, I Série - A. Diário da República.

Atualmente, designada de Região do Douro, NUT III, é uma sub-região estatística portuguesa, parte da Região Norte, integrando partes do Distrito de Bragança, Distrito de Vila Real, Distrito de Viseu e Distrito da Guarda e abrangida pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, CCDR N³.

Confronta a norte com as sub-regiões do Alto Tâmega e das Terras de Trás-os-Montes, a leste com Espanha, a sul com as sub-regiões das Beiras e Serra da Estrela e Viseu Dão-Lafões e a oeste com as sub-regiões do Tâmega e Sousa, e Ave, segundo a divisão e classificação do território nacional em regiões estatísticas em conformidade com o estabelecido para a União Europeia.

Na Região do Douro - NUTS III, integram os municípios de Alijó, Armamar, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Lamego, Mesão Frio, Moimenta da Beira, Murça, Penedono, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, São João da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca, Torre de Moncorvo, Vila Nova de Foz Côa e Vila Real, Sede da Comunidade Intermunicipal, CIM, do Douro.

De mencionar ainda que a Comunidade Intermunicipal, CIM, do Douro, de natureza associativa e âmbito territorial, a CIM rege-se pela Lei n.º 45/2008 de 27 de agosto⁴, tendo em vista “a realização em comum de interesses específicos dos municípios que as integram, na defesa de interesses coletivos de natureza sectorial, regional ou local”.

A freguesia de Vila Nova de Foz Côa, com cerca de 90,17 km² de área, é sede do município que tem uma abrangência territorial de 398,15 km², subdividido em 17 freguesias. O município é limitado a norte pelos municípios de Carrazeda de Ansiães e Torre de Moncorvo, a nordeste por Freixo de Espada à Cinta, a sueste por Figueira de Castelo Rodrigo e Pinhel, a sul por Mêda e a oeste por Penedono e São João da Pesqueira.

Do outro lado da fronteira, o centro urbano de importância regional mais próximo é Salamanca. A distância à fronteira é relativamente próxima, o que facilita as trocas comerciais e o acesso das pessoas e bens à vizinha Espanha. A fronteira por Barca d’Alva dista a somente 52 km, e a fronteira por Vilar Formoso encontra-se a 75 km da sede do concelho.

³ Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, CCDR N. www.ccdr-n.pt/regiao-norte. Consultado em janeiro de 2019.

⁴ Lei n.º 45/2008. Estabelece o regime jurídico do associativismo municipal, revogando as Leis n.os 10/2003 e 11/2003, de 13 de Maio. Diário da República n.º 165/2008, Série I de 2008-08-27.

Mapa 2. Concelhos limítrofes de Vila Nova de Foz Côa

FONTE: DGT, CAOP (2018)

De acordo com a Lei nº11-A/2013 de 28 de janeiro⁵ que estabelece a reorganização administrativa das freguesias por agregação das mesmas, originando alterações dos seus limites territoriais.

No concelho de Vila Nova de Foz Côa esta reestruturação implicou uma redução do número de freguesias, passando assim, a ser composto por 14 freguesias, ao invés das 17 anteriormente definidas, a saber: Almendra, Castelo Melhor, Cedovim, Chãs, Custóias, Freixo de Numão, Horta, Muxagata, Numão, Santa Comba, Sebadelhe, Seixas, Touça e Vila Nova de Foz Côa, como se pode verificar no Mapa 3.

⁵ Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro: Reorganização administrativa do território das freguesias. Anexo I. Diário da República, 1.ª Série, n.º 19, Suplemento, de 28/01/2013.

Mapa 3. Divisão e reestruturação administrativa das freguesias de Vila Nova de Foz Côa

FONTE: CAOP (2011 e 2017)

Ademais, no âmbito dos elementos de trabalho do Plano Regional de Ordenamento do Território da Região Norte, PROT-N⁶, pese embora não ter sido aprovado, apresentam-se algumas orientações, nomeadamente “os efeitos de complementaridade e sinergia entre Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa, com um ponto central na estação e barragem do Pocinho, que poderão apoiar a coesão territorial e promover as vocações turístico-cultural-ambientais do Alto Douro”.

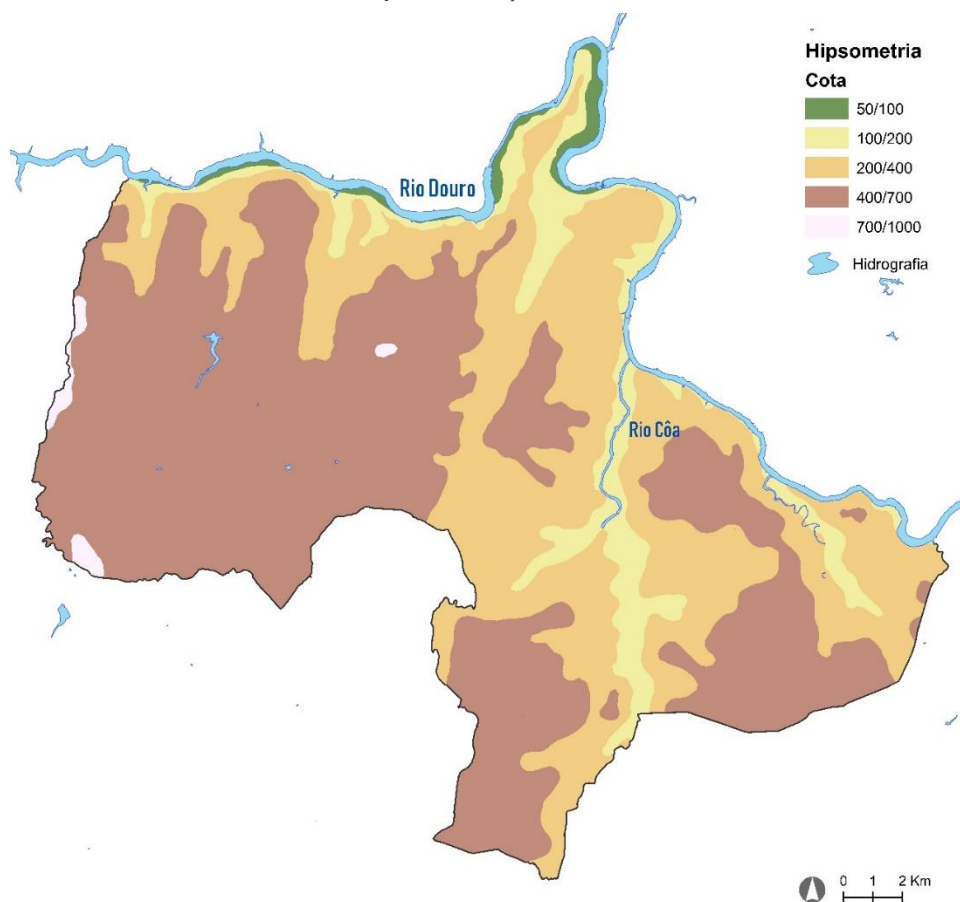
3.1.1. Características Físicas

O concelho de Vila Nova de Foz Côa, em termos de relevo, apresenta declives muito acentuados, nomeadamente junto às principais linhas de água.

Ao longo do concelho, evidenciam-se diferenças topográficas, de tipos climáticos, geológicos, pedológicos, de intervenção humana, e, obviamente, diferenças ecológicas e distribuição biológica com diferentes necessidades de caracterização e ordenamento, ou seja, o setor Oeste, de maiores altitudes (400 a 800m), e o setor Este atravessado pelo Rio Côa com menores altitudes (100 a 500m). A cota mais baixa (50 a 100m) encontra-se no norte do concelho junto ao rio Douro.

⁶ Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte, PROT Norte. Relatório. pp. 58. dezembro de 2009.

Mapa 4. Condição Natural



FONTE: Atlas do Ambiente (2019)

O Rio Côa pertence à bacia do Douro. Conforme o Mapa 4, o Douro é um dos quatro principais cursos de água ibéricos que desaguam na costa portuguesa. Corre de Este para Oeste, ao longo de 939 km, cerca de dois terços da largura da Península Ibérica, alimentado por uma bacia vertente que corresponde principalmente ao domínio geográfico de Meseta Norte, rodeada pelas cordilheiras Central (a Sul), Ibérica (a Este), Cantábrica e Asturo/Leonesa (no limite Norte)⁷.

O Côa é um dos primeiros afluentes da margem esquerda do Douro em território português. Tem uma orientação geral Sul/Norte, com cerca de 144km de comprimento, cuja bacia vertente abrange uma superfície de 2420km². O rio é alimentado por diversos afluentes. Os que mais contribuem para o seu caudal são, de montante para jusante: Noeime, Ribeira dos Gateiros, Ribeira das Cabras e Ribeira de Massueime.

⁷ Ribeiro, O.; Lautensach, H.; Daveau, S. (1994) - Geografia de Portugal, Vol. II. O ritmo climático e a paisagem. Lisboa: Edições João Sá da Costa.

A área geográfica da bacia do Côa é delimitada a Sul pela Cordilheira Central, inserindo-se numa das principais unidades estruturais da Península Ibérica, o Maciço Hespérico⁸, mais especificamente, na unidade morfo-estrutural definida como Zona Centro Ibérica⁹.





Outro dos aspetos que importa realçar prende-se com a caracterização do uso e ocupação do solo, que desempenha um papel fundamental no planeamento ambiental, político, económico e social, no ordenamento do território. Além disso, importa destacar a evolução do uso e ocupação do solo, uma vez que é de extrema relevância no que à tomada de decisão em ordenamento e planeamento do território diz respeito.

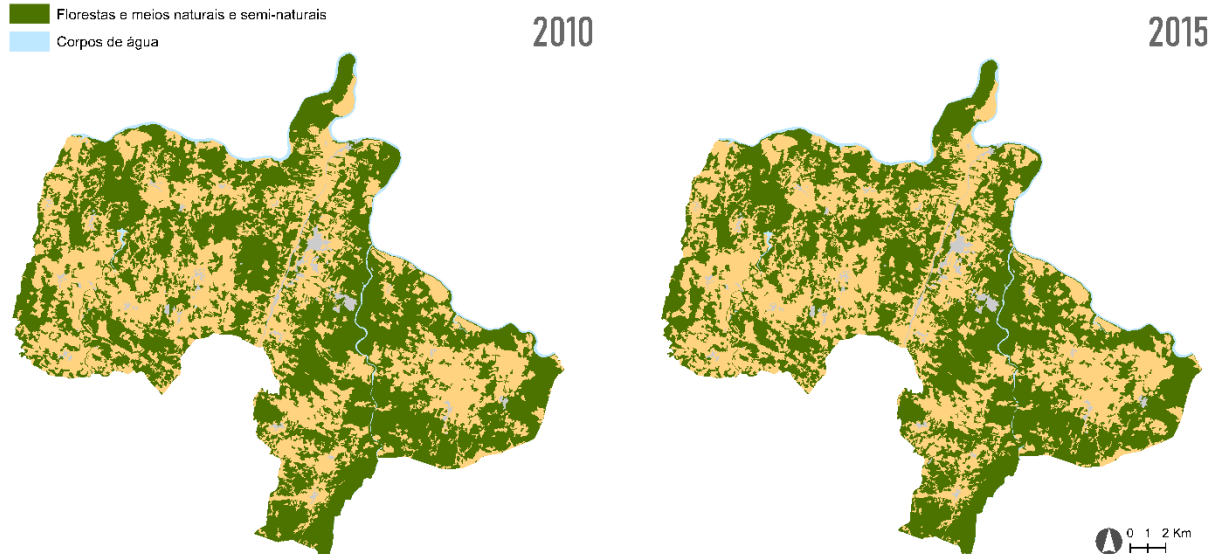
A nomenclatura da Carta de Uso e Ocupação do Solo¹⁰, COS, acata uma hierarquia que representa a ocupação e uso do solo em diferentes níveis de detalhe temático. No entanto, aqui apenas será considerado o nível superior, onde a profundidade do detalhe de caracterização do solo é menor, de modo a que seja possível a obtenção de uma representação cartográfica legível ao nível concelhio.

Mapa 5. COS no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2010 e 2015)

Classes de Ocupação do Solo

Nível 1

-  Territórios artificializados
-  Áreas agrícolas e agro-florestais
-  Florestas e meios naturais e semi-naturais
-  Corpos de água



FONTE: DGT (2018)

Neste sentido, no Mapa 5 são ilustrados os principais usos e ocupações do solo no concelho de Vila Nova de Foz Côa, nos anos de 2010 e 2015, os quais se encontram descritos na Tabela 1.

⁸ Ribeiro, O.; Lautensach, H.; Daveau, S. (1998) - Geografia de Portugal, Vol. I. A posição geográfica e o território. Lisboa: Edições João Sá da Costa.

⁹ Julivert, M.; Fontbotef, J. M.; Ribeiro, O.; Conde, L. N. (1972) - Mapa tectónico de la Peninsula Ibérica y Baleares, escala 1/1.000.000, Memória explicativa. Madrid: Instituto Geológico y Minero.

¹⁰ Direção Geral do Território. Relatório Técnico: Especificações Técnicas da Carta de Uso e Ocupação do Solo (COS) de Portugal Continental para 1995, 2007, 2010 e 2015. pp. 3-5. (2018)

Ao nível do uso e ocupação do solo, no concelho de Vila Nova de Foz Côa destaca-se a predominância de áreas florestais e meios naturais e semi-naturais. Verifica-se, ainda, a presença de áreas artificializadas, com predominância na freguesia de Vila Nova de Foz Côa.

Tabela 1. Classes da COS existentes no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2010 e 2015)

Classes de uso do solo	Descrição
Territórios artificializados	<i>Superfícies artificializadas ou ajardinadas, destinadas a actividades relacionadas com as sociedades humanas. Esta classe inclui áreas de tecido urbano, áreas industriais, áreas comerciais, rede rodoviária e ferroviária, áreas de serviços, jardins ou parques urbanos e equipamentos culturais e de lazer.</i>
Áreas agrícolas e agro-florestais	<i>Áreas utilizadas para agricultura, constituídas por terras aráveis, culturas permanentes, prados e pastagens permanentes. Inclui sistemas agro-florestais.</i>
Florestas e meios naturais e semi-naturais	<i>Áreas onde se incluem florestas, vegetação arbustiva e herbácea e áreas naturais com pouco ou, mais raramente, nenhum coberto vegetal.</i>
Corpos de água	<i>Superfícies de água doce que incluem cursos de água e planos de água, naturais e artificiais; superfícies de água salgada, que incluem oceanos, e/ou de água salobra que incluem lagoas costeiras e desembocaduras fluviais.</i>

FONTE: DGT (2019)

Urge mencionar que a classe das zonas húmidas¹¹ não consta no Mapa 5 nem na Tabela 1 por não pertencer às características existentes no território fozcoense.

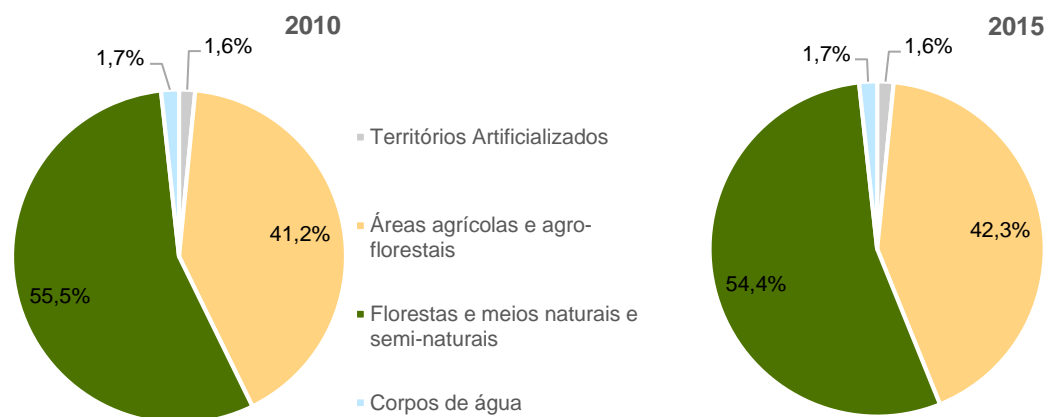


Gráfico 1. COS no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2010 e 2015)

FONTE: DGT (2019)

Assim, constata-se de imediato, observando o Gráfico 1, a manutenção da área associada aos *corpos de água*. Por sua vez, os *territórios artificializados* e as *áreas agrícolas e agroflorestais* aumentaram, ganhando terreno às *florestas e meios naturais e seminaturais*, uma vez que registaram uma diminuição de 1,13%, continuando a dominar no território fozcoense.

¹¹ Zonas húmidas interiores que incluem zonas apaúladas (caniçais, canaviais e juncais) e turfeiras; zonas húmidas litorais que incluem sapais, juncais e caniçais halófitos; salinas e zonas entre-marés.

De resto, de uma forma geral, o concelho de Vila Nova de Foz Côa caracteriza-se por ter um povoamento disperso, para o qual é determinante a existência de solos agrícolas, a vinha, a amendoeira e a oliveira, numa associação de minifúndio com significativas extensões de vinha, que se assume como cultura predominante, e as acessibilidades viárias traduzidas na difusão da ocupação urbana, ao longo das principais vias existentes.

3.2. Demografia

Os indicadores demográficos são domínios indispensáveis de análise, uma vez que se revelam fundamentais no apoio e na tomada de decisões.

Assim, no que respeita ao enquadramento regional, Vila Nova de Foz Côa integra-se na Região Norte e na sub-Região do Douro, apresentando-se a sua evolução, na Tabela 2, a tendência verificada desde o nível nacional ao municipal.

Tabela 2. População residente (N.º) desde o nível nacional ao municipal (em 2001, 2011 e 2017*)

Unidade Geográfica	2001	2011	Tx. de Variação (%)	2017*
Portugal	10 394 669	10 542 398	1,42	10 291 027
Região Norte	3 696 333	3 687 224	-0,25	3 576 205
Região do Douro	22 1040	20 4121	-7,65	19 2046
V.N. Foz Côa	8 411	7 218	-14,18	6 597

FONTE: INE (2019)

* Estimativas

Deste modo, o indicador demográfico acima apresentado indica que Portugal se caracteriza por uma redução da população residente ao longo dos últimos anos, ainda que se tenha registado um ligeiro acréscimo entre 2001 e 2011. Sucede, no entanto, que as estimativas para 2017 apontam para uma diminuição de 2,4% face a 2011.

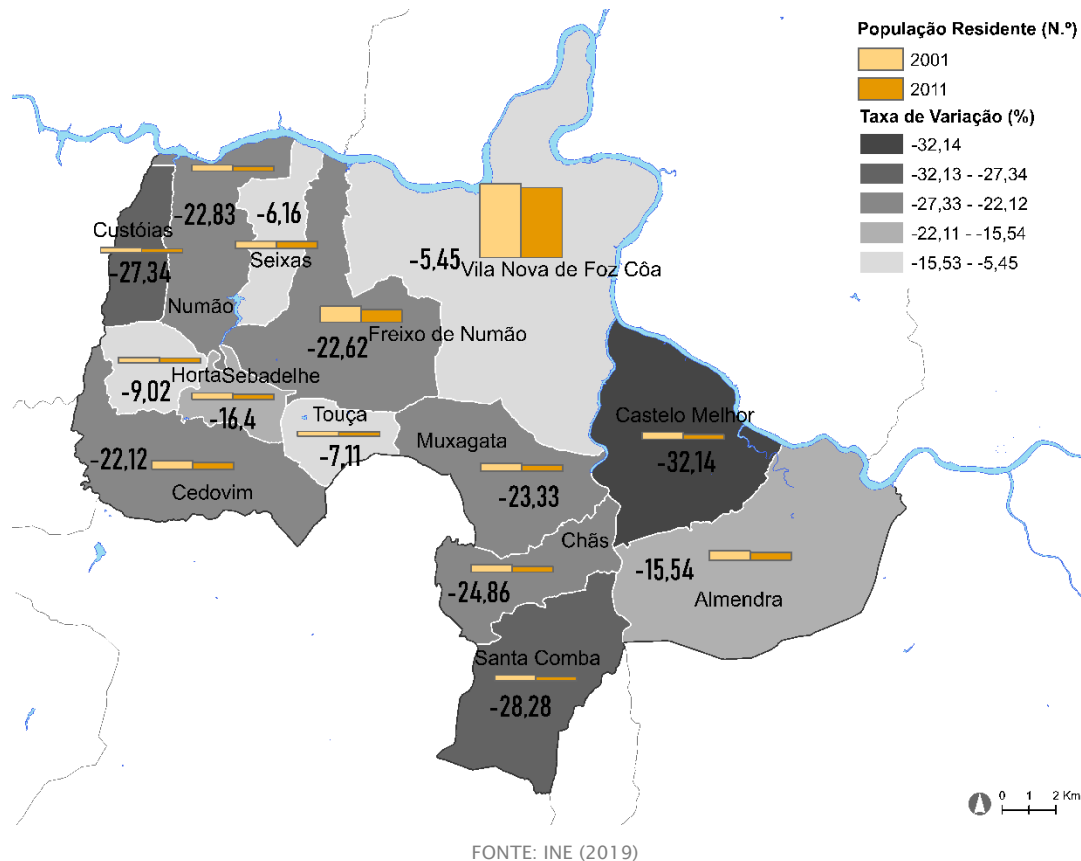
Relativamente ao concelho de Vila Nova de Foz Côa, assinala-se um decréscimo populacional nas últimas décadas, registado uma quebra de 474 habitantes, entre 1991 e 2001, a qual foi ainda mais intensa entre 2001 e 2011, correspondendo a uma diminuição de 1 193 habitantes. Sucede, no entanto, que as estimativas para 2017 apontam para uma variação de – 8,6% face a 2011, o que, de resto, é meramente indicativo, uma vez que estas avaliações apresentam um carácter incerto.

Atente-se que a situação evidenciada vai de encontro ao contexto demográfico que ocorre em Portugal, onde o aumento do envelhecimento da população, a diminuição da taxa de natalidade, as alterações comportamentais da população em idade reprodutiva e as condições profissionais, potenciam uma conjuntura negativa no que à evolução da população diz respeito.

Ainda assim, apenas o próximo recenseamento demográfico poderá confirmar a evolução populacional, uma vez que apresentará um conjunto de dados oficiais que permitirão retirar conclusões mais assertivas. A título informativo, Vila Nova de Foz Côa apresentava uma população estimada em 2017

de 6 597 habitantes¹², perdendo, assim, 621 habitantes em 6 anos, mantendo a tendência fortemente regressiva da população.

Mapa 6. População residente (N.º) e respetiva taxa de variação (%), por freguesia, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2001 e 2011)



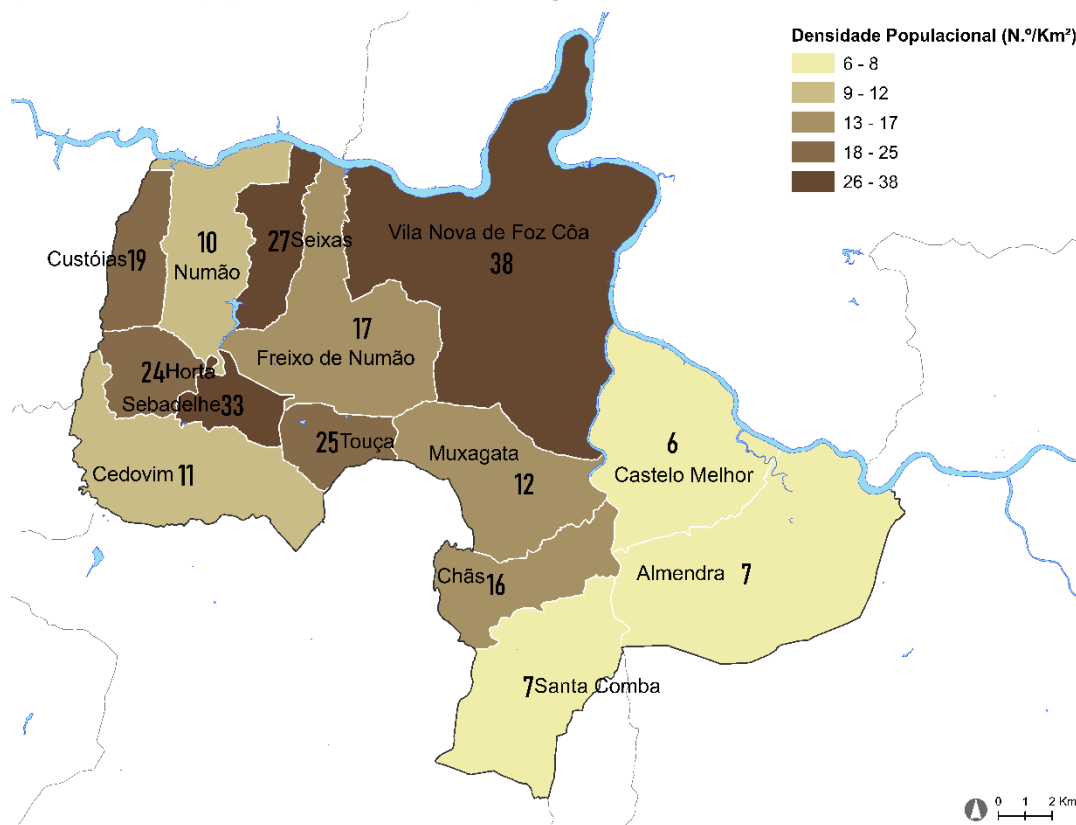
Relativamente à distribuição de população residente por freguesias, observando o Mapa 6, a freguesias de Vila Nova de Foz Côa destaca-se claramente com 3 437 habitantes em 2011. Aliás, além de ser sede de concelho, é marcada por características mais urbanas e beneficia da agregação de Mós e Santo Amaro. Seguem-se o Freixo de Numão, Almendra, Cedovim e Seixas com 609, 386, 338 e 335 indivíduos, respetivamente.

Em sentido oposto, destacam-se Custóias e Santa Comba, que apresentam o menor número de habitantes, 202 e 208, respetivamente. Evidencia-se ainda que em nenhuma das catorze freguesias registou uma variação positiva.

¹² Trata-se de Séries Estimativas Provisórias Anuais da População Residente do INE, com base nos últimos Censos de 2011. Em termos metodológicos não é correta a comparação técnica entre dados reais aferidos em momentos temporais definidos (Censos) e dados extrapolados por intermédio de cálculos estatísticos (Estimativas), no entanto não deixa ser importante uma vez que é o valor mais atual da população do concelho.

Nesta senda, importa ainda verificar a densidade do povoamento para cada freguesia, estabelecida pela razão entre o número de habitantes e a área em quilómetros quadrados. O concelho de Vila Nova de Foz Côa apresenta uma relativa homogeneidade quanto à distribuição e densidade populacional.

Mapa 7. Densidade populacional (hab./km²), por freguesia, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2011)



FONTE: INE (2019)

Assim, no Mapa 7 constata-se que são as freguesias de Vila Nova de Foz Côa (38), Sebadelhe (33), Seixas (27), Touça (25) e Horta (24) que detêm o maior número de habitantes por quilómetro quadrado. Enquanto Castelo Melhor (6), Santa Comba (7) e Almendra (7) possuem a menor densidade populacional.

De notar que as freguesias mais densamente povoadas são aquelas que se localizam ao longo das principais vias do concelho, ou seja, N222 (acesso entre a Régua e o Pinhão ao longo da margem esquerda do rio Douro) e IP2 (acesso ao distrito Guarda, e liga ainda, para norte com Bragança), ilustrando o importante papel da estrutura viária no assentamento populacional.

Por sua vez, interessa analisar a composição da população por grupos etários, em virtude de possibilitar a compreensão das tendências de envelhecimento e de juventude da população.

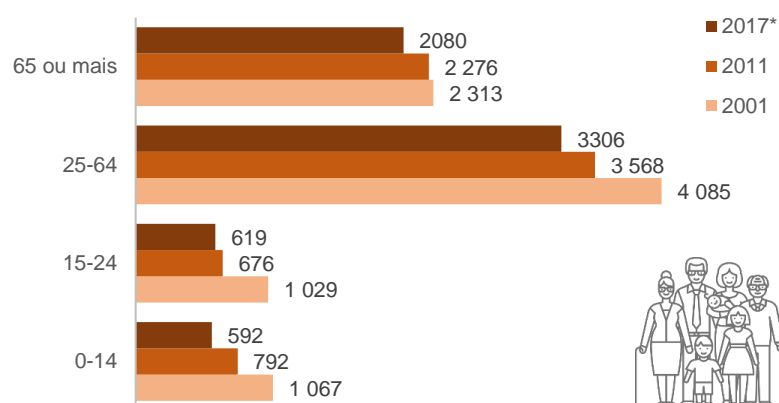


Gráfico 2. População residente (N.º), por grupo etário, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2001, 2011 e 2017*)

FONTE: INE (2019)

* Estimativas

Assim, no que respeita aos dados estatísticos entre 2001 e 2011, observáveis no Gráfico 2, é evidente a existência de um único cenário evolutivo, que corresponde a perda populacional, visto que, todos os grupos etários revelam uma diminuição dos efetivos populacionais.

Sendo que, as estimativas para 2017 apontam que todos os grupos etários registaram uma redução de efetivos. Este aspeto, transformou os espaços rurais e aldeias, antes plenos de atividade, em lugares onde a natureza impera e onde a débil presença humana dificilmente será relevante para alterar este cenário.

Sobressai, portanto, a possibilidade de surgimento do designado fenómeno de envelhecimento da população, conjuntura esta que evidencia o aumento da esperança média de vida, em resultado da ampliação da cobertura de cuidados médicos primários, bem como dos apoios sociais.

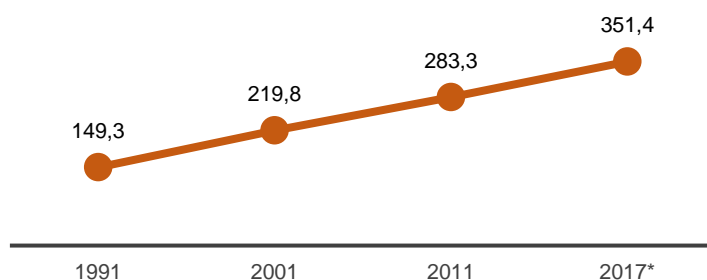


Gráfico 3. Índice de envelhecimento no concelho de Vila Nova de Foz Côa (1991, 2001, 2011 e 2017*)

FONTE: INE (2019)

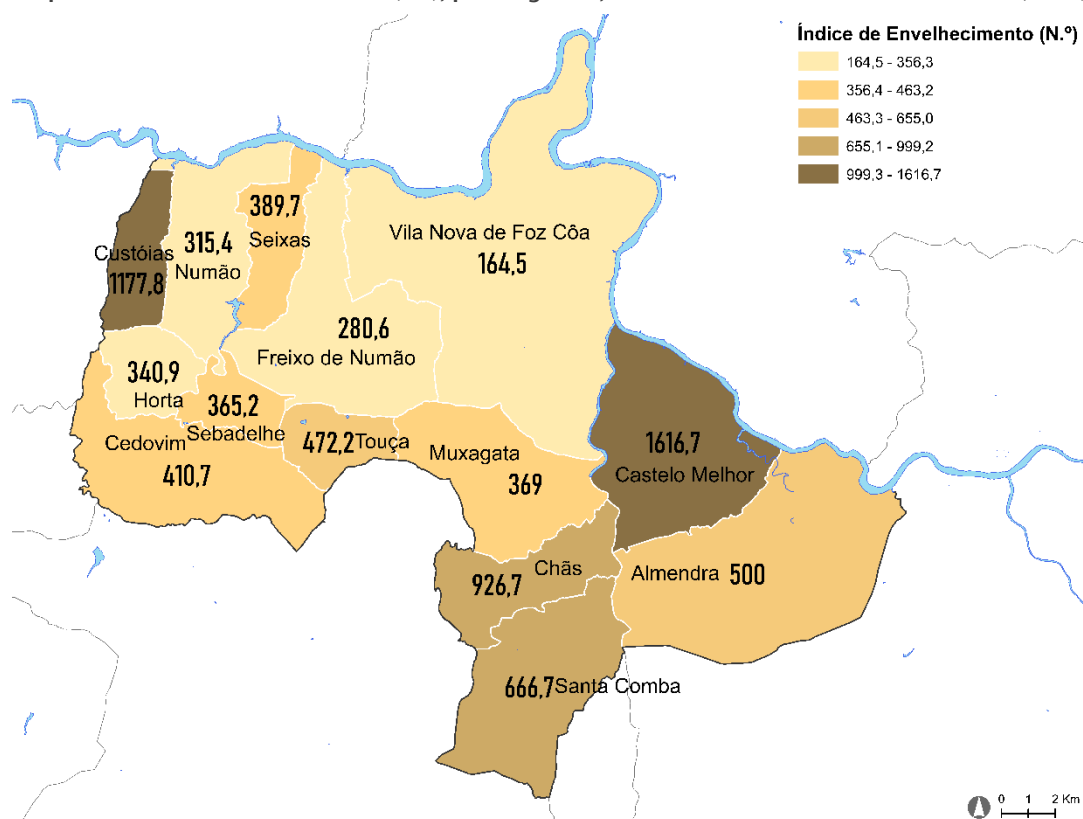
* Estimativas

Neste âmbito, o Gráfico 3 reforça a tendência descrita anteriormente no que concerne ao aumento da população idosa relativamente aos jovens, cujo problema é uma questão central na dinâmica das regiões do interior de Portugal, ao qual o município de Vila Nova de Foz Côa não é alheio.

A regressão demográfica observada nas regiões do interior do nosso território, ao longo dos últimos sessenta anos é uma realidade que está ligada, essencialmente, á procura por parte das populações, de uma vida bem-estar de melhor qualidade.

Deste modo, deteta-se um progressivo aumento do índice de envelhecimento ao longo das últimas décadas. As estimativas indicam que em 2017, por cada 100 crianças existem 351 idosos.

Mapa 8. Índice de envelhecimento (N.º), por freguesia, no concelho de Vila nova de Foz Côa (2011)



FONTE: INE (2019)

Observando a distribuição do referido índice ao nível da freguesia, o Mapa 8 indica que as dinâmicas se apresentam distintas. Um valor inferior a 100 denota que há menos idosos do que jovens. Contudo, nas catorze freguesias o índice é superior a 100, sendo nalguns casos superior a 1000.

De notar que Castelo Melhor (1 616,7), Custódias (1 177,8), Chãs (926,7) e Santa Comba (666,7) apresentam um cenário muito desfavorável, presumivelmente associado às características marcadamente rurais, e a afetação das políticas de abandono do interior, que lhes são intrínsecas, em consequência muito mais de opções humanas do que da própria especificidade da geografia.

No entanto, a freguesia sede de concelho também padece deste problema, mesmo detendo atributos distintos que, hipoteticamente, potenciariam um índice de envelhecimento mais reduzido.

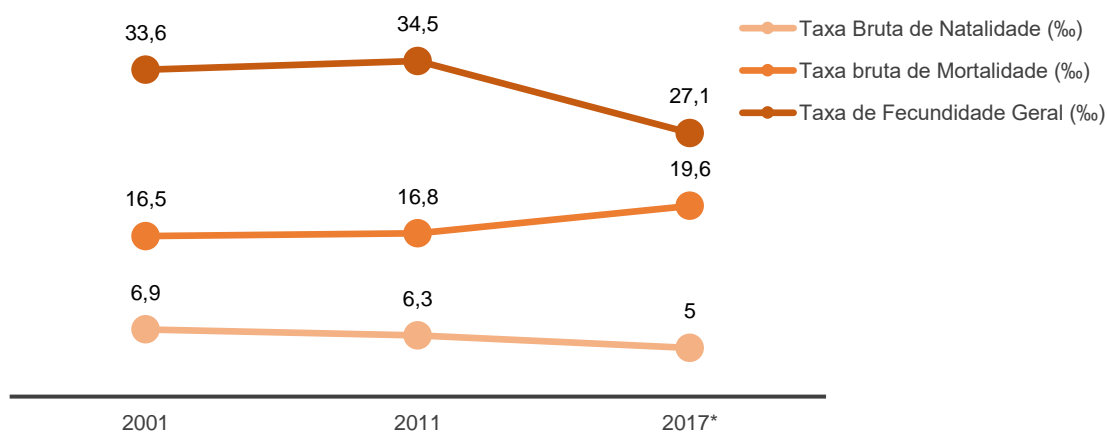


Gráfico 4. Taxa de natalidade e mortalidade (‰) no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2001, 2011 e 2017*)

FONTE: INE (2019)

* Estimativas

Nesta senda, urge analisar também as disposições relacionadas com a natalidade, a mortalidade e a fecundidade geral apresentadas no Gráfico 4.

Constata-se, portanto, que o concelho de Vila Nova de Foz Côa apresentava uma taxa de natalidade de 6,9‰ nascimentos por 1 000 habitantes em 2001, seguindo até 2011 uma tendência descendente ao registar 6,3‰. Por sua vez, a evolução entre os resultados definitivos de 2011 e as estimativas de 2017 também apontam para uma ligeira diminuição (-1,3‰).

Este fenómeno, associado a um contexto de elevado número de população idosa e reduzida taxa de fecundidade geral, pode, de facto, conduzir a um cenário de envelhecimento populacional no concelho.

De referir que à data da 1.ª revisão do PDM em 2015, a taxa de natalidade assentava em 5,4‰, valor que era inferior ao registado no Douro (6,2‰), na Região Norte (7,5‰), em Portugal (8,3‰) e ainda às estimativas de 2017.

No que diz respeito à taxa de mortalidade, evidencia-se a existência de maior oscilação, tendo, contudo, apresentado um comportamento mais ou menos constante, uma vez que entre 2001 e 2017 houve progressivamente um aumento de 3,1‰.

Por sua vez, em 2015, à data da 1.ª revisão do PDM, tinha-se registado um acréscimo deste indicador relativamente a 2011, assentando em 18,3‰, valor superior ao referente ao Douro (12,9‰), à Região Norte (9,3‰) e a Portugal (10,5‰).

De mencionar que as estimativas para 2017 indicam o aumento de 1,3‰ face a 2011.

Deste modo, a existência de uma diferença significativa entre a taxa de mortalidade e de natalidade, com a primeira a ser sempre superior, traduz-se numa taxa de crescimento natural negativo, em diminuição desde 2001, conforme é evidenciado no Gráfico 5.

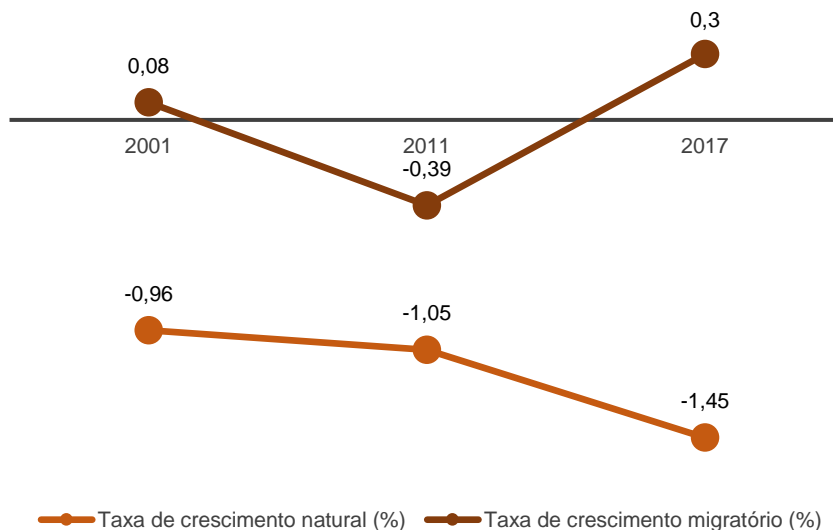


Gráfico 5. Taxa de crescimento natural e migratório no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2001, 2011 e 2017*)

FONTE: INE (2019)

* Estimativas

Por sua vez, a taxa de crescimento migratório apresenta valores negativos. A este facto não será alheia a conjuntura socioeconómica nacional e internacional, dotando Vila Nova de Foz Côa de pouca capacidade para fixar e atrair população. No entanto, o município tem vindo a multiplicar-se em esforços, a fim de capacitar o concelho de condições para fixar os fozcoenses.

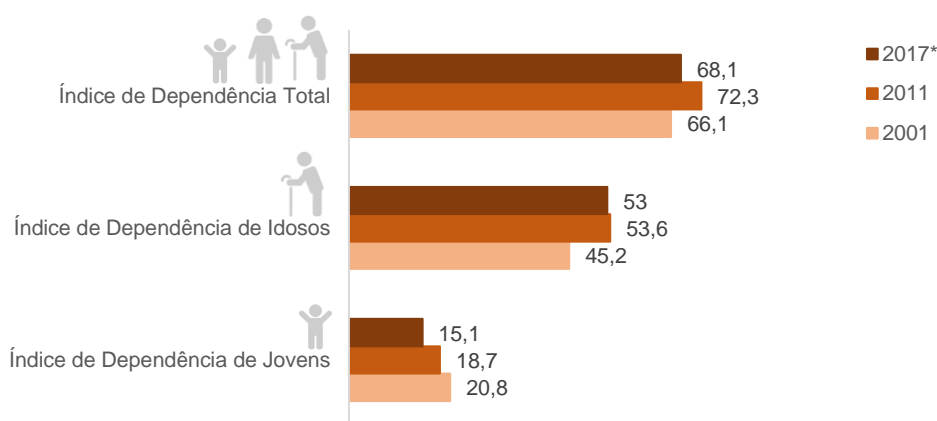


Gráfico 6. Índice de dependência de jovens, idosos e total no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2001, 2011 e 2017*)

FONTE: INE (2019)

* Estimativas

Relativamente aos índices de dependência presentes no Gráfico 6, estes expressam a relação entre a população jovem ou idosa e a população em idade ativa. Em Vila Nova de Foz Côa, entre 2001 e 2011, a variável respeitante à dependência da população com 65 ou mais anos aumentou, ao contrário do que sucedeu com os jovens. Este acréscimo revela o alargamento do peso da população idosa dependente, confirmando a tendência de um quadro associado ao envelhecimento populacional. No entanto, um valor inferior a 100 indica que há menos jovens ou idosos do que pessoas em idade ativa, cenário este que é observável em Vila Nova de Foz Côa.

Aliás, à data da 1.^a revisão do PDM, as estimativas apresentavam o mesmo cenário. Em sentido oposto, os dados mais recentes, respeitantes a 2017, apontam para um decréscimo de ambos os índices, comparativamente a 2011.

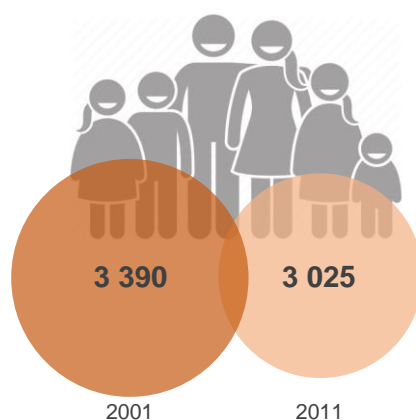


Figura 1. Famílias clássicas (N.º) no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2001 e 2011)

FONTE: INE (2019)

Por fim, importa patentear que, no que concerne ao número de famílias clássicas, na Figura 1, verifica-se que no período entre 2001 e 2011 se registou uma variação de -10,8%, acompanhando a redução populacional assinalado neste intervalo de tempo.

De referir que, reverter a perda de capital humano, associada a um envelhecimento generalizado da população, deve ser um dos principais desafios das políticas de coesão territorial, económica e social.

Síntese

DEMOGRAFIA

Em termos demográficos o concelho de Vila Nova de Foz Côa, caracteriza-se, essencialmente, pelo decréscimo e envelhecimento populacional progressivo. No último período censitário (2001-2011), nenhuma freguesia registou uma taxa de crescimento efetivo positiva.

A dinâmica populacional, traduz-se numa diminuição dos efetivos em todos os grupos etários, com exceção daqueles com idade igual ou superior aos 65 anos. Sendo que, por cada 100 jovens, existiam no concelho de Vila Nova de Foz Côa 283 idosos, em 2011. Estimando-se que este valor tenha aumentado para 351 no ano de 2017.

O aumento do saldo natural francamente negativo, a redução da taxa de natalidade e a elevada taxa de mortalidade, com o consequente envelhecimento da população e o forte despovoamento que se verifica, agudizam a desaceleração do ritmo do crescimento demográfico.

A freguesia de Vila Nova de Foz Côa destaca-se, claramente, como a mais densamente povoada, sendo marcada por características mais urbanas e beneficia da agregação de Mós e Santo Amaro, regista enquanto sede de concelho, um decréscimo populacional menos acentuado.

As freguesias mais densamente povoadas localizam-se ao longo das principais vias do concelho, ou seja, EN 222 e o IP, o que ilustra o papel da estrutura viária na fixação populacional.

A existência de uma diferença significativa entre a taxa de mortalidade e de natalidade, com a última a ser sempre inferior, traduz-se numa taxa de crescimento natural negativo.

3.3. Habitação

A análise do parque habitacional permite melhor compreender a evolução das características e dinâmicas dos últimos anos, detetando eventuais fragilidades e potencialidades, por forma a servir de apoio à perspetivação de futuras intervenções no âmbito do ordenamento do território.

Tabela 3. Edifícios (N.º) desde o nível nacional ao municipal (2001, 2011 e 2017*)

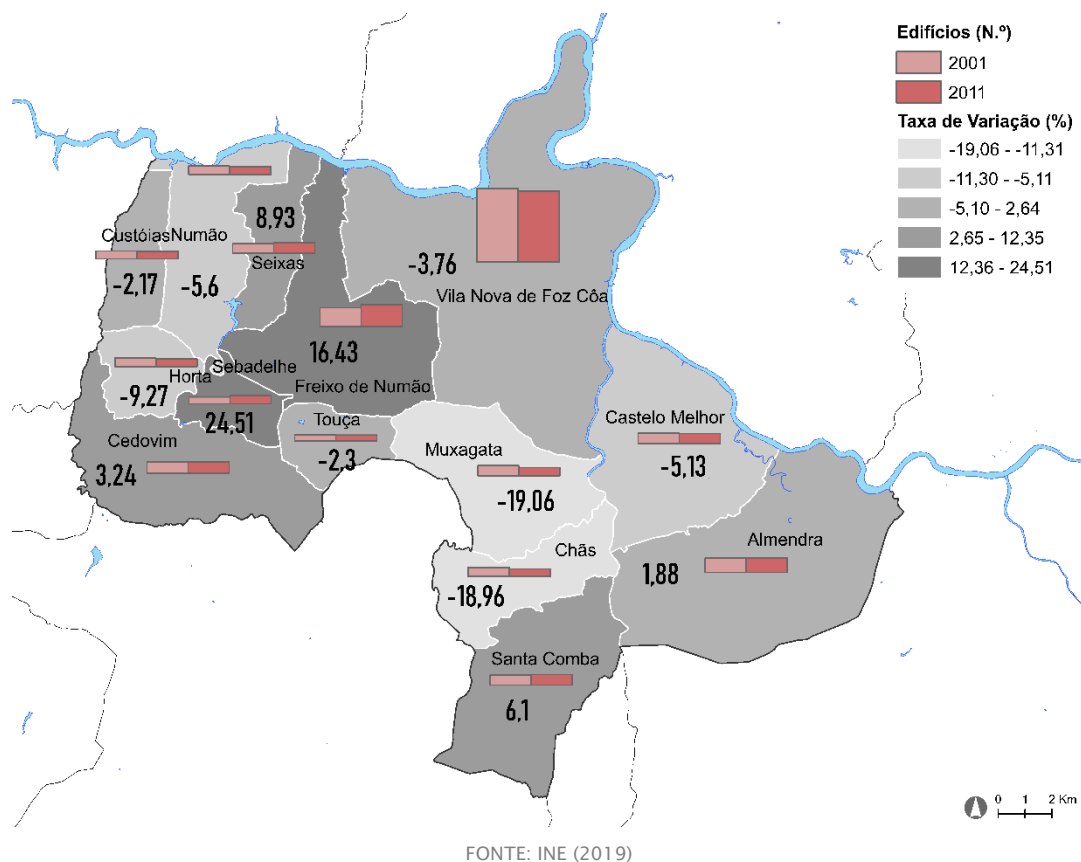
Unidade Geográfica	2001	2011	Taxa de Variação (%)	2017*
Portugal	3 160 043	3 544 389	12,16	3 596 827
Região Norte	1 100 329	1 209 911	9,96	1 231 643
Região do Douro	110 307	119 398	8,24	120 144
Vila Nova de Foz Côa	6 099	6 051	-0,79	6 085

FONTE: INE (2019)

*Anuário Estatístico da Região Norte (2017)

A este respeito, pode observar-se na Tabela 3 que estavam registados 6 051 edifícios no concelho de Vila Nova de Foz Côa em 2011, traduzindo-se num decréscimo de cerca de -0,79% face a 2001. Estes edifícios representam cerca de 5,1% do total existente no Douro e 0,5% na Região Norte. Além disso, esta dinâmica de crescimento também está patente nas restantes unidades geográficas.

Mapa 9. Edifícios (N.º) e respetiva taxa de variação (%), por freguesia, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2001 e 2011)



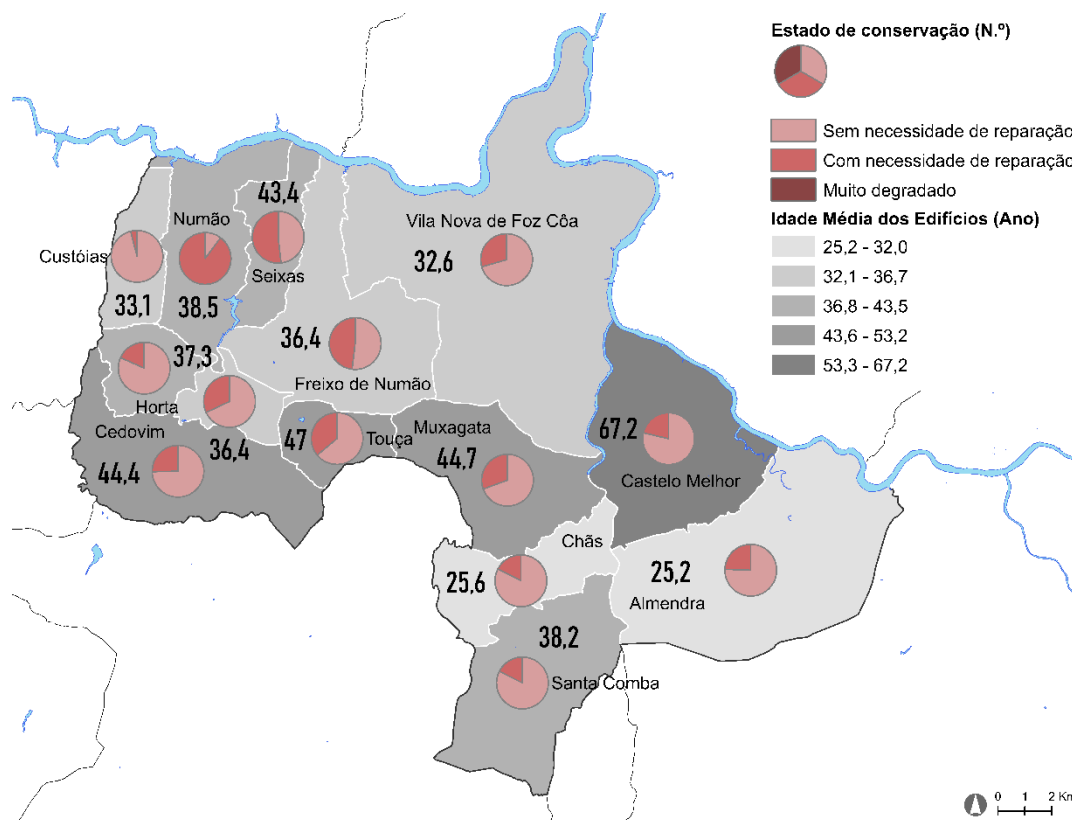
Ao nível das freguesias, o Mapa 9 assinala a evolução entre 2001 e 2011, detetando-se que somente cinco das freguesias registaram um aumento do número de edifícios. Esta dinâmica edificatória positiva sobressai em Sebadelhe (24,5%), Freixo de Numão (16,4%), Seixas (8,9%), Santa Comba (6,1%), Cedovim (3,2%) e Almendra (1,9%).

Por outro lado, Muxagata (-19,1%) e Chãs (-19%) foram as que registaram um menor crescimento.

De notar que a freguesia com mais população, ou seja, Vila Nova de Foz Côa, exibe, como seria de esperar, o maior número de edifícios, ainda que a taxa de variação se apresente negativa (-3,8%). Que poderá ser justificado pelo impacto do desaparecimento de edifícios que tiveram origem no período da construção da barragem do Pocinho e depois foram desativados e demolido, sendo isto, um episódio confinado no espaço e no tempo.

Relativamente à idade média dos edifícios, o concelho de Vila Nova de Foz Côa assinalava 38,4 anos em 2011, registo superior à média nacional (37,9) e da Região Norte (36,5). Por sua vez, o Douro apresentava um valor tenuemente superior (38,8) ao ostentado por Vila Nova de Foz Côa.

Mapa 10. Idade média dos edifícios (ano) e necessidade de reparação (%), por freguesia, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2011)



FONTE: INE (2019)

Detalhando e analisando ao nível da freguesia, o Mapa 10 indica que o parque edificado mais antigo se encontra nas freguesias de Castelo Melhor (67,2), Touça (47,1), Muxagata (44,7), Cedovim (44,4) e Seixas (43,4).

Por outro lado, é em Almendra (25,2) e Chãs (25,6), onde se apresenta o edificado mais recente.

Tabela 4. Alojamentos (N.º) desde o nível nacional ao municipal (2001 e 2011)

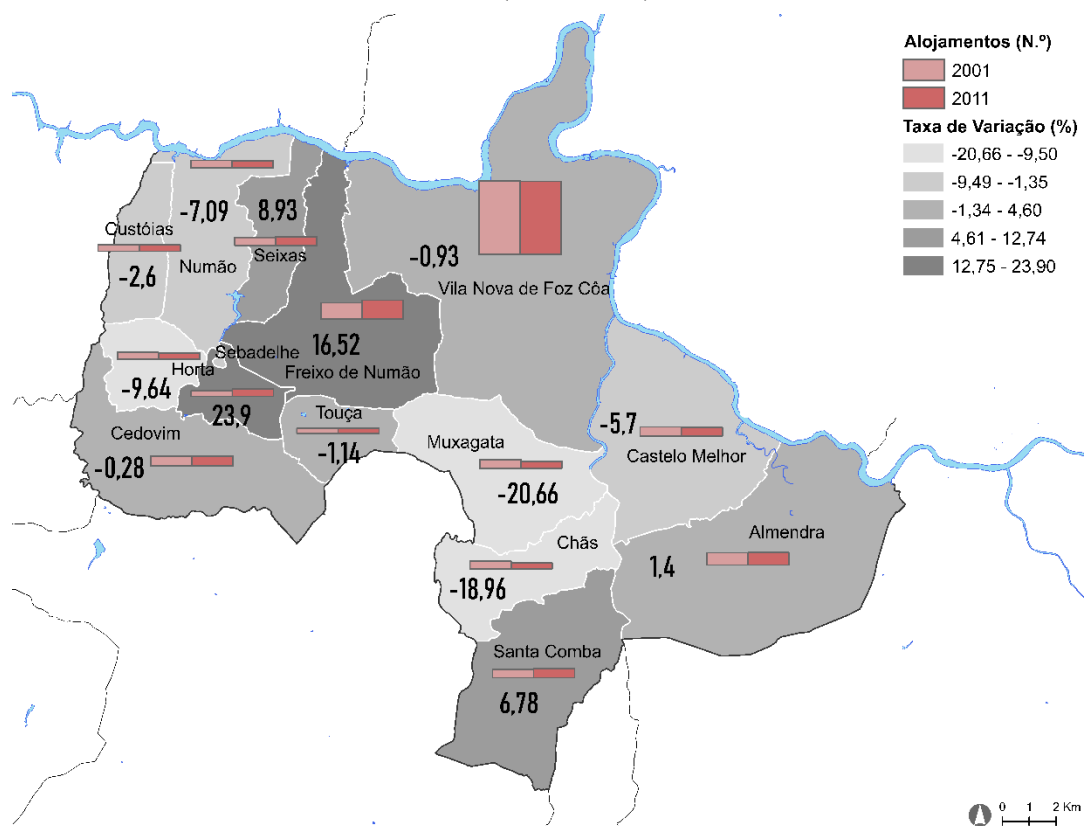
Unidade Geográfica	2001	2011	Taxa de Variação (%)	2017*
Portugal	5 054 922	5 878 756	16,30	5 942 131
Região Norte	1 613 781	1 850 890	14,69	1 877 834
Região do Douro	127 070	140 278	10,39	140 843
Vila Nova de Foz Côa	6 516	6 503	-0,20	6 524

FONTE: INE (2019)

*Anuário Estatístico da Região Norte (2017)

No que concerne ao número de alojamentos, verifica-se que, à semelhança do número de edifícios, estes também diminuíram no concelho de Vila Nova de Foz Côa, registando em 2011, um total de 6 503 alojamentos, ou seja, menos -0,20% do que em 2001. Em contrapartida, verifica-se uma dinâmica positiva a nível nacional, na Região Norte e no Douro, conforme se encontra expresso na Tabela 4.

Mapa 11. Alojamentos (N.º) e respetiva taxa de variação (%), por freguesia, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2001 e 2011)



FONTE: INE (2019)

Por seu turno, ao nível da freguesia, tal como é evidenciado no Mapa 11, grande parte das mesmas registou uma diminuição do número de alojamentos entre 2001 e 2011, especialmente em Muxagata e Chás, onde este indicador apresenta uma variação negativa de -20,7% e -19%, respetivamente.

As freguesias de Sebadelhe e Freixo de Numão exibem a evolução mais significativa das demais, uma vez que em dez anos viram o número de alojamentos aumentar 23,9% e 16,5%, respetivamente. De referir ainda o acréscimo diminuto nas freguesias de Seixas (8,9%), Santa Comba (6,8%) e Almendra (1,4%).

De facto, estes indicadores relativos aos edifícios e aos alojamentos estão correlacionados, apresentando, como é natural, uma dinâmica territorial semelhante. Por isso é exetável que as freguesias que tenham registado um maior acréscimo do número de edifícios, sejam também aquelas que apresentam um aumento mais elevado relativamente ao alojamento.

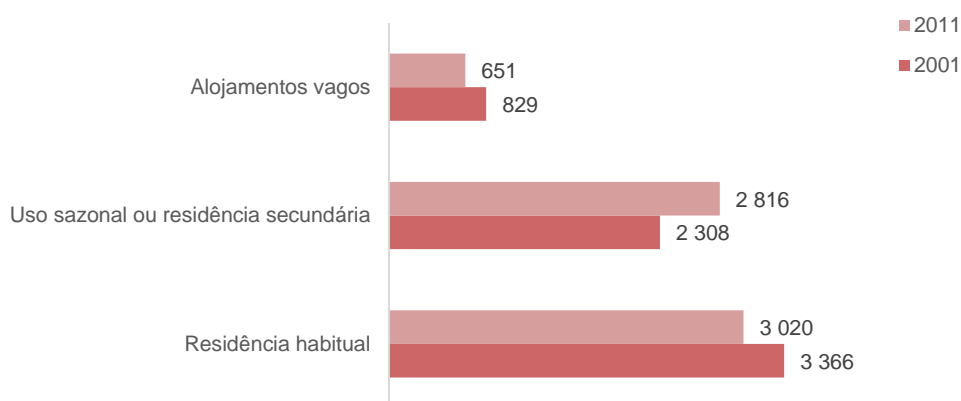


Gráfico 7. Alojamentos familiares clássicos (N.º), por forma de ocupação, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2001 e 2011)

FONTE: INE (2019)

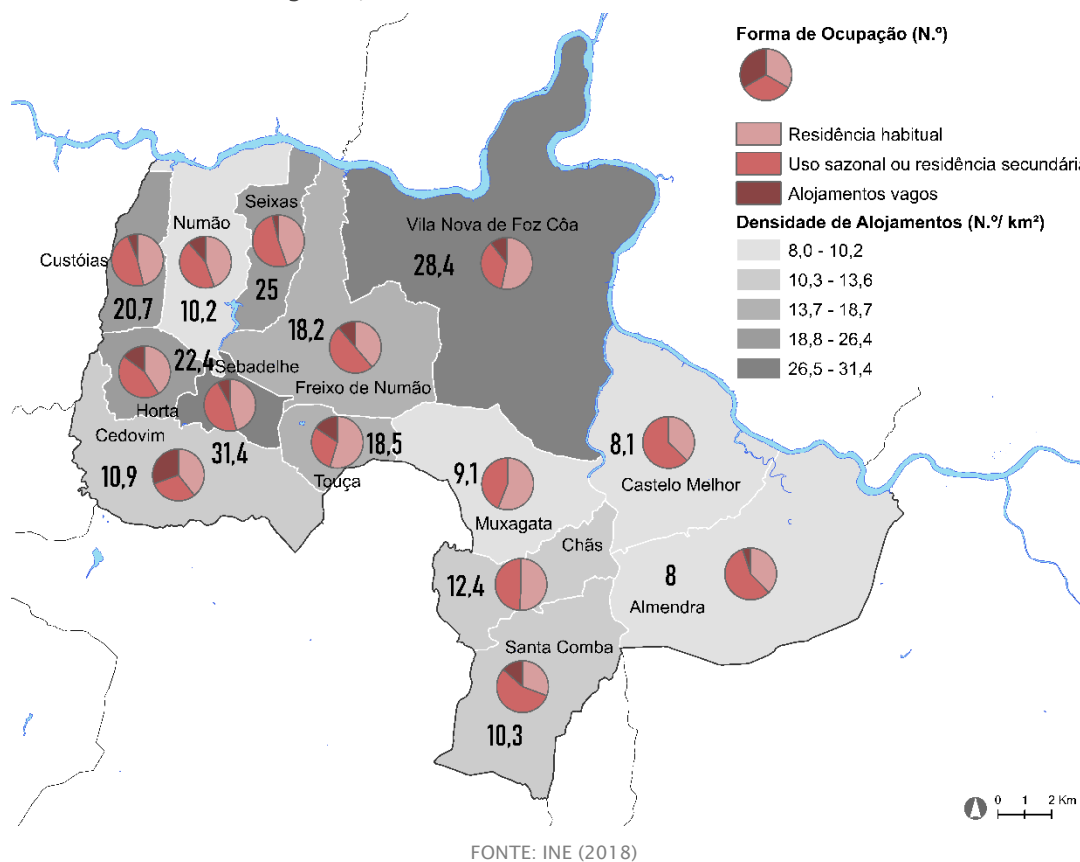
Em termos de regime de ocupação dos alojamentos, tal como é exibido no Gráfico 7, a generalidade corresponde à residência habitual da população, mas cujo indicador diminuiu -10,3% entre 2001 e 2011, representando em 2011, 46,6% dos alojamentos familiares clássicos existentes no concelho.

Verifica-se um acréscimo em relação aos alojamentos de uso sazonal ou secundário, acentuado, na ordem dos 22%, o que em 2011 correspondia a 43,4% do total.

Além disso, interessa salientar a diminuição de -21,3% de alojamentos vagos entre 2001 e 2011, representando, à data dos últimos censos, 10% da totalidade dos alojamentos familiares clássicos concelhios.

Esta evolução vem reforçar a crescente apetência pela residência secundária e de uso sazonal no concelho de Vila Nova de Foz Côa, quer por parte da população residente no território, quer de indivíduos externos ao município, evidenciando um progressivo aumento da atratividade do concelho para estadias mais ou menos prolongadas.

Mapa 12. Regime de ocupação dos alojamentos familiares clássicos (%) e respetiva densidade (N.º/Km²), por freguesia, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2011)



O Mapa 12 demonstra o regime de ocupação e a densidade dos alojamentos familiares clássicos, por freguesia, no ano de 2011. Verifica-se, portanto, que Sebadelhe, Vila Nova de Foz Côa e Seixas são as freguesias que maior densidade de alojamentos apresenta, registando 31,4, 28,4 e 24,9 alojamentos/Km², respetivamente. Por sua vez, constata-se que a residência habitual e de uso sazonal, são as formas de ocupação dominantes em todo o território.

De destacar que relativamente ao uso sazonal ou residência secundária, a evolução entre 2001 e 2011 é muito significativa, sobressaindo Sebadelhe, Freixo de Numão e Vila Nova de Foz Côa, uma vez que duplicou esta forma de ocupação, inscrevendo 129%, 111% e 100%, respetivamente. Contudo, Horta e Cedovim indicam deter um cenário contrário, registando uma variação negativa (de -26% e -25%, respetivamente).

No que concerne aos alojamentos vagos, Cedovim e Horta, apresentam uma variação francamente positiva de 189% e 175%, respetivamente. De salientar também as freguesias de Chãs (100%) e Custóias (75%). Isto poderá indicar que há uma dicotomia entre a oferta e/ou abandono de habitação face à procura verificada.

Por outro lado, Castelo Melhor (-100%) e Muxagata (-98%), reduziram significativamente o parque habitacional vago.

Tabela 5. Características do parque habitacional no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2017*)

Indicador	Unidade
Edifícios de habitação familiar clássica (N.º)	6 085
Alojamentos de habitação familiar clássica (N.º)	6 524
Média de habitantes por alojamento (N.º)	1,08
Média de alojamentos por edifício (N.º)	1,01
Densidade de edifícios (N.º/Km ²)	15,28
Densidade de alojamentos (N.º/Km ²)	16,39

FONTE: INE (2018)

* Estimativas

Mais recentemente, o INE disponibilizou os dados apresentados na Tabela 5 referentes ao ano de 2017, onde comparativamente com 2001 e 2011, anteriormente mencionados, se confirma uma evolução edificatória positiva, em resultado do aumento do número de edifícios e alojamentos.

3.3.1. Estratégia Local de Habitação

A Nova Geração de Políticas de Habitação, NGPH, foi desenvolvida no sentido de ultrapassar situações de carência e vulnerabilidade no acesso à habitação, perspetivando o alargamento de habitação para arrendamento público, destacando-se neste processo o papel fundamental das autarquias locais, dadas as suas relações de proximidade com os cidadãos e o território.

Na prossecução do quadro de soluções da NGPH foi recentemente criado o 1º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, no sentido de garantir o direito de acesso à habitação, numa dinâmica predominantemente dirigida à reabilitação e arrendamento, promovendo a inclusão social e territorial.

As candidaturas são apresentadas pelos Municípios ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IHRU, sob a forma de uma Estratégia Local de Habitação, ELH, elaborada de acordo com os princípios do programa, nomeadamente o princípio do planeamento estratégico local, da reabilitação do edificado, do incentivo ao arrendamento e da integração social. As soluções definidas no âmbito do programa podem considerar:

- Arrendamento;
- Reabilitação;
- Construção;
- Aquisição.

Sendo estas financiadas em duas componentes:

- Participação não reembolsável – até 50%
- Empréstimo bonificado para a parte não reembolsável.

Por fim, reconhece-se a pertinência e utilidade da ELH no planeamento da intervenção pública à escala local, assim como o papel imprescindível dos municípios na implementação das políticas de habitação e reabilitação, pelo que seguidamente se apresenta uma metodologia para a elaboração da mesma.

Síntese

HABITAÇÃO

Ao nível habitacional, predominam os alojamentos familiares clássicos de residência habitual, verificando-se que em 2011, de um total de 6 503 alojamentos clássicos, 2 816 alojamentos (43%) encontram-se destinados ao uso sazonal ou como residência secundária, sendo diminuta a discrepância entre estes regimes de ocupação.

A idade média dos edifícios é na ordem dos 38 anos, valor esse superior à média nacional e regional, mas inferior à média da Região do Douro. O parque edificado mais antigo encontra-se nas freguesias de Castelo Melhor, Touça, Cedovim, Muxagata e Seixas.

Aumento do número de alojamentos de uso sazonal ou secundário no período de 2001 a 2011, demonstrando a apetência do concelho para a 2ª habitação, evidenciando um progressivo aumento da atratividade do concelho.

O concelho revela a existência de um número considerável de habitações com necessidade de reparação, no que se refere ao estado de conservação e condições de habitabilidade em algumas freguesias.

Denota-se um aumento do parque habitacional do concelho, quer a nível do número de edifícios, quer do número de alojamentos no período entre 2001 e 2011. Acresce reforçar que o número de alojamentos vagos verificou um decréscimo.

As freguesias de Sebadelhe e Freixo de Numão assinalam a evolução mais significativa no que respeita a taxa de variação de alojamentos. Em contraponto, Chãs e Muxagata inscreveram uma taxa de variação consideravelmente negativa.

3.4. Economia

Os municípios possuem um papel muito relevante no processo de promoção do desenvolvimento económico local. É expectável, portanto, que no setor público e do associativismo empresarial, a execução de projetos indutores do progresso territorial centrados no aproveitamento das potencialidades e dos recursos locais.

Neste âmbito, o estudo das dinâmicas económicas procura identificar as tendências evolutivas dominantes, assim como os setores e atividades que têm desempenhado um papel mais preponderante no desenvolvimento concelhio.

Tabela 6. População ativa (N.º) e taxa de atividade (%) desde o nível nacional ao municipal (2001 e 2011)

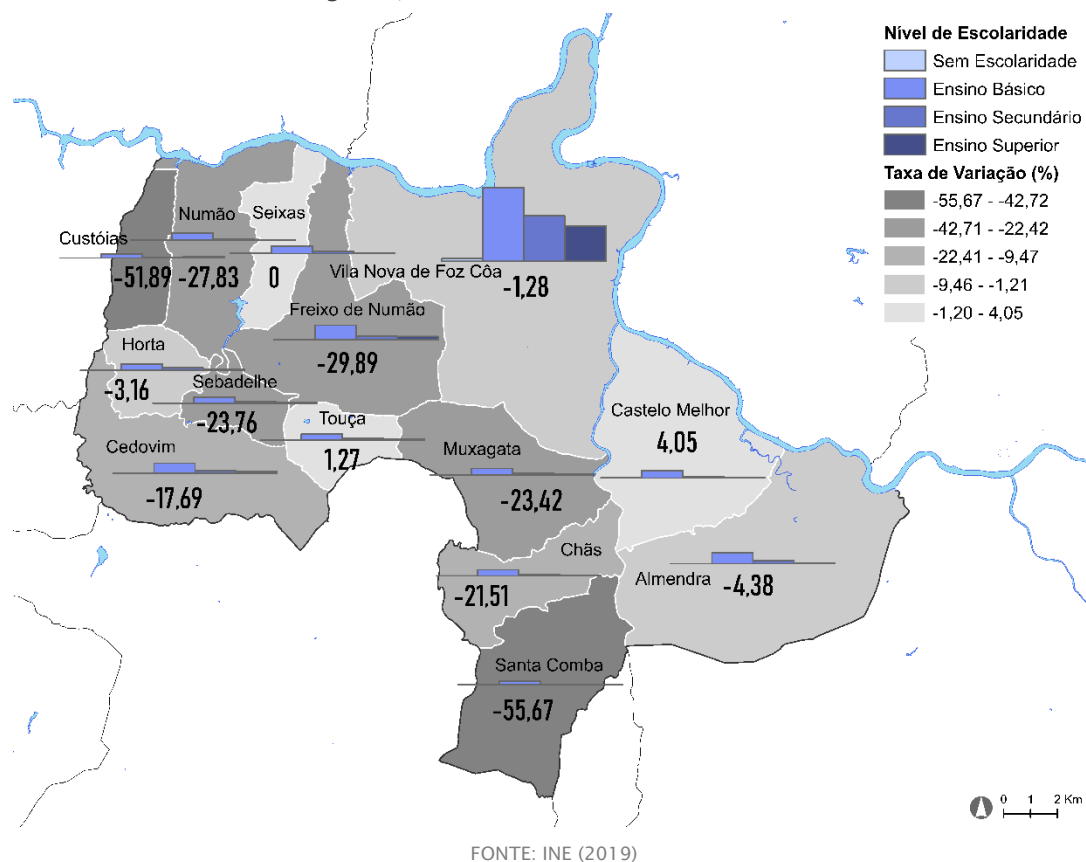
Unidade Geográfica	2001		2011		Taxa de Variação (%)
	Pop. Ativa	Taxa Atividade	Pop. Ativa	Taxa Atividade	
Portugal	4 990 208	48,1	5 023 367	47,56	0,66
Região Norte	1 775 015	48,1	1 756 065	47,59	-1,07
Região do Douro	87 505	39,4	85 174	41,37	-2,66
Vila Nova de Foz Côa	3 016	35,5	2 671	36,53	-11,44

FONTE: INE (2019)

Assim, de acordo com a informações relativas ao período entre 2001 e 2011, exibidas na Tabela 6, a população ativa registou uma variação negativa (de -2,7%) no concelho de Vila Nova de Foz Côa, acompanhando a tendência verificada na Região Norte e da Região do Douro, ao contrário do panorama nacional, que apresentou um acréscimo.

Face ao exposto e com o referido anteriormente, em que se evidenciava a diminuição da população residente neste período, os resultados apresentados pela taxa de atividade concelhia registaram um ligeiro aumento de 1,03%, seguindo o pendor económico da unidade geográfica do Douro (+1,97%), por oposição dos registos nacionais e da Região Norte.

Mapa 13. Taxa de variação (%) da população ativa (2001 e 2011) e nível de escolaridade (N.º) (2011), por freguesia, no concelho de Vila Nova de Foz Côa



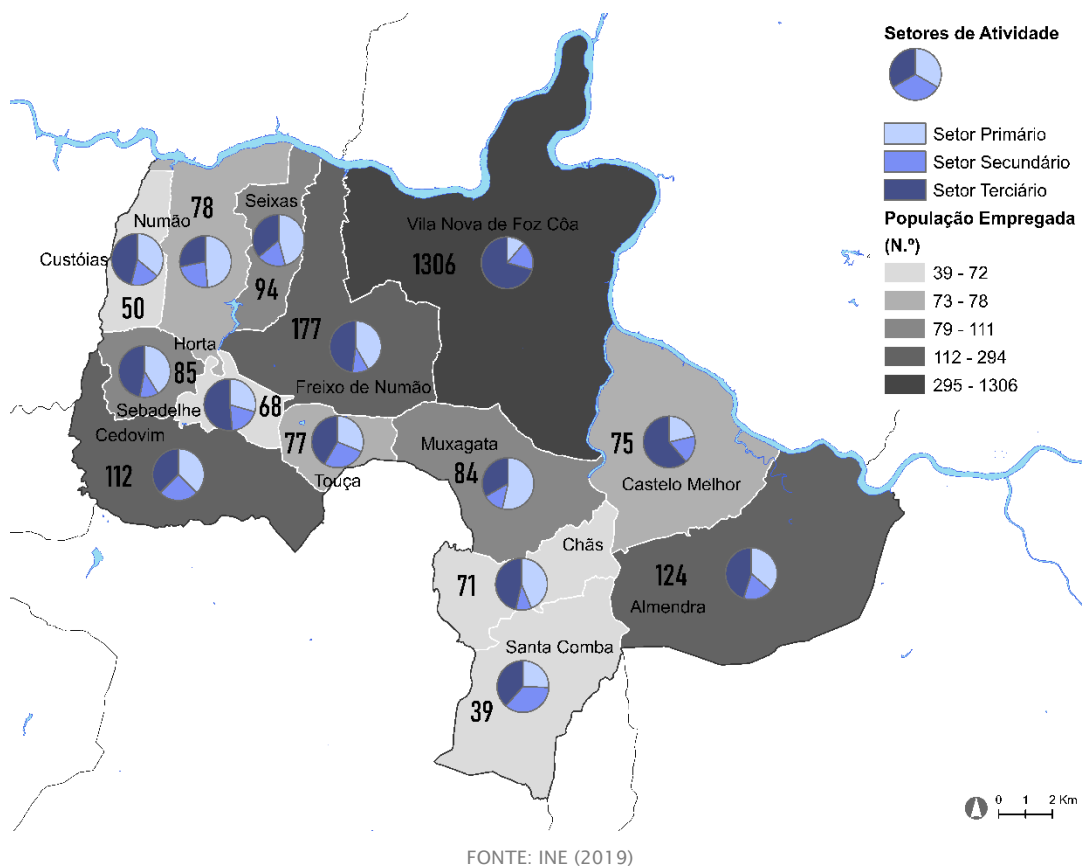
O Mapa 13 evidencia que a generalidade das freguesias registou uma variação negativa da população ativa, à exceção de Castelo Melhor (4,1%) que beneficia da proximidade à sede de concelho, Touça (1,3%) e Seixas que, por sua vez, estabilizou em 0% de variação.

Acresce ainda o facto de se poder observar a distribuição do nível de escolaridade, exibindo-se esta semelhante na totalidade das freguesias, com claro destaque para o domínio do ensino básico.

De mencionar o reduzido número de população sem escolarização. Efetivamente, a universalização e a democratização do ensino, com o reforço do ensino profissionalizante, das campanhas de educação para adultos e do aumento da escolaridade obrigatória, traduzem-se em impactes favoráveis ao dinamismo económico local.

Além disso, sabe-se que as dinâmicas demográficas, económicas e socioculturais têm expressão na capacidade de fixação de população jovem e na criação de atividades geradoras de novos e mais qualificados empregos. Nesse sentido, importa avaliar a relação entre a população empregada e os setores de atividade. É fundamental a análise deste tipo de características, a fim de criar dinâmicas que possam contornar eventuais situações pouco vantajosas.

Mapa 14. População empregada (N.º) segundo os setores de atividade (%), por freguesia, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2011)



No Mapa 14 constata-se que a freguesia de Vila Nova de Foz Côa apresenta o maior número de população empregada, situação que não é alheia ao facto de ser sede de concelho e deter a maior porção de população residente.

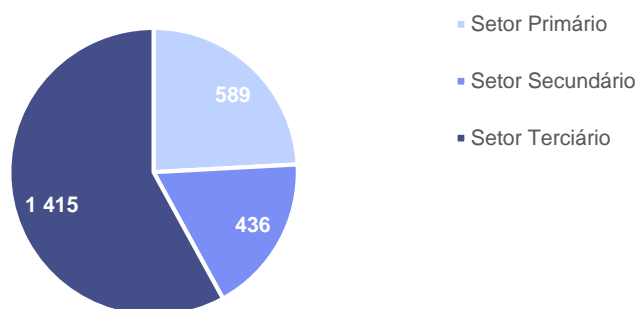


Gráfico 8. População empregada (N.º) por Setor de Atividade no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2011)

FONTE: INE (2019)

Ademais, o setor terciário, associado ao comércio de bens e à prestação de serviços é o mais representativo na totalidade das freguesias, a par do setor primário.

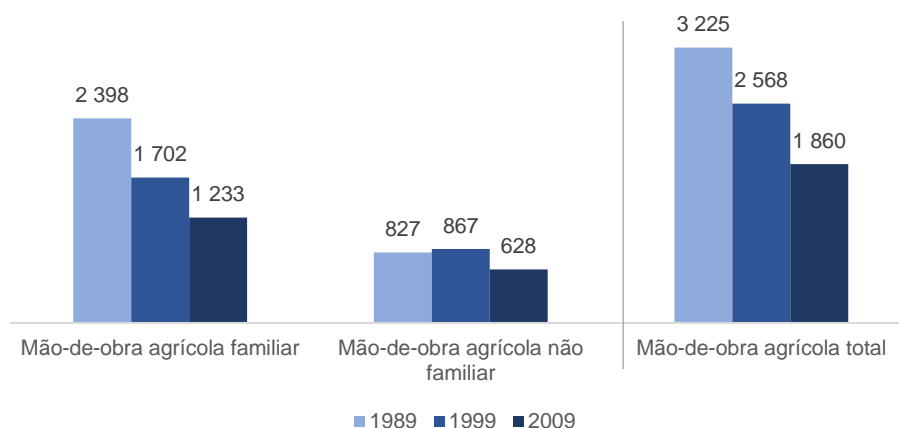


Gráfico 9. Mão-de-obra agrícola (N.º) por tipo de mão-de-obra

FONTE: INE (2019)

Neste sentido, a participação do setor primário na geração de emprego é muito extensa. Esta situação advém do predomínio e do incremento da cultura da vinha, do olival e do amendoal.

Por seu turno, o setor secundário, relacionado com a transformação de matérias-primas, em produtos acabados ou semiacabados, tem vindo a sofrer os efeitos do processo de mecanização, uma vez que as empresas passam a empregar uma quantidade menor de trabalhadores, transportando os assalariados para o ramo do comércio e dos serviços, e encontra-se profundamente interrelacionado com o sector agrícola e com a exploração de pedreiras de xisto.

Note-se, portanto, que o setor terciário se assume fundamental para o crescimento económico, por força dos efeitos multiplicadores que induz, resultantes das complementaridades com outras atividades.

Tabela 7. Taxa de desemprego (%) desde o nível nacional ao municipal (2001, 2011 e 2017*)

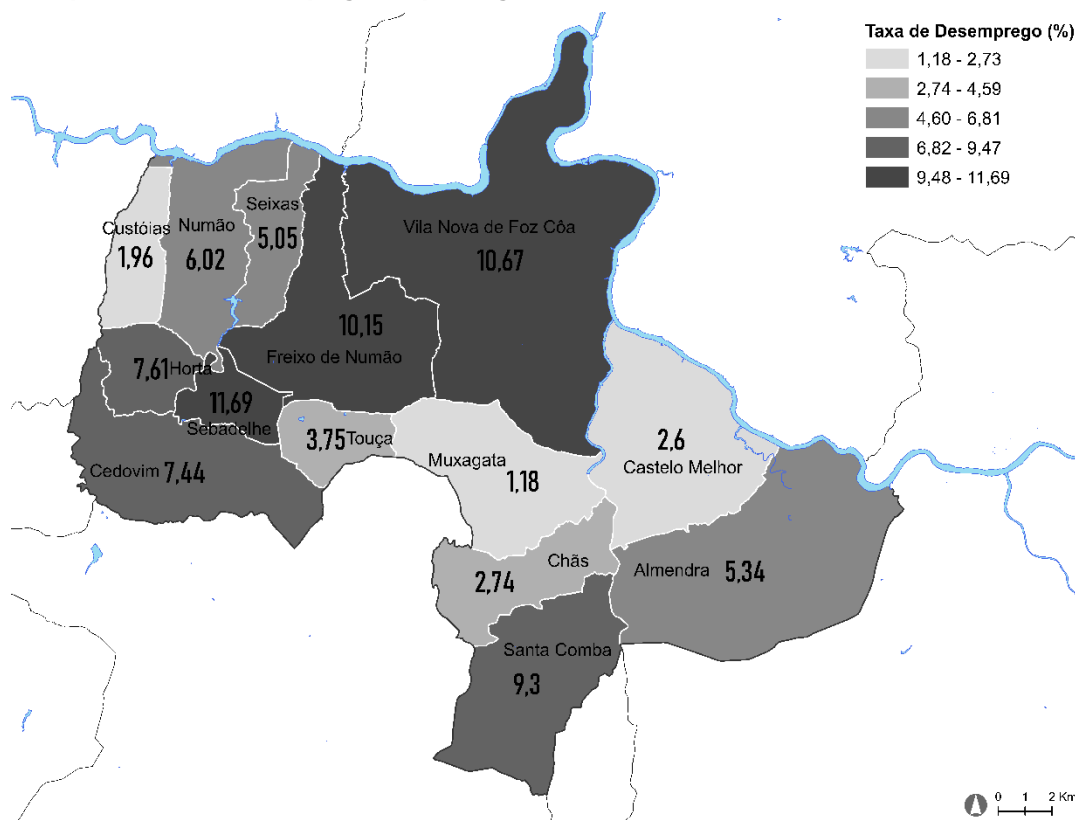
Unidade Geográfica	2001	2011	2017*
Portugal	6,7	13,2	6,5
Região Norte	6,6	14,5	7,6
Região do Douro	8,2	12,1	10,0
Vila Nova de Foz Côa	5,7	8,7	6,6

FONTE: INE; PORDATA* (2019)

Assim, ainda que à semelhança do que ocorreu a nível nacional, o concelho de Vila Nova de Foz Côa registou um aumento da taxa de desemprego, na ordem dos 3% no último período intercensitário, o ano de 2011 assentou em valores inferiores à média nacional (-4,5%), mas também relativamente às unidades geográficas da Região Norte (-5,8%) e da Região do Douro (-3,4%), conforme se pode observar na Tabela 7.

Aliás, o ano de 2017 apresentou resultados francamente mais favoráveis, uma vez que entre 2011 e 2017, tendo se contabilizado, uma redução da taxa de desemprego de - 2,1%, no concelho de Vila Nova de Foz Côa.

Mapa 15. Taxa de desemprego (%), por freguesia, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2011)



FONTE: INE (2019)

No Mapa 15, a taxa de desemprego revela uma distribuição diferenciada entre as freguesias. De notar que em 2011, Sebadelhe (11,7%), Vila Nova de Foz Côa (10,7%), Freixo de Numão (10,2%) e Santa Comba (9,3%) registavam as maiores taxas de desemprego. Por outro lado, Muxagata (1,2%), Custóias (2%) e Castelo Melhor (2,6%), apresentam os valores mais reduzidos, sendo mais baixos do que a média do concelho.

3.4.1. Dinâmica Empresarial

Segundo os dados estatísticos apresentados no Gráfico 10, a partir de 2012 assistiu-se a uma recuperação económica, registando-se, deste modo, um aumento de 672 empresas até 2015.

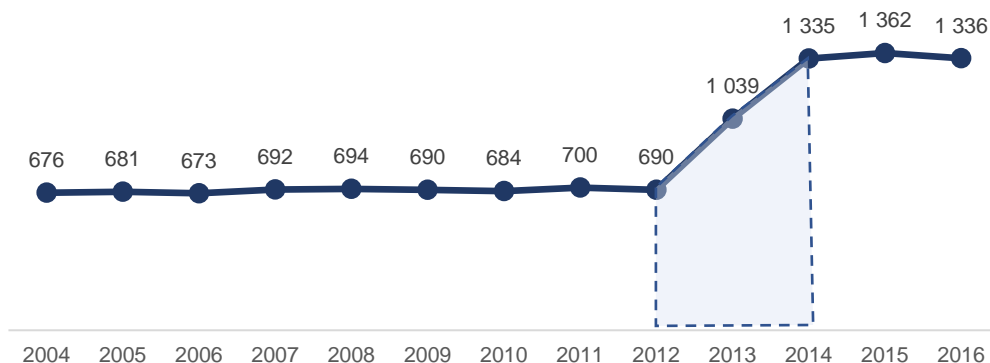


Gráfico 10. Empresas (N.º) no concelho de Vila Nova de Foz Côa (entre 2004 e 2016)

FONTE: INE (2019)

A política de incentivos fiscais à “interioridade”, poderá constituir de uma das mais eficientes medidas para a fixação de atividades económicas, de emprego e de população jovem no interior, decisiva para a tentativa de inversão do forte declínio demográfico que devasta o interior de Portugal. O governo do país tem, na área da fiscalidade, que assumir decisões eficazes, que captem a atenção e o interesse dos investidores. Ao contrário do que tem acontecido no passado recente, com medidas insuficientes para gerar a captação de atividades.

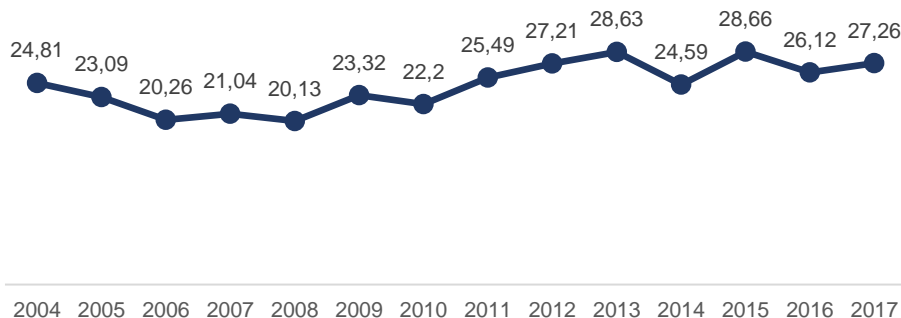


Gráfico 11. Indicador de concentração do volume de negócios das quatro maiores empresas (%), no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2004 - 2017)

FONTE: INE (2019)

As atividades imobiliárias, o setor de construção e o turismo são também importantes na estrutura produtiva, em termos do valor acrescentado bruto. No que respeita à indústria, predomina a importância das indústrias extrativas, apesar da evolução deste indicador se demonstrar instável ao longo da última década, como explicito no Gráfico 11.

Contudo, elencam-se como prioridades a captação de investimento externo para o interior, incentivar o investimento interno, ambas as medidas apoiadas num pacote de incentivos fiscais à interioridade, envolvendo impostos nacionais e locais, suficientemente diferenciador que permita às empresas e quadros qualificados fazerem uma opção pela fixação no interior.

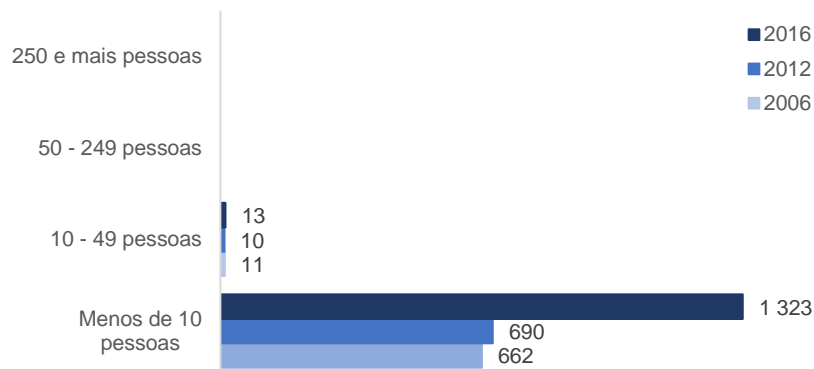


Gráfico 12. Escalão de Pessoal ao Serviço (N.º), no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2006, 2012, e 2016)

FONTE: INE (2019)

A tendência evolutiva descrita anteriormente assemelha-se ao comportamento das microempresas apresentado no Gráfico 12, uma vez que estas, constituídas por menos de 10 pessoas ao serviço, demonstram uma dinâmica de oscilação e peso significativo, que indica terem influenciado o panorama geral exibido no Gráfico 10.

Denota-se que este predomínio das empresas com menos de 10 trabalhadores, constituía em 2016, 99% do tecido empresarial existente no concelho.



Gráfico 13. Ganho médio mensal (€), no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2004-2016)

FONTE: INE (2019)

A qualificação da população surge como um fator decisivo para a promoção de uma economia mais inclusiva, que se traduz, nomeadamente no ganho médio mensal, exposto no Gráfico 13, ao potenciar a empregabilidade e promover a competitividade empresarial.

A promoção de um crescimento inclusivo no território de Vila Nova de Foz Côa implica melhorar o as competências da população no sentido de criar oportunidades de trabalho e tornar o tecido empresarial mais competitivo, promovendo assim a coesão social.

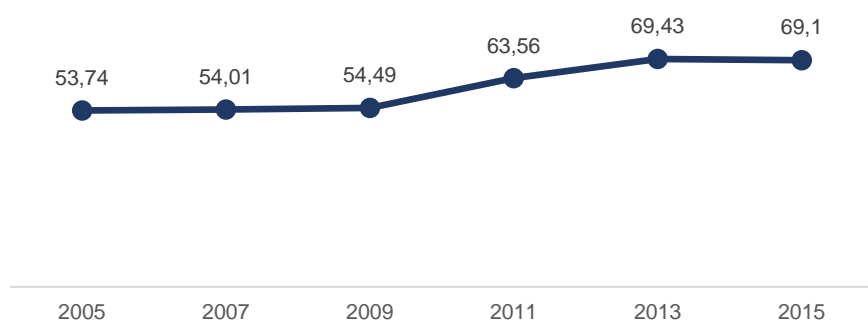


Gráfico 14. Poder de compra per capita, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (entre 2005 e 2015)

FONTE: INE (2019)

Segundo os dados do INE, o poder de compra per capita, traduz o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos per capita, ou seja, por habitante, no concelho de Vila Nova de Foz Côa, tendo por referência o valor nacional (Portugal=100)¹³.

Em relação ao concelho de Vila Nova de Foz Côa o poder de compra aumentou de 53 para 69, num período de dez anos, como mostra o Gráfico 14. Estes resultados sugerem que o poder de compra se encontra associado à dimensão urbana do município.

O problema é que o rendimento não é distribuído, necessariamente, no mesmo ponto do território em que é gerado. Ao contrário do que por vezes é afirmado, denotam-se quais as principais razões da divergência residem fundamentalmente em dois fenómenos, que como é óbvio podem ter um enorme peso ao nível concelhio:

- *em primeiro lugar os movimentos pendulares, que fazem com que indivíduos que residem e usufruem rendimentos no concelho (região ou país), possam contribuir pelo seu trabalho para o PIB de outra unidade territorial; bem entendido, quando se calcula o PIB per capita de um concelho (região ou país), no numerador está também a contribuição produtiva dos trabalhadores não residentes, mas no denominador estão meramente os cidadãos que residem nesse espaço geográfico;*

¹³ Instituto Nacional de Estatística. Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio. pp. 2. (10 de novembro de 2017)

- *em segundo lugar, as empresas que laboram e geram o PIB de um certo espaço territorial, podem ser propriedade de residentes noutros locais e/ou distribuírem rendimentos (juros por exemplo) a residentes noutros concelhos (regiões ou países), que nada têm a ver com a localização da unidade produtiva; na realidade, quando se pensa em grandes empresas, nacionais ou multinacionais, este volume de rendimento que flui entre concelhos pode ser imenso.*



Gráfico 15. Empresas (N.º), por atividade económica (Divisão – CAE Rev. 3), no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2011 e 2016)

FONTE: INE (2019)

Por sua vez, o Gráfico 15 aponta para a diminuição dos setores empresariais dominantes, nomeadamente o comércio por grosso e a retalho, a reparação de veículos automóveis e motociclos, atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares, educação e a construção.

Por outro lado, as empresas ligadas à agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca aumentaram. Estes resultados, justificam-se, na sua maioria, pela obrigatoriedade de registo nas finanças de todos os agricultores com atividade comercial, constituindo, assim, um aumento do número de empresas em nome individual.

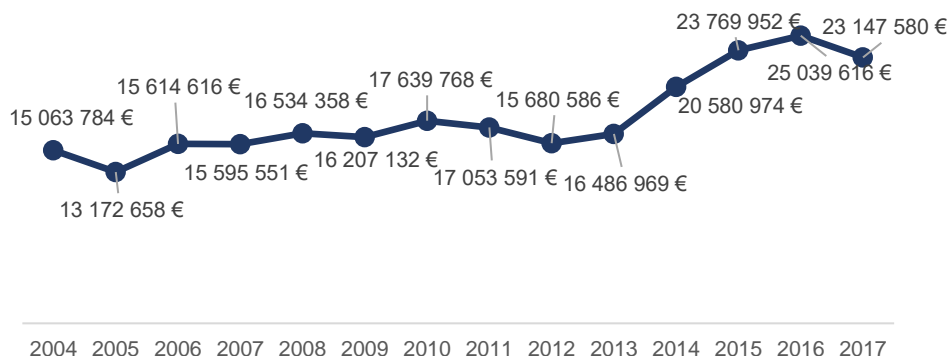


Gráfico 16. Valor acrescentado bruto (€) das Empresas, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2004-2017)

FONTE: INE (2019)

Outro dos aspetos importantes e que convém esclarecer desde já, é que “*PIB per capita* não é o mesmo que rendimento per capita. Sem preocupação de fornecer uma definição rigorosa, pode-se dizer que o PIB per capita corresponde ao valor acrescentado pelas unidades de produção localizadas num certo espaço geográfico, ou aproximativamente ao rendimento gerado nesse espaço, enquanto o rendimento per capita refere-se aos rendimentos auferidos pelos residentes nos concelhos, regiões ou países”¹⁴.

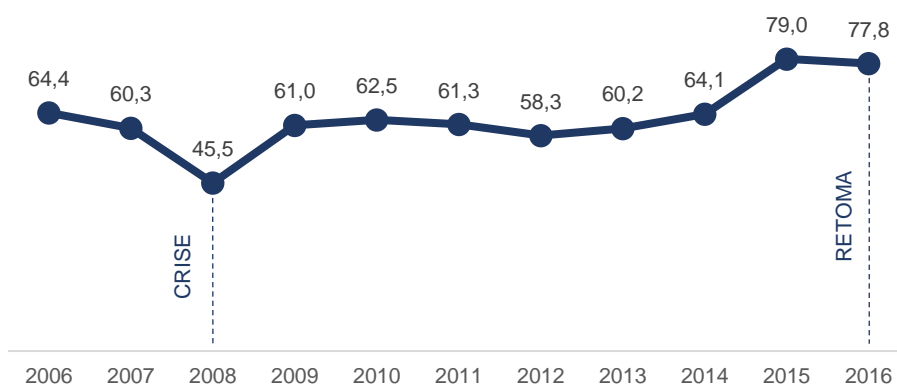


Gráfico 17. Taxa de sobrevivência (%), por empresas nascidas 2 anos antes, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2006-2016)

FONTE: INE (2019)

De referir, no entanto, que a taxa de sobrevivência das empresas apresenta nos últimos anos, tal como é possível verificar no Gráfico 17, um aumento contínuo.

¹⁴ Ramos, Pedro Nogueira (1998) Estimativas do PIB *per capita* para os Concelhos do Continente Português. pp. 33-34.



Gráfico 18. Valor dos bens importados e exportados (€) e o Saldo da Balança Comercial (€) no concelho de Vila Nova de Foz Côa (entre 2005 e 2017)

FONTE: INE (2019)

Por sua vez, no Gráfico 18 encontra-se expresso o valor dos bens importados e exportados pelas empresas de Vila Nova de Foz Côa no período entre 2005 e 2017. Pode observar-se, portanto, que neste intervalo de tempo, o valor das exportações foi superior ao das importações, demonstrando, de uma forma empírica, que a venda de bens e de serviços ao estrangeiro pelas empresas existentes no concelho é superior à compra dos bens e serviços.

Face ao exposto, apresenta-se ainda, tal como pode ser examinado no gráfico anterior, um saldo positivo da balança comercial, uma vez que as empresas exportam mais do que importam. Estes resultados revelam um crescimento económico, cuja tendência se iniciou em 2008, pese embora uma quebra significativa no ano de 2013.

3.4.2. Turismo

O turismo, enquanto atividade económica, é o setor mais importante do comércio internacional de serviços em Portugal e depende de uma política assente na valorização do território.

Deste modo, nas sociedades atuais, o turismo detém uma panóplia de efeitos multiplicadores que fomentam o desenvolvimento local e regional, designadamente:

- Promoção do desenvolvimento de outras atividades económicas;
- Criação de emprego e riqueza;
- Preservação e valorização do património cultural e natural;
- Promoção da melhoria da qualidade de vida das populações.

O estímulo das funções turísticas e recreativas sustentadas pelas aptidões do concelho impõem-se como fundamentais para o desenvolvimento global do território. A base deste impulso passa, necessariamente, pelo aproveitamento das potencialidades que a região oferece.

Vila Nova de Foz Côa, ao longo dos anos, tem assumido destaque como destino turístico. As paisagens, o património, a cultura, as tradições e a gastronomia constituem os alicerces do concelho.

Neste âmbito, a região do Douro e o concelho de Vila Nova de Foz Côa detêm uma oferta diferenciadora e de qualidade, além do carácter pioneiro que assumiram em termos do desenvolvimento do turismo rural, têm vindo a afirmar-se enquanto destino de eleição deste segmento da oferta e da demanda turísticas, reunindo condições para receber todos aqueles que procurem destinos turísticos alternativos aos convencionais.

Torna-se, assim essencial gerar oportunidades económicas, fruto da revalorização das paisagens e do património arqueológico, para o desenvolvimento do turismo, de novos serviços, assim como, a integração da proteção e desenvolvimento de novas atividades económicas na base de um conceito assente no património ambiental e arqueológico existente.

O Alto Douro Vinhateiro¹⁵, com “uma paisagem que ilustra diferentes etapas da história humana e representa uma paisagem cultural evolutiva viva”, integrando a Região vinícola demarcada mais antiga do mundo, desde 1756.



Figura 2. Alto Douro Vinhateiro - Património Mundial da Humanidade (classificado em 2001)

FONTE: Clube Vinhos Portugueses (2019)

De facto, o Alto Douro é uma região do nordeste de Portugal, onde se produz vinho há mais de 2000 anos, sendo a mais antiga região vinícola demarcada e regulamentada do mundo. Na região do Douro, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, UNESCO, inscreveu na Lista do Património Mundial um sítio com a designação de Alto Douro Vinhateiro, que integra 13

¹⁵ «Alto Douro Wine Region». UNESCO. Consultado em 21 de fevereiro de 2019.

municípios, sendo eles: Alijó, Armamar, Carrazeda de Ansiães, Lamego, Mesão Frio, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, São João da Pesqueira, Tabuaço, Torre de Moncorvo, Vila Nova de Foz Côa e Vila Real.

Nesta senda, Vila Nova de Foz Côa deu-se a conhecer ao mundo quando a descoberta e classificação como Património Mundial da Humanidade pela UNESCO das gravuras rupestres paleolíticas situadas no vale do rio Côa. Sendo que, estes achados arqueológicos de arte rupestre, são um dos maiores da Europa. “Somos o único concelho com a marca de dois patrimónios mundiais – as gravuras e o Alto Douro Vinhateiro -, e temos produtos de excelência como o vinho, a amêndoa, o azeite e o xisto, que queremos direcionar para o turismo”, sublinha João Paulo Sousa, vice-presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa.



Figura 3. Sítios de Arte Rupestre do Vale do Côa – Património Mundial da UNESCO (classificado em dezembro de 1998)

FONTE: Douro Valley (2019)

Face ao exposto, entende-se que o Parque Arqueológico do Vale do Côa¹⁶, destaca-se pelo seu valioso conjunto de núcleos de arte rupestre¹⁷, considerando o valor excecional e indiscutível da arte do Côa que foi confirmado pela sua inscrição na Lista do Património Mundial da UNESCO em dezembro de 1998, que certifica esta arte como «uma ilustração excecional do desenvolvimento repentino do génio criador, na alvorada do desenvolvimento cultural humano», demonstrando, «de forma excecional, a vida social, económica e espiritual do primeiro antepassado da humanidade».

O espólio da cidade, contempla ainda Igreja Matriz de Foz Côa, de fachada Manuelina, e nas Capelas, tais como a de Santa Quitéria, que se pensa ter sido noutros tempos uma sinagoga, a de São Pedro e Santa Bárbara ou ainda a barroca Capela de Santo António. Algumas casas senhoriais e brasonadas aumentam ainda mais o rico património arquitetónico da cidade, como a Casa dos Andrades, Solar dos

¹⁶ «Prehistoric Rock Art Sites in the Côa Valley and Siega Verde». UNESCO. Consultado em 21 de fevereiro de 2019.

¹⁷ Decreto n.º 6/2013. Procede à alteração da classificação do Conjunto dos Sítios Arqueológicos no Vale do Rio Côa, classificado pelo Decreto n.º 32/97, de 2 de julho. Diário da República n.º 86/2013.

Viscondes do Banho e o Solar dos Assecas, assim como, o Castelo de Numão e o Castelo de Castelo Melhor.



Figura 4. Museu do Côa

FONTE: Guia Técnico – Museus e Monumentos (2019)

A visita à região só fica completa depois de se visitar o Museu do Côa, que assenta em diferentes formas de apresentação dos conteúdos, e é uma estrutura do Parque Arqueológico do Vale do Coa. A solução adotada reflete, assumidamente, a utilização de tecnologias multimédia, acompanhada do recurso à fotografia e ao desenho. Associa-se a uma criteriosa exposição de objetos encontrados e são usadas imagens das gravuras e dos sítios arqueológicos do Vale do Côa, num ambiente criado para novos suportes e leituras.



Figura 5. Principais feiras, festas, romarias e eventos anuais no concelho de Vila Nova de Foz Côa

FONTE: CMVNFC (2019)

Vila Nova de Foz Côa é um território com um forte dinamismo no que concerne à realização de eventos ao longo de todo o ano, atraindo visitantes e quebrando a sazonalidade, como pode ser observado na Figura 5.

Com o intuito de se afirmar no domínio do turismo, Vila Nova de Foz Côa promove ao longo do ano vários eventos ligados ao património agrícola e cultural. Como o festival de vinho do Douro Superior,

as festas das amendoeiras em flor, o Côa Summer Fest, o Cinecôa ou o festival de poesia que procura atrair mais visitantes para a região habitada desde os tempos do Paleolítico.

Estes são e serão os vetores fundamentais, cultura e turismo, que vão contribuir para o desenvolvimento futuro do concelho e as evidências já se começam a fazer sentir através do crescimento do turismo e do aumento do poder de compra da população residente. Pelo que se considera que a cultura não pode estar de forma alguma dissociada do turismo¹⁸.

Acresce que os objetivos atribuídos ao turismo tendem a basear-se nos interesses locais: promoção da diversificação, renovação económica e territorial, salvaguarda do património. Face ao exposto, entende-se que o turismo assume efetivamente um desafio relevante no dinamismo do concelho.

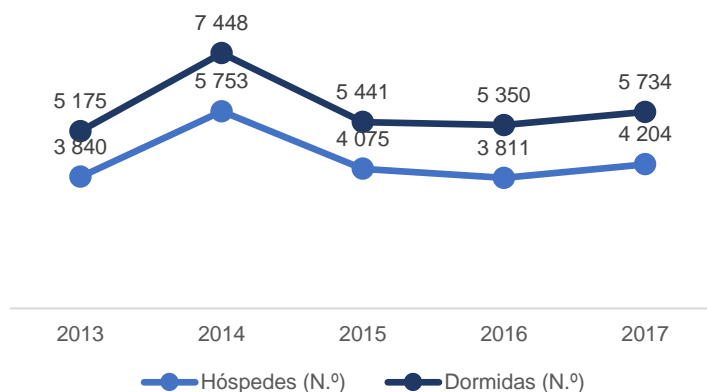


Gráfico 19. Hóspedes e Dormidas (n.º) nos estabelecimentos hoteleiros do concelho de Vila Nova de Foz Côa (2013 - 2017)

FONTE: INE (2019)

De facto, de acordo com os dados estatísticos visíveis no Gráfico 19, a evolução do número de hóspedes e dormidas registou algumas oscilações ao longo dos anos. Assistiu-se a uma subida exponencial entre 2013 e 2014, marcada por um decréscimo no ano seguinte. Contudo, a partir de 2016, os resultados apresentam-se com uma recuperação mais positiva.

¹⁸ Fonte: www.diarioimobiliario.pt/Actualidade/Foz-Coa-antiga-Casa-dos-Almeida-sera-Hotel-Rural-4-estrelas (disponível em fevereiro de 2019)

De referir que entre 2013 e 2014, o número de hóspedes registou uma variação positiva de 49,8% e as dormidas registaram o acréscimo de 43,9%.

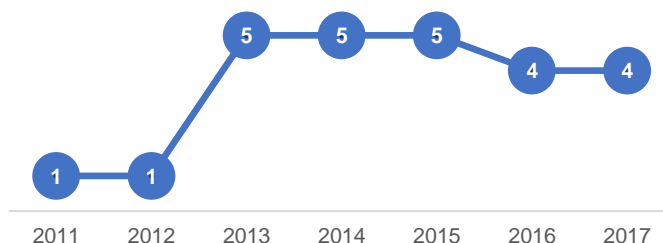


Gráfico 20. Estabelecimentos hoteleiros (N.º) no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2011-2017)

FONTE: INE (2019)

Por seu turno, o Gráfico 20 revela que o número de estabelecimentos apresenta a mesma dinâmica, registando entre 2012 e 2013 com um aumento significativo, de 1 para 5 estabelecimentos hoteleiros

Destaca-se que, outro dos projetos em desenvolvimento é a criação da rede de Passadiços do Côa, com o intuito de construir um canal para os turistas descobrirem a pé o Vale do Côa. Em simultâneo, a Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa está a preparar a reabilitação de uma propriedade na zona histórica da cidade para ser adaptada a um pequeno hotel e a espaço de exposições.

O município de Vila Nova de Foz Côa vai reabilitar a histórica Casa dos Almeidas, num Hotel Rural de 4 estrelas e Centro Cultural. O investimento ascende a 2 milhões de euros e a medida insere-se – segundo o presidente da autarquia - na “estratégia de regeneração e reabilitação urbana de espaços e equipamentos públicos, na perspetiva de atrair maior atividade para a zona antiga da cidade e concretamente para o seu centro histórico”.

O projeto que venceu o concurso de ideias e arquitetura que a CMVNFC promoveu em finais de 2016 foi ganho pelo ADVD atelier - arquitetura, design e engenharia, de Moimenta da Beira, entre 22 propostas apresentadas, sendo que o futuro hotel designar-se-á “*Foz Côa Story House*”.

O hotel rural terá uma capacidade de 20 camas distribuídas por 10 unidades de alojamento e disporá de um foyer - primeiro espaço onde o visitante tem acesso, e que se relaciona de forma direta com os espaços expositivos e de eventos; espaços destinados à exposição e venda de produtos regionais, sala de provas e degustação de vinhos, restaurante com capacidade para 48 pessoas e esplanada exterior.

«O edifício terá áreas temáticas para contar a história da produção do vinho, da amêndoa, do azeite e do xisto, conteúdos interativos, um “*wine bar*”, entre outras valências», adianta Gustavo Duarte, presidente da autarquia de Vila Nova de Foz Côa. Em termos de áreas, a área bruta de construção é

de 1 799 m² e a de implantação de 719 m², que segundo o autarca, a obra estará pronta daqui a dois anos e será cofinanciada por fundos europeus.

Sendo uma região agrícola, onde as vinhas e os olivais têm grande destaque, a região não deixa de ser conhecida também pelas suas amendoeiras, enquanto “Capital da Amendoeira em Flor” pela sua paisagem única, património e gastronomia, fomentando projetos empreendedores que ofereçam mais-valias à amêndoa, criem riqueza e ajudem a fixar as populações.

O azeite da região, que assegura ser o que tem o menor grau de acidez da Península Ibérica, já foi reconhecido pelos investidores vinícolas que agora aliam a produção de vinho à de azeite. Embora o grande volume seja canalizado para a adega cooperativa, há já empreendedores a criar as suas marcas e a “conseguir entrar no mercado nacional de forma significativa”, adianta o autarca de Vila Nova de Foz Côa.

Acompanhando o Azeite, a Confederação Nacional de Cooperativas Agrícolas prevê um potencial de exportação de outros produtos endógenos, pelo que é fundamental redimensionar as prioridades de investimento e fomentar o emparcelamento. – Gabinete de Apoio ao Agricultor

De facto, nos últimos anos tem-se verificado um investimento por parte de jovens agricultores na região através da produção de azeite e vinho, mas também na exploração da amêndoa através de investimento direto estrangeiro. Adicionalmente, existe um potencial de enfoque na produção de castanhas, uma vez que é expectável que a região possa atrair cerca de 10 milhões de euros em investimento direto estrangeiro e nacional neste domínio.

Existem ainda igualmente fileiras de negócio no âmbito do turismo que têm vindo a ser exploradas por pequenas empresas. Um exemplo de exploração turística é a denominada Rota do Azeite.

A Rota do Azeite na região de Alto Trás-os-Montes é um projeto que abrange 15 itinerários onde se incluem Alfândega da Fé, Alijó, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Mogadouro, Murça, Tabuaço, Torre de Moncorvo, Valpaços, Vila Flor, Vila Nova de Foz Côa e Vimioso, e que visa promover o turismo rural da região, bem como o setor da restauração, cooperativas vinícolas e outros produtos típicos regionais como do fumeiro com destaque para a alheira (7ª maravilha gastronómica), vinho, carne, mel, cogumelos, queijos e compotas.¹⁹

No âmbito da análise da oferta turística do Douro proceder-se-á, num primeiro momento, a uma identificação dos principais recursos do concelho e, posteriormente, a uma análise da tipologia da oferta e capacidade de alojamento existente em Vila Nova de Foz Côa.

¹⁹ Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial - Norte 2020. Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (2015)

Tabela 8. Registos do Alojamento Local

Alojamento	Camas (N.º)	Hóspedes (N.º)	Localização
Authentic Douro Valley House	3	4	Vila Nova de Foz Côa
Casa da Quelha	1	2	Arnozelo
Casa da Roda	3	4	Vila Nova de Foz Côa
Casa do Tablado	2	3	Vila Nova de Foz Côa
Castelo Melhor	3	5	Castelo Melhor
Marina Alojamento Local	13	13	Vila Nova de Foz Côa
Moinho das Eiras	4	5	Vila Nova de Foz Côa

FONTE: Turismo de Portugal – Registo Nacional de Turismo (2019)

Da análise da oferta de alojamento no concelho, constata-se que atualmente Vila Nova de Foz Côa possui (em 2019) 7 alojamentos locais, representando cerca de 29 camas, conforme os dados apresentados na Tabela 8.

A oferta de empreendimentos turísticos em Vila Nova de Foz Côa é, pois, ainda relativamente significativa, face às reconhecidas potencialidades turísticas que possui. Neste sentido, importa desenvolver um aumento (escala mínima) e um *up-grade* da oferta de alojamento na região – assente em padrões de qualidade e sustentabilidade.

Tabela 9. Empreendimentos Turísticos

Tipologia	Nome	Capacidade	Unidades de Alojamento (N.º)	Localização
Empreendimento de Turismo de Habitação	Casa Vermelha	14	7	Vila Nova de Foz Côa
Empreendimento de Turismo no Espaço Rural - Casa de campo	Bairro do Casal	32	8	Murça
Empreendimento de Turismo no Espaço Rural - Agro-turismo	Casa do Rio - Quinta do Vallado	12	6	Castelo Melhor
Empreendimento de Turismo no Espaço Rural - Casa de campo	Casa Professor Moutinho	6	3	Freixo de Numão
Empreendimento de Turismo no Espaço Rural - Casa de campo	Casas do Pocinho - Casa da Maria do Abraão	4	2	Vila Nova de Foz Côa
Estabelecimento Hoteleiro - Hotel	Hotel Vale do Côa	64	32	Vila Nova de Foz Côa

FONTE: Turismo de Portugal – Registo Nacional de Turismo (2019)

Através da análise da distribuição da capacidade de alojamento do concelho, tendo por base os dados disponíveis em 2019, pelo registo do Turismo de Portugal, verifica-se que, 4 dos 7 empreendimentos turísticos, concentram a sua oferta de alojamento na sede do concelho.

A oferta existente tem que reforçar o seu nível de qualificação e profissionalismo, o que é mais urgente ao nível das competências dos recursos humanos do que das estruturas, reforçando o nível profissional

dos trabalhadores das unidades de restauração e alojamento, a preparação dos empresários, e, mais ainda, dos embrionários agentes de animação, como explanado no Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro, PDTVD.

Tabela 10. Agentes de Animação Turística

Tipologia	Designação
Empresa de Animação Turística	Memórias do Côa
Empresa de Animação Turística	Douro Total
Empresa de Animação Turística	Quinta do Vale Meio
Empresa de Animação Turística*	Miles Away
Operador Marítimo Turístico	Quinta do Saião
Empresa de Animação Turística	Rota das Gravuras
Empresa de Animação Turística	Coart-Land

FONTE: Turismo de Portugal – Registo Nacional de Turismo (2019)

*Agente de Viagens e Turismo

A atividade turístico-fluvial, do Rio Douro prima pela prática de atividades de animação turístico-fluvial, envolvendo, nomeadamente, o melhoramento e reforço dos equipamentos e infraestruturas de apoio à catividade turístico-fluvial, desportiva e recreativa e a instalação de novas estruturas junto de estruturas de alojamento turístico, animação e/ou a eixos viários de relevante potencial turístico, que se espelha na quantidade de agentes de animação turística presentes no concelho, conforme a Tabela 10 aponta.

A atual Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região do Douro (2014-2020), visa objetivos estratégicos que se centram, essencialmente, no estímulo à iniciativa empresarial para a qualificação e dinamização da oferta turística no Vale do Douro, designadamente, em matéria de alojamento, de animação turística e de turismo em espaço rural e de habitação.

Desta forma, pretendem estimular a criação de condições para se aumentar, sobretudo:

1. volume de fluxos turísticos;
2. n.º de dormidas;
3. permanência média;
4. o gasto médio por turista e, por conseguinte, o volume total de receitas turísticas de Vila Nova de Foz Côa.

Em suma, aponta esforços para os projetos que visem a criação, expansão e dinamização de atividades de animação turística, especialmente, negócios ligados à atividade turístico-fluvial, turístico-ferroviária e/ou turístico-ambiental. Estes projetos deverão estar inseridos em áreas de relevante interesse turístico e, sempre que possível, próximos dos principais espaços de oferta de alojamento turístico.

Assim como, desenvolver a oferta de Turismo em Espaço Rural e de Habitação no Vale do Douro, preferencialmente, assente na matriz e identidade “Quintas do Douro”, listadas anteriormente na Tabela 10.

Entende-se por “Quintas do Douro”, unidades de elevado potencial turístico representativas da identidade vitivinícola duriense, com produção e/ou comercialização de vinhos do Douro e Porto e destinadas a prestar serviços de interesse turístico, podendo incluir, nomeadamente, alojamento, restauração ou animação, dispondo para o efeito de um adequado conjunto de instalações, estruturas, equipamentos e serviços complementares, tendo em vista a oferta de um produto turístico de excelência, diferenciador e representativo da identidade histórico-cultural e paisagística da Região do Douro.

3.4.2.1. Percursos Pedestres

O passeio pedestre em trilhos sinalizados (pedestrianismo), por se tratar de uma atividade de baixo custo para o praticante e pouco exigente em termos de forma física, associada a um estilo de vida saudável, tem adquirido popularidade em espaços naturais, “as motivações associadas à natureza estão sempre presentes: procura de um ambiente considerado intacto, preservado, contemplação de belas paisagens, etc.”²⁰

Para facilitar esta prática foram criados percursos pedestres sinalizados que têm por finalidade conduzir os praticantes que os percorrem. A oferta de percursos sinalizados é cada vez mais abrangente em termos geográficos no concelho de Vila Nova de Foz Côa, tornando a atividade cada vez mais acessível a um maior número de pessoas. Sendo que, “ao mesmo tempo, o crescente número de praticantes elevou a prática de um lazer informal a uma verdadeira ação turística”²¹.

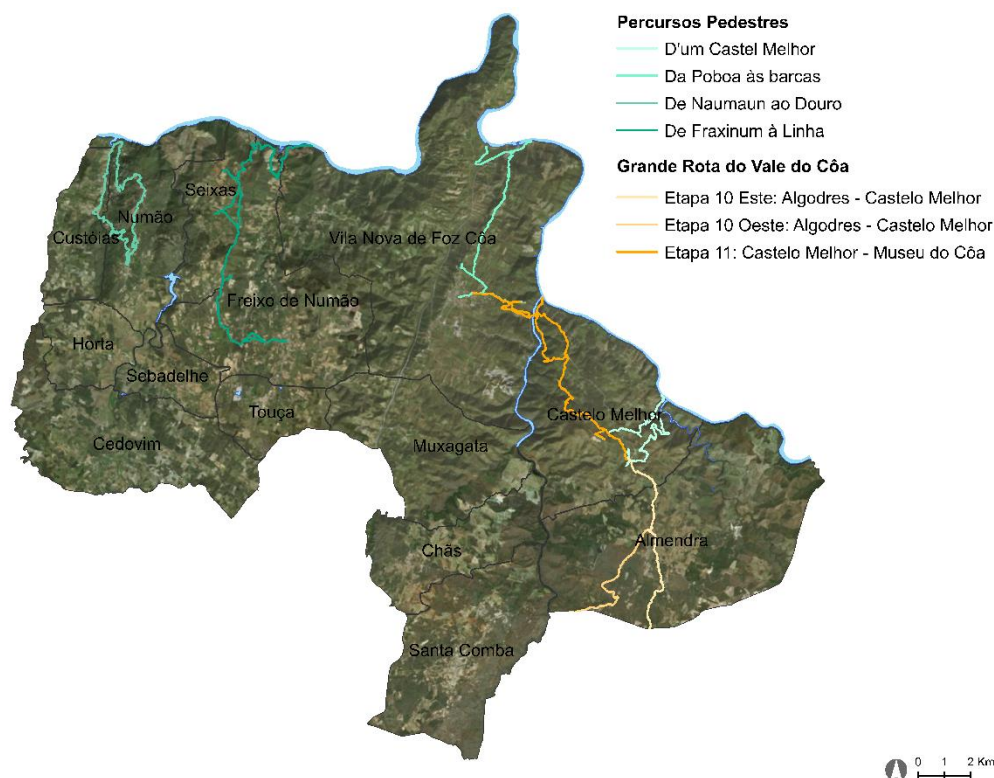
Os territórios de montanha, pela sua especificidade, tiveram e continuam a representar um papel importante no desenvolvimento do pedestrianismo, como exemplo disso, destaca-se a Grande Rota do Vale do Côa, que atravessa o território da raia, integralmente no distrito da Guarda e acompanha o percurso do rio Côa, desde a nascente (Serra das Mesas, Sabugal) à foz (Vila Nova de Foz Côa), pleno de uma riqueza patrimonial e paisagística.

Além disso, a criação dos Percursos Pedestres do Porto e Norte de Portugal, constituiu em alguns dos casos, como forma de revitalização de caminhos antigos, encontrando-se marcados em ambos os sentidos, sendo possível optar pelo sentido sul-norte ou norte-sul.

²⁰ Guia pedagógico sobre a elaboração e execução de um projeto de passeio pedestre. A valorização do turismo de passeio pedestre nos territórios rurais. (2001) Caderno N.º12. Observatório Europeu LEADER. pp. 10.

²¹ Tovar, Zília; Carvalho, Paulo. Percursos pedestres e turismo de passeio pedestre em Portugal (2010) Imprensa da Universidade de Coimbra. pp. 413.

Mapa 16. A Grande Rota do Vale do Côa e os Percursos Pedestres do Porto e Norte de Portugal, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2019)



FONTE: CMVNFC (2019)

A descoberta faz parte do passeio e caminhar é um meio de descobrir o território fozcoense, desde os vestígios pré-históricos, aos castelos medievais e Aldeias Históricas muralhadas, que recordam um passado conturbado. Tendo em conta a dimensão do mercado de passeio pedestre, a Grande Rota do Vale do Côa, associada a uma demarcação cultural, destaca-se pelos valores naturais e arqueológicos que estão presentes ao longo do vale do rio Côa, como o comprovam as seguintes classificações onde este se enquadra:

- Reserva Natural da Serra da Malcata;
- Zona de Proteção Especial da Serra da Malcata;
- Área Protegida Privada da Faia Brava;
- Zona de Proteção Especial do Vale do Côa;
- Parque Arqueológico do Vale do Côa;
- Reserva da Biosfera da Meseta Ibérica.

A Grande Rota do Vale do Côa pode assim ser percorrida a pé, de bicicleta ou a cavalo, existindo desvios exclusivos para ciclistas e cavaleiros. Nas localidades de Almeida e de Algodres (Figueira de Castelo Rodrigo) existem rotas alternativas marcadas, pelo que poderá optar pela rota Este ou rota Oeste, tendo em conta a sua divisão em 11 etapas.

Síntese

ECONOMIA

A população ativa, na generalidade das freguesias, registou uma variação negativa entre 2001 e 2011, à exceção de Touça e Castelo Melhor.

A freguesia de Vila Nova de Foz Côa apresenta o maior número de população empregada, situação que não é alheia ao facto de ser sede de concelho e deter a maior porção de população residente.

O setor terciário, associado ao comércio de bens e à prestação de serviços, é o mais representativo, à exceção da freguesia de Muxagata, onde predomina o setor primário.

A taxa de desemprego registou um aumento na ordem dos 3% no último período intercensitário. Apresenta assim valores inferiores à média nacional e regional, estimando-se que, em 2017, apresentou resultados francamente mais favoráveis, tendo se contabilizado uma redução de 2,1%.

As empresas com menos de 10 trabalhadores constituíam, em 2016, 99% do tecido empresarial existente no concelho.

Em 2016, face ao ano de 2011, verifica-se que a atividade económica dominante é a agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca. Registou-se ainda, um incremento exponencial, das atividades administrativas e dos serviços de apoio.

A taxa de sobrevivência das empresas tem apresentado, nos últimos anos, apresenta oscilações constantes, sendo este fator indicativo de problemas nas dinâmicas empresariais. Contudo, apresenta um aumento contínuo.

As empresas contabilizaram mais importações do que exportações, conduzindo ao saldo negativo da balança comercial.

O turismo é um setor em franco crescimento, verificando-se um acréscimo do número de hóspedes, dormidas e estabelecimentos hoteleiros.

A promoção de turismo criativo e de natureza nas aldeias do concelho pode efetivamente constitui, efetivamente, uma oportunidade para manter aceso o dinamismo destes lugares, constituídas por um número reduzido de habitantes.

O desenvolvimento do turismo, constata-se ancorar, predominantemente, no Douro, nas vinhas, no azeite e no Parque Arqueológico do Vale Do Côa.

3.5. Mobilidade e Acessibilidade

A criação de dinâmicas em rede potenciam a concretização efetiva de um sistemas de transportes e de comunicação que interligue os diversos lugares do território com as atividades económicas, propiciando o crescimento das designadas economias de escala, que garantam fatores de sucesso e de competitividade, apenas conseguidas por intermédio de melhores condições de acessibilidade e mobilidade, quer a nível concelhio, quer supramunicipal.

Neste âmbito, seguidamente será apresentado o enquadramento rodoviário e ferroviário do concelho de Vila Nova de Foz Côa, entendendo-se pertinente aferir sobre as ligações das infraestruturas no estabelecimento de conexões intra e extra município. Além disso, realizar-se-á a análise aos padrões e fluxos de mobilidade da população, atendendo às características dos movimentos pendulares, assim como a contextualização do sistema de transportes públicos coletivos flexíveis ou a pedido.

3.5.1. Rede Rodoviária, Ferroviária e a Via Navegável do Douro

O sistema de acessibilidades rodoviárias foi, tradicionalmente e durante muitos anos, uma das componentes estruturantes dos sistemas de mobilidade. Sendo certo que a importância dada a esta rede está a ser reequacionada à luz dos princípios de maior sustentabilidade económica e ambiental, o concelho de Vila Nova de Foz Côa ainda necessita que sejam realizadas algumas intervenções e melhorias nas redes rodoviárias, as quais, têm nalguns casos como objetivo contribuir para a melhoria da segurança rodoviária e de peões. Vila Nova de Foz Côa, encontra-se ainda numa situação privilegiada, favorecida por um conjunto de vias que permitem estabelecer importantes ligações ao nível interconcelhio.

No que se refere à rede viária o concelho é servido pelas principais infraestruturas integrantes da rede rodoviária com destaque para a A25 na direção de Celorico da Beira, que estabelece a ligação ao IP2 até ao Pocinho. A EN222 interliga ainda Vila Nova de Foz Côa a Espanha, através de Vilar Formoso.

Atualmente, Vila Nova de Foz Côa possui uma rede viária bastante alargada, constituída por:

a) Rede Nacional Fundamental (Itinerários Principais)

- A25/IP5 - Autoestrada das Beiras Litoral e Alta, ligação Vilar Formoso (Almeida) / Espanha;
- IP2 - ligação entre o norte e o sul de Portugal pelo interior do país, entre Bragança e Faro, atravessa as capitais de distrito (Guarda, Castelo Branco, Portalegre, Évora e Beja). Entre Junqueira e o Pocinho (Foz Côa) está sinalizado como EN 102, e utiliza parcialmente o traçado

original da estrada nacional, à exceção das variantes construídas com a conclusão das barragens do Pocinho e do Baixo Sabor;

b) Rede Nacional Complementar (Estradas Nacionais)

- EN222 – ligação Canedo-Castelo de Paiva-Cinfães-Resende-Régua-São João da Pesqueira-Vila Nova de Foz Côa (IP 2);
- EN324 – ligação Meda-Marialva (IP2) e EN 340-Alto do Leomil (IP5);
- EN331 - ligava Riodades a Mêda, mas hoje em dia encontra-se regionalizada de Mêda a Penedono e municipalizada nos restantes troços;
- EN224 - esta estrada será desclassificada aquando da construção do IC35 entre Eja e Vale de Cambra;
- EN102 - ligava Macedo de Cavaleiros a Celorico da Beira. Esta estrada está quase toda substituída pela via rápida IP2, inaugurada em 2012, salvo o troço Junqueira-Pocinho;
- EN332 – ligação Almendra-Figueira de Castelo Rodrigo-Almeida-Vilar Formoso-Aldeia da Ponte (entroncamento da EN 233-3);
- IC34 – ligação Vila Nova de Foz Côa (IP 2) - Almendra-Barca de Alva (fronteira);

c) Estradas Regionais

- ER324 – ligação Marialva (IP2) - Pinhel-EN 340 e Alto do Leomil (IP5) - Cerdeira-Sabugal (entroncamento da EN233);
- ER221 – ligação Castelo Branco - Estação do Freixo de Espada à Cinta e Freixo de Espada à Cinta-Barca de Alva;
- ER331 – ligação Meda-Penedono.

Para o efeito, salienta-se a implementação de um conjunto de investimentos em acessibilidades no Concelho:

- Projeto de Requalificação do IP2, entre Junqueira e Pocinho, integra o Estudo Prévio da Travessia do Rio Douro e Nó de Foz Côa;
- Projeto de Execução da Ligação de Almendra a Barca de Alva;
- Beneficiação da EN222 entre Foz Côa e Almendra.

No Mapa 17, apresenta-se a rede rodoviária e ferroviária, do concelho de Vila Nova de Foz Côa, destacando-se a relação existente entre os aglomerados de Vila Nova de Foz Côa, Freixo de Numão, Muxagata e Almendra, constituindo, por isso, importantes polos de conectividade.

Mapa 17. Rede viária, ferroviária e a via navegável do concelho de Vila Nova de Foz Côa



FONTE: CAOP; Open Street Map (2019)

Por sua vez, o mapa anterior, apresenta as Estradas Nacionais e Municipais, e ainda a rede ferroviária, identificando a capacidade viária instalada em Vila Nova de Foz Côa e reforçando o potencial que evidenciam as características locais.

Ao nível da rede ferroviária, o concelho era atravessado pela Linha do Douro em direção ao Pocinho. Esta linha de caminho de ferro foi, alvo de encerramentos e de reconversões, nomeadamente de obras de duplicação e eletrificação da via, supressão de passagens de nível e intervenções nas estações e apeadeiros.

O declínio da linha, deveu-se à falta de investimento na sua remodelação e melhoria, o que trouxe isolamento, atrofamento e empobrecimento de toda a região duriense.

Tabela 11. Evolução da rede ferroviária do concelho de Vila Nova de Foz Côa

Estações	Extensão (km)	Inauguração	Encerramento
Pocinho - Côa	9,061	5 de maio de 1887	18 de outubro de 1988
Côa – Barca D’Alva	18,882	9 de dezembro de 1887	18 de outubro de 1988

FONTE: Comboios de Portugal (2019)

No dia 18 de outubro de 1988²², foi encerrado o troço entre as estações de Pocinho e Barca d’Alva. Este troço foi quase totalmente abandonado, em contraste com a situação da linha em Espanha, que foi categorizada como monumento, e declarada como Bem de Interesse Cultural, sendo regularmente alvo de inspeções.²³

Aliás, a ligação da Linha do Douro enquanto ponto de origem dos quatro caminhos de ferro de via métrica na região de Trás-os-Montes, a Linha do Tâmega, de Livração a Arco de Baúlhe, a Linha do Corgo, da Régua a Chaves, a Linha do Tua, de Foz Tua a Bragança, e a Linha do Sabor, do Pocinho a Miranda do Douro, é considerada a mais bela em Portugal, e por isso a que tem mais potencialidades turísticas, sendo por isso percorrida parcialmente por comboios históricos rebocados por locomotivas a vapor.²⁴

A possibilidade de reativação da Linha do Douro, entre Pocinho e Barca d’Alva, e sua continuação para Salamanca, onde já existe estação de Alta Velocidade, trata-se de uma reivindicação do município, assumida como estratégica, e encontra-se como caso de estudo por parte da Comissão Europeia, após a Semana das Cidades e das Regiões, promovida pelo Comité Europeu das Regiões e pela Direção-Geral da Política Regional e Urbana da Comissão Europeia, em Bruxelas.²⁵

Nesse sentido, as fronteiras ferroviárias desativadas ou subaproveitadas, assumem um fator de desenvolvimento fundamental para todo o Vale do Douro, havendo, efetivamente a pretensão que seja reativado o troço de 28 quilómetros que liga o Pocinho (Vila Nova de Foz Côa) a Barca d’Alva (Figueira de Castelo Rodrigo), e a ligação a Salamanca e Valladolid.

A inauguração e a configuração da Linha do Douro foi um dos motivos para o declínio do tráfego fluvial no Rio Douro. Contudo, sendo o concelho de Vila Nova de Foz Côa delimitado a norte pelo Rio Douro, e por todo o leito deste ser navegável, nos últimos anos tem se registado um forte crescimento no turismo fluvial do Douro, que despontou como destino de viagem para muitos turistas, e emergiu o incremento de atividades recreativas e desportivas ao longo do rio.

²² Troços de linhas férreas portuguesas abertas à exploração desde 1856, e a sua extensão. *Gazeta dos Caminhos de Ferro*. 69 (1652). 16 de outubro de 1956. p. 528-530.

²³ Aroso, Alberto (Agosto de 2005). «A Importância da Interoperabilidade dos Transportes Ferroviário e Fluvial na Estratégia de Desenvolvimento do Turismo do Vale do Douro». *Transportes em Revista* (30). p. 6-14

²⁴ Turismo: Recordar o Douro no tempo do vapor. *Mundo Português*. 2 de outubro de 2009.

²⁵ European Week of Regions and Cities. 9 october (2018). Brussels.

O Município de Vila Nova de Foz Côa, dispõe assim, da embarcação “Nossa Senhora da Veiga”, propriedade da empresa municipal Fozcôainvest, este barco rabelo, que outrora era usado para transportar as pipas de Vinho do Porto do Alto Douro, até às caves em Vila Nova de Gaia, atualmente, tem como objetivo desenvolver a oferta turística local, através de um cruzeiro de barco no Douro, cujos percursos se encontram elencados na Tabela 12.

Tabela 12. Passeios Turísticos da embarcação “Nossa Sra. da Veiga” no Rio Douro

Percurso	Duração	Distância	Preço
Cruzeiros de Longa Duração (Grupo Mínimo: 25 pessoas)			
Pocinho – Barca D’Alva – Pocinho	4 horas	26 km	50,00€ c/ refeição - 30,00€ s/ refeição
Pocinho – Estação de Freixo - Pocinho	3 horas	19 km	50,00€ c/ refeição - 30,00€ s/ refeição
Pocinho – Valeira – Pocinho	5 horas	36 km	65,00€ c/refeição - 40,00€ s/refeição
Pocinho - Pinhão	7 horas	56 km	80,00€ c/ refeição - 50,00€ s/ refeição
Cruzeiros de Curta Duração (Grupo Mínimo: 10 pessoas)			
Pocinho – Foz do Rio Côa – Pocinho	-	-	15€
Pocinho – Estação de Almendra – Pocinho	-	-	20€
Pocinho – Foz do Sabor - Pocinho	-	-	22,50€

FONTE: CMVNFC (2019)

Salienta-se que, a via navegável do Douro, dispõe de 208 quilómetros, desde o Oceano Atlântico até à fronteira Espanhola de Barca D’Alva, com um desnível de 125 metros vencido por 5 eclusas de navegação.

Tendo a virtude, como nenhum outro, de banhar ou passar próximo de locais classificados como Património Mundial da UNESCO.

3.5.2. Padrões e Fluxos de Mobilidade da População

A natureza, o ritmo e a intensidade dos movimentos pendulares constituem um importante contributo para a dinamização da economia local.

Esse tipo de movimento populacional ocorre, em regra, na escala urbana ou regional e tem por contexto temporal, o quotidiano dos indivíduos. Em busca de melhores condições de trabalho ou então por questões académicas, muitos indivíduos são impulsionados a transpor frequentemente os limites territoriais do município em que residem.

De facto, os movimentos pendulares podem ser indicadores que explicam relações entre lugares distintos, as desigualdades sócio espaciais, as áreas mais e menos dinâmicas e melhor ou pior dotadas de equipamentos e serviços.

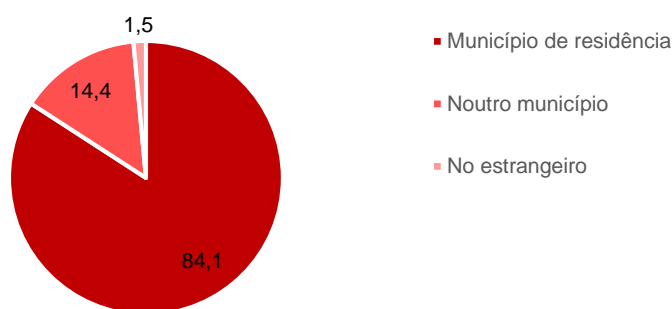


Gráfico 21. População residente empregada ou estudante (N.º), por local de trabalho ou estudo, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2011)

FONTE: INE (2019)

O Gráfico 21 apresenta a percentagem da população que trabalha ou estuda, segundo o local de trabalho ou estudo. Deste modo, constata-se que 2 987, 84%, habitantes não necessitam de sair do concelho. Ainda assim, há 511, 14%, pessoas que se descolam para outro município para trabalhar ou estudar.

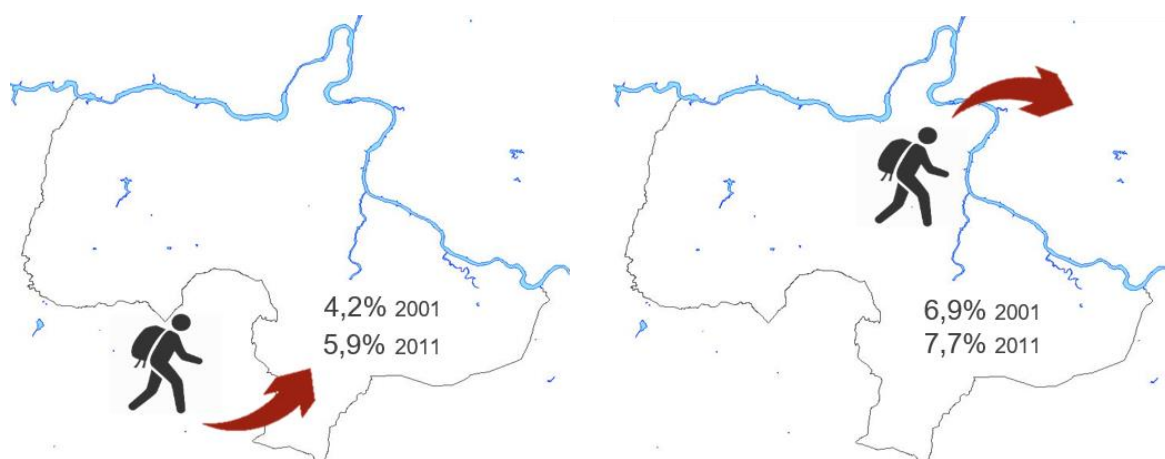


Figura 6. População que entra e sai (%) do município, para trabalhar ou estudar, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2001 e 2011)

FONTE: INE (2019)

Por sua vez, na Figura 6 é possível observar a proporção de população residente que trabalha ou estuda, segundo as entradas e saídas do município. Verifica-se, desse modo, que Vila Nova de Foz Côa apresenta em 2001 e 2011, um valor de população que sai para trabalhar ou estudar superior àquele que entra. Este fenómeno reflete as recentes dinâmicas demográficas, nomeadamente as deslocações motivadas pela necessidade de obtenção de níveis superiores ou especializados de ensino, mas pode também indiciar carência de emprego dentro dos limites concelhios.

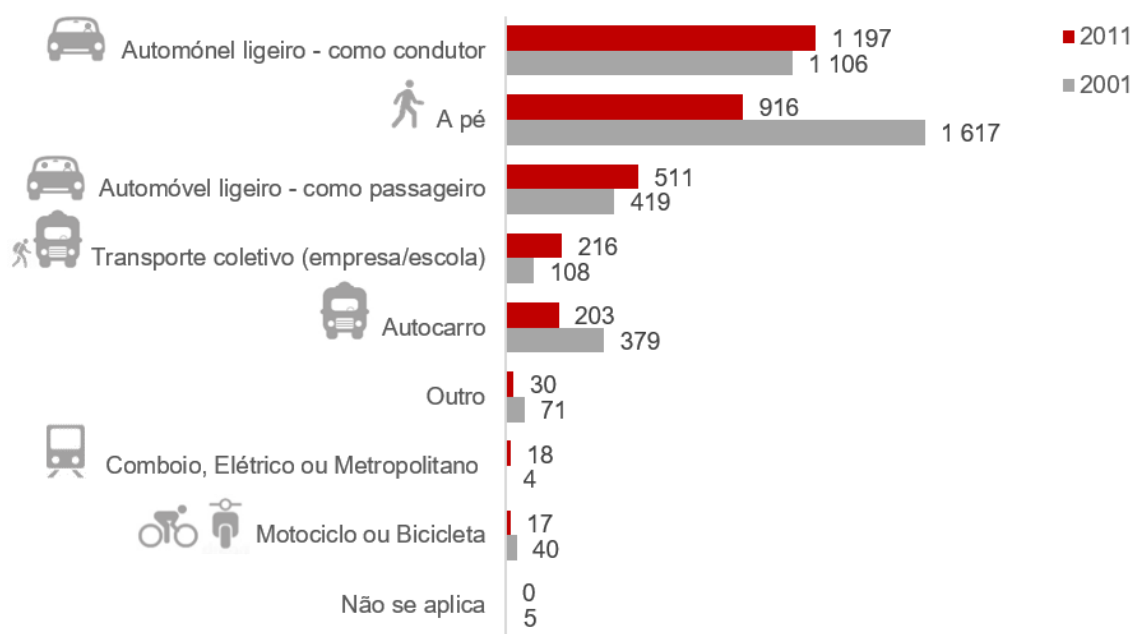


Gráfico 22. Modo de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2001 e 2011)

FONTE: INE (2019)

No que respeita ao modo de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares, verificando o Gráfico 22, relativamente a 2001 deteta-se o domínio das deslocações a pé (43%), situação esta que sofreu alterações em 2011, uma vez que a utilização do automóvel ligeiro como condutor (39%) passou a representar a preferência dos fozcoenses.

Este quadro pode evidenciar a necessidade de uma rede de transportes públicos mais alargada, dado a sua utilização apresentar ser um costume reduzido. De referir ainda que a topografia do concelho de Vila Nova de Foz Côa condiciona a aplicação de intervenções associadas aos transportes coletivos.

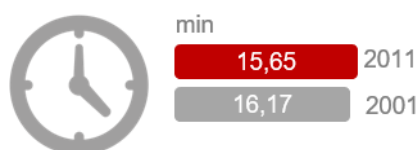


Figura 7. Duração média dos movimentos pendulares (min) da população residente empregada ou estudante no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2001 e 2011)

FONTE: INE (2019)

Além disso, a Figura 7 assinala que a duração média das deslocações entre 2001 e 2011 diminuiu. Esta situação, tudo indica, deve-se ao aumento da utilização do automóvel particular, permitindo maior rapidez nas movimentações. Aliás, o modelo disperso de povoamento potencia movimentos pendulares apoiados no automóvel.

Nesta senda, importa destacar a relevância que o Decreto-Lei n.º 60/2016 de 8 de setembro²⁶, que fixa as regras para a implementação de serviços públicos de transporte de passageiros flexível, TPF, poderá ter em territórios como o de Vila Nova de Foz Côa, na medida em que constitui uma oportunidade de melhor operacionalização do sistema, colmatando limitações no transporte público convencional, sobretudo em áreas mais isoladas e de menor procura.

O TPF pode realizar-se através de percursos predefinidos e/ou flexíveis nas componentes de itinerários, paragens e horários. De referir que enquanto transporte a pedido, o TPF pode ser efetuado por solicitação do passageiro, diretamente ao longo do percurso, em paragens preestabelecidas, ou através de reserva.

²⁶ Estabelece as regras específicas aplicáveis à prestação de serviço público de transporte de passageiros flexível e regulamenta o artigo 34.º e seguintes do Regime Jurídico do Serviço Público do Transporte de Passageiros, aprovado pela Lei n.º 52/2015, de 9 de junho.

Síntese

MOBILIDADE E TRANSPORTES

À data da 1.^a revisão do PDM salientava-se a importância que a A25 veio conferir ao município de Vila Nova de Foz Côa, nomeadamente a acessibilidade às áreas de maior densidade populacional e a distribuição do tráfego, assim como a ligação ao IP2 e a EN222.

Os aglomerados de Vila Nova de Foz Côa e Freixo de Numão constituem importantes centralidades, proporcionadas pela rede viária.

Em 2011, 14% da população saía do concelho para estudar ou trabalhar noutro município. Constata-se que, 2 987 habitantes, ou seja, 84% da população não necessita de sair do concelho.

Entre 2001 e 2011, a porção de população que saía de Vila Nova de Foz Côa para estudar ou trabalhar era superior àquela que entrava.

As deslocações a pé constituíam o modo de transporte dominante em 2001, enquanto que em 2011 era o automóvel ligeiro com condutor o mais representativo, destacando a perda de peso na utilização do transporte coletivo.

A duração média das deslocações, entre 2001 e 2011, diminuiu. Esta situação deve-se, presumivelmente, ao aumento da utilização do automóvel particular, permitindo maior mobilidade entre os espaços de residência e os espaços de emprego ou estudo.

O modelo disperso de povoamento potencia movimentos pendulares baseados no automóvel, o que contraria os conceitos de sustentabilidade.

A altimetria do concelho e o modelo disperso do povoamento condiciona a aplicação de intervenções significativas ao nível dos transportes públicos convencionais, por isso o transporte de passageiros flexível pode constituir uma oportunidade de melhor operacionalização do sistema, sobretudo áreas mais isoladas e de menor procura.

3.6. Património

O conceito de património tem uma evolução dinâmica e frequente. Desde os edifícios simples classificados até às frentes urbanas de conjunto ou linguagens arquitetónicas populares e vernaculares, todos são sentidos como identidade local, afirmação coletiva e sinal de pertença. Desta forma, impõe-se uma revisitação aos conceitos e ao território, a fim de muito bem estruturado este importante item urbanístico social e cultural.

O PDM de Vila Nova de Foz Côa enquanto instrumento de planeamento no qual se encontram consolidadas estratégias de valorização e de desenvolvimento do território, cujas dinâmicas pretendem potenciar a preservação e valorização do património.

Portanto, o património poderá ser entendido como uma síntese de vários valores identitários que contribuem para um sentimento de pertença e de identificação de um coletivo social, fornecendo-nos os elementos de significação cultural, particularmente relevantes num contexto de globalização onde coexistem leituras diferenciadas, que nos permitem situar em relação ao passado quando, muitas vezes, já nada resta dele.

3.6.1. Património Classificado e em Vias de Classificação

A classificação do património em Portugal é regulada pela Lei nº 107/2001, de 8 de setembro, que define a Lei de Bases do Património Cultural, estando hoje atribuída essa competência à Direção Geral do Património Cultural, DGPC. Esta Lei estabelece três tipos de classificação do património, para sua proteção e valorização, com a seguinte ordem de importância:

- MN – Monumento Nacional;
- IIP – Imóvel de Interesse Público;
- IIM – Imóvel de Interesse Municipal.

Todas estas classificações podem ser aplicadas a monumentos, conjuntos ou sítios que constituem os Tesouros de Portugal, conforme ilustra o Mapa 18.

Mapa 18. Monumentos, Conjuntos e Sítios Classificados e em Vias de Classificação (2015)



Neste âmbito, à data da 1.ª revisão do PDM em 2015, os elementos classificados e em vias de classificação no concelho de Vila Nova de Foz Côa apresentam-se descritos na Tabela 13.

Tabela 13. Património classificado à data da 1.ª revisão do PDM (2015)

CÓDIGO DESIGNAÇÃO	
Interesse Nacional	
IN1	Alto Douro Vinhateiro
IN2	Conjunto de Sítios Arqueológicos no Vale do Rio Coa
IN3	Castelo de Numão
IN4	Pelourinho de Foz Côa
IN5	Igreja Matriz de Vila Nova de Foz Côa
IN6	Núcleo de Arte Rupestre da Fonte Frieira
IN7	Núcleo de Arte Rupestre da Broeira
IN8	Núcleo de Arte Rupestre de Vale de Moinhos
IN9	Núcleo de Arte Rupestre de Meijapão

CÓDIGO DESIGNAÇÃO	
IN10	Núcleo de Arte Rupestre da Canada do Inferno/Rego de Vide
IN11	Núcleo de Arte Rupestre do Vale das Namoradas
IN12	Núcleo de Arte Rupestre da Quinta do Fariseu
IN13	Núcleo de Arte Rupestre do Vale da Figueira/Teixugo
IN14	Estação Arqueológica da Quinta de Santa Maria da Ervamoira
IN15	Núcleo de Arte Rupestre da Ribeira de Piscos/Quinta dos Poios
IN16	Núcleo de Arte Rupestre da Ribeirinha
IN17	Núcleo de Arte Rupestre da Quinta da Barca
IN18	Núcleo de Arte Rupestre da Penascosa
IN19	Núcleo Arqueológico de Habitat Paleolítico do Salto do Boi/Cardina
IN20	Núcleo de Arte Rupestre de Vale de Cabrões
IN21	Núcleo de Arte Rupestre da Vermelhosa
IN22	Núcleo de Arte Rupestre do Vale de José Esteves
IN23	Núcleo de Arte Rupestre do Alto da Bulha
IN24	Núcleo de Arte Rupestre da Foz Côa
IN25	Núcleo de Arte Rupestre de Vale do Forno
IN26	Núcleo de Arte Rupestre da Canada da Moreira
IN27	Núcleo de Arte Rupestre da Canada do Amendoal
Interesse Público	
IP1	Pelourinho da Horta
IP2	Ponte sobre a Ribeira de Teja.
IP3	Pelourinho de Freixo de Numão
IP4	Casa Grande de Freixo de Numão
IP5	Pelourinho da Touça.
IP6	Casa de Nossa Senhora da Conceição ou Casa Grande de Cedovim

CÓDIGO DESIGNAÇÃO	
IP7	Pelourinho de Cedovim
IP8	Pelourinho de Muxagata
IP9	Castelo de Castelo Melhor
IP10	Pelourinho de Almendra
IP11	Igreja Matriz de Almendra.
IP12	Casa de Almendra
IP13	Sítio Arqueológico Castanheiro do Vento
IP14	Castelo Velho de Freixo de Numão
IP15	Solar dos Donas Botto Pinto
Interesse Municipal	
IM1	Casa Vermelha
IM2	Capela de Nossa Senhora da Conceição

FONTE: Planta do Património do PDM em vigor (2015)

Atendendo ao elevado número de situações inventariadas, colocam-se neste relatório apenas o Património que se encontra classificado pela Direção-Geral do Património Cultural. Assim, desde a 1.ª revisão do PDM, procederam-se às alterações exibidas na Tabela 14.

Tabela 14. Alterações no Património classificado e em vias de classificação desde a 1.ª revisão do PDM (2019)

DESIGNAÇÃO	SITUAÇÃO 2019
Interesse Nacional	
Igreja Matriz de Vila Nova de Foz Côa	Classificado
Castelo de Numão	Classificado
Pelourinho de Foz Côa	Classificado
Capela de Nossa Senhora da Conceição	Classificado
Casa dos Caldeira	Procedimento encerrado / arquivado - sem proteção legal

DESIGNAÇÃO	SITUAÇÃO 2019
Interesse Público	
Solar dos Donas Botto Pinto, também designado Casa de João Marçal	Classificado
Pelourinho de Touça	Classificado
Pelourinho de Muxagata	Classificado
Pelourinho de Horta	Classificado
Casa de Almendra	Classificado
Castelo Velho de Freixo de Numão	Classificado
Sítio arqueológico Castanheiro do Vento	Classificado
Interesse Municipal	
Igreja Matriz de Almendra	Classificado
Pelourinho de Almendra	Classificado
Ponte sobre a ribeira de Teja	Classificado
Casa Grande de Freixo de Numão	Classificado
Pelourinho de Freixo de Numão	Classificado
Castelo de Castelo Melhor	Classificado
Casa de Nossa Senhora da Conceição	Classificado
Pelourinho de Cedovim	Classificado
Casa Vermelha	Classificado

FONTE: DGPC – Património Cultural (2019)

O património histórico-arqueológico no caso particular do concelho de Vila Nova de Foz Côa, tem um papel fulcral na promoção do desenvolvimento local. Por se tratar de um espaço privilegiado em termos histórico-arqueológicos e apresentar francas potencialidade quanto aos seus recursos patrimoniais endógenos.

Por isso, e à imagem do que “sucede em todo o Nordeste transmontano, Vila Nova de Foz Côa possui um extenso e rico património natural e cultural, que constituem as grandes mais-valias da região e também do concelho. E, de facto, de acordo com estudos recentemente efetuados, o grande interesse dos turistas na região Norte centra-se sobretudo no turismo cultural.”²⁷

De uma forma geral podemos afirmar que a descoberta e divulgação das gravuras do Vale do Côa promoveram sem dúvida a imagem do concelho de Vila Nova de Foz Côa, não só no país, mas também no mundo. E foi a partir daqui que esta região passou a ser reconhecida e divulgada, atraindo visitantes de origem nacional e internacional.

Relativamente ao caso de Vila Nova de Foz Côa, a articulação do valor patrimonial com as hipóteses de desenvolvimento existentes poderá constituir uma das soluções para um concelho que sofre os efeitos negativos provocados pela sua interioridade face às regiões mais dinâmicas do país. O objetivo é fixar população no território, concorrendo assim para a sua viabilização económica.

Os sítios de arte rupestre do Vale do Côa situam-se ao longo das margens do rio Côa, sobretudo no concelho de Vila Nova de Foz Côa. Formam uma rara concentração de arte rupestre composta por gravuras em pedra datadas do Paleolítico Superior, constituindo o mais extenso registo ao ar livre de atividade humana de gravação existente no mundo.

Vila Nova de Foz Côa é reconhecida pelo complexo de gravuras rupestres ao ar livre no vale do Rio Côa, um dos maiores centros arqueológicos de arte rupestre da Europa.

De facto, Vila Nova de Foz Côa detém um conjunto alargado de bens imóveis de inestimável valor cultural, certificando a presença de uma riqueza patrimonial identitária no território fozcoense.

3.6.2. Prémio Arquitetura do Douro

O Prémio Arquitetura do Douro²⁸ procura distinguir e promover boas práticas de arquitetura realizadas na região, estimulando a excelência no ordenamento e valorização do território classificado como Património da Humanidade.

A cargo da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, o concurso dirige-se a intervenções de construção, conservação ou reabilitação de edifícios ou conjuntos arquitetónicos, entre adegas, unidades de alojamento turístico, museus e edifícios de serviços, bem como intervenções de desenho urbano em espaço público, feitos depois da classificação.

²⁷Fernandes, Sandra. (2008) O papel do património histórico-arqueológico na promoção do desenvolvimento local. Lisboa. pp. 45-47.

²⁸ Com o apoio da Direção Regional de Cultura do Norte, o Turismo de Portugal e a Ordem dos Arquitetos.

Tabela 15. Concurso bienal intitulado de Prémio Arquitetura do Douro

Edição	Vencedor	Arquiteto(s)	Localização
2016/2017	Centro de Alto Rendimento do Pocinho	Álvaro Fernandes Andrade	VN Foz Côa
2013/2014	Museu do Côa	Camilo Rebelo e Tiago Pimentel	VN Foz Côa
2010/2011	Armazém da Quinta do Portal	Álvaro Siza Vieira	Sabrosa
2008/2009	Museu da Vila Velha	António Belém Lima	Vila Real
2006/2007	Adega da Quinta da Touriga	António Leitão Barbosa	VN Foz Côa

FONTE: CCDR-Norte (2019)

De realçar a importância de o Município ter ganho este prémio, nomeadamente, quanto à manutenção da integridade e autenticidade, e a sua valorização territorial e social, referindo que das cinco edições promovidas pela estrutura de Missão do Douro, CCDR-Norte, desde 2006, três foram ganhas com projetos intervencionados no concelho de Vila Nova de Foz Côa.

A Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa encara, por isso, com bastante responsabilidade, naturalidade e exigência estas distinções, enquanto uma mais-valia para a região, por forma a fazer da arquitetura uma componente de excelência da paisagem distintiva do Alto Douro Vinhateiro Património Mundial.

A existência do Prémio Arquitetura do Douro, confirma o papel fundamental da arquitetura contemporânea de qualidade na valorização dos sítios Património Mundial, como se nota, por exemplo, no desenho de arquiteturas do vinho, em que às soluções de funcionalidade se acrescentaram fortes preocupações estéticas e de integração paisagística, o que notoriamente traduz a valorização da arquitetura.

Síntese

PATRIMÓNIO

Desde a 1ª revisão do PDM em 2015, procederam-se a 32 mudanças no património classificado ou em vias de classificação do concelho de Vila Nova de Foz Côa.

O património histórico-arqueológico no caso particular do concelho de Vila Nova de Foz Côa, tem um papel fulcral na promoção do desenvolvimento local, possuindo um extenso e rico património natural e cultural.

O concelho detém um conjunto alargado de bens imóveis de inestimável valor cultural, certificando a presença de riqueza patrimonial identitária do território.

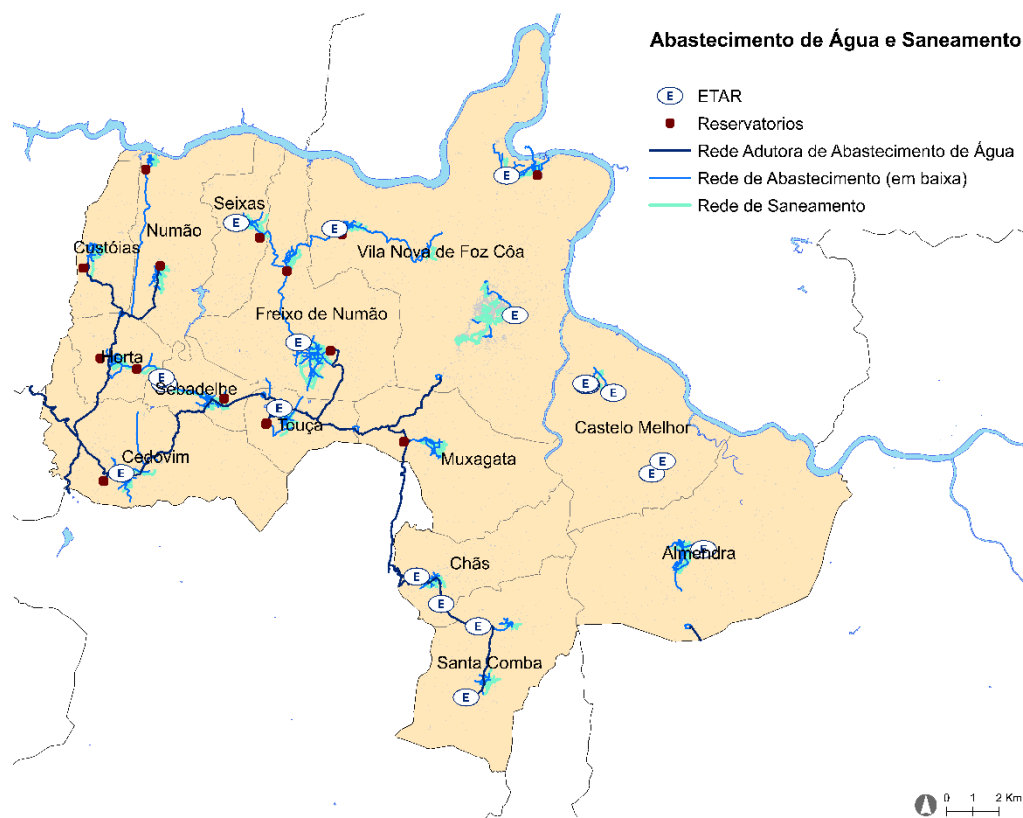
O Vale do Côa e o Alto Douro Vinhateiro, patenteiam as singularidades de um território que tem um valor incomensurável, sendo o concelho de Vila Nova de Foz Côa o único do país que tem dois patrimónios mundiais.

3.7. Infraestruturas

As infraestruturas de abastecimento de água e saneamento, são um suporte básico e essencial para a prestação de um serviço público de primeira necessidade de saúde e bem-estar das populações.

No concelho de Vila Nova de Foz Côa existem realidades muito distintas, quanto às redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais, sendo necessário satisfazer cada uma delas. De modo a fazer face às necessidades de resposta, inerentes ao aumento do consumo de água potável e consequente incremento das águas residuais produzidas, prevendo o seu tratamento adequado e posterior devolução ao meio ambiente, de acordo com as normas legais estabelecidas.

Mapa 19. Rede de Infraestruturas de distribuição de Água e Saneamento, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2019)



FONTE: CMVNFC (2019)

Assim, apresenta-se a respetiva rede de abastecimento de água e saneamento, de forma a perceberem-se os níveis de cobertura e articulação, no concelho de Vila Nova de Foz Côa, conforme o Mapa 19.

Relativamente à extensão das condutas adutoras e de distribuição de água em “baixa” no concelho de Vila Nova de Foz Côa, segundo os dados reportados pela ERSAR no âmbito da Avaliação da Qualidade

dos Serviços de Abastecimento de Água prestada aos Utilizadores no ano de 2017 (com uma extensão de 143,2 km), assim distribuídas, nomeadamente:

- Conduções adutoras de água, em “baixa” - 38,5 km;
- Redes de distribuição de água, em “baixa” - 104,7 km.

A Águas do Norte tem sob sua gestão 66,45 km de conduções adutoras de abastecimento de água em “alta” no concelho de Vila Nova de Foz Côa²⁹.

Atualmente, verifica-se que a rede de abastecimento serve a quase totalidade da população, apresentando a sua estrutura sistemas que reúnem povoações geograficamente próximas e com afinidade topográfica.

A. Abastecimento de Água

Dado que a fase de maior necessidade de expansão das redes permitiu atingir níveis elevados da taxa de cobertura, superiores aos níveis de atendimento previstos no Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais (2007-2013), PEAASAR II³⁰, quer ao nível do abastecimento de água, quer ao nível da drenagem e tratamento de águas residuais, a necessidade de remodelação de ambas as redes e respetivos equipamentos é atualmente a grande prioridade para garantir a fiabilidade e qualidade do serviço prestado, que se encontra, atualmente, precavido no PENSAAR 2020³¹.

A Águas do Norte, S.A. ao ser constituída pelo Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio, mediante a agregação das quatro empresas gestoras dos sistemas multimunicipais existentes e integradas no Grupo Águas de Portugal:

- Águas do Noroeste, SA,
- Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.,
- Águas do Douro e Paiva, S.A.
- SIMDOURO - Saneamento do Grande Porto, S.A.

Em sequência, foi-lhe atribuída, pelo Estado Português, em regime de exclusivo, a concessão da exploração e da gestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Norte de Portugal.

²⁹ Conforme reportado nos Indicadores de Desempenho da ERSAR (2018)

³⁰ Despacho n.º 2339/2007, 14 de fevereiro. Diário da República n.º 32/2007, Série II.

³¹ Despacho n.º 4385/2015, 30 de abril. Diário da República n.º 84/2015, Série II.

Desta forma, a empresa Águas do Norte, SA, concretizou um processo de verticalização que reuniu, numa única entidade gestora, os serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais em “alta” (prestados aos Municípios através do Sistema Multimunicipal) e em “baixa” (prestados aos Consumidores Finais através da Parceria), de forma regular, contínua e eficiente.

Ao analisarmos os alojamentos servidos por água constata-se que a cobertura é bastante satisfatória, com todos os aglomerados a verificarem percentagens entre os 98% e os 100%. Os aglomerados de Almendra, Freixo de Numão e Pocinho apresentam uma cobertura de 100%, por sua vez Cedovim, Vila Nova de Foz Côa e Horta apresenta valores de 98,8%, 99,9% e 91,2%, respetivamente, segundo a informação contemplada no Relatório de Avaliação Ambiental.

Tabela 16. Alojamentos familiares de residência habitual (N.º) segundo a ligação à rede de abastecimento de água, por freguesia, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2001 e 2011)

Unidade Geográfica	Anos	Não tem água canalizada	Tem água canalizada		Total
			Ligada à Rede Pública	Ligada à Rede Privada	
Almendra	2001	0	180	2	182
	2011	1	160	2	163
	Δ 01-11 (%)	100,0	-11,1	0	-10,4
Castelo Melhor	2001	1	143	2	146
	2011	0	109	2	111
	Δ 01-11 (%)	-100,0	-22,4	0	-24,0
Cedovim	2001	3	164	7	174
	2011	1	135	2	138
	Δ 01-11 (%)	-66,7	-17,7	-71,4	-20,7
Chãs	2001	2	142	1	145
	2011	2	107	1	110
	Δ 01-11 (%)	0	-24,6	0	-24,1
Custóias	2001	0	114	0	114
	2011	0	102	2	104
	Δ 01-11 (%)	-	-10,5	100,0	-8,8
Freixo de Numão	2001	1	253	2	256
	2011	1	199	2	202
	Δ 01-11 (%)	0	-21,3	0	-21,1
Horta	2001	1	103	0	104
	2011	0	90	1	91
	Δ 01-11 (%)	-100,0	-12,6	100,0	-12,5
Mós	2001	2	98	3	103
	2011	1	83	1	85
	Δ 01-11 (%)	-50,0	-15,3	-66,7	-17,5
	2001	0	66	0	66

Unidade Geográfica	Anos	Não tem água canalizada	Tem água canalizada		Total
			Ligada à Rede Pública	Ligada à Rede Privada	
Murça	2011	1	54	0	55
	Δ 01-11 (%)	100,0	-18,2	-	-16,7
Muxagata	2001	1	185	0	186
	2011	1	134	0	135
	Δ 01-11 (%)	0	-27,6	-	-27,4
Numão	2001	5	119	4	128
	2011	0	105	0	105
	Δ 01-11 (%)	-100,0	-11,8	-100,0	-18,0
Santa Comba	2001	10	124	0	134
	2011	7	90	0	97
	Δ 01-11 (%)	-30,0	-27,4	-	-27,6
Santo Amaro	2001	1	50	0	51
	2011	0	29	0	29
	Δ 01-11 (%)	-100,0	-42,0	-	-43,1
Sebadelhe	2001	0	130	3	133
	2011	1	114	1	116
	Δ 01-11 (%)	100,0	-12,3	-66,7	-12,8
Seixas	2001	0	139	4	143
	2011	0	132	4	136
	Δ 01-11 (%)	-	-5,0	0	-4,9
Touça	2001	3	95	2	100
	2011	0	93	2	95
	Δ 01-11 (%)	-100,0	-2,1	0	-5,0
Vila Nova de Foz Côa	2001	3	1 196	6	1 205
	2011	1	1 245	4	1 250
	Δ 01-11 (%)	-66,7	4,1	-33,3	3,7
Total	2001	33	3 301	36	3 370
	2011	17	2 983	22	3 022
	Δ 01-11 (%)	-48,5	-9,6	-38,9	-10,3

FONTE: INE (2019)

Pelos dados obtidos através dos Recenseamentos Gerais da População e da Habitação de 2011, o abastecimento de água ao município de Vila Nova de Foz Côa apresentava, uma percentagem de 90% quanto à proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água, tendo vindo a manter esse assinalável progresso. Atualmente a percentagem de alojamentos familiares de residência habitual servidos por abastecimento de água canalizada, encontra-se em níveis de praticamente pleno abastecimento.

O abastecimento de água ao concelho Vila Nova de Foz Côa é essencialmente assegurado por 21 sistemas de abastecimento. Sendo que, a população servida pelos sistemas de abastecimento ronda os 100% segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística.

B. Saneamento de Águas Residuais

No concelho de Vila Nova de Foz Côa a drenagem é efetuada através de redes de coletores gravíticos existentes nos diferentes aglomerados do concelho. Verifica-se que as redes de drenagem existentes, num total de 21 sistemas. Refira-se que, a drenagem dos caudais efluentes produzidos tem origem residencial e dos serviços, não existindo referência a qualquer caudal com origem industrial, sendo que, toda a drenagem de águas residuais é encaminhada para tratamento em ETAR, Estações de Tratamento de Águas Residuais e/ou em fossas sépticas municipais.

Segundo a informação dos Estudos de Caracterização do Território Municipal³², “a distribuição das ETARs pelo território denota uma concentração na freguesia sede de concelho e nos aglomerados com maior importância no sector oeste do concelho (Cedovim e Horta do Douro), deixando à margem e ao recurso à solução das fossas sépticas, os restantes Aglomerados.”

Tabela 17. Alojamentos familiares de residência habitual (N.º) segundo a ligação à rede de drenagem de águas residuais, por freguesia, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2001 e 2011)

Unidade Geográfica	Anos	Sistema de Esgotos				Total
		Não tem sistema de esgotos	Ligada à Rede Pública	Particular (fossa séptica, etc)	Outras Situações	
Almendra	2001	0	177	1	4	182
	2011	0	153	7	0	163
	Δ 01-11 (%)	-	-13,6	600,0	-100,0	-10,4
Castelo Melhor	2001	1	137	6	2	146
	2011	0	111	0	0	111
	Δ 01-11 (%)	-100,0	-19,0	-100,0	-100,0	-24,0
Cedovim	2001	3	158	8	5	174
	2011	3	124	2	9	138
	Δ 01-11 (%)	0	-21,5	-75,0	80,0	-20,7
Chãs	2001	1	139	5	0	145
	2011	3	103	3	1	110
	Δ 01-11 (%)	200,0	-25,9	-40,0	100,0	-24,1
Custóias	2001	0	97	14	3	114
	2011	1	96	7	0	104

³² Estudos de Caracterização do Território Municipal (2013) Estrutura e Dinâmicas Territoriais e Urbanas. Revisão do Plano Diretor Municipal de Vila Nova de Foz Côa. pp. 157-158.

Unidade Geográfica	Anos	Sistema de Esgotos				Total
		Não tem sistema de esgotos	Ligada à Rede Pública	Particular (fossa séptica, etc)	Outras Situações	
	Δ 01-11 (%)	100,0	-1,0	-50,0	-100,0	-8,8
Freixo de Numão	2001	1	228	19	8	256
	2011	2	187	13	0	202
	Δ 01-11 (%)	100,0	-18,0	-31,6	-100,0	-21,1
Horta	2001	1	88	8	7	104
	2011	1	78	12	0	91
	Δ 01-11 (%)	0	-11,4	50,0	-100,0	-12,5
Mós	2001	2	86	9	6	103
	2011	1	81	3	0	85
	Δ 01-11 (%)	-50,0	-5,8	-66,7	-100,0	-17,5
Murça	2001	0	52	3	11	66
	2011	1	48	6	0	55
	Δ 01-11 (%)	100,0	-7,7	100,0	-100,0	-16,7
Muxagata	2001	1	171	2	12	186
	2011	3	131	0	1	135
	Δ 01-11 (%)	200	-23,4	-100,0	-91,7	-27,4
Numão	2001	5	99	20	4	128
	2011	2	95	6	2	105
	Δ 01-11 (%)	-60,0	-4,0	-70,0	-50,0	-18,0
Santa Comba	2001	9	103	11	11	134
	2011	6	89	0	0	97
	Δ 01-11 (%)	-33,3	-13,6	-100,0	-100,0	-27,6
Santo Amaro	2001	1	44	0	6	51
	2011	2	27	0	0	29
	Δ 01-11 (%)	100,0	-38,6	-	-100,0	-43,1
Sebadelhe	2001	0	117	11	5	133
	2011	2	108	4	0	116
	Δ 01-11 (%)	100,0	-7,7	-63,6	-100,0	-12,8
Seixas	2001	0	110	18	15	143
	2011	0	117	17	0	136
	Δ 01-11 (%)	-	6,4	-5,6	-100,0	-4,9
Touça	2001	3	84	10	3	100
	2011	1	87	5	0	95
	Δ 01-11 (%)	-66,7	3,6	-50,0	-100,0	-5,0
Vila Nova de Foz Côa	2001	3	1 126	59	17	1 205
	2011	3	1 179	60	3	1 250
	Δ 01-11 (%)	0	4,7	1,7	-82,4	3,7

Unidade Geográfica	Anos	Não tem sistema de esgotos	Sistema de Esgotos			Total
			Ligada à Rede Pública	Particular (fossa séptica, etc)	Outras Situações	
Total	2001	31	3 016	204	119	3 370
	2011	47	2 814	145	16	3 022
	Δ 01-11 (%)	0	-6,7	-28,9	-86,6	-10,3

FONTE: INE (2019)

Quanto à cobertura em termos de esgotos verifica-se, que a cobertura é bastante satisfatória, uma vez que as percentagens rondam um intervalo de cobertura, entre os 98% e os 100%, estando aglomerados como o de Almendra, Castelo Melhor e Seixas completamente cobertos por esta infraestrutura.

Relativamente às instalações em termos de infraestruturas básicas nos alojamentos familiares de residência habitual, o município de Vila Nova de Foz Côa, em 2001, ainda não apresentava uma cobertura total das mesmas, no entanto, como se pode constatar nas tabelas anteriores, percentagens acima dos 90% em todas as infraestruturas demonstram que a cobertura é bastante aceitável. Desta forma, verifica-se que alojamentos com água (100%) e esgotos (97%) estão cobertos quase na totalidade do município, como presente no Gráfico 23.

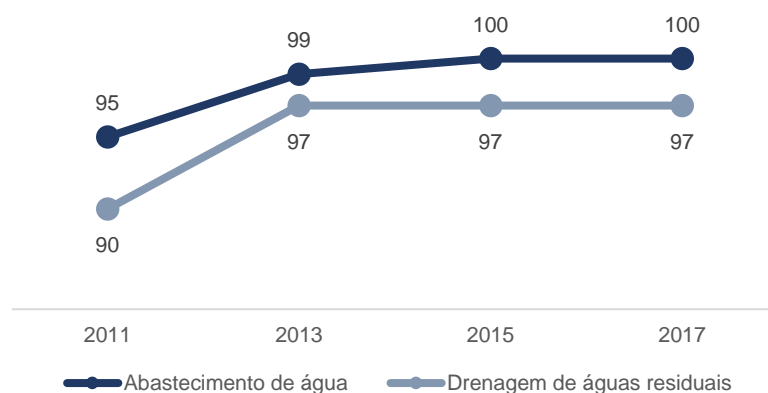


Gráfico 23. Proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água e drenagem de águas residuais (%), no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2011-2017)

FONTE: INE (2019)

Denota-se ainda que, em termos de alojamentos com eletricidade, à exceção do aglomerado de Vila Nova de Foz Côa (99,9%) e Cedovim (99,4%), todos os outros apresentam uma cobertura total (100%) de fornecimento elétrico, segundo a nota informativa do Relatório de Avaliação Ambiental³³.

³³ Relatório de Avaliação Ambiental do Plano Diretor Municipal de Vila Nova de Foz Côa. (2015) Análise dos Fatores Críticos para a Decisão. pp. 65-67.

Em suma, ressalva-se que nem os aglomerados mais bem-dotados de instalações no município, casos de Almendra, Freixo de Numão e Pocinho, conseguem ter cobertura total de todas as instalações, no entanto, a cobertura, de uma forma geral, é bastante satisfatória, quer nestes, quer nos aglomerados que maioritariamente não conseguem percentagens de cobertura de 100% na maioria das instalações.

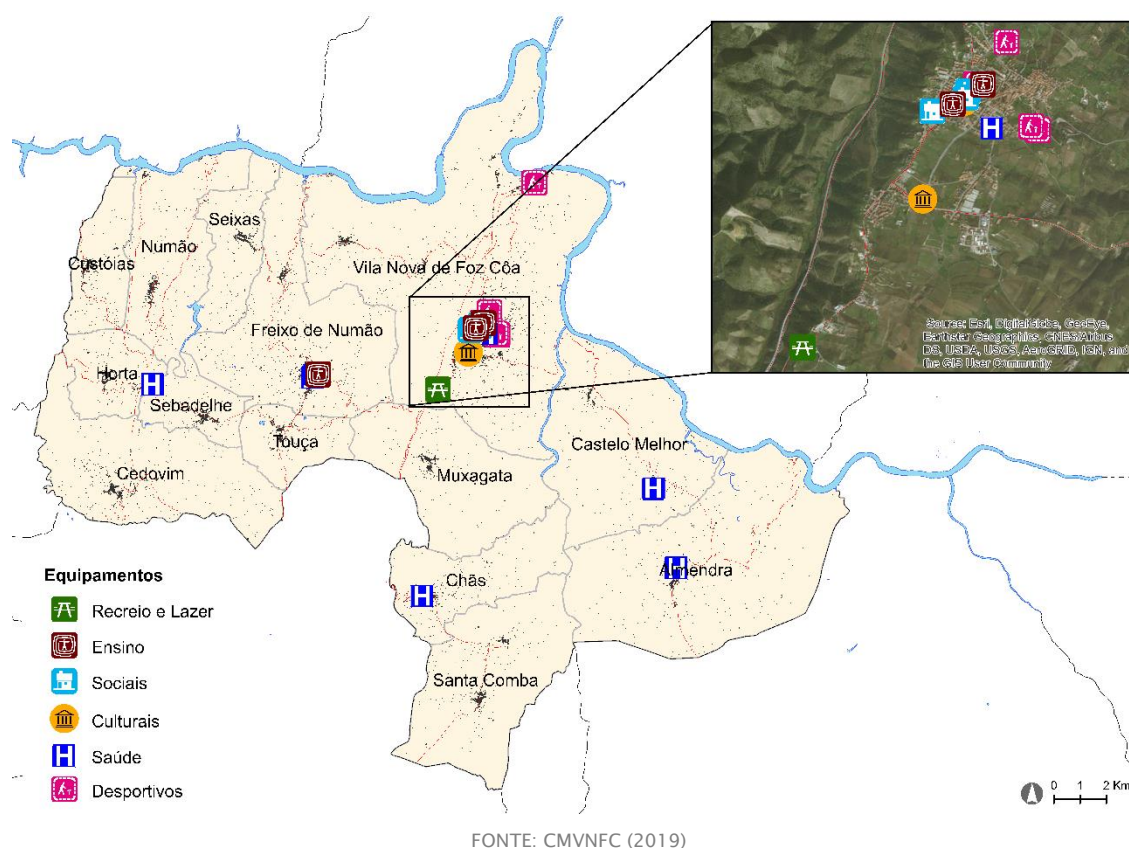
3.8. Equipamentos

O progresso de novas centralidades depende grandemente da área de influência exercida por determinados equipamentos, sendo a sua localização uma componente estratégica do ponto de vista dos efeitos multiplicadores para o território.

A presente temática tem por objetivo dar conta da situação atual da rede de equipamentos coletivos existente no concelho de Vila Nova de Foz Côa. O seu correto conhecimento permitirá estabelecer as necessidades evidenciadas nos diferentes domínios e definir as respetivas prioridades em termos de investimentos. Sendo evidente que os equipamentos coletivos, assumem um papel fundamental na estruturação do tecido urbano, e na satisfação das necessidades básicas da população.

Com o intuito de otimizar as redes de equipamentos existentes, torna-se necessário considerar: a localização e dimensão das instalações, no que respeita à população servida e à distribuição das distâncias a percorrerem, determinando se a sua capacidade é suficiente para a procura prevista ou se existem alternativas, adquirindo soluções válidas que melhor sirvam a população abrangida e em estreita articulação com os vetores estratégicos de desenvolvimento do concelho, nomeadamente os que emanam do PDM.

Mapa 20. Localização de novos equipamentos, por freguesia, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2015-2019)



Urge, portanto, a necessidade de avaliar a evolução da criação de equipamentos coletivos que integrem áreas estruturantes para o desenvolvimento do município, e elencar as novas propostas do executivo, como ilustrado no Mapa 20. São considerados nesta análise, os serviços e equipamentos coletivos que são considerados estruturantes para o desenvolvimento do município.

Tabela 18. Rede de Equipamentos existentes no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2019)

Nome	Designação	Freguesia
Centro de Saúde e Serviço de Urgência Básico	Saúde	Vila Nova de Foz Côa
Campo de Basquetebol	Desportivo	Vila Nova de Foz Côa
Campo de Padel	Desportivo	Vila Nova de Foz Côa
Centro de Alto Rendimento do Pocinho	Desportivo	Vila Nova de Foz Côa
Campo de Futebol	Desportivo	Vila Nova de Foz Côa
Lar	Social	Vila Nova de Foz Côa
Creche	Social	Vila Nova de Foz Côa
Pré-Escolar	Escolar	Vila Nova de Foz Côa
Escola Secundária	Escolar	Vila Nova de Foz Côa
Centro de Dia para Crianças Inadaptadas	Social	Vila Nova de Foz Côa
Gimnodesportivo	Desportivo	Vila Nova de Foz Côa
Piscinas Municipais	Desportivo	Vila Nova de Foz Côa
Centro de Exposições	Cultural	Vila Nova de Foz Côa
Centro Cultural	Cultural	Vila Nova de Foz Côa
Parque de Merendas	Lazer	Vila Nova de Foz Côa
Centro Escolar	Escolar	Freixo de Numão
Centro Social Paroquial e Unidade de Cuidados Continuados Integrados	Saúde	Freixo de Numão
Extensão de Saúde	Saúde	Horta
Extensão de Saúde	Saúde	Freixo de Numão
Extensão de Saúde	Saúde	Chãs
Extensão de Saúde	Saúde	Almendra
Extensão de Saúde	Saúde	Castelo Melhor

FONTE: CMVNFC (2019)

A. Desporto

O desporto e os equipamentos associados à prática de atividade física são cada vez mais reconhecidos como um instrumento essencial para a melhoria da condição física e da qualidade de vida e de saúde dos cidadãos. No que respeita aos equipamentos desportivos, de uma forma geral, a oferta é equilibrada face à população que servem.

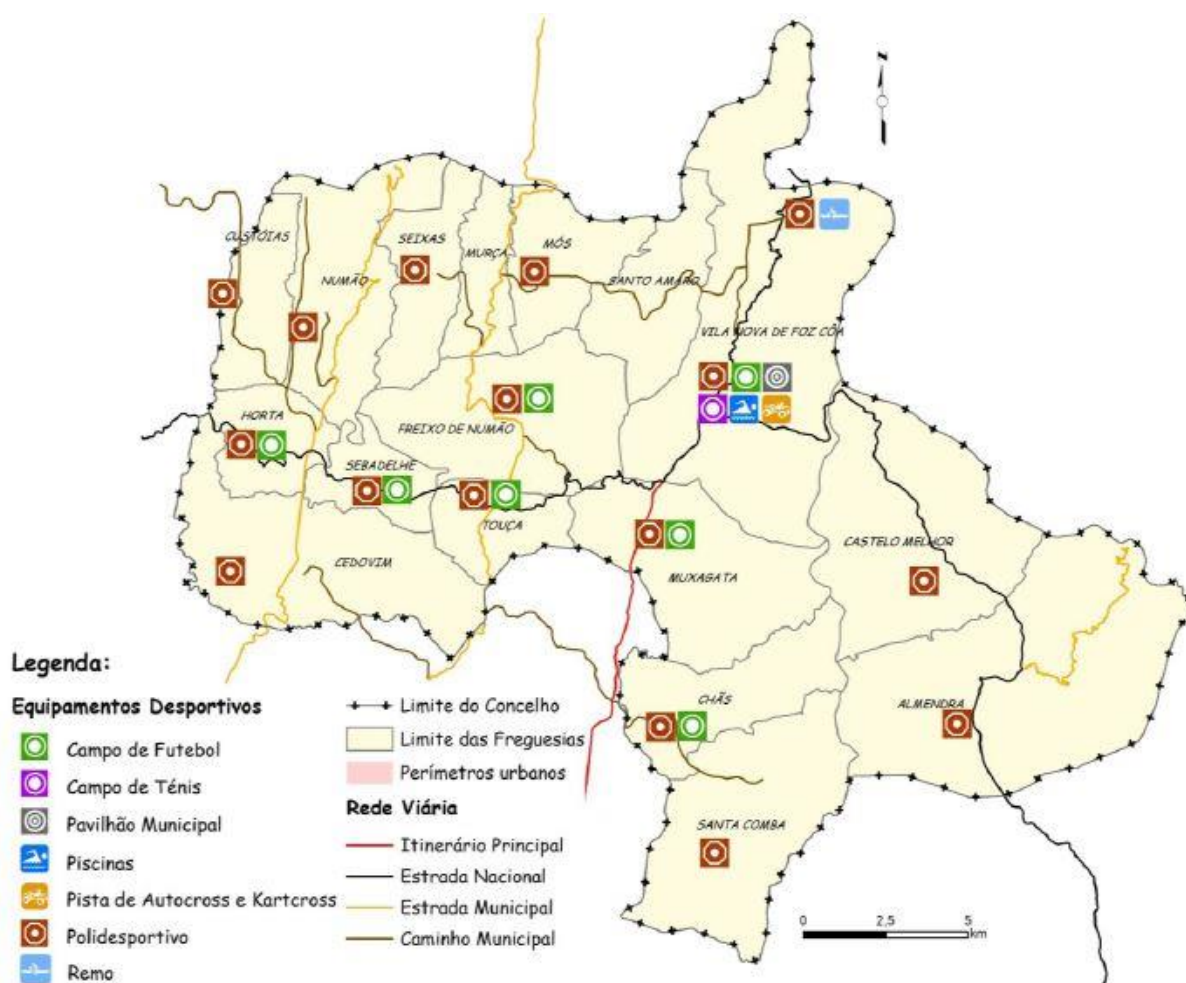


Figura 8. Distribuição geográfica dos Equipamentos Desportivos, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2013)

FONTE: CMVNFC (2019)

Os equipamentos desportivos existentes no concelho de Vila Nova de Foz Côa são na sua maioria polidesportivos³⁴ de ar livre (15), permitindo a prática de várias modalidades desportivas no mesmo espaço (por exemplo: futebol, ténis, basquetebol, andebol, etc.). Este tipo de recintos desportivos pode ser encontrado em 14 freguesias do concelho. Salienta-se o facto das freguesias de Murça, Santo Amaro e Touça não possuírem nenhum recinto desportivo de ar livre. Em relação aos campos de futebol

³⁴ Dados referentes aos Estudos de Caracterização do Território Municipal (2013) Estrutura e Dinâmicas Territoriais e Urbanas. Revisão do Plano Diretor Municipal de Vila Nova de Foz Côa. pp. 191-192.

encontramos 7 freguesias com este tipo de equipamento, sendo elas Vila Nova de Foz Côa, Freixo de Numão, Horta do Douro, Touça, Muxagata, Sebadelhe e Chãs.

O Centro de Alto Rendimento do Pocinho³⁵ foi um dos maiores investimentos efetuados pela autarquia no concelho de Vila Nova de Foz Côa. Este equipamento é um ícone do ponto de vista arquitetónico e uma referência para a prática das mais variadas modalidades desportivas. Apesar da sua componente desportiva, este espaço dispõe ainda de uma área de alojamento para os praticantes e ainda uma área social que é constituída por refeitório, salas de convívio, bar, biblioteca e auditório. Aproveitando estas valências, a autarquia tem vindo também a promover uma série de eventos neste espaço com o intuito de conferir uma maior abrangência à sua capacidade de utilização.

A existência de instalações como o Campo de Padel, Basquetebol e Futebol, a pista de *Autocross* e *Kartcross*, e as Piscinas Municipais e o Gimnodesportivo, permitem a diversificação da prática desportiva, para que os jovens possam ter outras alternativas para além do futebol.

De destacar ainda, ser aconselhável o fomento da dinamização de múltiplas atividades desportivas, sendo necessário concentrar os esforços em duas vertentes: alargar a prática federada de modalidades desportivas, uma vez que existem todas as condições, quer ao nível das instalações quer ao nível de técnicos, junto da população estudantil das escolas, e ainda, alargar a prática física ao maior número possível de habitantes, com especial incidência no grupo etário mais idoso.

Por iniciativa própria ou em parceria com as Associações Desportivas a Câmara Municipal organiza eventos e atividades juvenis.

³⁵ CAR do Pocinho. Promove-se internacionalmente na MEMO Convention e Portugal: Destino Desportivo (CMVNFC)

B. Saúde

O sistema de saúde, em conjunto com os restantes sectores sociais, representa hoje um quadro de referência importante no nível de bem-estar social e de desenvolvimento das comunidades. Em termos organizativos e respondendo a uma certa tipologia de cuidados, o concelho de Vila Nova de Foz Côa dispõe, de um Centro de Saúde e Serviço de Urgência Básico, um Unidade de Cuidados Continuados Integrados do Centro Social Paroquial, cinco Extensões de Saúde e três farmácias, duas na sede de concelho e a outra em Freixo de Numão.

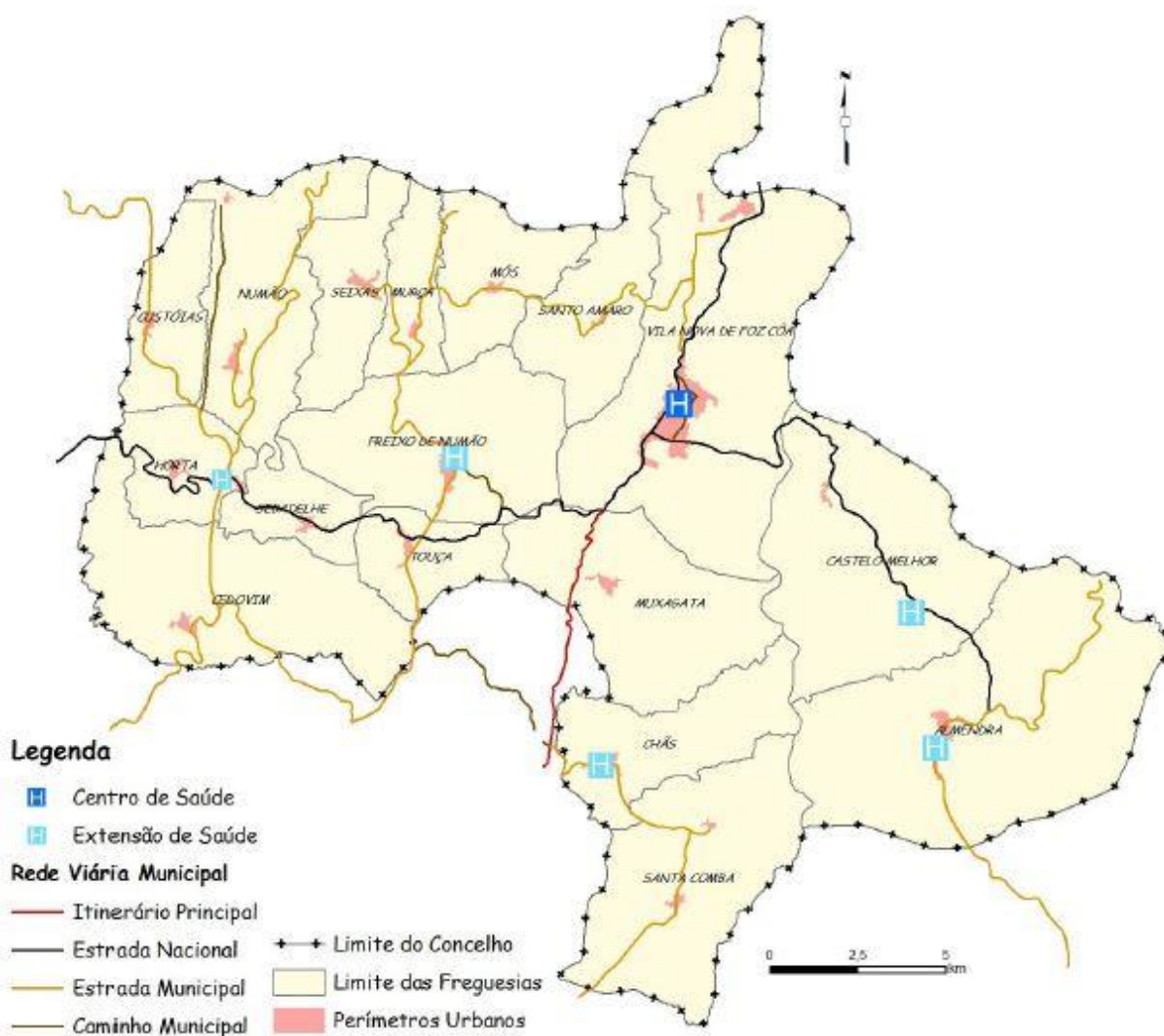


Figura 9. Distribuição geográfica dos Equipamentos de Saúde, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2011)

FONTE: CMVNFC (2019)

O Centro de Saúde, integrado na Unidade Local de Saúde da Guarda, tem uma população inscrita de 6 631 utentes, contando com uma equipa de profissionais formada por seis médicos, oito enfermeiros, quatro assistentes técnicos e 11 assistentes operacionais. O serviço de urgência básica funciona com

uma equipa de cinco médicos, 18 enfermeiros (3 INEM) e cinco assistentes técnicos³⁶, vertido no Gráfico 24.

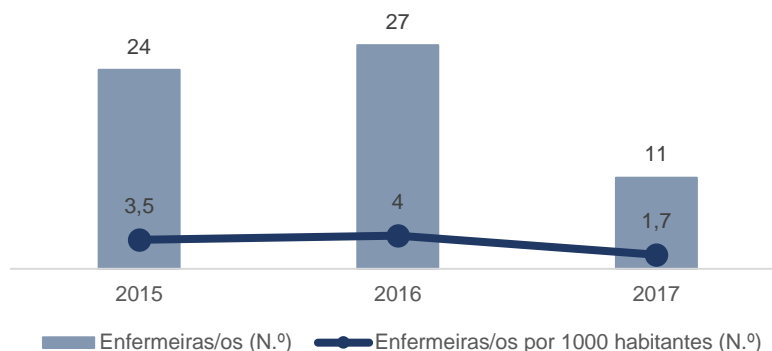


Gráfico 24. Enfermeiras/os (N.º) por 1 000 habitantes, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2017)

FONTE: INE (2019)

De acordo com a Administração Regional de Saúde do Norte, ARS-Norte, com a entrada em funcionamento da Unidade de Cuidados Continuados Integrados, que foi contratualizado com o Centro Social e Paroquial de Freixo de Numão, quando a sua entrada em funcionamento, passou a dispor de 10 camas na tipologia de Média Duração e Reabilitação e 15 camas na tipologia de Longa Duração e Manutenção, e a Administração Regional de Saúde do Norte, I.P. que até aqui já dispunha de 2 205 camas nas diferentes tipologias da Rede, passou a contar com 2 230, refere a Administração Regional de Saúde do Norte.

Esta instituição, proporciona ainda durante o dia a “resolução de necessidades básicas pessoais, terapêuticas e sócio – culturais às pessoas afetadas por diferentes graus de dependência, contribuindo para a manutenção da pessoa no seu meio familiar e Serviço de Apoio Domiciliário³⁷, SAD, que se traduz na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio, a indivíduos e famílias quando, por motivos de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e/ou as atividades de vida diária.”

De ressaltar a importância desta instituição de Centro de Dia, num contexto de constante envelhecimento populacional e uma progressiva redução demográfica em virtude, a escassez de existência de redes de suporte nas proximidades do concelho, nomeadamente no interior de Portugal e no sentido de combater o isolamento individual e social, promovendo a autonomia, bem como o assegurar um conjunto de serviços e cuidados multidisciplinares a grupos vulneráveis, pessoas em situação de dependência.

³⁶ Dados do Serviço Nacional de Saúde. Unidade de Saúde Local da Guarda. 17 de janeiro de 2019.

³⁷ Fonte: <http://www.cspfreixodenumao.pt/index.php/2016/04/27/breve-historial-da-instituicao/>

Neste momento, dispõe do Programa Municipal Saúde Sobre Rodas – Unidade Móvel de Saúde, em funcionamento desde agosto de 2010, visando visa garantir uma vida mais segura e facilitada à população em geral e em particular aos idosos, a pessoas com mobilidade reduzida, com dificuldades de acesso ao Centro de Saúde ou às respetivas extensões e encontra-se especialmente vocacionada para a prevenção, vigilância de saúde e prestação de cuidados clínicos.

Este projeto implementado pela autarquia de Vila Nova de Foz Côa, conta com a parceria da Cruz Vermelha Portuguesa, delegação de Almendra. A equipa desloca-se pelas freguesias do concelho, no mínimo uma vez por semana, disponibilizando os técnicos de saúde necessários.

Outro projeto que tem tido um grande impacto na qualidade de vida da comunidade concelhia refere-se à instalação de desfibriladores automáticos externos no concelho. A autarquia e as juntas de freguesia integram o Plano Nacional de Desfibrilhação Automática Externa da Cruz Vermelha Portuguesa aprovado pelo Instituto Nacional de Emergência Médica, INEM.

A capacidade de resposta às necessidades da população é efetivamente uma prioridade. Por sua vez, verifica-se também que existe pouca oferta de serviços médicos especializados e particulares, o que de certa forma obriga os utentes a deslocarem-se a concelhos vizinhos.

C. Escolares

A Carta Educativa de Vila Nova de Foz Côa foi homologada, pelo Ministério da Educação, em 2006. Este documento identifica os equipamentos e as ofertas educativas, procurando reajustar a rede escolar concelhia, de acordo com as orientações do Ministério da Educação.

“A carta educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município”, segundo o artigo 10.º do Decreto-lei n.º 7/2003 de 15 de janeiro de 2003³⁸.

Além disso, desenvolve um conjunto de propostas de reordenamento da rede escolar, avançando com situações concretas de redimensionamento de alguns equipamentos, construção de novos e suspensão do funcionamento de outros.

³⁸ Regulamenta os conselhos municipais de educação e aprova o processo de elaboração de carta educativa, transferindo competências para as autarquias locais.

O ensino pré-primário oficial do concelho de Vila Nova de Foz Côa é assegurado por um total de 7 Jardins-de-infância, distribuídos pelo Agrupamentos Vertical existente, a saber: Vila Nova de Foz Côa, Freixo de Numão, Cedovim, Almendra, Muxagata e Numão.

A rede educativa do concelho de Vila Nova de Foz Côa está organizada em dois agrupamentos de escolas, nomeadamente, Agrupamento de Escolas Tenente Coronel Adão Carrapatoso e o Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Campos Henriques.

No Município de Vila Nova de Foz Côa a atual rede do 1º Ciclo do Ensino Básico compõe-se de 6 escolas públicas³⁹, pertencendo ao Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Foz Côa, tendo sido encerradas as restantes escolas que funcionaram durante a última década.

O Agrupamento de Escolas, Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de maio⁴⁰ “é uma unidade organizacional, dotada de órgãos próprios de administração e gestão, constituída por estabelecimentos de educação pré-escolar e de um ou mais níveis e ciclos de ensino, a partir de um projeto pedagógico comum”, com vista à realização das finalidades seguintes:

- a) Favorecer um percurso sequencial e articulado dos alunos abrangidos pela escolaridade obrigatória numa dada área geográfica;*
- b) Superar situações de isolamento de estabelecimentos e prevenir a exclusão social;*
- c) Reforçar a capacidade pedagógica dos estabelecimentos que o integram e o aproveitamento racional dos recursos;*
- d) Garantir a aplicação de um regime de autonomia, administração e gestão, nos termos do presente diploma;*
- e) Valorizar e enquadrar experiências em curso.*

A constituição de agrupamentos escolares “considera critérios relativos à existência de projetos pedagógicos comuns, à construção de percursos escolares integrados, à articulação curricular entre níveis e ciclos educativos, à proximidade geográfica, à expansão da educação pré-escolar e à reorganização da rede educativa⁴¹”.

O referido Despacho, tendo em vista o objetivo expresso em a), vem ainda privilegiar os agrupamentos verticais, apenas admitindo agrupamentos horizontais (isto é, de escolas de um mesmo nível de ensino) em casos excecionais.

³⁹ Distribuição das Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, em funcionamento: Vila Nova de Foz Côa, Freixo de Numão, Almendra, Muxagata, Numão e Cedovim.

⁴⁰ Aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, bem como dos respetivos agrupamentos.

⁴¹ Decreto-Lei n.º 115-A/98. Diário da República n.º 102/1998, 1º Suplemento, Série I-A de 1998-05-04.

Os equipamentos de educação instalados no território concelhio dividem-se por nível de ensino em jardins-de-infância (educação pré-escolar) e as escolas básicas do 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário.

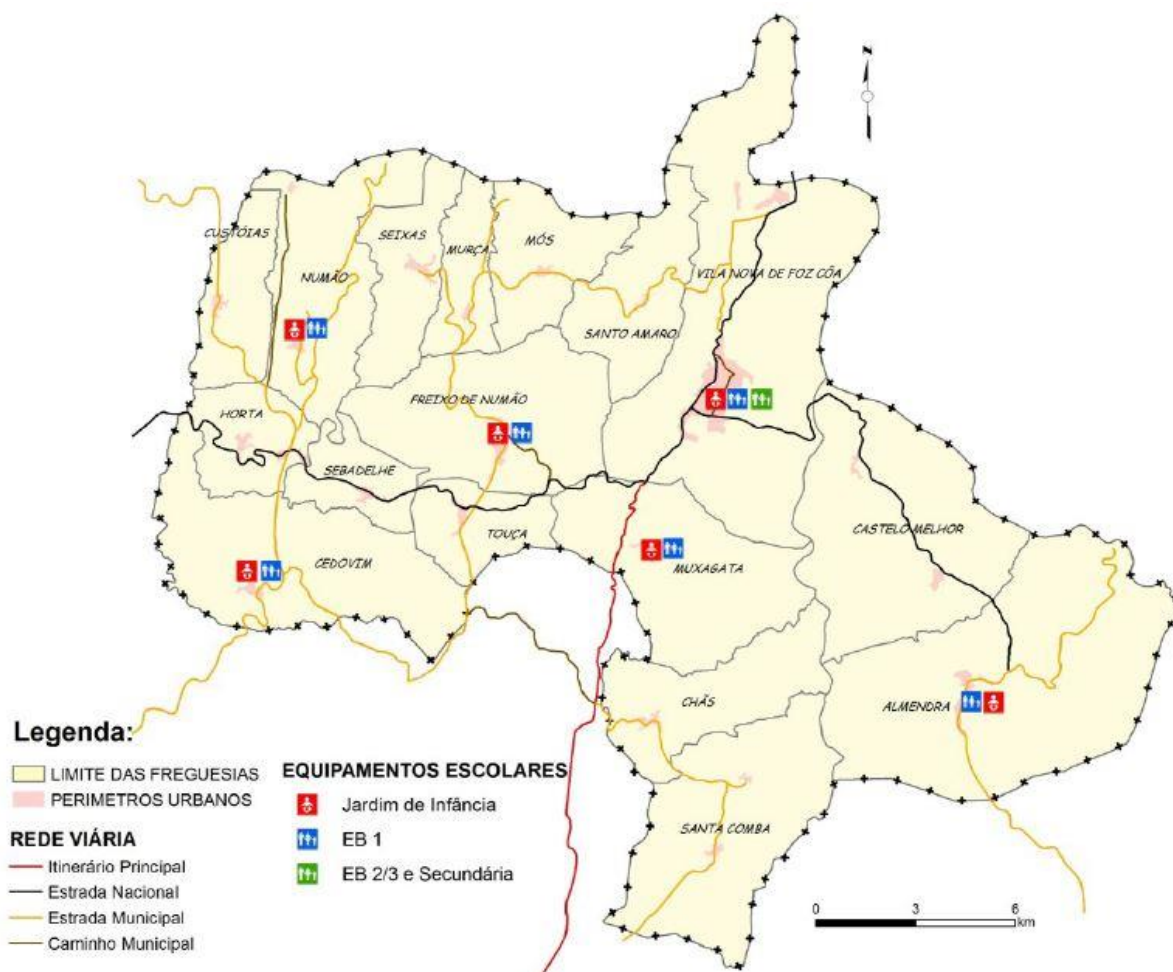


Figura 10. Distribuição geográfica dos Equipamentos Escolares em funcionamento, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2010/2011)

FONTE: CMVNFC (2019)

Em conformidade com a informação dos Estudos de Caracterização⁴², “ao nível da distribuição geográfica pelo território do Concelho, como se pode observar no mapa anterior, os Jardins-de-infância estão disseminados pelas freguesias centrais e a oeste do concelho, apesar de, na maioria, existirem freguesias sem esse tipo de equipamento. As Escolas Básicas do 1º Ciclo existem nas mesmas freguesias onde existem os jardins-de-infância, e a Escola Básica e Secundária Tenente-coronel Adão Carrapatoso está localizada na sede de concelho.”

De notar ainda, que os agrupamentos detêm um conjunto de vantagens, uma vez que permitem reduzir custos, rentabilizar de recursos e amplificar o trabalho colaborativo entre os professores.

⁴² Estudos de Caracterização do Território Municipal (2013) Estrutura e Dinâmicas Territoriais e Urbanas. Revisão do Plano Diretor Municipal de Vila Nova de Foz Côa. pp. 176.

Nesta medida, a redução de equipamentos escolares pode ser encarada como positiva do ponto de vista económico e educacional.

Por outro lado, o número de alunos nos diversos níveis de ensino tem vindo a diminuir, ao longo dos anos letivos, o que traduz a diminuição da população jovem e em idade escolar. A saída de alunos para os concelhos vizinhos tem assumido alguma expressão, provocada pela inexistência de um ensino superior, profissional e tecnológico no concelho.

Em relação ao ensino superior, em particular, realce para a proximidade de várias instituições de ensino superior, nomeadamente, Guarda, Bragança, Vila Real e Viseu.

D. Sociais

A atividade social no município de Vila Nova de Foz Côa foca-se em seis áreas temáticas, designadamente infância e juventude, idosos, deficiência, pessoas idosas e família e comunidade. No concelho de Vila Nova de Foz Côa, os serviços de assistência social estão, maioritariamente, a cargo da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Foz Côa e o Lar Nossa Senhora da Assunção.

De um total de 15 instituições de Solidariedade Social que prestam apoio aos idosos, 13 tem Centro de Dia, 6 têm Lar de Idosos e 12 prestam serviços de apoio domiciliário.

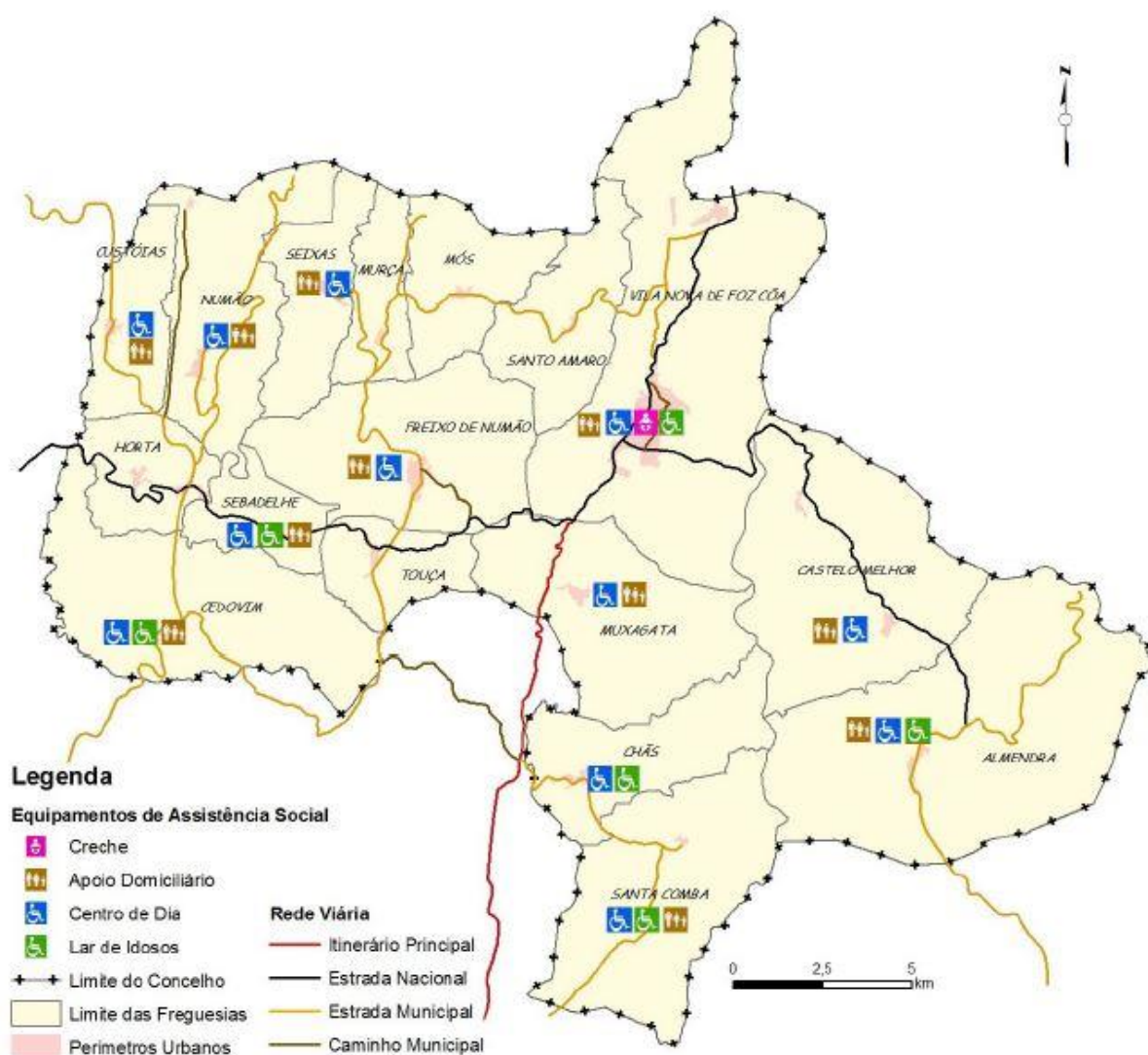


Figura 11. Distribuição geográfica dos Equipamentos de Assistência Social, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2013)

FONTE: CMVNFC (2019)

Em termos de localização ao nível concelhio verifica-se que só as freguesias de Touça, Murça, Santo Amaro e Horta do Douro não dispõem destes equipamentos, ficando as restantes freguesias cobertas por estes serviços, embora o apoio domiciliário prestado pela Santa Casa da Misericórdia cubra todo o concelho, assim como o de Freixo de Numão que apoia Santo Amaro, Touça e Murça.

O apoio à infância e aos idosos, para além do que incumbe aos organismos públicos, é realizado por diversas estruturas sociais criadas pela sociedade civil, que se organizam numa relação contratual com o Estado. Deste modo, as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) assumem-se como a face visível do apoio a crianças, a pessoas com grau de deficiência e a idosos, ao nível das freguesias.

A Santa Casa Misericórdia de Vila Nova de Foz Côa, desenvolve atividades de apoio à população idosa e a crianças, tendo acordo de cooperação com a Segurança Social para todas as valências: creche, jardim-de-infância, lar centro de dia, apoio domiciliário e ATL, prestando apoio na área social a pessoas dele carenciadas, de diferentes faixas etárias.

E. Culturais

No que se refere aos equipamentos culturais existentes no território concelhio, enaltece-se o Centro Cultural de Vila Nova de Foz Côa, o Museu do Côa e o Centro Interpretativo de Numão.

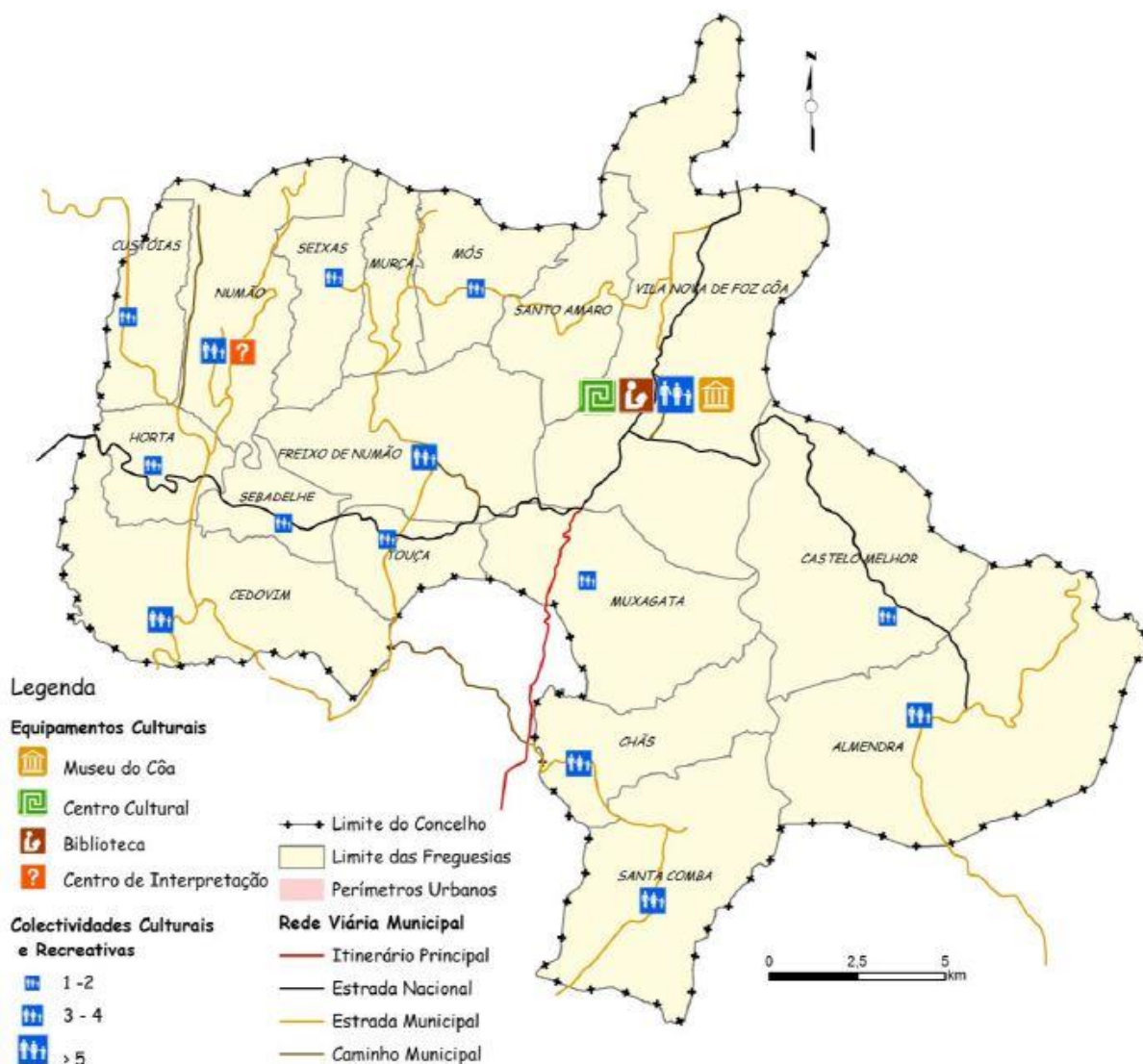


Figura 12. Distribuição geográfica dos Equipamentos Culturais, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2011)

FONTE: CMVNFC (2019)

O Museu do Côa, data de 2010, na sequência da descoberta dos sítios de arte rupestre do Vale do Côa em 1994 e da sua classificação pela UNESCO como Património Mundial em 1998, como referido anteriormente. Uma vez que “o verdadeiro museu é o Vale”⁴³, as coleções de originais guardadas no museu são uma amostragem, constituída por peças de arte móvel paleolítica recuperadas em contexto de escavação e artefactos arqueológicos que vão sendo descobertos nos trabalhos de pesquisa que aqui prosseguem desde a criação do Parque Arqueológico.

⁴³ Património Cultural. Direção-Geral do Património Cultural. 25 de junho de 2018.

O Centro Cultural de Vila Nova de Foz Côa inclui as seguintes valências Biblioteca Municipal, como parte integrante do Centro Cultural da Cidade. Pelo que o espaço interior da Biblioteca está dividido por diferentes áreas de atividade, tendo diversos usos e utilizadores heterogéneos. Subdivide-se então, numa sala de leitura para adultos, onde está o setor de periódicos, o setor do fundo local e postos de consulta de internet, e ainda a sala infantojuvenil, com um fundo mais adequado aos mais jovens, dispõe de áreas específicas, para a hora do conto, expressão plástica e audiovisuais.

Os seus fundos documentais encontram-se em regime de livre acesso e o Fundo Bibliográfico encontrando-se organizado de acordo com a classificação decimal universal, estando devidamente assinaladas as áreas de especialidade respetivas. Assim, a Biblioteca Municipal de Vila Nova de Foz Côa, enquanto Biblioteca Pública, visa facilitar o acesso de toda a população à informação, cultura, educação e lazer.

O Centro de Interpretação Turística de Numão, prende-se com a importância que Numão e o seu Castelo foram tendo ao longo dos séculos e da necessidade atual de o dignificar, incluir e dar a conhecer a um público mais alargado, centrando-se este projeto na afirmação do concelho como uma oferta turística de qualidade e de uma gestão integrada, pela capacidade de potenciar os seus fatores diferenciadores, em que os recursos turísticos e o turista ocupam um lugar de destaque.

A tudo isto acresce, o acordo intermunicipal de cooperação com o objetivo de reforçar a candidatura daquela cidade a Capital Europeia da Cultura em 2027, foi anunciado a 21 de janeiro de 2019. Assinado na cidade da Guarda o acordo intermunicipal, abarca os municípios de Aguiar da Beira, Almeida, Belmonte, Celorico da Beira, Covilhã, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Fundão, Gouveia, Guarda, Manteigas, Meda, Pinhel, Sabugal, Seia, Trancoso e Vila Nova de Foz Côa.

Sendo que, o plano visa estabelecer um modelo de cooperação entre os municípios envolvidos, com o objetivo de "valorizar a identidade do território, a memória, a tradição e a história, projetando-as para a dimensão universalista da Europa e do mundo", e "dinamizar parcerias com agentes e instituições culturais nacionais e internacionais de reconhecido mérito, articular a estratégia cultural com a área do empreendedorismo, a inclusão social, o património histórico, valorizando a inovação, a criatividade, a educação, o turismo e a economia"⁴⁴.

O concelho de Vila Nova de Foz Côa conta com 40 associações, devidamente estatuídas, e grande parte delas de cariz desportivo, recreativo e cultural que cobrem quase todas as freguesias do concelho. Contudo, constatamos pouco dinamismo e vitalidade de algumas associações o que se traduz desde logo pouca diversidade no tipo de atividades que desenvolvem.

⁴⁴ Município de Vila Nova de Foz Côa assina Acordo Intermunicipal de Cooperação na Área da Cultura.

Uma vez que uma parte importante destas associações organiza atividades ligadas à tradição, como os ranchos folclóricos ou cantares e festas populares é de todo aconselhável a dinamização de atividades tradicionais.

F. Recreio e Lazer

O Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa possui vários espaços de recreio e lazer redistribuídos pelo concelho, que oferecem, oportunidades de permanência e divertimento para todas as idades.

No que diz respeito aos espaços de recreio e Lazer, estes são importantes para o bem-estar da população, que os procura para o descanso e a realização de atividades lúdicas, e incluem as praias fluviais, muito procuradas em épocas de calor, aos parques de merendas e os largos ou praças com estruturas de apoio para a realização de eventos, entre outros , segundo o PDM em vigor.

Posto isto, os equipamentos de lazer ou espaços públicos de recreio e lazer devidamente infraestruturados, existem no concelho seis parques infantis, estando dois deles localizados no aglomerado de Vila Nova de Foz Côa. São equipamentos concebidos especialmente para crianças até aos dez anos de idade, tendo diversos equipamentos de diversão, dispondo, alguns deles, de modernos pavimentos sintéticos de segurança.

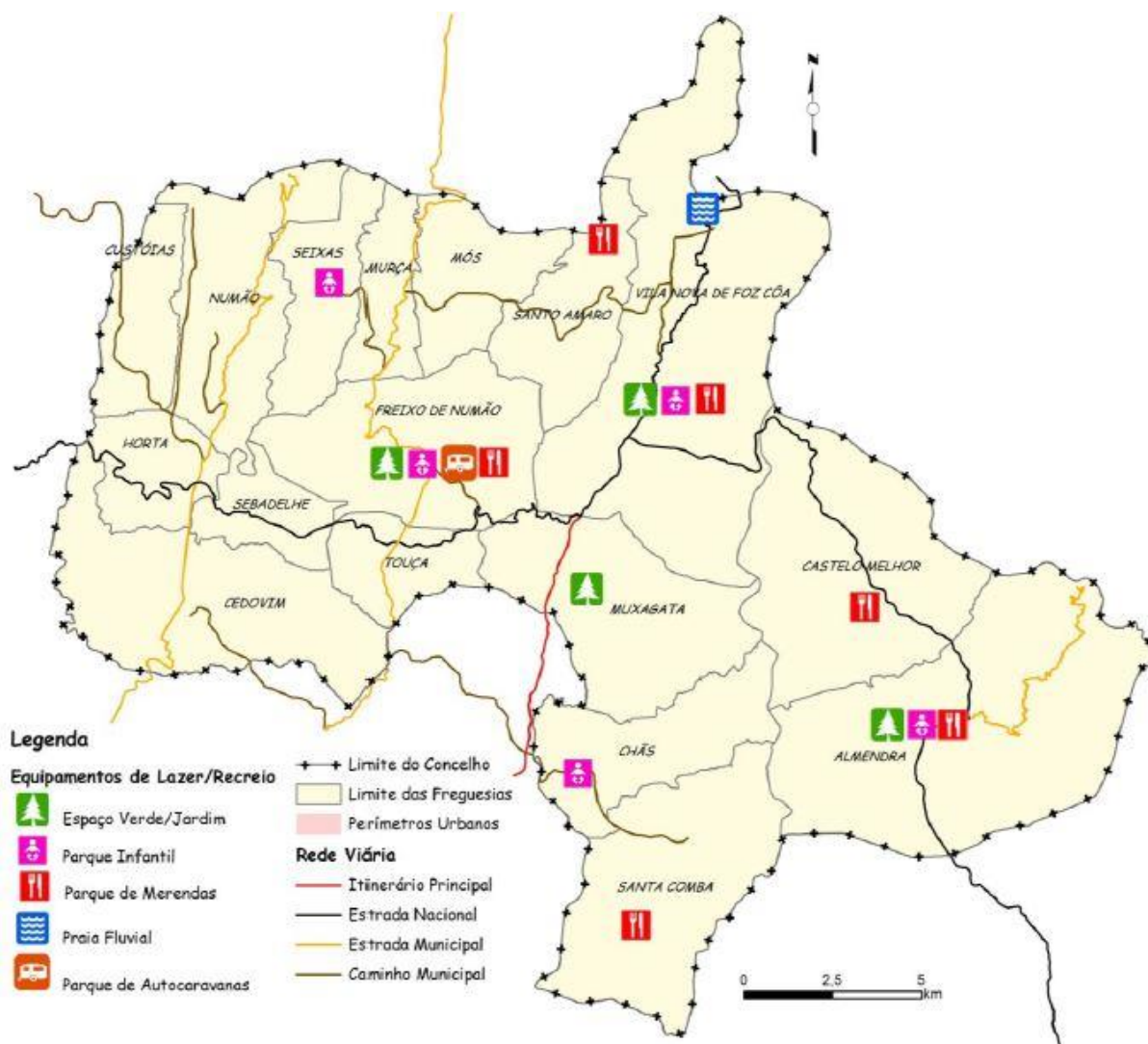


Figura 13. Distribuição geográfica dos Equipamentos de Lazer, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2011)

FONTE: CMVNFC (2019)

A existência de parques de lazer faz-se notar também no concelho, onde encontramos quatro parques ou jardins, estando dois localizados na freguesia de Vila nova de Foz Côa e os restantes em Freixo de Numão e Almendra, respetivamente.

Verifica-se também a existência de oito parques de merendas, dos quais três se situam na freguesia de Vila Nova de Foz Côa e os restantes nas freguesias de Freixo de Numão, Castelo Melhor, Almendra, Santa Comba e Santo Amaro.

Encontra-se ainda uma praia fluvial próxima do aglomerado do Pocinho e um parque de autocaravanas no aglomerado de Freixo de Numão.

3.9. Ambiente e Riscos

Cada vez mais se reconhece a preocupação com o ambiente, aumentando a consciencialização da sociedade face à importância da utilização de boas práticas, tendo em vista o desenvolvimento sustentado dos recursos.

Neste sentido, interessa abordar um conjunto de indicadores referentes aos resíduos, à qualidade do ar e da água, à energia e ao ruído. Aliás, proceder-se-á também à análise do papel da proteção civil relativamente à defesa da floresta e na resposta a situações de emergência ou catástrofe.

3.9.1. Resíduos

Os Resíduos Sólidos Urbanos, RSU, constituem um dos maiores problemas ambientais das cidades no século XXI. O crescimento exponencial do vulgo “lixo”, a par com uma maior diversidade do tipo de resíduos e uma menor capacidade de se degradarem na natureza, são fatores que nos separam sobremaneira do estilo de vida do início e meados do século XX.

Por este motivo, o município de Vila Nova de Foz Côa, a fim de assegurar a sustentabilidade, limpeza e higiene urbana, tem assumido a importância de otimização dos recursos disponíveis e encetando processos de modernização da gestão dos resíduos urbanos.

Tabela 19. Infraestruturas de recolha seletiva da Resíduos do Nordeste

Infraestruturas	
Ecocentros	14
Ecopontos	596
Contentores Verdes	612
Contentores Azuis	602
Contentores Amarelos	598
Pilhões	415
Aterro Sanitário	1
Estação de Transferência de Resíduos	4

FONTE: Sociedade Ponto Verde (2019)

Neste âmbito, o Sistema de Gestão de Resíduos Urbanos do Nordeste Transmontano, gerido pela Resíduos do Nordeste é a empresa intermunicipal e a entidade pública responsável pela exploração e gestão do Ecocentro de Vila Nova de Foz Côa, como também pela recolha seletiva de resíduos ao nível concelhio. Sendo ainda, responsável pela gestão da recolha seletiva nos treze Concelhos da sua área de abrangência, tais como, Alfândega da Fé, Bragança, Carraceda de Ansiães, Freixo de Espada à

Cinta, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Vila Nova de Foz Côa, Vimioso e Vinhais.

Importa, por isso, salientar alguns dados estatísticos que permitem verificar a evolução ao longo dos últimos anos.

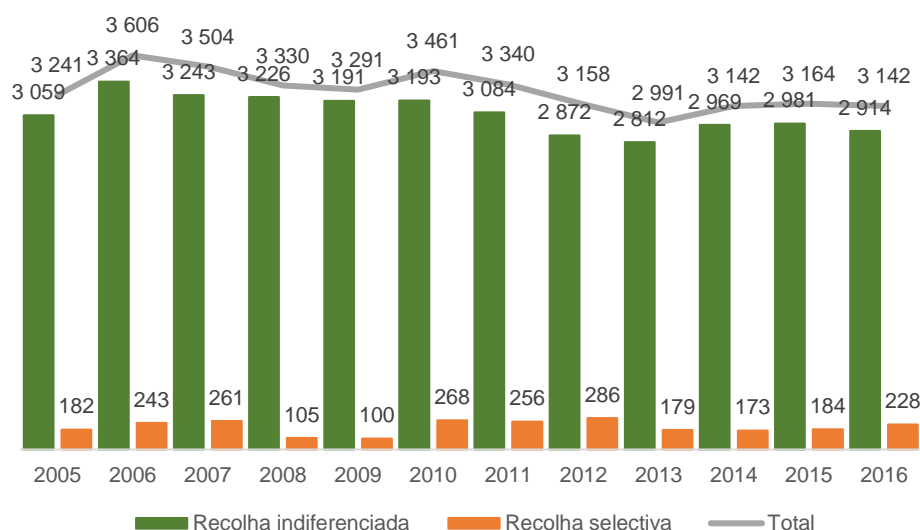


Gráfico 25. Resíduos urbanos recolhidos (t), por tipo de recolha, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2005-2016)

FONTE: INE (2019)

Assim, de acordo com o Gráfico 25, é possível confirmar que os RSU recolhidos apresentam um comportamento exponencialmente significativo entre 2005 e 2006, assim como, entre 2009 e 2010. Posteriormente, a tendência foi decrescente até 2016, podendo afirmar-se que o papel da autarquia junto dos municípios poderá estar na origem desta diminuição da quantidade de resíduos produzidos.

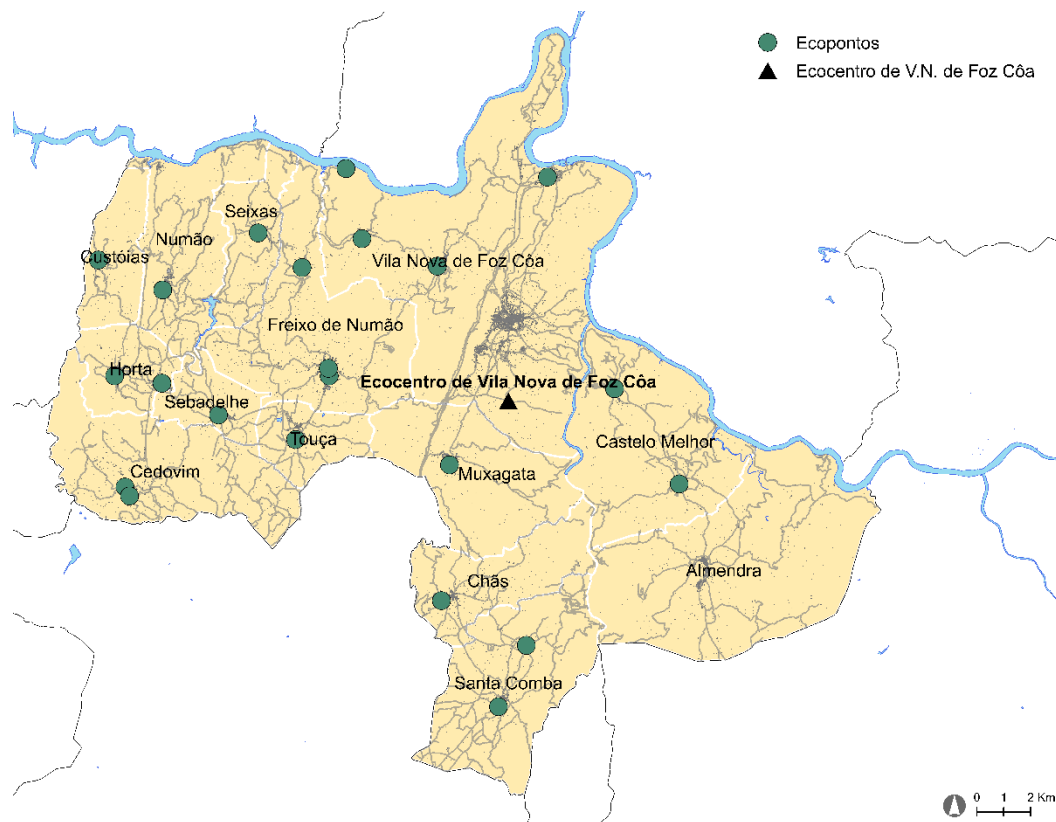
Tabela 20. Resíduos urbanos recolhidos seletivamente (t), por tipo de resíduos, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2010-2016)

Ano	Vidro	Papel e cartão	Embalagens	Pilhas	Biodegradáveis	Total
2016	48	43	94	0	1	186
2015	58	45	50	0	1	154
2014	82,926	36,12	45,187	0	0	164,233
2013	55,6	39,504	25,102	0,118	0	120,324
2012	87,844	79,11	52,625	0,047	0	219,626
2011	62,566	58,189	34,295	0,233	0	155,283
2010	53,651	55,045	35,153	0	0	143,849

FONTE: INE (2019)

A Tabela 20 evidencia que o vidro e o papel e cartão são os mais coletados, em contraste com as pilhas e os biodegradáveis, que apresentam uma representatividade nula. De notar um aumento pontual de resíduos recolhidos seletivamente em 2012. Pelo que se verifica que, entre 2013 e 2016, ocorreu maior oscilação na recolha de resíduos urbanos.

Mapa 21. Localização dos Ecopontos no concelho de Vila Nova de Foz Côa



FONTE: CMVNFC (2019)

Isto porque a distribuição dos ecopontos tem sido alargada. Em 2019 fixou-se nos 23 conjuntos de ecopontos, como ilustrado no Mapa 21.

Tabela 21. Resíduos urbanos recolhidos (t), por tipo de destino, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2005-2016)

Ano	Aterro	Valorização energética	Valorização orgânica	Valorização multimaterial	Total
2016	1 142	0	1 544	383	3 069
2015	1 140	0	1 614	461	3 215
2014	1 111	0	1 685	347	3 142
2013	2 140	0	663	188	2 991
2012	2 872	0	0	286	3 158

Ano	Aterro	Valorização energética	Valorização orgânica	Valorização multimaterial	Total
2011	3 084	0	0	256	3 340
2010	3 193	0	0	268	3 461

FONTE: INE (2019)

Por seu turno, na Tabela 21 o aterro destaca-se como o destino mais frequente dos resíduos urbanos recolhidos, ainda que se apresente uma diminuição desde 2013. A valorização energética não possui qualquer representatividade, enquanto a valorização orgânica e multimaterial têm ganho destaque.

Além disso, o decreto-lei nº 267/2009, de 29 de setembro⁴⁵, veio estabelecer o Regime Jurídico da Gestão de Óleos Alimentares Usados (OAU), corresponsabilizando todos os intervenientes no ciclo de vida dos óleos alimentares.

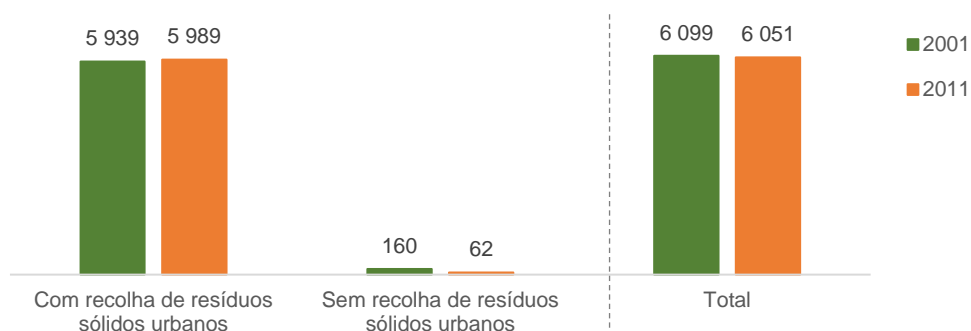


Gráfico 26. Edifícios (N.º), por existência de sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2001 e 2011)

FONTE: INE (2019)

Por fim, destaca-se o facto de os edifícios abrangidos com sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos ter aumentado 14,5%, entre 2001 e 2011. Relativamente ao número de habitações consideradas sem recolha de resíduos sólidos urbanos, podemos afirmar que este número é inferior tendo em conta que se trata de uma zona predominantemente rural onde a distância tolerável entre as habitações e os contentores é maior.

⁴⁵ Estabelece o regime jurídico da gestão de óleos alimentares usados.

3.9.2. Qualidade do Ar

O ar é um recurso natural que, ao contrário de outros, não necessita de ser racionalizado em termos de quantidade, mas precisa de ser gerido ao nível da qualidade.

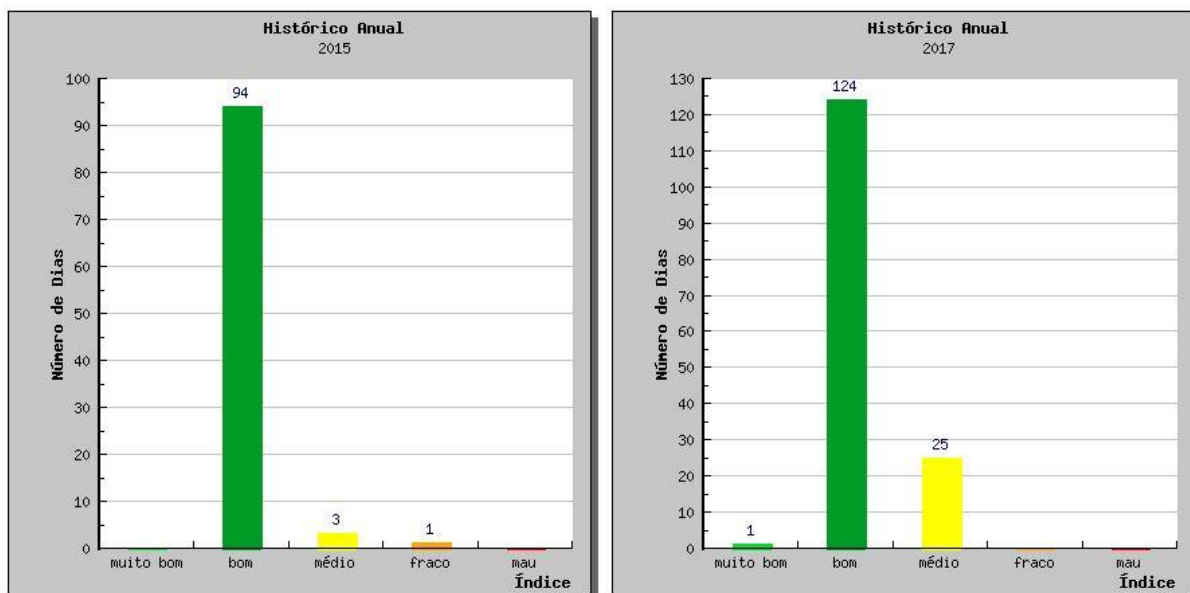


Gráfico 27. Índice da qualidade do ar no Norte Interior (2015 e 2017)

FONTE: APA, QualAr, (2019)

De acordo com os dados disponibilizados pela APA, ainda que baseados em informação recolhida pelas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), a qualidade do ar no Norte Interior, onde se inclui o concelho de Vila Nova de Foz Côa é, de uma forma geral, considerada “boa”. De notar o aumento da classificação “médio” entre 2015 e 2017, como é possível verificar no Gráfico 27.

3.9.3. Qualidade da Água

A água, bem precioso do planeta, sendo insubstituível e indispensável para a vida na Terra. A sua disponibilidade sempre será uma condição essencial à fixação da população e ao desenvolvimento das atividades humanas.

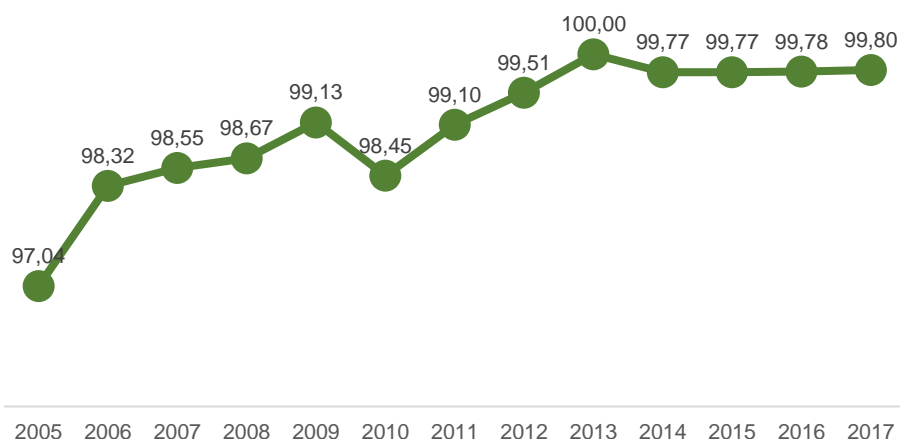


Gráfico 28. Água segura (%) no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2005-2017)

FONTE: ERSAR (2019)

De acordo com os dados disponibilizados pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, ERSAR, a qualidade da água para consumo no concelho de Vila Nova de Foz Côa, expressa no Gráfico 28, revela que em 2015, à data da 1.ª revisão do PDM, a percentagem de água segura era de 99,77%, valor que aumentou até 2017, ainda que ano em que registou a melhor percentagem até então, tenha sido em 2013, com 96,56%.

Tabela 22. Análise (N.º) das águas para consumo humano por parâmetro de qualidade, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2007, 2009, 2011, 2013 e 2016)

Ano	Análises regulamentares obrigatórias	Análises realizadas obrigatórias	Análises em falta	Análises realizadas com valor paramétrico	Análises em cumprimento do valor paramétrico	Análises em incumprimento do valor paramétrico
2017	625	625	0	494	493	1
2016	533	572	0	451	450	1
2015	563	563	0	442	441	1
2014	563	563	0	442	441	1
2013	516	516	0	401	401	0
2012	522	522	0	407	405	2
2011	571	571	0	446	442	4
2010	576	578	0	453	446	7

FONTE: INE (2019)

Além disso, das análises à qualidade da água que foram sendo realizadas ao longo dos anos. Através da Tabela 22, constata-se que o número de estudos foi aumentando. Este maior cuidado, permitiu que o incumprimento do valor paramétrico também fosse reduzindo, atingindo o valor de 1 em 2017.

3.9.4. Energia

A energia constitui um tema estratégico no contexto geopolítico global, uma vez que o desenvolvimento dos países depende de uma infraestrutura energética capaz de satisfazer as necessidades da população e das atividades económicas.

Ademais, o tipo de fonte de energia utilizada tem implicações ambientais, que devem ser consideradas na definição das metas de sustentabilidade.

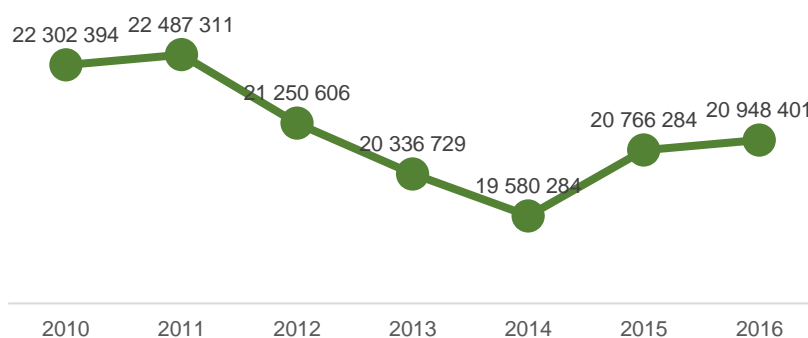


Gráfico 29. Consumo de energia elétrica (kWh) no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2010 - 2016)

FONTE: INE (2019)

No caso particular de Vila Nova de Foz Côa, no que ao consumo total de energia elétrica diz respeito, o concelho registou um comportamento oscilante entre 2011 e 2016, registando uma diminuição entre 2011 e 2014. No entanto, em 2016 apresentou-se um aumento face a 2015.

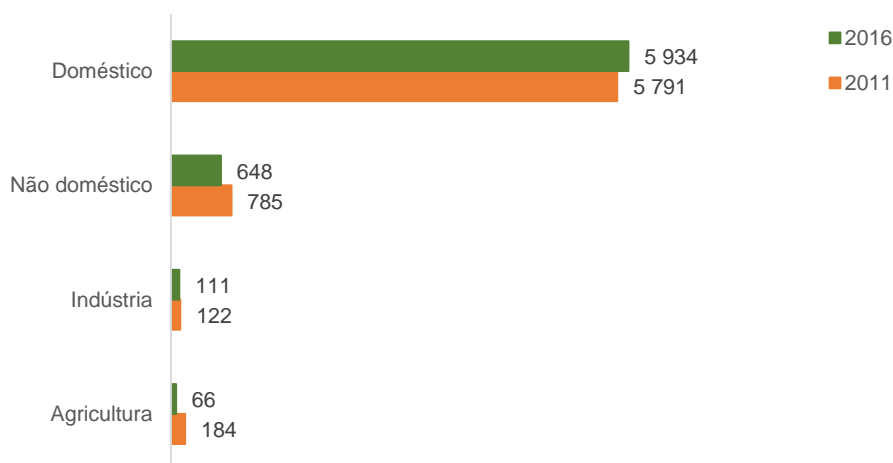


Gráfico 30. Consumo de energia elétrica (kWh), por tipo de consumo, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2011 e 2016)

FONTE: INE (2019)

Relativamente ao tipo de consumo, verifica-se que o setor doméstico é o principal consumidor de energia elétrica, representando 87,8% do total em 2016. Logo a seguir surge o setor não doméstico, que entre 2011 e 2016 registou uma ligeira diminuição, contrapondo com a variação positiva da Indústria e da Agricultura.

Neste sentido, com maior representatividade, a indústria e a agricultura contabilizaram uma saliente subida entre 2011 e 2016, podendo denunciar o acréscimo de dinamismo destes setores, contemplando ainda a utilização de fontes alternativas de energia.

3.9.5. Ruído

O ruído é uma das principais causas da diminuição da qualidade do ambiente urbano. Os transportes são, em geral, as principais fontes, embora as obras de construção civil e as atividades comerciais e industriais sejam também importantes contribuintes. Habitualmente, os tipos de ruídos presentes nas cidades são provenientes de:

- *Ruído de Vizinhança* – associado ao uso habitacional e às atividades que lhes estão inerentes, pela sua duração, repetição ou intensidade são influentes na tranquilidade dos vizinhos ou na saúde pública;
- *Atividades Ruidosas* – suscetíveis de produzir ruído nocivo ou incomodativo para os que habitem, trabalhem ou permaneçam nas imediações do local onde ocorrem;
- *Atividades Ruidosas Temporárias* – assumem carácter não permanente, tais como obras de construção civil, competições desportivas, espetáculos, festas ou outros divertimentos, feiras e mercados.

Neste âmbito, o Mapa de Ruído de Vila Nova de Foz Côa, respeitante a 1.^a revisão do PDM, foi elaborado em 2007. Sucede, porém, que face ao novo Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro, e a transposição da Diretiva n.º 2002/49/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Junho, concretizada pelo Decreto-Lei n.º 146/2006, de 31 de Julho, houve necessidade de realizar a devida adaptação e, por isso, em 2008 foi desenvolvida nova cartografia, atendendo às seguintes informações:

- a) Geografia e geomorfologia;
- b) Cartografia digital base fornecida pela AMAT: altimetria e planimetria;
- c) Contagens de tráfego rodoviário com distinção ligeiros e pesados, para os períodos diurno e noturno. Inventário de velocidades permitidas e perfil da via;
- d) Dados de funcionamento das principais indústrias.

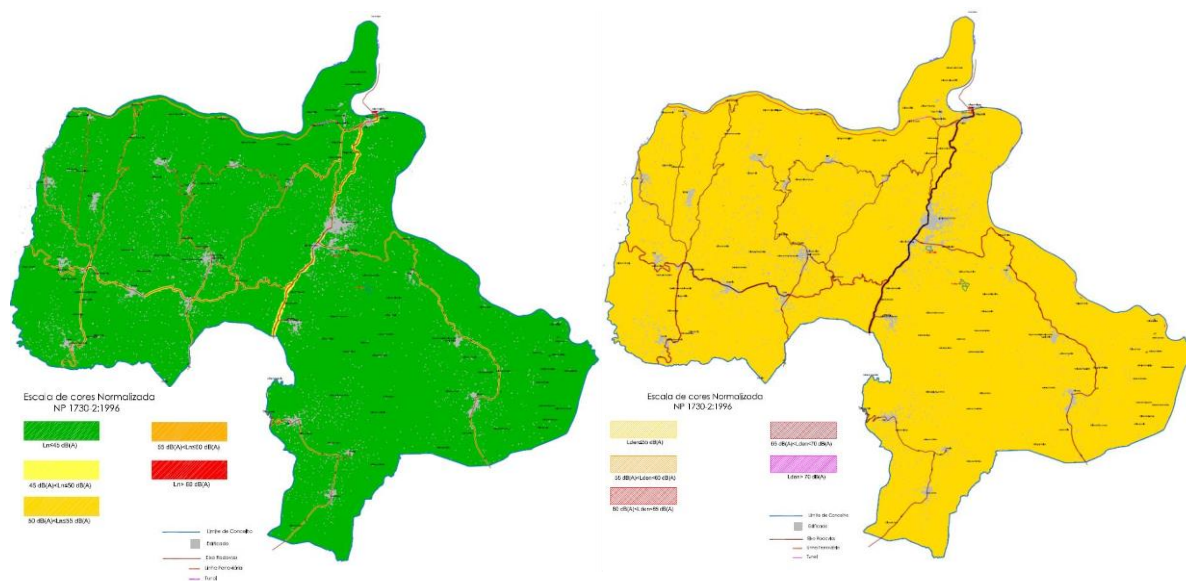
Os Mapas de Ruído identificam os níveis de ruído existentes na área em estudo, por forma a evitar, prevenir ou reduzir, os efeitos prejudiciais da exposição ao ruído nas populações e no ambiente.

Constituindo-se como uma ferramenta importante nas tomadas de decisão relativamente a estratégias de zonamento na elaboração de planos diretores municipais e de identificação de áreas prioritárias para redução de ruído.

Da observação dos Mapas de Ruído verifica-se que o tráfego rodoviário constitui a fonte de ruído mais relevante estando diretamente associado às principais vias de tráfego do concelho. Entre as rodovias que atravessam o Município destacam-se a IP2 e a EN222 com áreas de influência relativamente importantes a nível de ruído ambiente.

Note-se que, “no que respeita às indústrias há a salientar a coexistência de habitações muito próximas junto ao limite da zona industrial, embora na atualidade não existam conflitos, uma vez que se cumpre zona sensível na sua imediata envolvente, mas que com uma possível implantação futura de atividades ruidosas este panorama venha a ser alterado. Em relação á indústria extrativa de pedra (Pedreiras do Poio) esta encontra-se numa zona sem habitações, num local bastante ermo, e com níveis sonoros não muito elevados. De salientar que não foram identificadas atividades ruidosas provenientes de fontes industriais no período noturno.”⁴⁶

Mapa 22. Mapa de Ruído Diurno e noturno do concelho de Vila Nova de Foz Côa (2007)



FONTE: CMVNFC (2019)

Como seria de esperar, observando o Mapa 22, a título ilustrativo identifica-se que as cores vermelhão, carmim e magenta estão associadas às principais vias de tráfego do concelho.

De facto, o Mapa de Ruído constitui uma ferramenta útil na gestão e controlo da poluição sonora, permitindo identificar situações prioritárias a integrar em planos de redução de ruído.

⁴⁶ Mapa de Ruído do concelho de Vila Nova de Foz de Côa – Resumo não-Técnico (2007).

3.9.6. Proteção Civil

3.9.6.1. Defesa da Floresta Contra Incêndios

A elaboração do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, PMDFCI, é indicada no Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de junho e a Portaria nº 1139/2006, de 15 de outubro que estabelece a estrutura-tipo destes documentos.

Foi a Comissão Municipal de Defesa da Floresta, com o apoio técnico do Gabinete Técnico Florestal, a funcionar desde 2007, em harmonia com o Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, PNDFCI, e com o respetivo Plano Distrital de Defesa da Floresta contra Incêndios, PDDFCI, que procedeu à elaboração do PMDFCI. Tendo como objetivos fundamentais a concretização das tarefas no âmbito do planeamento, ordenamento, operacionalização dos espaços rurais/florestais do Concelho de Vila Nova de Foz Côa.

Destaca-se das competências gerais do Gabinete Técnico Florestal a:

- 1) *Elaboração e posterior atualização do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI);*
- 2) *Acompanhar os programas de ação previstos no PMDFCI;*
- 3) *Elaborar anualmente o Plano Operacional Municipal (POM);*
- 4) *Participação nas tarefas de planeamento e ordenamento dos espaços rurais do Município;*
- 5) *Centralização da informação relativa aos Incêndios Florestais (áreas ardidas pontos de início e causas de incêndios);*
- 6) *Relacionamento com as entidades públicas e privadas, de Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI) nomeadamente Estado, Municípios, etc;*
- 7) *Promoção do cumprimento do estabelecido no Dec. Lei nº 124/2006 que estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios;*
- 8) *Acompanhamento e Divulgação do Índice Diário de Risco de Incêndio Florestal;*
- 9) *Elaboração dos relatórios de atividades, de relatórios de acompanhamento e relatórios finais dos programas de ação previstos no PMDFCI;*
- 10) *Elaboração de Informações Mensais dos incêndios registados no município e elaboração de informações especiais sobre grandes incêndios (> 100 ha) ocorridos;*
- 11) *Construção e Gestão de SIG's de DFCI;*
- 12) *Promover a sensibilização dos munícipes;*
- 13) *Construção de um Dossier atualizado com a Legislação relevante para o Sector Florestal;*
- 14) *Participação em ações de Formação e Treino no âmbito da DFCI.*

Neste âmbito, o PMDFCI de Vila Nova de Foz Côa foi elaborado em 2014, também em concordância com o sistema de planeamento e gestão territorial, PROT, Planos sectoriais da Rede Natura 2000, Planos de Ordenamento de Albufeiras, pelo planeamento florestal a nível nacional, PNDFCI, e regional, PROF, e o PDM, não obstante a necessidade de revisão deste instrumento municipal com vista à harmonização de conceitos, retificações das orientações que advêm do PROF de Trás-os-Montes e Alto Douro, PROF TMAD, e à inclusão das peças cartográficas que decorrem da aplicação das condicionantes previstas.

Assim, terão de ser tomadas medidas de proteção contra incêndios⁴⁷, que integrem cada vez mais ações de prevenção e que englobem os seguintes aspetos fundamentais:

- 1) *Correção dos erros estruturais e culturais que a generalidade dos povoamentos de resinosas do concelho apresenta, designadamente no que respeita às continuidades verticais e horizontais de cargas de combustíveis;*
- 2) *Realização de ações de sensibilização e formação da população em geral, com especial destaque para as classes etárias mais jovens;*
- 3) *Investigação das principais causas e fatores que contribuem para a ocorrência de incêndios;*
- 4) *Estudo e aplicação das técnicas de gestão de combustíveis que melhor se adequam às características e condicionalismos do concelho;*
- 5) *Construção e beneficiação dos pontos de água;*
- 6) *Conservação da Paisagem.*

O PMDFCI constitui, portanto, um documento de referência, onde são estabelecidas orientações que procuram satisfazer os objetivos e metas preconizadas no PNDFCI, e medidas específicas para acudir à ocorrência de incêndio. Neste sentido, Vila Nova de Foz Côa definiu os seguintes objetivos e metas:

Tabela 23. Metas definidas para o PMDFCI do concelho de Vila Nova de Foz Côa (2014)

Ação	Metas
Vigilância e Deteção	Aumentar a deteção de incêndios nascentes para diminuir a área ardida e ao mesmo tempo, com a presença de equipas no espaço florestal, contribuir para a dissuasão.
	Constituição de Equipa de Sapadores Florestais em protocolo com OPF a contribuir também para a meta acima descrita.
1ª. Intervenção	Aumentar a eficácia na primeira intervenção de modo a diminuir o número de grandes incêndios e consequentemente a área ardida.

⁴⁷ Plano Municipal de Defesa de Floresta contra Incêndios. pp. 43-45 (2014-2018)

Ação	Metas
	Constituição de Equipa de Sapadores Florestais em protocolo com OPF a contribuir também para a meta acima descrita.
Combate	Aumentar a eficácia na resposta ao alerta e no ataque de modo a reduzir a área ardida.
Rescaldo e Vigilância pós-incêndio	Implementar e efetivar o rescaldo e a vigilância pós-incêndio de forma diminuir os reacendimentos.
	Constituição de Equipa de Sapadores Florestais em protocolo com OPF a contribuir também para a meta acima descrita.

FONTE: PMDFCI de Vila Nova de Foz Côa (2019)

Deste modo, tal como é visível na Tabela 23, foram definidas metas, tendo em consideração a análise do histórico dos incêndios florestais, a fim de satisfazer as intenções preconizadas no PNDPCI.

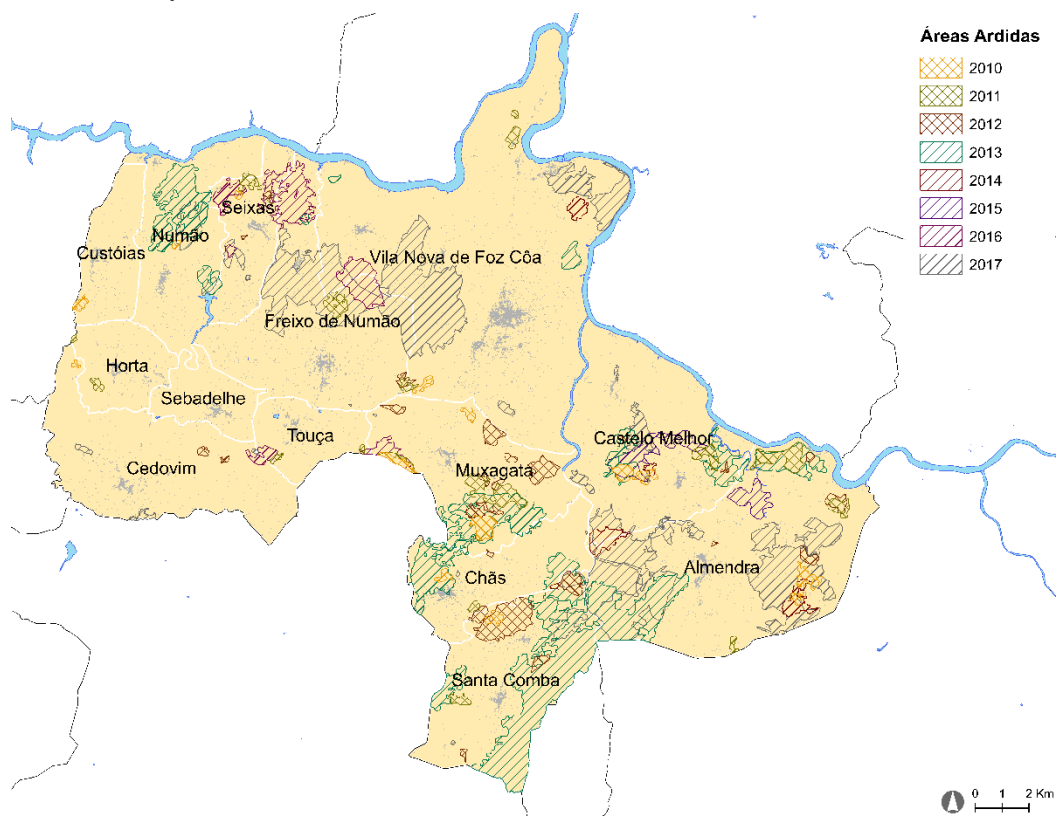
O PMDFCI, no momento da sua elaboração não considerou existir necessidade de efetuar intervenções de emergência. Contudo, à semelhança do restante território de Portugal Continental, tem sido assolado por incêndios nos últimos anos.

Além disso, este fator conjuga-se com outras ações humanas, pastoreio e queimadas, tem conduzido para a degradação e desaparecimento contínuos das vastas áreas de quercíneas que caracterizavam o concelho. Posto isto, no plano, referenciam-se várias e importantes manchas de vegetação que carecem de atenção especial, nomeadamente zimbros, azinheiras e sobreiros, que devem ser alvo de inventariação e georreferenciação para que possam ser tomadas ações para a sua proteção e correta manutenção e gestão.

Assim, importa referir também que muito do património edificado e arqueológico, encontra-se inserido ou confina com áreas florestais pelo que se torna necessário efetuar intervenções de defesa e proteção destes sítios de interesse municipal e nacional.

De facto, os incêndios florestais apresentam-se, desde há muitos anos, como um grave problema detentor de nefastas consequências económicas, sociais e ambientais no concelho de Vila Nova de Foz Côa.

Mapa 23. Áreas ardidas no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2010-2017)



FONTE: ICNF (2019)

Neste âmbito, no Mapa 23 é possível observar o panorama de áreas ardidas entre 2010 e 2017. Ainda que se destaquem determinados lugares, as áreas ardidas estendem-se por todo o concelho.

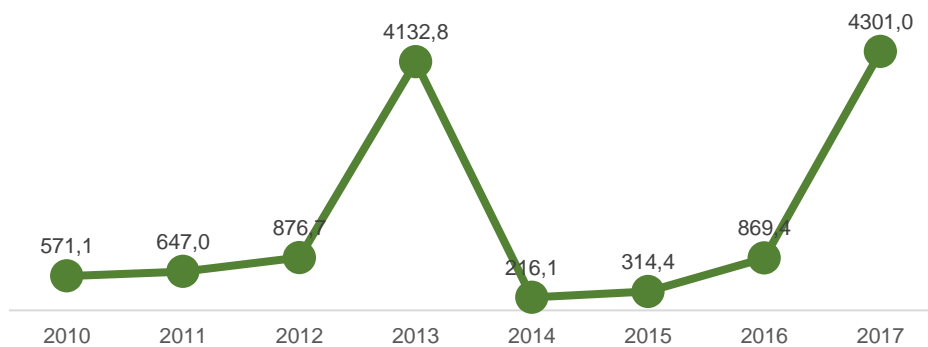


Gráfico 31. Áreas ardidas (ha) no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2010-2017)

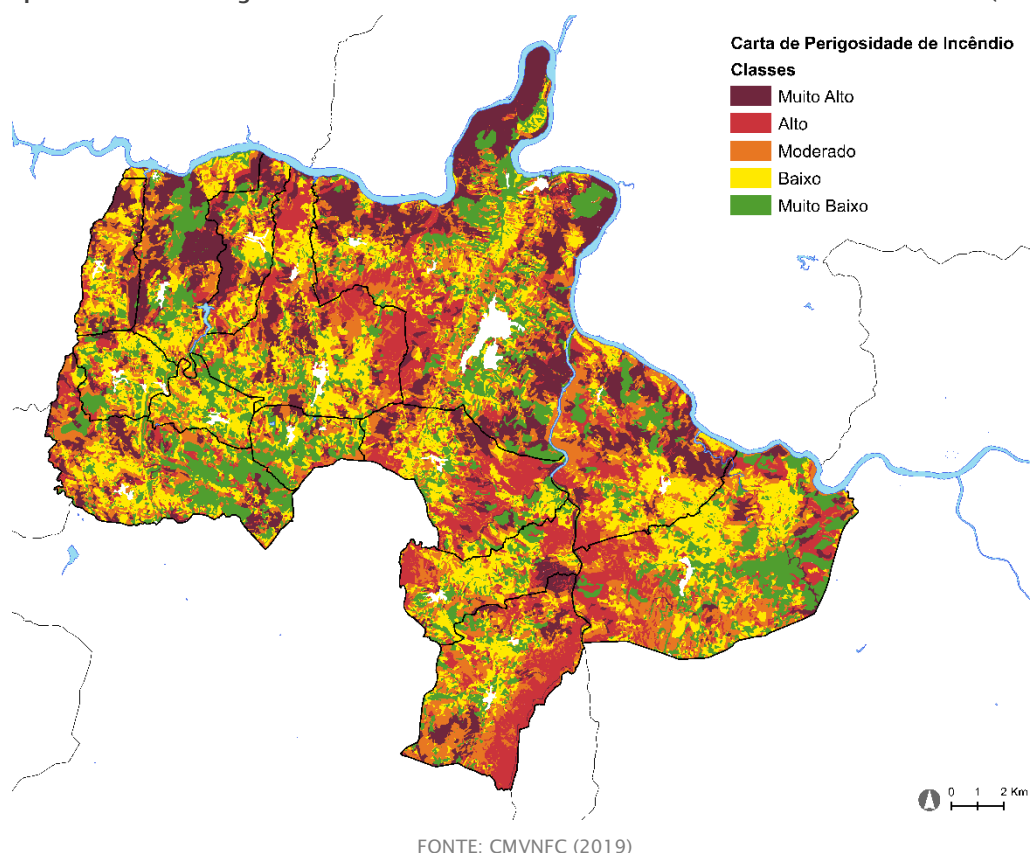
FONTE: ICNF (2019)

Por sua vez, o Gráfico 31 evidencia a evolução da área ardida, onde se observa um elevado pico em 2013 e, recentemente, em 2017.

De destacar que o ano mais recente, 2017, apresenta também a maior dimensão de área ardida significativa, contrastando com os anos anteriores, que registaram consequências menos devastadoras no território fozcoense.

O elevado valor paisagístico dos espaços florestais e a existência de locais privilegiados para fins de recreio e lazer constitui uma mais-valia para o território de Vila Nova de Foz Côa. Entre as condicionantes do concelho estão as áreas de maior perigosidade, associado à existência de áreas significativas com grande risco de erosão e a elevada suscetibilidade à desertificação, conforme patenteado no Mapa 24.

Mapa 24. Risco de Perigosidade de Incêndio Florestal no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2017)



As áreas de Risco de Incêndio Muito Elevado⁴⁸ são comuns às zonas de maior altitude e correspondem a áreas deficientes em acessos, pontos de água, visibilidade dos postos de vigia, com povoamentos de resinosas e matos. A deflagração de um incêndio nestas zonas, muitas delas já percorridas pelo fogo, torna uma situação que já é delicada devido à forte erosão das encostas do concelho, num acontecimento dramático a nível ecológico e de segurança para as populações.

⁴⁸ Gabinete Técnico Florestal. Vila Nova de Foz Côa. Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (2014/2018). pp. 37-39.

3.9.6.2. Situações de emergência ou catástrofe

O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil, PMEPC, de Vila Nova de Foz Côa, foi produzido em 2013 pela CMVNFC e a Município, mediante parecer prévio da Comissão Municipal de Proteção Civil, CMPC, e da Autoridade Nacional de Proteção Civil, ANPC, e aprovado pela Comissão Nacional de Proteção Civil, CNPC.

Para enfrentar a generalidade das situações de emergência que se admitem no âmbito territorial do município, o PMEPC pretende clarificar e definir as atribuições e responsabilidades que competem a cada um dos agentes de proteção civil intervenientes em situações de emergência de proteção civil, suscetível de afetar pessoas, bens ou o ambiente.

Neste âmbito, os principais objetivos definidos são os seguintes:

- *Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe;*
- *Definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de Proteção Civil;*
- *Definir a unidade de direção, coordenação e comando das ações a desenvolver;*
- *Coordenar e sistematizar as ações de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das entidades intervenientes;*
- *Inventariar os meios e recursos disponíveis a recorrer em caso de acidente grave ou catástrofe;*
- *Minimizar a perda de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer, o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade;*
- *Assegurar a criação das condições favoráveis ao empenho rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis num determinado território, sempre que a gravidade e dimensão das ocorrências o justifique;*
- *Habilitar as entidades envolvidas no plano a manterem o grau de preparação e de prontidão necessário à gestão de acidentes graves ou catástrofes;*
- *Promover a informação das populações através de ações de sensibilização, tendo em vista a sua preparação, a assunção de uma cultura de autoproteção e o entrosamento na estrutura de resposta à emergência.*

Um dos principais objetivos da Resolução n.º 30/2015, de 7 de maio⁴⁹, incide sobre a necessidade de existir uma boa interligação entre os mecanismos de planeamento de emergência de proteção civil e

⁴⁹ Aprovação de diretiva relativa aos critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de proteção civil e revogação da Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 25/2008 de 18 de julho

os instrumentos de gestão territorial. Neste sentido, a elaboração do PMEPC de Vila Nova de Foz Côa teve em consideração vários Planos de âmbito distrital e municipal, descritos na Tabela 24.

Tabela 24. Articulação e pontos de convergência entre os instrumentos de ordenamento e planeamento do território com o PMEPC de Vila Nova de Foz Côa (2013)

Instrumentos de Planeamento e ordenamento do Território	PNPOT	ENDS	PNA	PNDICI	PNAAS	PNPR	ENF	PROFD	PBHD	PROTN	PDM	PMDFCI	PDEPC	PMEPC Adjacentes
O PMEPCVNFC visa estabelecer														
Tipificação dos riscos	X	X	X	X	X				X	X	X	X	X	X
Medidas de prevenção a adotar	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Identificação dos meios e recursos mobilizáveis, em situação de acidente grave ou catástrofe				X		X						X	X	X
Definição das responsabilidades que incumbem aos organismos, serviços e estruturas, públicas ou privadas, com competências no domínio da proteção civil municipal	X		X	X				X	X	X		X	X	X
Crítérios de mobilização e mecanismos de coordenação dos meios e recursos, públicos ou privados utilizáveis				X								X	X	X
Estrutura operacional que vai garantir à unidade de direção e o controlo permanente da situação	X			X								X	X	X

FONTE: PMEPC VNFC (2019)

O Município está sujeito a uma multiplicidade de riscos naturais, tecnológicos ou mistos que podem se manifestar a qualquer altura, no entanto aqueles, que pelas características do município, ou até mesmo pela sua historicidade, é destacado o risco de Incêndio Florestal.

No caso particular da articulação com o PDM, o PMEPC de Vila Nova de Foz Côa refere que os riscos que poderão afetar o concelho deverão ser considerados nas futuras atualizações do PDM

Nomeadamente através da imposição de restrições à ocupação do solo nas zonas suscetíveis à ocorrência de determinado risco natural ou de origem humana. De igual modo, as estratégias de mitigação indicadas no presente Plano deverão ser tidas em conta no processo de ordenamento do território concelhio.

3.9.7. Plano de Ação para a Energia Sustentável

O Plano de Ação para a Energia Sustentável, PAES, consiste no elencar das medidas/ações de eficiência energética e de aproveitamento de energias renováveis, dirigidas aos diversos setores e áreas de intervenção, que abrangem a procura final de energia, a produção de energia, bem como a intervenção dos diversos atores, incluindo o Município, os cidadãos, as empresas e as organizações públicas e privadas.

O Pacto dos Autarcas sendo uma iniciativa da Comissão Europeia que consiste num compromisso das autarquias locais em atingir e ultrapassar os objetivos da política da União Europeia em termos de redução das emissões de CO₂ - através duma eficiência energética avançada e da produção e uso de energias mais limpas, renováveis e alternativas - mercê da aplicação de um plano de ação em matéria de energia sustentável nas áreas de atividade que relevam das suas competências.

Ostentando o lema de “Atingir os 20-20-20 em 2020” o objetivo substancial desta iniciativa é que em 2020 se atinja uma redução de 20% nas emissões de CO₂, um aumento de 20% na Eficiência Energética e um aumento de 20% na incorporação de Fontes Renováveis na produção de energia.

O PAES surge então como instrumento de concretização dos objetivos assumidos na adesão ao Pacto de Autarcas, em que são definidas as atividades e medidas previstas para atingir as metas, assim como os prazos e responsabilidades atribuídos.

O município de Vila Nova de Foz Côa aceitou portanto o desafio lançado pela Comissão Europeia e em junho de 2013 deliberou subscrever o Pacto dos Autarcas, tendo o PAES sido submetido para aprovação da Comissão Europeia em 27 de fevereiro de 2015, concretizando o compromisso assumido aquando da adesão ao Pacto de Autarcas que resultará na redução de 20% das emissões de CO₂ do concelho através da implementação de um conjunto de medidas de iniciativa municipal, privada ou em parceria.

O processo de elaboração do PAES foi coordenado pela Comunidade Intermunicipal do Douro - designada pela Direção Geral de Energia da Comissão Europeia como “Entidade Coordenadora Territorial” para a região do Douro - e abrangido por uma candidatura cofinanciada pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao abrigo da operação NORTE-07-0927-FEDER-000200 [Capacitação Institucional da CIMDOURO] do Programa Operacional Regional do Norte⁵⁰.

No âmbito da realização do Plano de Ação para a Sustentabilidade Energética, foram definidas diversas medidas de sustentabilidade energética cuja implementação permitirá o cumprimento do compromisso assumido com a assinatura do Pacto de Autarcas, nomeadamente:

- *Iluminação eficiente em edifícios;*
- *Gestão otimizada de iluminação pública;*
- *LED's e luminárias eficientes em iluminação pública;*
- *Auditorias energéticas, construção eficiente e certificação de edifícios;*

⁵⁰ Fonte: <https://www.cm-fozcoa.pt/index.php/ambiente/plano-de-acao-para-a-energia-sustentavel~> Consultado em 29 de março de 2019.

- *Sistemas abertos de gestão de energia;*
- *Equipamentos domésticos eficientes;*
- *Equipamentos de escritório eficientes;*
- *Equipamentos e processos industriais eficientes;*
- *Equipamentos de força motriz eficientes;*
- *Energia solar térmica;*
- *Sistemas de climatização e ventilação eficientes;*
- *Caldeiras eficientes;*
- *Biomassa e resíduos florestais;*
- *Biocombustíveis e fontes de energia alternativas em transportes;*
- *Veículos e frotas eficientes;*
- *Mobilidade elétrica;*
- *Otimização da rede de transportes;*
- *Aumento da “pedonalidade” e do uso da bicicleta;*
- *Otimização da vertente energética e climática do planeamento urbano;*
- *Gestão sustentável de água;*
- *Gestão sustentável de resíduos;*
- *Otimização da distribuição de frotas;*
- *Otimização da mobilidade profissional e pendular;*
- *Sensibilização e educação para a sustentabilidade climática;*
- *Otimização do desempenho profissional;*
- *Redução voluntária de emissões de carbono;*
- *Compras públicas ecológicas;*
- *Suporte ao investimento urbano e empresarial sustentável;*
- *Geração renovável integrada;*
- *Mini-Hídricas e/ou micro-hídricas.*

Na Tabela 25 apresenta-se a quantificação estimada do impacto da implementação das medidas de sustentabilidade energética preconizadas no PAES, considerando os seguintes setores consumidores de energia:

1. Serviços municipais;
2. Setor de serviços (não municipais);
3. Setor doméstico;
4. Indústria extrativa e transformadora, excluindo indústrias CELE⁵¹;
5. Transportes;
6. Agricultura, silvicultura e pescas.

⁵¹ Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE) Decreto-Lei n.º 233/2004, alterado pelos Decretos-lei n.º 243-A/2004, de 31 de Dezembro, 230/2005, de 29 de Dezembro e pelo n.º 72/2006, de 24 de Março.

Assim, são apresentados os indicadores agregados de redução de consumos de energia, emissões de CO₂ e fatura energética resultantes da aplicação dessas medidas sobre as emissões consideradas no inventário.

Tabela 25. Resumo dos valores agregados da estimativa de impacto de implementação das medidas de sustentabilidade energética (2014)

	Ano	Consumo de energia [MW/h]	Emissões de CO ₂ [tCO ₂]	Fatura Energética [€]
Cenário base sem aplicação de medidas	2008	102 206	28 753	12 970 159
Cenário base com aplicação de medidas	2008	81 370	22 884	10 221 531
Cenário projetado sem aplicação de medidas	2020	91 044	24 824	11 529 250
Cenário projetado com aplicação de medidas	2020	71 390	19 560	8 962 943

FONTE: PAES (2019)

A integração da implementação do PAES com mecanismos potenciadores das mais-valias energético-ambientais das soluções propostas acentuará o impacto das medidas de sustentabilidade energética. Estes mecanismos orientam-se, simultaneamente, para a disseminação de boas-práticas implementadas e difusão dos aspetos inovadores das soluções adotadas e para a maximização dos impactos positivos para a eficiência energética e para o ambiente.

Síntese

AMBIENTE

Há um conjunto alargado de serviços associados à recolha e transporte a destino final dos RSU, nomeadamente a recolha indiferenciada, seletiva e ainda a de óleos alimentares usados e de resíduos volumosos.

Os RSU recolhidos apresentam, nos últimos anos, um comportamento decrescente, podendo afirmar-se que o papel da autarquia junto dos municípios poderá estar na origem desta mudança.

A distribuição dos ecopontos tem sido alargada, sendo estrategicamente colocados junto a escolas, parques, complexos desportivos, mercados e feiras.

A qualidade do ar no Norte Interior é, de uma forma geral, considerada “boa”.

A qualidade da água para consumo no concelho de Vila Nova de Foz Côa indica que esta ainda não é 100% segura, registando, em 2017, o valor de 99,80%.

O setor doméstico é o principal consumidor de energia elétrica. A indústria e a agricultura perderam representatividade, facto que pode denunciar a perda de dinamismo destes ramos de atividade ou o aumento de fontes de energia alternativas.

Em termos de extensão de área sob influência sonora, as principais fontes de ruído rodoviário do Município são o IP2 e a EN 222. É de referir que, no que respeita às indústrias há a salientar a coexistência de habitações muito próximas ao limite da zona industrial, contudo na atualidade não existem conflitos, por cumprir a zona sensível de envolvente.

As áreas ardidas estendem-se por todo o concelho, ainda que se destaquem determinados lugares. Houve um elevado pico, em 2013 e 2017. O PMDFCI de Vila Nova de Foz Côa foi publicado em 2014.

O PMEPC de Vila Nova de Foz Côa foi produzido em 2013 e sugere que os riscos que poderão afetar o concelho deverão ser considerados nas futuras atualizações do PDM, nomeadamente através da imposição de restrições à ocupação do solo nas zonas suscetíveis à ocorrência de determinado risco natural ou de origem humana.

4. Ordenamento do Território: Planos e Programas

Os Planos Municipais de Ordenamento do Território, PMOT, devem, no âmbito da sua elaboração, traduzir ou incorporar o quadro de desenvolvimento do território estabelecido nos instrumentos de natureza estratégica de âmbito nacional e regional, tal como previsto na alínea a) do Artigo 75.º do RJIGT, bem como a definição de outros indicadores relevantes para a elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial [alínea l) do Artigo 75.º / RJIGT].

Os PMOT estabelecem o regime de uso do solo, definindo modelos de evolução previsível da ocupação humana e da organização de redes e sistemas urbanos e, na escala adequada, parâmetros de aproveitamento do solo e de garantia da qualidade ambiental. A sua elaboração obriga a identificar e a ponderar os planos, programas e projetos com incidência na área em causa, considerando os que já existam e os que se encontrem em preparação, de forma a assegurar as necessárias compatibilizações [n.º 4 do Artigo 76.º / RJIGT].

De acordo com a Lei de Bases do Ordenamento do Território, o ordenamento do território organiza-se num quadro de interação coordenada dos âmbitos nacional, regional e local e é concretizado através de instrumentos de Gestão Territorial. Nesse sentido é determinante para a elaboração deste documento, a necessidade de integração dos instrumentos de gestão territorial.

O regime jurídico dos solos apresenta-se como apetrecho do ordenamento do território e urbanismo, já que ordenar o espaço significa, necessariamente, localizar e articular, de forma racional, infraestruturas, espaços públicos, edifícios e outros usos, apresentando-se o solo como o recurso base ou de suporte a todas as atividades. Para além desta função de suporte, é também reconhecido aos solos, por norma, uma função ambiental - necessária aos equilíbrios ecológicos e, em última instância, à sobrevivência do Homem - e uma função produtiva – agricultura, exploração florestal, extração mineral. Uma vez que o ordenamento do território se cruza e visa coordenar os vários interesses que têm repercussão sobre o território, designadamente o ambiental, o florestal, e o agrícola, todas as referidas dimensões dos solos interessam a esta política pública.

Além disso, de acordo com a Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo, o ordenamento do território organiza-se num quadro de interação coordenada dos âmbitos nacional, regional, intermunicipal e municipal, em função da natureza e da incidência territorial dos interesses públicos prosseguidos.

Neste âmbito, a política de ordenamento do território e de urbanismo no concelho de Vila Nova de Foz Côa é concretizada através dos seguintes instrumentos:

Âmbito Nacional

- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território | **PNPOT**
- Plano Rodoviário Nacional | **PRN**
- Plano Nacional da Água | **PNA**
- Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica do Douro | **PGRH do Douro – RH3**
- Plano Setorial da Rede Natura 2000 | **PSRN 2000**

Âmbito Regional

- Plano Regional de Ordenamento Florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro | **PROF TMAD**

Âmbito Intermunicipal

- Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território | **PIOT do Alto Douro Vinhateiro**

Âmbito Municipal

- Plano Diretor Municipal de Vila Nova de Foz Côa | **PDM de Vila Nova de Foz Côa**
- Plano de Pormenor da Zona Histórica da Sede do Concelho de Vila Nova de Foz Côa | **PP da Zona Histórica da Sede do Concelho de Vila Nova de Foz Côa**
- Plano de Pormenor do Parque de Santa Bárbara | **PP do Parque de Santa Bárbara**

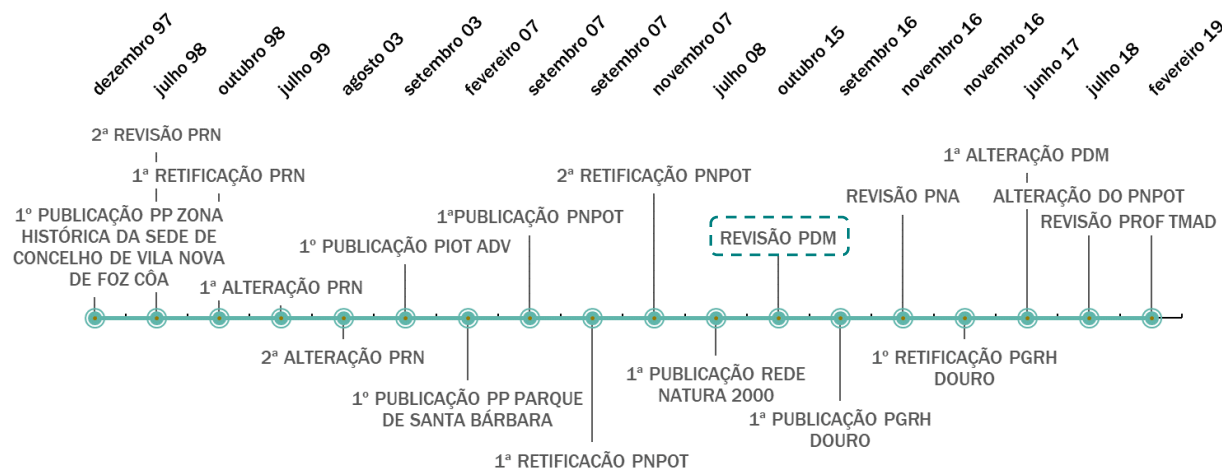


Figura 14. Cronologia dos Planos e Programas de Hierarquia Superior com Incidência Territorial no concelho de Vila Nova de Foz Côa

FONTE: DGT (2019)

Note-se que, observando a Figura 14, vários foram os planos e programas que entraram em vigor ou foram revistos e alterados desde 2015, aquando e posteriormente à 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Foz Côa.

4.1. Âmbito Nacional

4.1.1. Programa Nacional Da Política De Ordenamento Do Território

O PN POT foi criado pela Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo de 1998, a fim de dotar o país de um instrumento detentor de uma visão prospetiva, completa e integrada da organização e desenvolvimento do território, capaz de coordenar e articular políticas públicas.

O primeiro PN POT foi aprovado pela Lei n.º 58/2007 de 4 de setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.º 80-A/2007 de 7 de setembro, e n.º 103-A/2007 de 23 de novembro, aplicando-se a todo o território nacional, no continente e arquipélagos dos Açores e da Madeira, sem prejuízo das competências próprias das Regiões Autónomas.

A visão estratégica e o modelo territorial do PN POT constituem os elementos de referência para a elaboração, alteração ou revisão dos instrumentos de gestão territorial, uma vez que são estabelecidas as orientações específicas, sistematizando-as de forma a evidenciar o modo como devem ser acolhidas e concretizadas nos seguintes instrumentos:

- Planos Setoriais | **PS**
- Planos Especiais de Ordenamento do Território | **PEOT**
- Planos Regionais de Ordenamento do Território | **PROT**
- Planos Intermunicipais de Ordenamento do Território | **PIOT**
- Planos Municipais de Ordenamento do Território | **PMOT**
- Plano Diretores Municipais | **PDM**
- Planos de Urbanização | **PU**
- Planos de Pormenor | **PP**
- Programas de Ação Territorial | **PAT**

Assim, considerando o intuito do presente estudo, importa salientar que há uma forte incidência, por parte do PN POT, no planeamento de âmbito municipal, dado que é destacada a necessidade de uma visão integrada do território no que respeita ao PDM, enquanto que os planos de gestão urbanística, ou seja, os PU e PP, devem constituir um planeamento mais detalhado, com localizações exatas. Neste âmbito são preconizados os seguintes tópicos:

- a) *Os Planos Directores Municipais são de elaboração obrigatória para todos os municípios, devendo ser revistos com base numa avaliação da sua execução sempre que as condições sócio-económicas e ambientais se alterem significativamente ou passados dez anos da entrada em vigor. Estes planos devem ter um inequívoco carácter estratégico, definindo o regime de uso do solo e o modelo de organização territorial num quadro de flexibilidade que permita o acompanhamento das dinâmicas perspectivadas para um período de 10 anos;*

- b) Os Planos Directores Municipais são os instrumentos privilegiados para operar a coordenação entre as várias políticas municipais com incidência territorial e a política de ordenamento do território e de urbanismo. É igualmente o instrumento privilegiado para operar a coordenação externa entre as políticas municipais e as políticas nacionais e regionais com incidência territorial;*
- c) Os Planos Directores Municipais devem concentrar todas as disposições necessárias à gestão do território, incluindo as que constam em planos especiais, planos sectoriais e planos regionais de ordenamento do território e devem ser dotados de flexibilidade suficiente para absorverem a evolução previsível a partir das dinâmicas normais em curso;*
- d) Os Planos de Urbanização definem a organização espacial de partes do território, devendo ser elaborados sempre que haja necessidade de estruturar o solo urbano e enquadrar a programação da sua execução;*
- e) Os Planos de Urbanização devem estar associados a uma visão estratégica da cidade e ao reforço do seu papel como pólo integrado num determinado sistema urbano;*
- f) Os Planos de Pormenor definem com detalhe a ocupação de parcelas do território municipal, sendo um instrumento privilegiado para a concretização dos processos de urbanização e revestindo formas e conteúdos adaptáveis aos seus objectivos específicos.*

Aliás, em 2007 foram definidos os objetivos estratégicos constituintes do quadro referencial de compromissos das políticas com incidência territorial, nomeadamente:

- a) “Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos e prevenir e minimizar os riscos;*
- b) Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu, atlântico e global;*
- c) Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infra -estruturas de suporte à integração e à coesão territoriais;*
- d) Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social;*
- e) Expandir as redes e infraestruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e Administração Pública;*
- f) Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições”.*

No entanto, o PNPOT foi alvo de uma avaliação em 2014, a fim de determinar os resultados provenientes do programa de ação e apresentar recomendações para o futuro. Face aos problemas encontrados, o processo de alteração foi determinado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2016, de 23 de agosto.

Assim, olhando às diretivas das políticas europeias e ao 7.º Relatório sobre a Coesão Económica, Social e Territorial de 2017, o PNPOT desenvolveu o princípio da Coesão Territorial na sua estratégia, em harmonia com orientações presentes, por exemplo, no Programa Nacional para a Coesão Territorial. Neste seguimento, o novo PNPOT afirma que:

“(…) nos concelhos localizados claramente no Alentejo, e no Alto Tâmega e Douro e interior do Alto Minho, dominam as atividades ligadas à agricultura, às atividades agroalimentares (...). Um perfil onde a oferta de oportunidades de vida é muito baixa, pois os residentes têm baixa escolaridade, fraco poder de compra e usufruem de salários médios mensais baixos; os residentes beneficiários de CSI e os de RSI são proporcionalmente muitos; os serviços de saúde e as respostas à infância e aos idosos mostram carências; as condições de habitabilidade são relativamente más, porque os alojamentos estão por vezes degradados e sobrelotados, e onde há uma insuficiente recolha de resíduos seletivos.”

Ademais, considerando o diagnóstico estratégico realizado, o PNPOT identificou 5 desafios territoriais a que a política de ordenamento do território deverá dar resposta nas próximas décadas:

1. *Gerir os recursos naturais de forma sustentável*
2. *Promover um sistema urbano policêntrico*
3. *Promover a inclusão e valorizar a diversidade territorial*
4. *Reforçar a conectividade interna e externa*
5. *Promover a governança territorial*

Posto isto, atualmente a proposta de alteração foca-se na elaboração de um novo programa de ação com o horizonte a 2030, assente num sistema de racionalização, monitorização e avaliação, capaz de dinamizar a concretização das estratégias de organização e desenvolvimento territorial, que importa considerar aquando da elaboração de qualquer PDM.

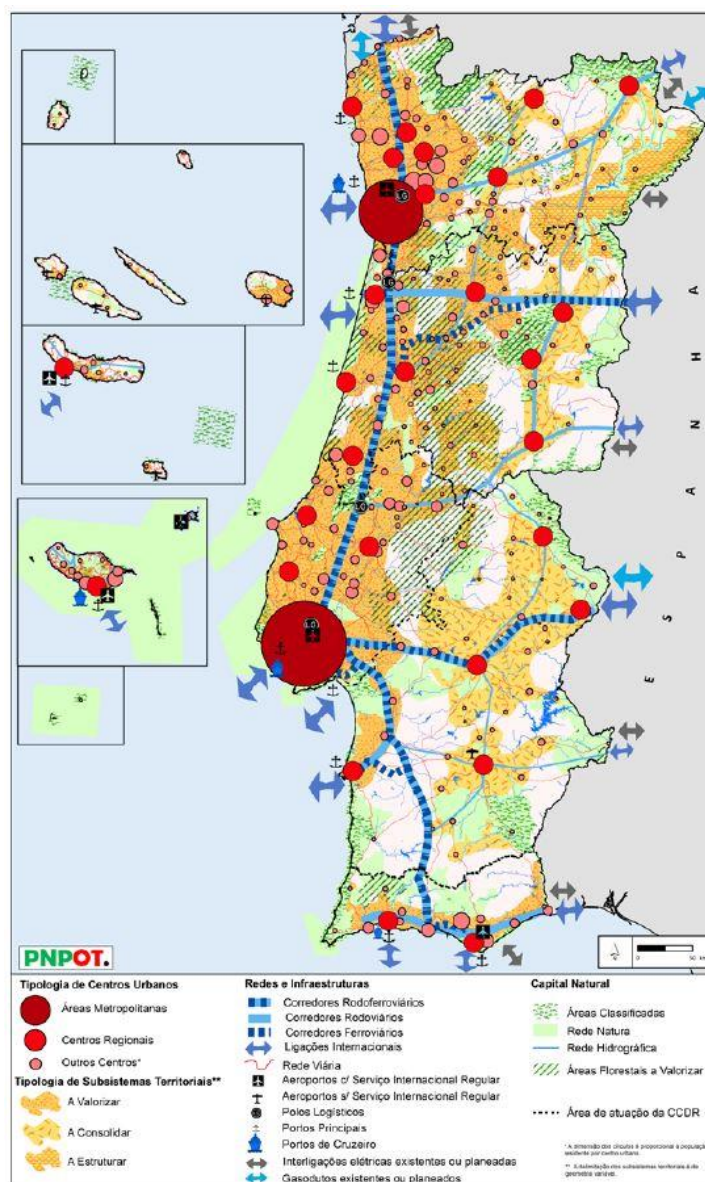


Figura 15. Modelo Territorial

FONTE: PNPOT (2017)

Interessa, por isso, realçar que o novo PNPOT indica que o PDM deve ter os conteúdos estratégico e regulamentar reforçados, assim como as orientações e práticas consentâneas aliadas a um planeamento mais claro e firme no que respeita à organização e regime de uso do solo e de salvaguarda de riscos, como ilustrado no Modelo Territorial.

Além disso, aponta-se para a necessidade dos PDM estabelecerem princípios e regras gerais de reclassificação do solo, que evitem operações casuísticas passíveis de prejudicar a otimização do modelo de organização territorial e a concretização da estratégia municipal.

A necessidade de integrar as disposições relativas aos PE e PS também são mencionadas, bem como a importância de articulação com os instrumentos de ordenamento florestal e de defesa da floresta e combate de incêndios.

É também declarada a relevância de munir os principais centros urbanos dos respetivos PU, a fim de libertar os PDM de conteúdos urbanísticos excessivos.

Por fim, destaca-se a necessidade de capacitar as instituições e atores para a operacionalização do regime económico do solo, em articulação com o código das expropriações e outros instrumentos legais e financeiros que condicionam a sua aplicação.

4.1.2. Plano Rodoviário Nacional

Um dos elementos estruturantes de qualquer território é a rede de vias de comunicação, uma vez que constitui um fator indispensável a ter em consideração na definição das políticas e estratégias ao nível do ordenamento do território. Esta constatação justifica a relevância do PRN, bem como a importância de englobar as suas opções no presente estudo.

Até 1985, as grandes diretrizes da política rodoviária em Portugal estavam definidas no PRN de 1945, PRN45, visando colmatar a deficiência das estradas. Entretanto, o rápido desenvolvimento do tráfego automóvel, tanto a nível das características, como em volume de tráfego, que apesar das inúmeras alterações avulsas àquele diploma legal, tornaram-no obsoleto, sobretudo a partir dos anos setenta, tendo sido oportuno proceder à revisão do PRN45.

Assim, em 1985 foi aprovado um novo PRN, PRN85, definido através do Decreto-Lei n.º 380/85 de 26 de setembro, que se transformou num instrumento estruturante da rede viária, quer a nível nacional, quer a nível concelhio. A Rede Nacional definida então integrava apenas duas categorias de estradas, que constituíam a Rede Nacional Fundamental e a Rede Nacional Complementar, e procedia à ‘desclassificação’ de inúmeras vias, cuja gestão se transpunha para as Autarquias Locais.

Mais recentemente, em 2000, deu-se a atualização do PRN, consubstanciada no PRN2000, publicado no Decreto-Lei n.º 222/98 de 17 de julho e alterado pela Lei n.º 98/99 de 26 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003 de 16 de agosto. A novidade pauta-se pela consideração de uma Rede Nacional de Autoestradas, transversal às restantes classificações, e de Estradas Regionais, um novo nível no âmbito das Outras Estradas da Rede Nacional Complementar.

Este diploma tem como objetivos assumidos o fomento correto e articulado do funcionamento do sistema de transportes rodoviários, o desenvolvimento de potencialidades regionais, a redução do custo global daqueles transportes, o aumento da segurança da circulação, a satisfação do tráfego internacional e a adequação da gestão da rede.

Com o intuito de corrigir muitas das assimetrias que se verificavam no desenvolvimento socioeconómico do país, situação a que o concelho de Vila Nova de Foz Côa não está imune, o PRN2000 advoga ser necessário aumentar a densidade da rede viária nas zonas fronteiriças, promover o fecho de malhas viárias, assim como melhorar a acessibilidade de alguns municípios. Preconiza também a melhoria qualitativa da rede rodoviária, com especial relevo para a defesa ambiental em meio urbano, para os dispositivos de combate à sinistralidade nos mais diversos planos e para os instrumentos de informação necessários à boa gestão e utilização das infraestruturas em causa.

Todas estas intenções devem ser ponderadas e articuladas com os instrumentos de ordenamento do território, nomeadamente com o PDM, que deve assumir uma visão estratégica da rede viária concelhia através da concertação com a sua envolvente supramunicipal, de forma a conseguir, localmente, melhorar as condições de circulação, comodidade e segurança do tráfego.

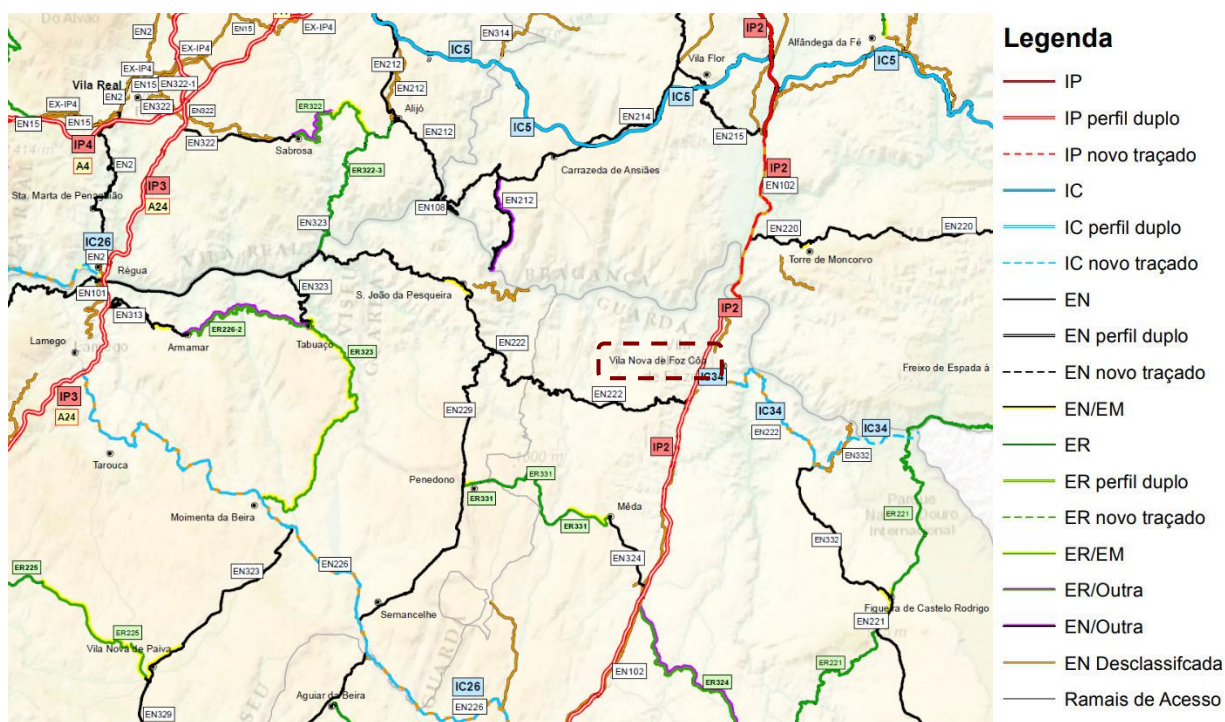


Figura 16. PRN 2000 - Rede rodoviária no concelho de Vila Nova de Foz Côa e envolvente

FONTE: Infraestruturas de Portugal (2019)

Na Figura 16, encontra-se representada a hierarquia viária estabelecida pelo PRN2000 no concelho de Vila Nova de Foz Côa e envolvente, tornando-se perceptíveis as principais ligações viárias e os eixos estruturantes previstos por este instrumento de gestão territorial.

Deste modo, segundo a classificação adotada pelo PRN2000, os principais eixos viários que servem, de uma forma direta ou indireta, o concelho de Vila Nova de Foz Côa são os seguintes:

▪ **Rede Nacional Fundamental**

IP 2 - Portelo-Bragança-Guarda-Covilhã-Castelo Branco-Portalegre-Évora-Beja-Faro

▪ **Rede Nacional Complementar**

IC34 - Vila Nova de Foz Côa (IP 2) - Almendra-Barca de Alva (fronteira)

EN222 Canedo-Castelo de Paiva-Cinfães-Resende-Régua-São João

da Pesqueira-Vila Nova de Foz Côa (IP 2)

EN332 - Almendra-Figueira de Castelo Rodrigo-Almeida-Vilar Formoso-Aldeia da Ponte (entroncamento da EN 233-3)

EN221 - Estação de Freixo de Espada à Cinta-Freixo de Espada à Cinta

EN324 - Meda-Marialva (IP2)

▪ **Estradas Regionais**

ER331 - Meda-Penedono

De destacar que atualmente o concelho de Vila Nova de Foz Côa, encontra-se já no Eixo da ligação entre o Norte e o Sul de Portugal pelo interior do país, entre Bragança e Faro previsto no Plano Rodoviário Nacional (PRN - 1985).⁵²

A Tabela 26 ilustra a evolução entre o PRN 85 e PRN 2000.

Tabela 26. Comparação entre os planos PRN 85 e PRN 2000, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2009)

PRN 85	PRN 2000
IP3: Porto - Quintanilha	IP4: Porto – Quintanilha (A4)
IP3: Vila Verde da Raia – Figueira da Foz	IP3: Vila Verde da Raia – Figueira da Foz (A24)
IP2: Bragança - Faro	IP2: Portelo – Faro
IC5: Póvoa do Varzim – Murça	IC5: Vila do Conde – Miranda do Douro
EN222: Castelo de Paiva – Vila Nova de Foz Côa	EN222: Canedo – Vila Nova de Foz Côa
EN332: Figueira de Castelo Rodrigo – Vilar Formoso	EN332: Almendra – Aldeia da Ponte

FONTE: Infraestruturas de Portugal (2019)

⁵² Figueiredo, Orquídia Maria Monteiro de Lima. Políticas e Estratégias do Turismo no Desenvolvimento do Douro. O Impacte no concelho de Vila Nova de Foz Côa. (2014)

4.1.3. Plano Nacional da Água

O PNA define a estratégia nacional para a gestão integrada da água. Estabelece as grandes opções da política nacional da água e os princípios e regras de orientação a aplicar pelos Planos de Gestão de Regiões Hidrográficas, PGRH, e por outros instrumentos de planeamento das águas.

O primeiro PNA foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 112/2002 de 17 de abril. Este plano, elaborado no quadro legal definido pelo Decreto-Lei n.º 45/94 de 22 de fevereiro, visava a implementação de uma gestão equilibrada e racional dos recursos hídricos.

Nos termos da Lei n.º 58/2005 de 29 de dezembro, alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 130/2012 de 22 de junho, foi desenvolvida a revisão do PNA, onde se definiram as grandes opções estratégicas da política nacional da água, a aplicar pelos PGRH para o período 2016-2021 e ainda os programas de medidas que lhes estão associados. Apontou-se também as grandes linhas prospetivas daquela política para o período 2022-2027, que corresponde ao 3.º ciclo de planeamento da Diretiva Quadro da Água, DQA.

O Decreto-Lei n.º 76/2016 de 9 de novembro aprovou o PNA, nos termos do n.º 4 do artigo 28.º da Lei da Água, aprovada pela Lei n.º 58/2008 de 31 de maio, e criou a Comissão Interministerial de Coordenação da Água.

Assim, o PNA, instrumento de política sectorial de âmbito nacional, prossegue três objetivos fundamentais para a gestão das águas, designadamente:

- 1. A proteção e requalificação do estado dos ecossistemas aquáticos e também dos ecossistemas terrestres e das zonas húmidas que deles dependem, no que respeita às suas necessidades de água;*
- 2. A promoção do uso sustentável, equilibrado e equitativo de água de boa qualidade, com a sua afetação aos vários tipos de usos tendo em conta o seu valor económico, baseada numa proteção a longo prazo dos recursos hídricos disponíveis;*
- 3. A mitigação dos efeitos das inundações e das secas.*

Neste contexto, importa referir que a Lei da Água, no artigo 17.º, refere que o PNA deve ser coordenado e articulado com o PNPOT, uma vez que este estabelece o RJGT, desenvolve as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo e define o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional e municipal do sistema de gestão territorial.

Aliás, também afirma que medidas preconizadas nos PS, PEOT e PMOT devem ser compatibilizadas e articuladas com os instrumentos de planeamento das águas.

4.1.4. Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro

A Lei da Água, Lei n.º 58/2005 de 29 de dezembro, alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 130/2012 de 22 de junho, transpõe a DQA n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho de 23 de outubro, alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 130/2012 de 22 de junho, de modo a estipular os objetivos ambientais para a proteção das águas superficiais interiores, de transição, costeiras e subterrâneas, através da aplicação dos programas de medidas especificados nos PGRH, sendo a competência da sua elaboração atribuída à APA.

Nestes termos, o PGRH está estruturado em ciclos de 6 anos. Atualmente está em vigor o 2.º ciclo de planeamento referente ao período 2016-2021, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016 de 20 de setembro, retificado e republicado pela Declaração de Retificação n.º 22-B/2016 de 18 de novembro.

No quadro da especificidade das bacias hidrográficas, Vila Nova de Foz Côa enquadra-se na região hidrográfica internacional Douro, com uma área total de 19 218 km² em território nacional, observável na Figura 17.

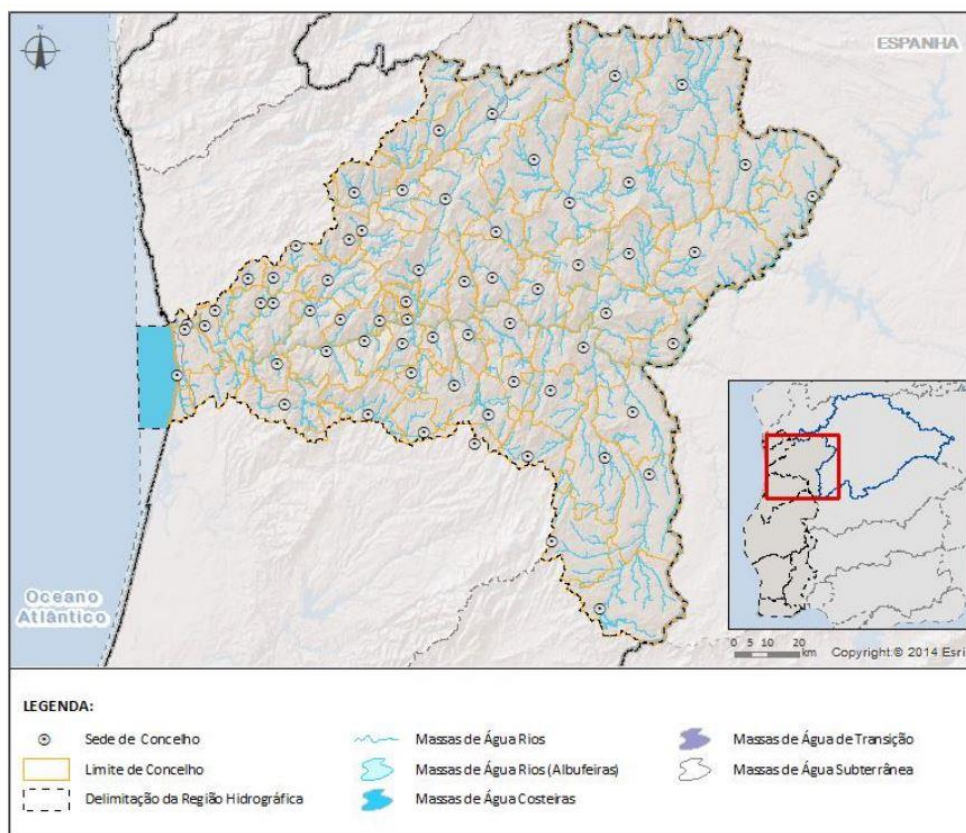


Figura 17. Delimitação geográfica da Região Hidrográfica do Douro (2015)

FONTE: PGRH Douro (2019)

O rio Douro nasce na serra de Urbion, em Espanha, a cerca de 1 700 m de altitude. Ao longo do seu curso de 927 km até à foz no Oceano Atlântico, atravessa o território nacional numa extensão 208 km.

Ademais, o PGRH pressupõe um programa de medidas organizadas em eixos, definindo as ações, técnica e economicamente viáveis. Inclui medidas de base, suplementares e adicionais, adaptadas às características da região hidrográfica.

Deste modo, importa destacar que o PGRH Douro apresenta um conjunto de medidas específicas para o concelho de Vila Nova de Foz Côa, de modo a que possam ser atingidos ou preservados os objetivos ambientais.

Tabela 27. Medida específica do PGRH Douro para o concelho de Vila Nova de Foz Côa (2015)

Eixo	Programa	Designação	Tipologia	Natureza	Prioridade	Indicadores de monitorização	Meta
Eixo 1 I Redução ou eliminação de cargas poluentes	Construção ou remodelação de estações de tratamento de águas residuais urbanas	Construção de 11 ETAR e 8 Estações Elevatórias (EE) de Águas Residuais em 12 aglomerados urbanos do Concelho de Vila Nova de Foz Côa	Medida suplementar	Corretiva	Específica	Nº de ETAR	11 em 2020
						Nº de Estações elevatórias	8 em 2020

FONTE: PGRH Douro (2019)

Assim, na Tabela 27 verifica-se que a medida específica do PGRH se associa essencialmente ao eixo da redução ou eliminação de cargas poluentes, com o intuito de construção ou remodelação de estações de tratamento de águas residuais urbanas.

De referir que a execução física das medidas possuiu o horizonte a 2027, não obstante a existência de inúmeros fatores que podem condicionar a sua execução temporal, nomeadamente de ordem financeira. Além disso, prevê-se um investimento de 2 800 mil euros, tendo como fonte de financiamento a Autarquia Local, numa programação física, entre 2017 e 2020.

4.1.5. Plano Setorial da Rede Natura 2000

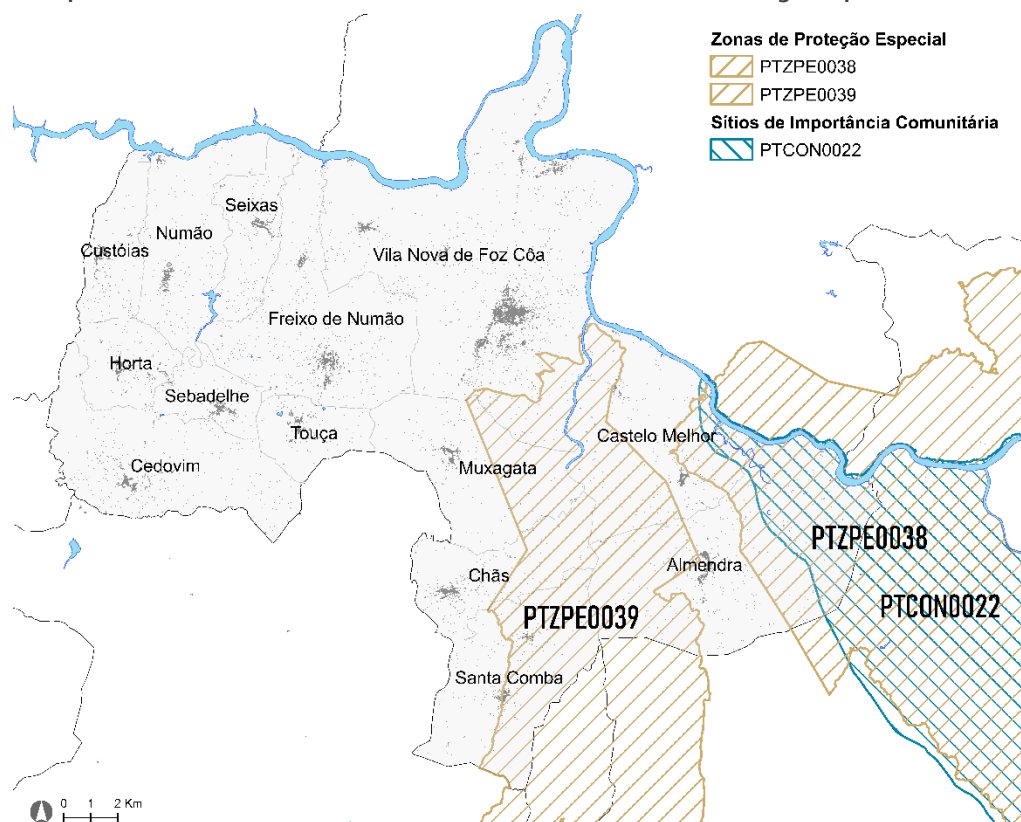
O Plano Setorial da Rede Natura 2000, PSRN 2000, é uma rede ecológica de âmbito europeu que visa assegurar a biodiversidade, através da conservação ou do restabelecimento dos habitats naturais e da flora e da fauna selvagens num estado de conservação favorável, da proteção, gestão e controlo das espécies, bem como da regulamentação da sua exploração. Esses objetivos são aplicados tendo em conta as exigências ecológicas, económicas, sociais, culturais e científicas, bem como as particularidades regionais e locais.

O PSRN2000 vincula as Entidades Públicas, transpondo orientações estratégicas e normas programáticas para a atuação da Administração Central e Local. É enquadrado pelo Artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005 de 24/4, tendo sido aprovado em 2008, com a publicação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho.

Áreas classificadas no âmbito da Rede Natura 2000 abrangidas pelo PSRN2000:

- **PTZPE0038 Douro Internacional e Vale do Águeda⁵³** – Zonas de Proteção Especial abrangidas pelo PSRN2000;
- **PTZPE0039 Vale do Côa⁵⁴** - Zonas de Proteção Especial abrangidas pelo PSRN2000;
- **PTCON0022 Douro Internacional⁵⁵** - Sítios de Importância Comunitária abrangidos pelo PSRN2000.

Mapa 25. Áreas Classificadas no âmbito da Rede Natura 2000 abrangidas pelo PSRN2000



FONTE: ICNF (2019)

⁵³ Decreto de Lei n.º 384-B/99 de 23 de setembro de 1999

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/97 de 28 de agosto

A ZPE do Douro Internacional e Vale do Águeda corresponde a uma extensa faixa de terreno que confina os percursos fronteiriços dos rios Douro e Águeda. Em termos de orientações a gestão desta ZPE, direcciona-se prioritariamente para a conservação das aves rupícolas e das aves estepárias. Neste âmbito deve ser assegurada a manutenção do conjunto de atividades agropecuárias tradicionais, nomeadamente a cerealicultura, e a criação de gado em regime extensivo. E ainda, complementarmente o incremento da recuperação natural dos maciços florestais autóctones.

Na ZPE do Vale do Côa, parcialmente inserida na região do Douro Vinhateiro, a área de relevo montanhoso em que se encaixa corresponde fundamentalmente à bacia do troço terminal do Rio Côa. As orientações de gestão desta ZPE identificadas, são direccionadas prioritariamente para a conservação das aves ripícolas. Nesse sentido deve ser encarada como fundamental a manutenção do conjunto de atividades agropecuárias tradicionais, nomeadamente a cerealicultura e a silvopastorícia, pela sua importância na criação de um mosaico de habitats.

Por fim, o Sítio do Douro Internacional, compreende cerca de 120 quilómetros, que se estendem ao longo dos troços internacionais do rio Douro e do seu afluente Águeda, o que lhe confere uma elevada importância florística e manchas de vegetação extremamente bem preservadas. Atenta-se, relativamente a esta grande diversidade de habitats e correspondente fauna e flora, a necessidade de um vasto conjunto de orientações de gestão tendo em conta a sua conservação.

4.2. Âmbito Regional

4.2.1. Programa Regional de Ordenamento Florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro

Na Lei de Bases da Política Florestal, aprovada pela Lei n.º 33/96 de 17 de agosto, estabeleceram-se os princípios orientadores da política florestal e determinou-se que o ordenamento e a gestão florestal ficassem a cargo do Programa Regional de Ordenamento Florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro, PROF, e regulados pelo Decreto-Lei n.º 16/2009, de 14 de janeiro⁵⁶.

Por sua vez, a elaboração dos PROF foi determinada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 118/2000 de 13 de setembro, em consonância com a Lei de Bases da Política Florestal e as orientações e objetivos do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa.

Instrumento sectorial de gestão territorial, o PROF incide sobre os espaços florestais e estabelece as regras de usos, ocupação e utilização do solo, a fim de garantir o desenvolvimento sustentável dos recursos. Além disso, pretende uma abordagem multisectorial, que envolva os agentes económicos e a população na gestão do território.

Desta forma, a nova orientação para o ordenamento florestal nos termos da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros, aprofunda concretizar os seguintes objetivos:

- *Reduzir o número médio de ignições e de área ardida anual;*
- *Reduzir a vulnerabilidade dos espaços florestais aos agentes bióticos nocivos;*
- *Recuperar e reabilitar ecossistemas florestais afetados;*
- *Garantir que as zonas com maior suscetibilidade à desertificação e à erosão apresentam uma gestão de acordo com as corretas normas técnicas;*
- *Assegurar a conservação dos habitats e das espécies da fauna e flora protegidas;*
- *Aumentar o contributo das florestas para a mitigação das alterações climáticas;*
- *Promover a gestão florestal ativa e profissional;*
- *Modernizar e capacitar as empresas florestais;*
- *Promover novos produtos e mercados através da modernização e capacitação das empresas florestais.*

⁵⁶ Decreto-Lei n.º 11/2019 de 21 de janeiro (quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 16/2009, de 14 de janeiro, alterado pelos Decretos-Leis n.º 114/2010, de 22 de outubro, 27/2014, de 18 de fevereiro, e 65/2017, de 12 de junho, que aprova o regime jurídico dos planos de ordenamento, de gestão e de intervenção de âmbito florestal.

Neste contexto, constitui um importante contributo no que respeita ao sector florestal para outros instrumentos de gestão territorial, como é o caso dos PEOT e dos PMOT, dado que as ações e medidas propostas pelos PROF devem neles ser integradas. Ademais, articulam-se ainda com os PROT.

O PDM deve ser adaptado ao Plano Regional de Ordenamento Florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro, PROF TMAD, tendo em consideração as implicações à escala intermunicipal, na medida em que os contínuos florestais extravasam, geograficamente, os limites administrativos do concelho, sendo impreterível garantir uniformidade na transposição do PROF TMAD, alinhado com a visão definida pela Estratégia Nacional para as Florestas, adotando como referências os anos de 2030 e 2050 para as suas metas e objetivos.

Alinhado com a visão definida pela Estratégia Nacional para as Florestas, constituem como princípios orientadores e objetivos gerais do PROF TMAD⁵⁷:

- *Boa governança — uma abordagem pró-ativa da administração florestal, com um envolvimento articulado entre a administração e os agentes com competências na gestão dos espaços florestais;*
- *Exigência e qualidade — com vista a aumentar o seu valor, o setor florestal deverá prosseguir uma cultura de exigência, melhorando o desempenho em todas as vertentes;*
- *Gestão sustentável — a manutenção e a melhoria dos valores económicos, sociais e ambientais de todos os tipos de floresta, para o benefício das gerações presentes e futuras, constitui um objetivo internacionalmente aceite e uma exigência da própria sociedade, contribuindo para promover o desenvolvimento rural integrado;*
- *Máxima eficiência — o desenvolvimento social e económico deve basear-se na utilização eficiente dos recursos florestais contribuindo, nomeadamente, para o «crescimento verde» da economia;*
- *Multifuncionalidade dos espaços florestais — os espaços florestais devem desempenhar várias funções, em equilíbrio, como forma de responder às solicitações da sociedade e como uma oportunidade para a sua valorização intrínseca;*
- *Responsabilização — os proprietários florestais são responsáveis pela gestão de um património de interesse público, devendo ser reconhecida a sua contribuição para a disponibilização de um conjunto de bens e serviços proporcionados pela floresta;*
- *Transparência — o processo de relacionamento da administração com os agentes privados deve ser transparente, criando as condições de crescimento que o setor florestal necessita;*
- *Uso racional — os recursos florestais devem ser utilizados de uma forma racional potenciando as suas características intrínsecas, promovendo a sua articulação com as restantes utilizações do território.*

⁵⁷ Diário da República, 1.ª série — N.º 29 — 11 de fevereiro de 2019. Portaria n.º 57/2019.

Relativamente ao PROF TMAD, este abrange os territórios englobados nas regiões NUTS III e municípios apresentados no quadro seguinte:

Tabela 28. Âmbito Territorial do PROF de Trás-os-Montes e Alto Douro (2019)

NUTS III	Municípios
Alto Tâmega	Boticas, Chaves, Montalegre, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar
Douro	Alijó, Armamar, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Lamego, Mesão Frio, Moimenta da Beira, Murça, Penedono, Peso da Régua, São João da Pesqueira, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca, Torre de Moncorvo, Vila Nova de Foz Côa, Vila Real
Terras de Trás-os-Montes	Alfândega da Fé, Bragança, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor, Vimioso, Vinhais

FONTE: PROF TMAD (2019)

O PROF TMAD, revisto em 2019, apresenta um diagnóstico da situação na região e uma análise estratégica com objetivos gerais e específicos, propostas de medidas e ações, tendo em vista a prossecução de uma política coerente e eficaz nos espaços florestais.

Entre os objetivos para concretização da nova estratégia surge, em primeiro plano, a redução do número médio de ignições e da área ardida anual, a redução da vulnerabilidade dos espaços florestais aos agentes bióticos nocivos, além da recuperação e reabilitação de ecossistemas florestais afetados.

É ainda firmado como objetivo desta nova política garantir que as zonas com maior suscetibilidade à desertificação e à erosão apresentam uma gestão de acordo com as corretas normas técnicas, além de assegurar a conservação dos habitats e das espécies da fauna e flora protegidas, bem como aumentar o contributo das florestas para a mitigação das alterações climáticas, segundo o texto da resolução.⁵⁸

A concretização desta nova orientação estratégica de organização e ordenamento florestal, visa os seguintes objetivos:

- *Reduzir o número médio de ignições e de área ardida anual;*
- *Reduzir a vulnerabilidade dos espaços florestais aos agentes bióticos nocivos;*
- *Recuperar e reabilitar ecossistemas florestais afetados;*
- *Garantir que as zonas com maior suscetibilidade à desertificação e à erosão apresentam uma gestão de acordo com as corretas normas técnicas;*
- *Assegurar a conservação dos habitats e das espécies da fauna e flora protegidas;*
- *Aumentar o contributo das Florestas para a mitigação das Alterações Climáticas;*

⁵⁸ Resolução do Conselho de Ministros aprovada a 14 de Julho, que define uma nova orientação estratégica para o ordenamento florestal (Diário da República, Lusa, portugal.gov.pt)

- *Promover a gestão florestal ativa e profissional;*
- *Desenvolver e promover novos produtos e mercados;*
- *Modernizar e capacitar as empresas florestais;*
- *Controlar e sempre que possível erradicar as espécies invasoras lenhosas;*
- *Promover a resiliência da floresta;*
- *Adequar as espécies às características da estação;*
- *Promover a valorização paisagística e as atividades de recreio nos espaços florestais;*
- *Desenvolver o uso múltiplo dos espaços florestais, nomeadamente ao nível da caça, pesca, produção de mel e cogumelos;*
- *Assegurar e melhorar a produção económica dos povoamentos;*
- *Diversificar as atividades e os produtos nas explorações florestais e agroflorestais;*
- *Modernização da silvopastorícia;*
- *Responder às exigências de mercado no sentido de fornecimento de produtos certificados; s)*
- *Incentivar a gestão agrupada;*
- *Desenvolver a inovação e a investigação florestal;*
- *Qualificar os agentes do setor.*

Assim, as competências regulamentares do PDM devem articular-se com os Instrumentos de Gestão Florestal Relevantes para os Espaços Florestais, em conformidade com as normas a compatibilizar no PDM de Vila Nova de Foz Côa, como explanado na Tabela 29.

Tabela 29. Normas a compatibilizar no PDM de Vila Nova de Foz Côa (2019)

A atualizar / Incompatível	Artigo / Seção / Anexo do PDM	Conteúdo Regulamentar do PDM
Com a aprovação do PROF de Trás-os-Montes e Alto Douro deverá alterar-se a referência ao IGT e referir o diploma legal de aprovação do mesmo.	Título I / Artigo 4.º / n.º 1	O Plano acautela a programação e concretiza as políticas constantes do Plano Regional de Ordenamento Florestal do Douro (PROFD), aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 4/2007, de 22 de janeiro, (...)
Com a aprovação do PROF de Trás-os-Montes e Alto Douro deverá alterar-se a referência ao IGT. Tendo em consideração o aumento de corredor ecológico preconizado pelo PROF de Trás-os-Montes e Alto Douro para a área do município deverá ser avaliada a nova realidade no que refere à estrutura ecológica municipal.	Título III / Capítulo V / Artigo 20.º / n.º 1 / d)	Corredor ecológico do PROF do Douro;
Com a aprovação do PROF de Trás-os-Montes e Alto Douro deverá alterar-se a referência ao IGT.	Título IV / Capítulo I / Artigo 34.º / n.º 1 / c)	Espaços de uso múltiplo agrícola e florestal: áreas que correspondem a sistemas agrosilvopastoris e/ou onde se privilegia a função de recreio, enquadramento e

		estética da paisagem, tal como definida no Plano Regional de Ordenamento Florestal do Douro;
Com a aprovação do PROF de Trás-os-Montes e Alto Douro deverá alterar-se a referência ao IGT.	Título IV / Capítulo I / Artigo 34.º / n.º 3	Nos espaços florestais devem ser consideradas as normas constantes no Plano Regional de Ordenamento Florestal do Douro (PROF-DOURO), nomeadamente no que diz respeito às funções, subfunções, objetivos específicos e modelos de silvicultura preconizados para as sub-regiões homogéneas Douro e Douro Superior, devendo ser privilegiada a plantação das espécies consideradas prioritárias (Anexo VII).
Com a aprovação do PROF de Trás-os-Montes e Alto Douro deverá alterar-se a referência ao IGT.	Título IV / Capítulo II / Artigo 43.º	(...) ou no Plano de Ordenamento Florestal do Douro, aos espaços naturais aplica-se o seguinte regime:
Com a aprovação do PROF de Trás-os-Montes e Alto Douro deverá alterar-se a referência ao IGT.	Título IV / Capítulo II / Artigo 43.º / b)	Instalação de povoamentos florestais que não os indicados pelo Plano de Ordenamento Florestal do Douro para a sub-região homogénea respetiva, devendo ser privilegiada a plantação das espécies consideradas prioritárias;
Com a aprovação do PROF de Trás-os-Montes e Alto Douro deverá remeter-se para as “espécies florestais a privilegiar” em substituição de “espécies prioritárias”.	Anexo VII	Anexo VII

FONTE: PROF TMAD – Documento Estratégico (outubro de 2019)

O PROF TMAD enquanto referencial estratégico para a elaboração dos programas intermunicipais e dos planos territoriais de âmbito intermunicipal e municipal, no setor florestal, as disposições que são incompatíveis, devem ser alteradas nos planos Intermunicipais de Ordenamento do Território, PIMOT, e os Planos municipais de Ordenamento do Território, PMOT, existentes nesta abrangente área territorial.

Por fim, importa mencionar que o PROF TMAD detém mecanismos de monitorização através de indicadores e metas, para o médio e longo prazos, tendo em vista o cumprimento dos objetivos definidos.

Ademais, o PROF TMAD vigora por um período máximo de 20 anos, podendo ser sujeito a alterações periódicas, a efetuar de 5 em 5 anos, tendo em consideração os relatórios anuais da sua execução elaborados pela Direcção-Geral dos Recursos Florestais, ou a alterações intermédias sempre que ocorra algum facto relevante que o justifique.

4.3. Âmbito Intermunicipal

4.3.1. Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro

O Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro, PIOTADV⁵⁹ foi o instrumento de gestão territorial do Alto Douro Vinhateiro resultante da sua classificação como património da humanidade, tendo como referência que “Para a área de intervenção do PIOTADV, encontram - se em vigor o Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona Envolvente do Douro⁶⁰ (PROZED) e o Plano de Ordenamento das Albufeiras da Régua e do Carrapatelo⁶¹ (POARC), nas respetivas áreas de intervenção, e ainda os planos diretores municipais dos municípios abrangidos”, publicado em Diário da República, Resolução do Conselho de Ministros n.º 150/2003.

Tabela 30. Representação de cada concelho em termos de PIOT ADV (ha)

Concelhos	Hectares	Percentagem
Alijó	2 478	10,06
Armamar	1 143	4,64
Carrazeda de Ansiães	2 417	9,81
Lamego	1 557	6,32
Mesão Frio	786	3,19
Peso da Régua	1 962	7,97
São João da Pesqueira	4 751	19,29
Sabrosa	2 557	10,38
Santa Marta Penaguião	931	3,78
Tabuaço	2 538	10,3
Torre de Moncorvo	613	2,49
Vila Nova de Foz Côa	2 278	9,25
Vila Real	618	2,51
Total ADV	24 629	100

⁵⁹ Resolução do Conselho de Ministros n.º 150/2003

⁶⁰ Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/88

⁶¹ Resolução do Conselho de Ministros n.º 62/2002

FONTE: Adaptado de (Andresen & Rebelo, 2013)⁶²

A área total classificada como património da humanidade do ADV ocupa um total de 24 629 hectares, repartida por 13 concelhos. A representação do concelho de Vila Nova de Foz Côa em termos de PIOTADV é de 2 278 (ha) ocupando o 6º lugar ficando sensivelmente o meio da tabela como se pode observar na Tabela 23.

Com efeito, o PIOTADV presa pela proteção e preservação do património em questão, incidindo este sobre a regulamentação das práticas agrícolas e das restantes intervenções no solo rural, com destaque para a viticultura e a olivicultura.

Assim, o PDM deve ter incorporado as orientações do PIOTADV, garantindo homogeneidade na transposição das principais medidas para o domínio da regulamentação da autarquia, vinculando desta forma, os particulares à salvaguarda dos fatores identitários que conferem ao Douro um valor universal excecional.



Figura 18. As unidades de paisagem e a divisão administrativa (2003)

FONTE: PIOT ADV (2019)

Tendo em vista a transposição das orientações substantivas para a revisão dos PDM dos 13 concelhos, foi considerado oportuno registar a distribuição dos concelhos pelas unidades de paisagem, como demonstrado na Figura 18.

⁶² ANDRESEN, T., & REBELO, J. (Janeiro de 2013). Avaliação do Estado de Conservação do Bem Alto Douro Vinhateiro - Paisagem Cultural Evolutiva Viva, Volume 1 - Relatório de Avaliação. Andresen, T. e Rebelo, J.(2013).: Porto: CCDRN/ESVR, CIBIO UP/UTAD.

A carta de unidades de paisagem, atrás referida, permite constatar que o ADV regista internamente diferenças assinaláveis, confirmadas também pela diversidade da paisagem cultural. As cinco unidades de paisagem têm áreas muito diferentes, sendo a sua representação no ADV a seguinte:

- *Extremadouro* - 9,3%;
- *Corgo/Varosa* - 11,3%;
- *Ceira/Távora* - 21,6%;
- *Pinhão/Torto* - 32,3%,
- *Tua/Sabor* - 25,6%.

Regista-se, assim, que cerca de 40 % da vinha do ADV se encontra na unidade Pinhão/Torto, sendo os restantes 60 % distribuídos pelas outras quatro unidades de uma forma equilibrada. Já o olival se concentra principalmente nas unidades Pinhão/Torto e Tua/Sabor, tendo uma representação bastante baixa nas unidades Extremadouro e Corgo/Varosa.

A distribuição dos matos e matas é muito desequilibrada, havendo uma grande diferença entre as unidades Extremadouro e Corgo/Varosa, as quais têm uma percentagem inferior a 10 %, e as outras três unidades, com percentagens superiores a 20 %. A distribuição dos povoamentos florestais obedece à mesma lógica dos matos e matas, sendo, no entanto, a diferença entre os dois grupos de unidades ainda mais evidente.

Tendo como objetivo central a salvaguarda e valorização da paisagem cultural evolutiva viva do ADV⁶³, este PIOT dá também satisfação a diversos objetivos instrumentais, que procede à análise das redes intermunicipais de estruturação do território, com as componentes de povoamento, infraestruturas, transportes e equipamentos, e das atividades económicas e sua incidência na dinâmica económica, social e ambiental e à articulação de programas de interesse local, regional e local, que realiza a articulação do PIOTADV com outros planos, nomeadamente os PDM e o POARC.

No quadro de referência para a revisão dos PMOT, as recomendações que se apresentam têm em vista a transposição das orientações do PIOTADV para os PMOT, com principal destaque para os PDM, e tomam em consideração os perímetros urbanos, o plano de água, o solo rural e a estrutura ecológica.

⁶³ Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro. Diário da República – I Série – B. N.º 219 – 22 de setembro de 2003

4.4. Âmbito Municipal

O Plano Diretor Municipal de Vila Nova de Foz Côa entrou em vigor no dia 28 de outubro, de 2015, após a sua publicação no Diário da República, 2.ª série, n.º 211, como indicado na Tabela 31. No que respeita aos PMOT, no concelho de Vila Nova de Foz Côa encontram-se em vigor o PDM, e ainda, o Plano de Pormenor do Parque de Santa Bárbara e o Plano de Pormenor da Zona Histórica da Sede do Concelho de Vila Nova de Foz Côa.

Tabela 31. PMOT em vigor

PDM		
1.ª Alteração	Aviso (extrato) n.º 7367/2017	Diário da República, 2.ª série — N.º 125 — 30 de junho de 2017
Revisão	Aviso n.º 12579/2015	Diário da República, 2.ª série — N.º 211 — 28 de outubro de 2015
PP do Parque de Santa Bárbara		
1.ª Publicação	Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/2007	Diário da República, 1.ª série — N.º 42 — 28 de fevereiro de 2007
PP da Zona Histórica da Sede do Concelho de Vila Nova de Foz Côa		
1.ª Publicação	Declaração n.º 365/97	Diário da República, 2.ª série — N.º 290 — 17 de dezembro de 1997

FONTE: DGT (2019)

A 1.ª revisão do PDM em 2015 foi levada a cabo devido a um conjunto de razões justificativas, como foi o caso da necessidade de adequação do plano às disposições do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, RJIGT⁶⁴. Assim como, a adequação e/ou transposição para o plano das estratégias, orientações e diretrizes dos diversos planos setoriais e regionais com incidência no território, e à evolução das condições económicas, sociais, culturais e ambientais, entretanto, ocorridas.

A sua elaboração teve ainda em conta as exigências técnicas previstas pela necessidade de atualização e correção da informação estatística e cartográfica, a revisão dos mecanismos de gestão territorial e urbana e o desenvolvimento do modelo territorial e de ordenamento.

Nesta senda, o processo de revisão do PDM de Vila Nova de Foz Côa, elenca um conjunto de objetivos estratégicos quer para a proposta do plano⁶⁵, quer para a natureza das disposições técnicas e regulamentares de gestão do território, que são resumidamente os seguintes:

⁶⁴ Nomeadamente, a Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo e os diferentes decretos regulamentares (Lei 48/98 e Decreto-Lei 380/99, com as alterações introduzidas pela Lei 54/2007, Decreto-Lei 316/2007 com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 181/2009)

⁶⁵ Relatório de Fundamentação do Plano e Programa Geral de Execução. pp. 8-9. (abril de 2015)

- *Traduzir para o âmbito municipal o quadro de desenvolvimento do território;*
- *Conceber um modelo de ordenamento do território municipal compatível com a estratégia e as prioridades de desenvolvimento socioeconómico preconizada pelo município;*
- *Assegurar a gestão programada do território municipal;*
- *Definir a estrutura ecológica municipal;*
- *Definir os princípios e os critérios da garantia da qualidade ambiental e da preservação do património cultural;*
- *Definir os princípios e os critérios técnicos para a localização de infraestruturas, equipamentos, serviços e funções urbanas;*
- *Definir os critérios de localização e distribuição das atividades industriais, turísticas, comerciais e de serviços;*
- *Definir os parâmetros do uso do solo e de uso e fruição do espaço público.*

Importa por isso, ressaltar os desafios que se apresentavam ao Município de Vila Nova de Foz Côa, e para os quais o PDM⁶⁶ procurou dar resposta, nomeadamente:

- *Redefinição e identificação das áreas naturais de elevado valor e sensibilidade, procurando a reabilitação de alguns ecossistemas e a potenciação dos recursos naturais através da definição das regras e dos usos compatíveis nas áreas de maior potencial económico e turístico;*
- *Controle da construção fora dos perímetros urbanos e em zonas de elevada sensibilidade natural, bem como a redefinição dos atuais perímetros tomando em consideração não só as dinâmicas da procura, mas também os desajustamentos verificados em alguns dos casos;*
- *Definição de uma hierarquia urbana, bem estruturada e com vocações dos aglomerados bem definidas e complementarias em todo o território municipal, de forma a garantir uma efetiva equidade territorial no acesso a bens e serviços públicos fundamentais;*
- *Aposta e reforço nas principais fileiras económicas do município, assegurando estruturas e infraestruturas de modo a promover um aumento do número de empresas num futuro próximo, vocacionadas para outros sectores de atividade ou que reforcem os sectores já existentes.*

Posteriormente, em junho de 2017 procedeu-se à 1.ª alteração. Esta alteração compreendeu a Adaptação do PDM de Vila Nova de Foz Côa ao Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndio⁶⁷. Que constituiu na alteração da Carta de Condicionantes – Defesa da Floresta Contra Incêndio, substituição na íntegra de todos os desenhos, e da alteração parcial do Regulamento do PDM, no artigo 11.º.

⁶⁶ Relatório de Fundamentação do Plano e Programa Geral de Execução. pp. 59. (abril de 2015)

⁶⁷ De acordo com o artigo 121.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio

4.4.1. Plano Diretor Municipal de Vila Nova de Foz Côa

O PDM de Vila Nova de Foz Coa é constituído pelos seguintes elementos:

a) Regulamento

É o elemento normativo que estabelece as regras e parâmetros aplicáveis à ocupação, uso e transformação do solo, vinculando as entidades públicas, privadas ou cooperativas

b) Planta de ordenamento I 1:10 000

Representa o modelo de organização espacial do território municipal. Desdobrada em:

i. Classificação e Qualificação do Solo — Planta 1A (escala 1:10.000);

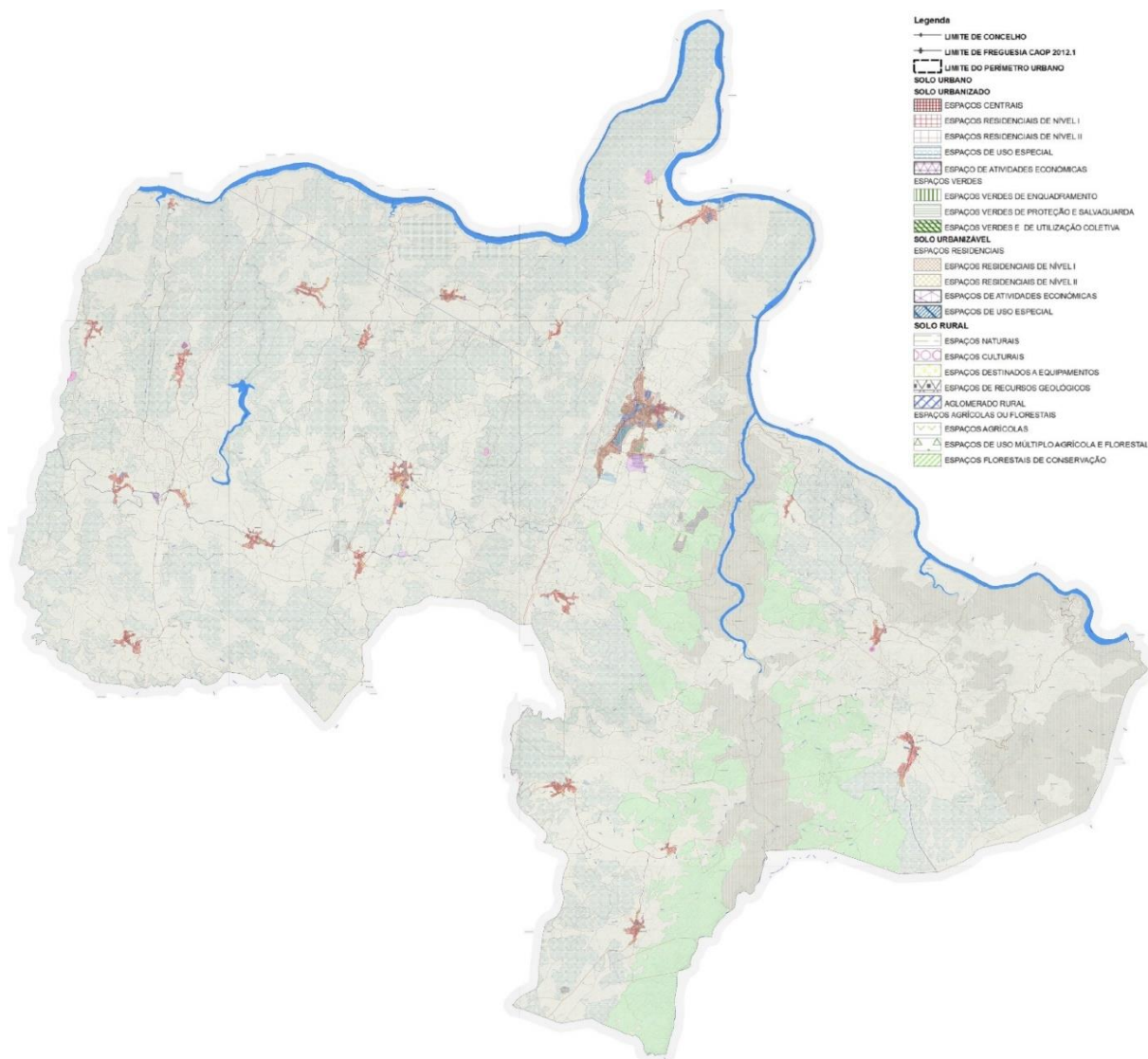


Figura 19. Planta de Ordenamento: Classificação e Qualificação do Solo do PDM em vigor (2015)

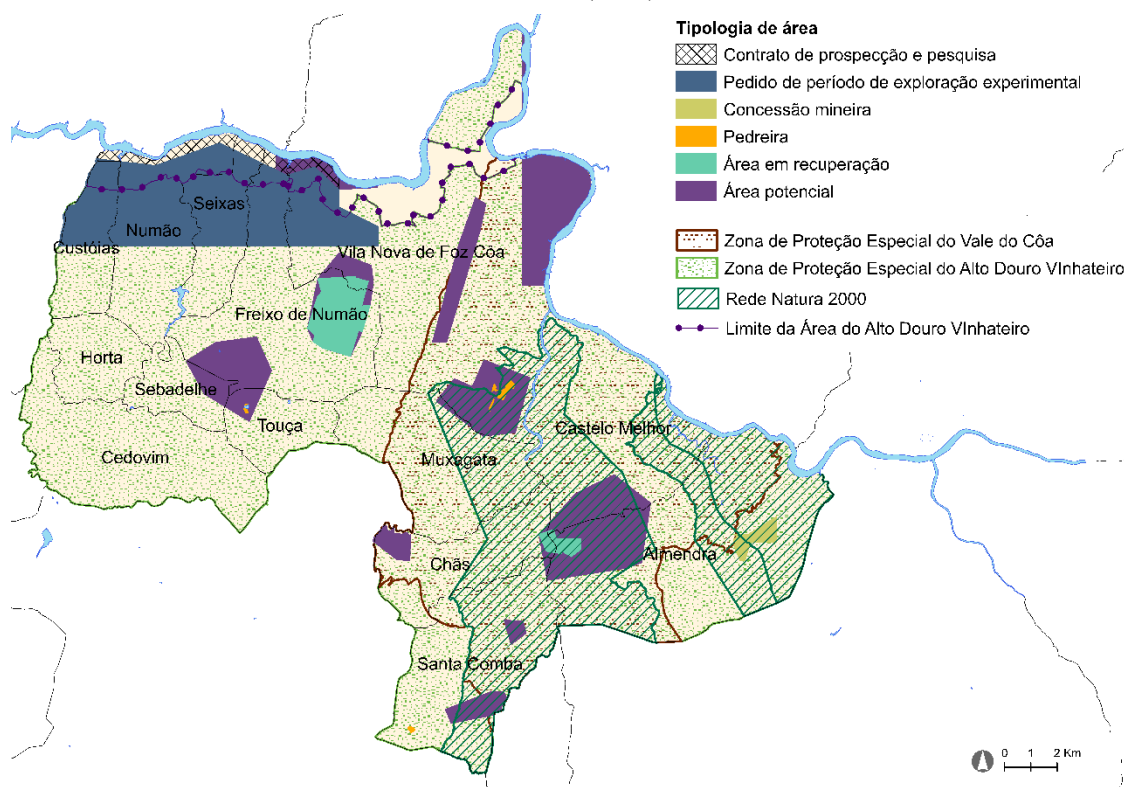
FONTE: DGT (2019)

De salientar que, a constituição de servidões relativas a massas minerais, vulgo pedreiras, segue o regime previsto no Decreto-Lei n.º 90/90, de 16 de março e o Decreto-Lei n.º 270/2001, de 6 de outubro alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 340/2007, de 12 de outubro, doravante designado como “lei de pedreiras”, estabelece o Regime Jurídico de Pesquisa e Exploração de Massas Minerais (rochas e ocorrências minerais não qualificadas legalmente como depósito mineral).

A Direção Geral de Energia e Geologia é a entidade competente para as questões respeitantes a estas servidões.

No concelho foram identificadas 44 pedreiras licenciadas no concelho, à data do PDM em vigor, identificadas no Mapa 26. Que demonstra o grande impacto na economia quer na região de Vila Nova de Foz Côa onde ocorre, quer a nível nacional sendo relevante o papel desempenhado no plano das exportações.

Mapa 26. Recursos Geológicos, por tipologia de área, segundo o PDM em vigor no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2015)



FONTE: CMVNFC (2019)

O extremo Sudeste do concelho foi incluído na Lista Nacional de Sítios que, posteriormente, foram integrados na Rede Natura 2000, sob a designação de sítio do Douro Internacional. Esta zona possui um conjunto de habitats e espécies de interesse para a conservação da diversidade biológica para os quais são estabelecidas orientações de gestão que devem ser vertidas para o regulamento do PDM de forma a promover a conservação e gestão sustentável dos valores naturais presentes.

A área integrada na Rede Natura 2000, identificada na Planta de Condicionantes (Servidões e Restrições de Utilidade Pública), abrange a área do Sítio denominado Douro Internacional (PTC0N0022) e as ZPE Douro Internacional e Vale do Águeda (PTZPE0038) e Vale do Coa (PTZPE0039), de acordo com a lista aprovada pela resolução do Conselho de Ministros n.º 142/97, de 28 de agosto e Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de setembro.

De modo a manter e/ou promover o estado de conservação favorável dos valores naturais de interesse comunitário, são interditas, nas áreas integradas⁶⁸ na Rede Natura 2000 as seguintes ações, atividades ou projetos:

- a) *A deposição de resíduos líquidos e sólidos, de inertes e de materiais de qualquer natureza, ou o lançamento de efluentes sem tratamento prévio adequado de acordo com as normas em vigor;*
- b) *A instalação de indústrias poluentes;*
- c) *A exploração de recursos geológicos, fora das áreas de exploração consolidada, salvo situações de interesse público, descritas na Planta de Ordenamento (Classificação e Qualificação do Solo);*
- d) *Projetos, ações ou atividades que produzam novos impactes negativos nas áreas alvo de recuperação paisagística e ambiental.*

A Região de Trás-os-Montes e Alto Douro, com grande geodiversidade é, sem dúvida, dotada de enorme potencialidade, no que respeita a recursos geológicos. O aproveitamento dos mesmos poderá ajudar a reduzir o despovoamento do interior, criando emprego, pois a exploração dos recursos dum território é uma das atividades mais importantes na promoção do desenvolvimento das populações que o habita.

A exploração das pedreiras, depreende a necessidade de cuidados especiais em termos ambientais. As pedreiras de Vila Nova de Foz Côa consistem em pequenas e médias explorações a céu aberto e de diferentes empresários.

A aplicação tradicional da rocha das pedreiras em Vila Nova de Foz Côa foi, sem dúvida, na organização e estruturação das vinhas, de modo a suportar as videiras com o apoio dos esteios de xisto. Esta situação teve, com certeza, maior importância a partir do momento de demarcação do Alto Douro Vinhateiro.

De mencionar que, atualmente, a produção de esteios e de outros elementos de pedra muito compridos, tem sido preterida, e muito recentemente, emerge como prioridade a capacidade de vender a pedra para a indústria da construção e, em particular, para o estrangeiro para revestimento de paredes exteriores e arranjos de exteriores e interiores.

⁶⁸ Servidões administrativas e restrições de utilidade pública (em PDM). Título II. Artigo 7º.

A proliferação da prospeção, pesquisa e exploração de pedreiras, como elencado na Tabela 32. Recursos geológicos (pedreiras), no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2019) Tabela 32, tem conduzido frequentemente a situações de desequilíbrio ecológico refletindo-se negativamente no território de Vila Nova de Foz Côa, pelo que se deverá condicionar a localização de tais explorações de modo a conciliar a proteção dos recursos minerais existentes e a vertente populacional e ambiental.

Tabela 32. Recursos geológicos (pedreiras), no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2019)

Nome da Pedreira	Substâncias	Freguesia
Fraga do Poio n. º19	Xistos e Grauvaques	Vila Nova de Foz Côa
Rego da Vide	Xistos e Grauvaques	Vila Nova de Foz Côa
Jardim n. º4	Xistos e Grauvaques	Vila Nova de Foz Côa
Alto da Companhia	Xistos e Grauvaques	Vila Nova de Foz Côa
Fraga do Poio n. º20	Xistos e Grauvaques	Vila Nova de Foz Côa
Fraga n. º2	Xistos e Grauvaques	Vila Nova de Foz Côa
Fraga do poio n. º21	Xistos e Grauvaques	Vila Nova de Foz Côa
Alto da Touça	Granitos Industriais	Touça
Fraga do Poio n. º7	Xistos e Grauvaques	Vila Nova de Foz Côa
Vale da Mó n. º3	Xistos	Vila Nova de Foz Côa
Quinta das Casas	Granito ornamental	Santa Comba
Vale de Videiro n. º1	Xistos	Vila Nova de Foz Côa
Vale da Mó	Xistos	Vila Nova de Foz Côa
Vale de Videiro n. º2	Granito	Vila Nova de Foz Côa

FONTE: LNEG (2019)

Neste contexto, como oportunidade a considerar, na região, salienta-se o trabalho de sensibilizar a população para as aplicações desta rocha na construção e revestimento dos edifícios, caracterizando-se a arquitetura típica da região.

Além disso, o mercado tem revelado aptidão para absorver novos tipos de rochas ornamentais. O que poderá servir de estilo e marca de uma região que, para se afirmar com qualidade, deverá otimizar todos os seus recursos.

A exploração de granitos, quer para fins industriais, quer ornamentais, tem ainda grande potencial e deverá ser feita por forma a garantir as melhores técnicas de exploração e transformação, em áreas licenciadas para o efeito.

Acredita-se que o grande incremento de aplicação ainda estará para acontecer, sendo de acautelar a gestão da exploração dos recursos geológicos, apresentando dados e propostas para valorizar ainda mais um recurso geológico que se entende de grande potencial e mais-valia para o enriquecimento da região.

Tabela 33. Pedido de interesse público municipal solicitados, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2019)

Nome da Pedreira	Entidade	Freguesia	Área	Pessoal ao Serviço
Alto da Touça	Construtora Medense, Lda.	Touça	15ha	7
-	XISTOPOR – Indústria Extrativa, Lda.	Vila Nova de Foz Côa	6ha	12
-	SOLICEL – Sociedade do Centro Industrial de Esteios de Lousa, Lda.	Vila Nova de Foz Côa	34ha	64
Jardim n.º 4	CUPA PEDRAS, Lda.	Vila Nova de Foz Côa	42ha	28
Pedreira do Cabelo Alto (Vale de Videiro II)	Adriano Jorge Marcelino Bregas	Vila Nova de Foz Côa	4ha	-

FONTE: CMVNFC (2019)

No desencadear da exploração de pedreiras, é verificado se, para o local de exploração, existe compatibilidade entre a atividade extrativa e os respetivos Instrumentos de Gestão Territorial.

Posteriormente, deverá ser solicitado o parecer favorável de localização à CCDR-Norte ou ICNF competente pela aprovação do plano ambiental e de recuperação paisagística, ou à Câmara Municipal territorialmente competente, neste último caso quando a área objeto do pedido esteja inserida em área cativa, de reserva, ou em espaço para indústria extrativa constante do respetivo PDM em vigor. Só depois de ultrapassada esta fase, se inicia a apresentação do pedido de licença de exploração.

Quando a pedreira estiver sujeita a avaliação de impacte ambiental não é necessária a obtenção do parecer favorável de localização.

Tabela 34. Projetos sobre Avaliação de Impacte Ambiental no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2019)

Designação do Projeto	Proponente	Licenciador	Autoridade AIA	Data de Decisão	Sentido de Decisão
IP2 – Junqueira/Pocinho	Instituto de Estradas de Portugal	Instituto de Estradas de Portugal	Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.	-	-
Aproveitamento Mini-Hídrico do Catapereiro – (N.º 232)	Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa	Instituto da Água	Direção Geral do Ambiente	-	-
Escalão de Foz Côa Pedreira do Fumo. Processo de Licenciamento (N.º 89)	EDP - Eletricidade de Portugal, S.A.	Direção Regional de Indústria e Energia do Norte	Direção Geral do Ambiente	-	-
Aproveitamento Mini-Hídrico do Catapereiro – (N.º 342)	Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa	Direção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Norte	Direção Geral do Ambiente	29/08/1996	Favorável condicionado
IC34 – Vila Nova de Foz Côa/Barca d’Alva (Estudo Prévio)	Instituto de Estradas de Portugal	Instituto de Estradas de Portugal	Direção Geral do Ambiente	12/10/2001	Favorável condicionado
Avaliação Comparada dos Aproveitamentos Hidroelétricos do Baixo Sabor e do Alto Côa	CPPE - Companhia Portuguesa de Produção de Eletricidade, SA	Direção Geral de Energia	Instituto do Ambiente	15/06/2004	Favorável condicionado
Linha de Muito Alta Tensão Armamar – Lagoaça a 400 kV e desvio das Linhas Associadas	REN – Rede Elétrica Nacional, SA	Direção Geral de Energia	Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.	12/08/2009	Favorável condicionado
Pedreira de Vale de Videiro I	Maria da Piedade Fernandes, Lda	Direção Regional de Economia do Norte	CCDR N – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte	23/12/2010	Favorável condicionado
Ampliação da Pedreira de Xisto “Jardim N.º 4”	Infercoa Unipessoal, Lda	Direção Regional de Economia do Norte	Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.	02/07/2012	Favorável condicionado
Hotel Senhora da Veiga	Imobiliária F.T.P., Lda	Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa	CCDR N – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte	10/09/2014	Favorável condicionado
Pedreira de Alcaldaria	Cubigrani – Exploração e Extração de Granitos, Unipessoal, Lda	Direção Regional de Economia do Norte	CCDR N – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte	06/03/2015	Favorável condicionado
Pedreira de xisto “Vale da Mó”	XISTOPOR – Indústria Extrativa, Lda	DGEG – Direção Geral de Energia e Geologia	CCDR N – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte	13/09/2016	Desconformidade do EIA
Alargamento e Aprofundamento do Canal de Navegação do rio Douro no troço Ilha do Saião – Foz do Sabor - Pocinho	Administração dos Portos do Douro e Leixões	Administração dos Portos do Douro e Leixões	Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.	07/04/2017	Favorável condicionado
Gasoduto Celorico – Vale de Frades, Interligação Transfronteiriça	REN Gasodutos, SA	DGEG – Direção Geral de Energia e Geologia	Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.	05/02/2018	Desfavorável
Mina de Numão	MINAPORT – Minas de Portugal, Lda	-	Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.	16/02/2018	-

FONTE: APA (2019)

O xisto como parte integrante da paisagem e matéria-prima dos esteios das vinhas no Douro. “É um dos recursos únicos do mundo, que se confunde com a história⁶⁹” da região vinícola e que hoje tem na exportação o seu sustentáculo. Há quatro empresas de extração no concelho, que são das principais empregadoras, e que vendem a pedra para as indústrias da construção e decoração.

Posto isto, as pedreiras, com a produção de xisto de modo a ser aplicado na recuperação de velhas edificações e na construção de novos e modernos espaços, poderão marcar um estilo arquitetónico próprio, e que já foi típico nas áreas urbanas e rurais da região. Como, por exemplo, o castelo de Castelo Melhor, que apresenta algumas edificações ainda existentes no concelho de Vila Nova de Foz Côa e das quais se enfatiza o castelo da aldeia rural de Castelo Melhor que, tanto quanto é conhecido, é caso raro no País, por ser em pedra xistenta, e urge recuperar.

Os aspetos arquiteturais, resultantes da aplicação deste tipo de pedra, já foram, e poderão voltar a ser, típicos na região, de modo a dotá-la de encantos próprios, orientando-a ainda mais para o turismo, pois este setor poderá ser mais uma alavanca do desenvolvimento da região.

Refere-se ainda o facto de haver o polo da Canada do Inferno de gravuras rupestres, na proximidade das pedreiras, e que tem sido visitado sem qualquer espécie de conflito com a atividade das mesmas. Uma exploração em série, e de grande dimensão, das pedreiras poderá vir a facilitar o desenvolvimento daquele polo de gravuras, criando mesmo um espaço de musealização das pedreiras, associado a espaços verdes em recuperação ambiental, aproveitando os recursos hídricos subterrâneos que são intersectados com o avanço da exploração em profundidade.

Caso se venha a verificar incentivos da Câmara de Vila Nova de Foz Côa, e outras da Região, de modo a que a arquitetura das casas existentes e os arranjos tenham claramente um cunho especial relacionado com as rochas xistentas da região, irá dinamizar o turismo da região, as pessoas locais e o País.

Para além, dos empresários das pedreiras que, desse modo, “com as múltiplas aplicações não haverá estéreis e ganhará também o sector dos recursos geológicos, pois urge efetuar para o local um reconhecimento geológico detalhado das reservas, da qualidade, das características físicas, mecânicas e de alterabilidade e, conseqüentemente um plano de lavra adequado, de modo a otimizar a exploração e a tomá-la compatível com eventuais impactos ambientais que, no entender dos signatários, poderão ser positivos se daí se souber tirar partido dos recursos hídricos subterrâneos e alterações geomorfológicas que resultam da exploração, em prol de melhoramento do polo visitável de gravuras rupestres da Canada do Inferno, que é contíguo à zona das pedreiras do Poio.”⁷⁰

⁶⁹ João Paulo Sousa, vice-presidente da Câmara de Foz Côa

⁷⁰ L.M. Ferreira Gomes; P. Gabriel de Almeida (2003) A Geologia de Engenharia e os Recursos Geológicos. As pedreiras do Poio (Vila Nova de Foz Côa): a região e o turismo. Volume I. Imprensa da Universidade. pp.314.

Observando a Tabela 35, verifica-se que o concelho de Vila Nova de Foz Côa é essencialmente agrícola sendo esta atividade a base da economia do concelho. A vinha, a amendoeira e a oliveira constituem as principais culturas presentes no Concelho.

Tabela 35. Solo ocupado, por categoria de espaço, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2015)

Situação Existente em 2015		
Dinâmicas de Uso e Ocupação do Solo	Área (ha)	%
Territórios Artificializados	630,26	1,58
Tecido urbano contínuo	193,42	0,49
Tecido urbano descontínuo	169,81	0,43
Indústria, comércio e equipamentos gerais	28,30	0,07
Redes viárias e ferroviárias e espaços associados	75,30	0,19
Áreas em construção	19,39	0,05
Outras instalações desportivas e equipamentos de lazer	7,58	0,02
Áreas de extração de inertes	127,93	0,32
Equipamentos culturais e outros e zonas históricas	5,50	0,01
Espços verdes urbanos	3,04	0,01
Agricultura	16 715,56	41,98
Culturas temporárias e/ou pastagens associadas a culturas permanentes	125,61	0,32
Sistemas culturais e parcelares complexos	1 068,34	2,68
Agricultura com espaços naturais e seminaturais	242,51	0,61
Culturas temporárias de sequeiro e regadio	894,01	2,25
Vinhas	7 237,87	18,18
Pomares	1 718,09	4,32
Olivais	5 429,13	13,64
Florestas	6 609,98	16,60
Florestas de sobreiro	1 983,95	4,98
Florestas de azinheira	1 554,28	3,90
Florestas de outros carvalhos	734,31	1,84
Florestas de castanheiro	32,91	0,08
Florestas de eucalipto	693,53	1,74
Florestas de outras folhosas	226,12	0,57
Florestas de pinheiro bravo	1 096,77	2,75
Florestas de outras resinosas	288,11	0,72
Matos	14 476,49	36,36
Pastagens	675,38	1,70
Vegetação herbácea natural	558,11	1,40
Pastagens permanentes	117,27	0,29
Espços descobertos ou com vegetação esparsa	11,40	0,03
Corpos de Água	689,10	1,73
Cursos de Água	27,23	0,07
Planos de Água	661,87	1,66

Situação Existente em 2015		
Dinâmicas de Uso e Ocupação do Solo	Área (ha)	%
TOTAL	39 815,18	100

FONTE: DGT (2019)

As freguesias que apresentam áreas agrícolas superiores à área florestal, são as Chãs, Custóias, Horta, Sebadelhe e Touça.

Para as culturas mais importantes do concelho, o amendoal, o olival e a vinha, tem se registado dados numéricos distintos, para cada uma destas culturas, que demonstra a importância económica que cada um dos produtos tem vindo a adquirir e da organização de cada uma das fileiras, sendo reforçar que neste campo a fileira do vinho tem sido a mais dinamizada em termos de investimento e organizada.

ii. Classificação Acústica e Estrutura Ecológica Municipal — Planta 1B (escala 1:10.000);

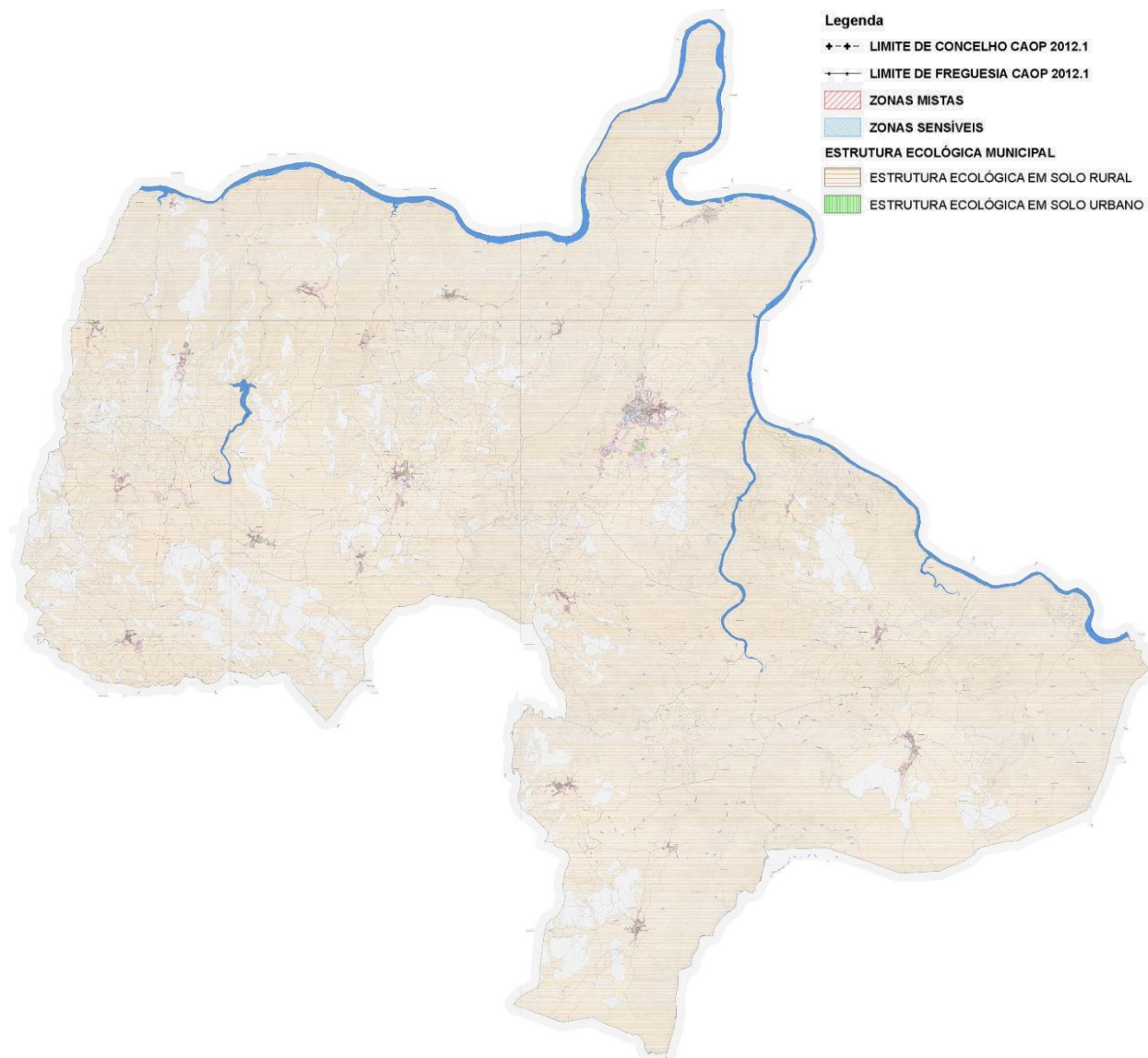


Figura 20. Planta de Ordenamento: Classificação Acústica e Estrutura Ecológica Municipal do PDM em vigor (2015)

FONTE: DGT (2019)

iii. Planta do Património — Planta 1C (escala 1:10.000);

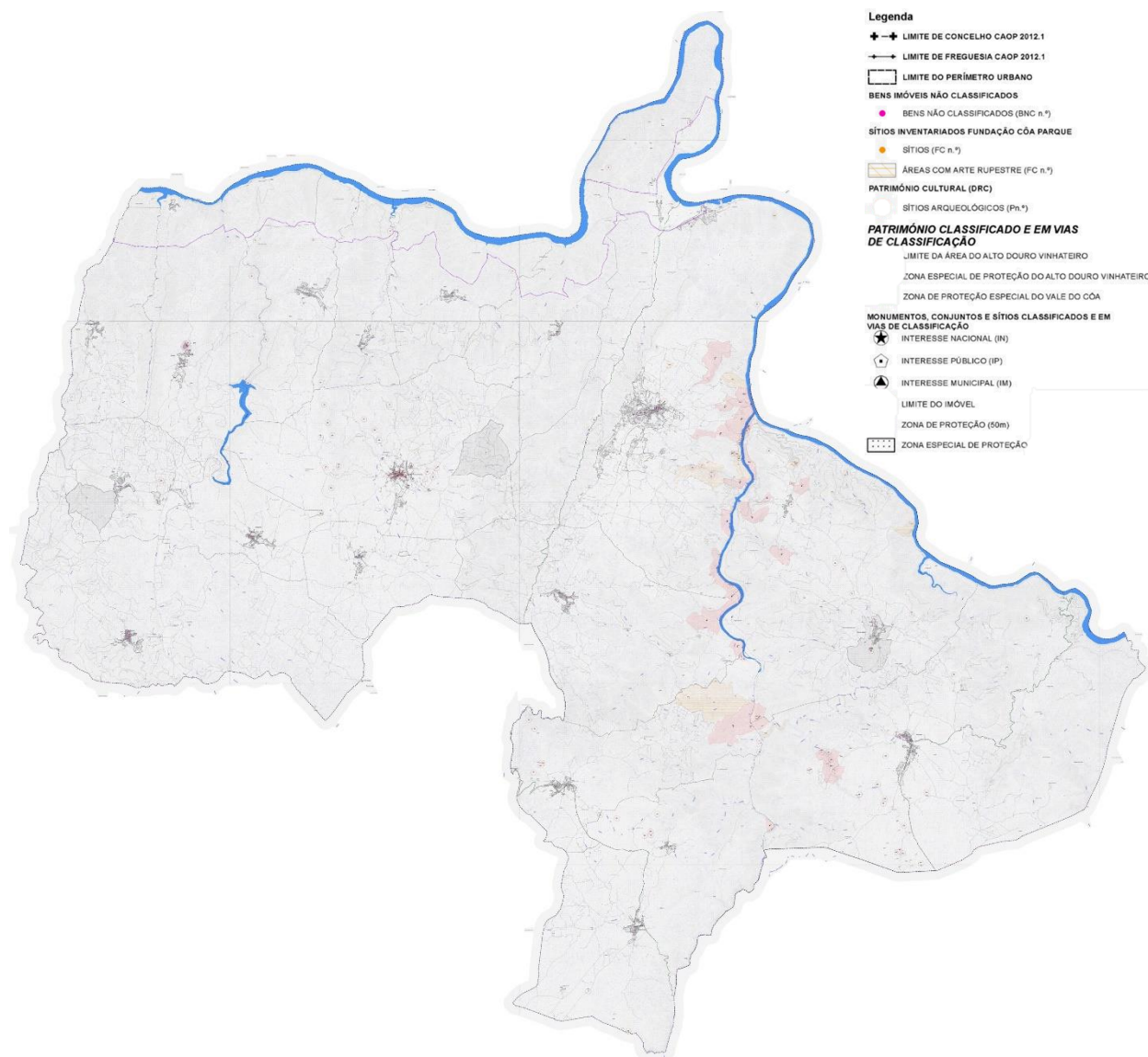


Figura 21. Planta de Ordenamento: Património do PDM em vigor (2015)

FONTE: DGT (2019)

c) Planta de condicionantes I 1:10 000

Identifica as servidões administrativas e as restrições de utilidade pública que possam constituir limitações ou impedimentos a qualquer forma específica de aproveitamento do solo.

Desdobrada em:

i. Servidões e Restrições de Utilidade Pública — Planta 2A (escala 1:10.000);

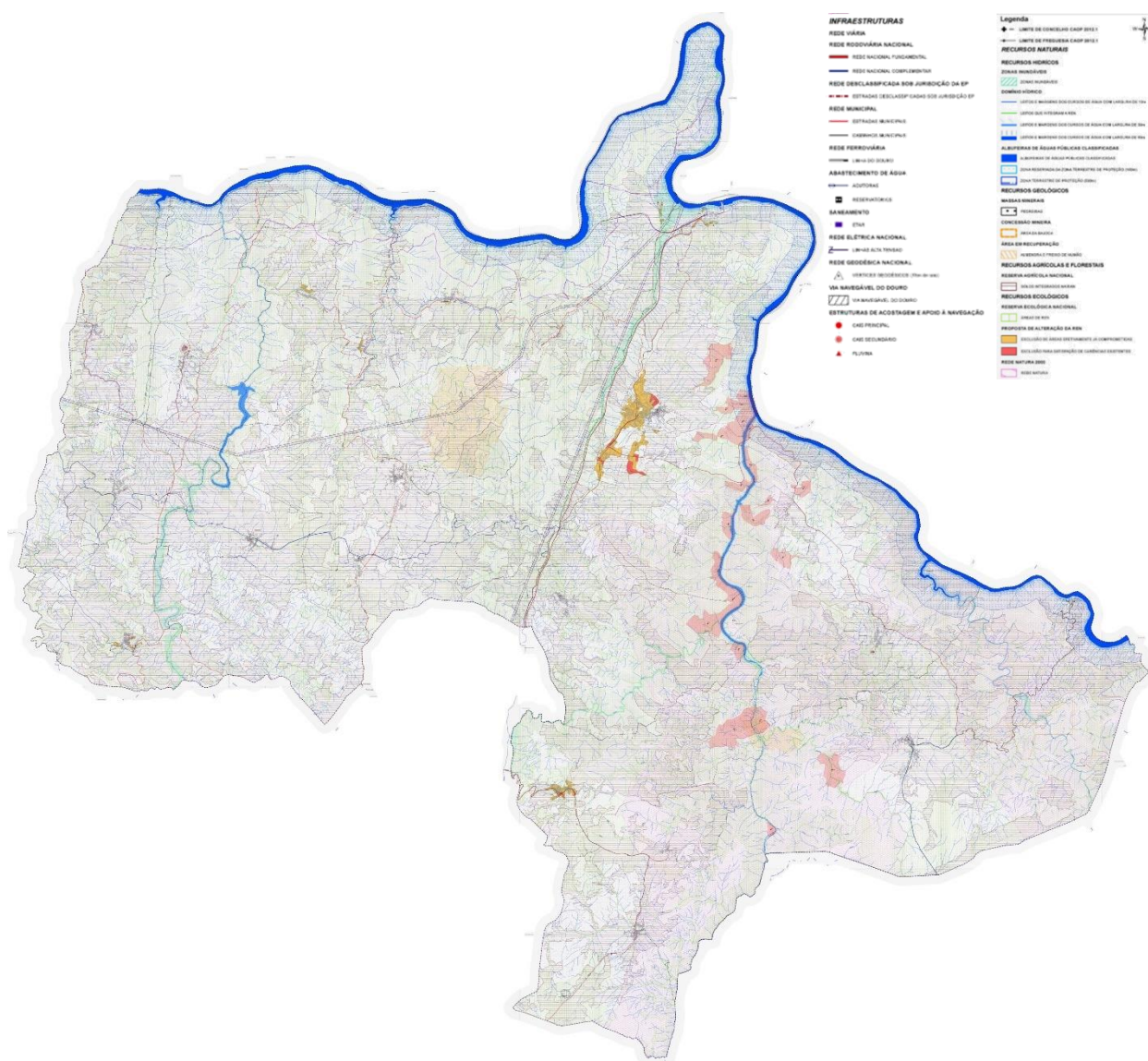


Figura 22. Planta de Condicionantes: Servidões e Restrições de Utilidade Pública do PDM em vigor (2015)

FONTE: DGT (2019)

Na Figura 22 estão representadas a RAN e REN, assim como os vértices geodésicos, as áreas de domínio público hídrico, as albufeiras, os recursos geológicos e ainda a presença de determinadas infraestruturas influenciadoras da ocupação do território.

- ii. Defesa da Floresta contra Incêndios — Planta 2B1 (escala 1:10.000), contendo a identificação das áreas com perigosidade de incêndio das classes Alta e Muito Alta e as áreas percorridas por incêndios nos últimos 10 anos;

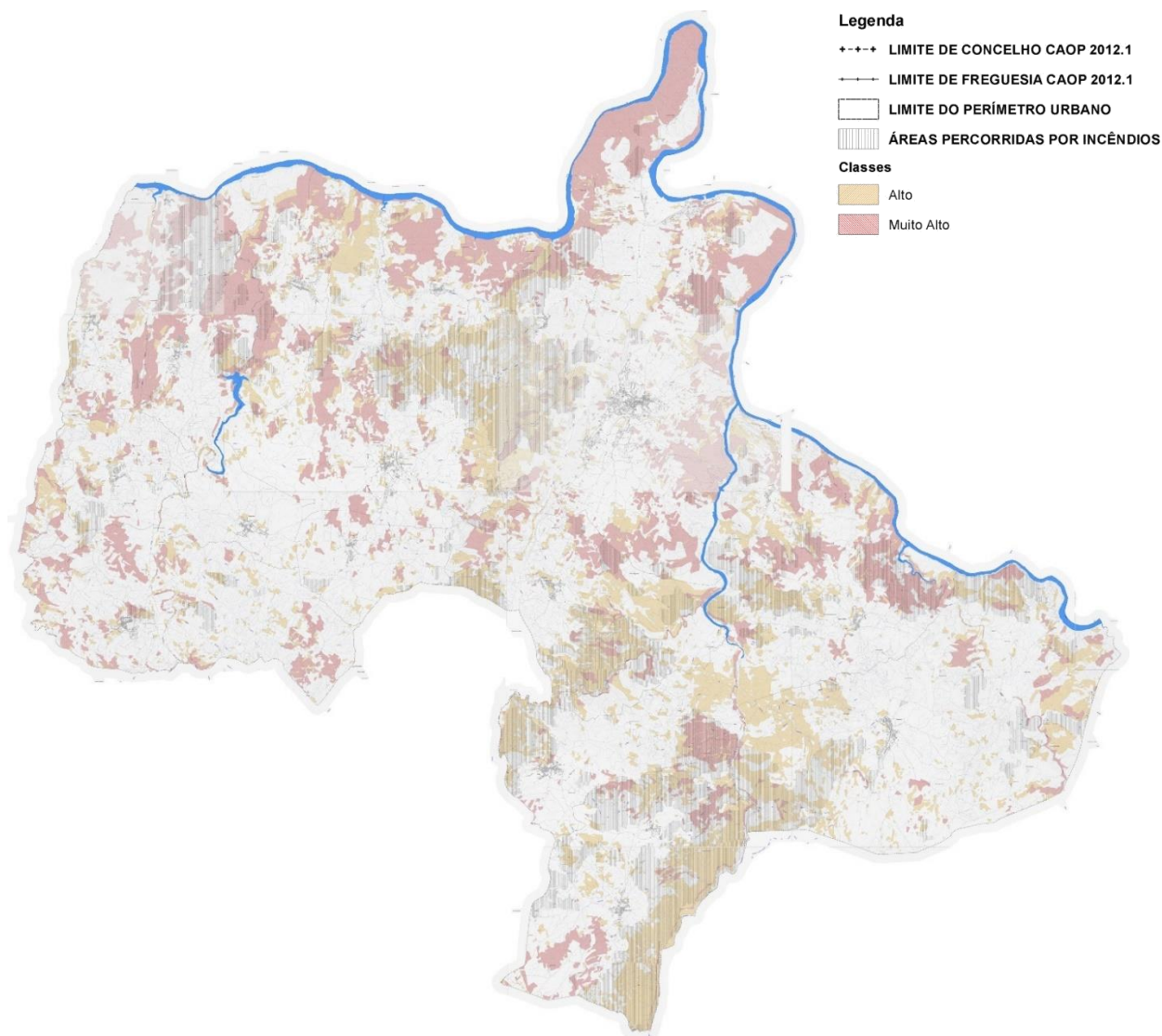


Figura 23. Planta de Condicionantes: Defesa da Floresta Contra Incêndios do PDM em vigor (2017)

FONTE: DGT (2019)

Acompanham o PDM de Vila Nova de Foz Coa os seguintes elementos:

- a) Estudos de caracterização do território municipal;
- b) Relatório de fundamentação das soluções adotadas;
- c) Programa geral de execução e financiamento;
- d) Participações recebidas em sede de discussão pública e respetivo relatório de ponderação;

- e) Plantas Complementares:
 - i. Planta de Enquadramento Regional — Planta 3A (escala 1:100.000);
 - ii. Planta da Situação Existente — Planta 3B (escala 1:10.000);
 - iii. Planta da Rede Viária — Planta 3C (escala 1:10.000);

 - iv. Planta dos Valores Naturais — Planta 3D:
 - a) Sítio e Zonas de Proteção Especial — Planta 3DA (escala 1:10.000);
 - b) Espécies — Planta 3DB (escala 1:10.000);
 - i. Planta de Riscos Naturais — Planta 3E (escala 1:10.000);
 - ii. Planta de Compromissos Urbanísticos — Planta 3F (escala 1:10.000);

- f) Relatório Ambiental;
- g) Carta Educativa;
- h) Mapa de Ruído;
- i) Ficha de Dados Estatísticos.

As Unidades Operativas de Planeamento e Gestão encontram-se delimitadas na Planta de Ordenamento (Classificação e Qualificação do Solo) podendo ser reajustadas nos seus limites por razões de cadastro de propriedade ou quando tal for justificado em sede de Plano de Urbanização ou Plano de Pormenor. Sendo que, no PDM de Vila Nova de Foz Côa em vigor estava prevista a elaboração de 2 UOPG's, adotando previamente um programa operacional para orientar e promover a execução do plano nestas áreas.

Designa-se por Unidade Operativa de Planeamento e Gestão, UOPG, uma porção contínua de território, delimitada em plano diretor municipal ou plano de urbanização para efeitos de programação da execução do plano ou da realização de operações urbanísticas.

Os Planos de Pormenor⁷¹ desenvolvem e concretizam em detalhe as propostas de ocupação de qualquer área do território municipal, estabelecendo regras sobre a implantação das infraestruturas e o desenho dos espaços de utilização coletiva, a implantação, a volumetria e as regras para a edificação e a disciplina da sua integração na paisagem, a localização e a inserção urbanística dos equipamentos de utilização coletiva e a organização espacial das demais atividades de interesse geral.

Além disso, abrangem áreas contínuas do território municipal, que podem corresponder a uma unidade ou subunidade operativa de planeamento e gestão ou a parte delas.

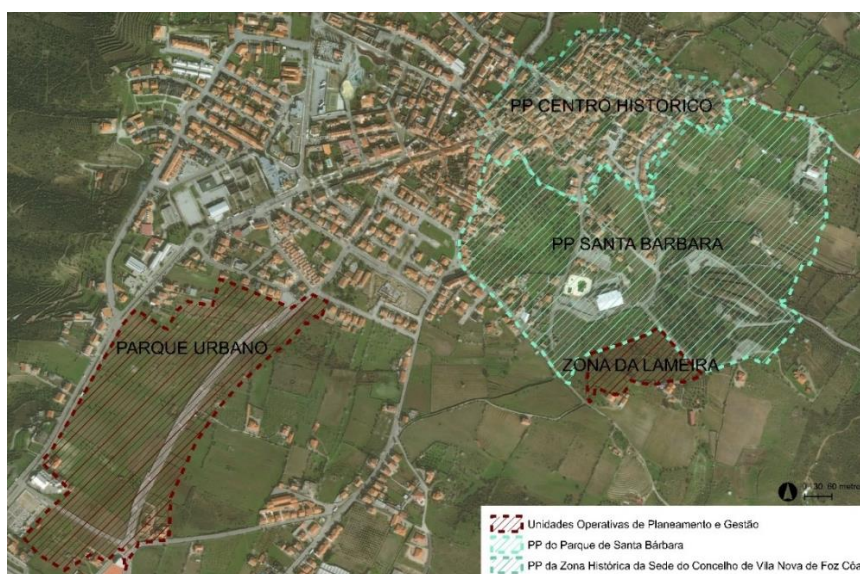


Figura 24. Unidades Operativas de Planeamento e Gestão e os Planos de Pormenor definidos no PDM em vigor (2015)

FONTE: CMVNFC (2019)

⁷¹ Ordenamento, Planos de Pormenor. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, CCDRC. (2016)

1 — Unidade Operativa de Planeamento e Gestão 01 - Zona da Lameira⁷²

- a) Objetivos: Reservar uma área de localização privilegiada junto a equipamentos existentes (piscina, pavilhão gimnodesportivo e parque de lazer da Lameira) para a instalação de um parque de campismo e caravanismo, em conformidade com a regulamentação específica em vigor sobre a matéria;
- b) Regime: A ocupação, uso e transformação do solo fica condicionada à elaboração e aprovação de Plano de Pormenor.

2 — Unidade Operativa de Planeamento e Gestão 02 - Parque Urbano e Área de Equipamentos⁷³

- a) Objetivos: possibilitar uma urbanização programada do território em questão, dada a sua localização privilegiada relativamente à restante malha urbana; contribuir para um melhor equilíbrio do espaço de forma adaptada ao carácter e estrutura natural existente; conferir maior coesão urbana e social; localizar novos equipamentos de cariz social e de lazer:
 - Centro Comunitário, com funções polivalentes;
 - Centro de Dia e Lar para a 3.ª Idade;
 - Parque Urbano.
- b) Regime: A ocupação, uso e transformação do solo fica condicionada à elaboração e aprovação de Plano de Pormenor ou de Unidades de Execução. Sem prejuízo da legislação aplicável e enquanto este não estiver aprovado, aplica-se o disposto para as categorias de espaço delimitadas na Planta de Ordenamento (Classificação e Qualificação do Solo), não podendo em qualquer situação tal ocupação comprometer os objetivos definidos para a UOPG.

⁷² Aviso n.º 12579/2015. Artigo 75.º. Diário da República, 2.ª série — N.º 211 — 28 de outubro de 2015

⁷³ Idem.

4.4.2. Plano de Pormenor do Parque de Santa Bárbara

O Plano de Pormenor do Parque de Santa Bárbara procedeu à reclassificação como área urbana de uma área classificada no PDM de Vila Nova de Foz Côa como área rural — uso agrícola e/ou florestal, atribuindo-lhe capacidade edificatória e prevendo a ocupação de lotes habitacionais com área de parcela superior a 5 000 m², contrariando o disposto no Regulamento do PDM.

São parte integrante do PP, os seguintes elementos:

- Regulamento;
- Planta de implantação (Figura 25);

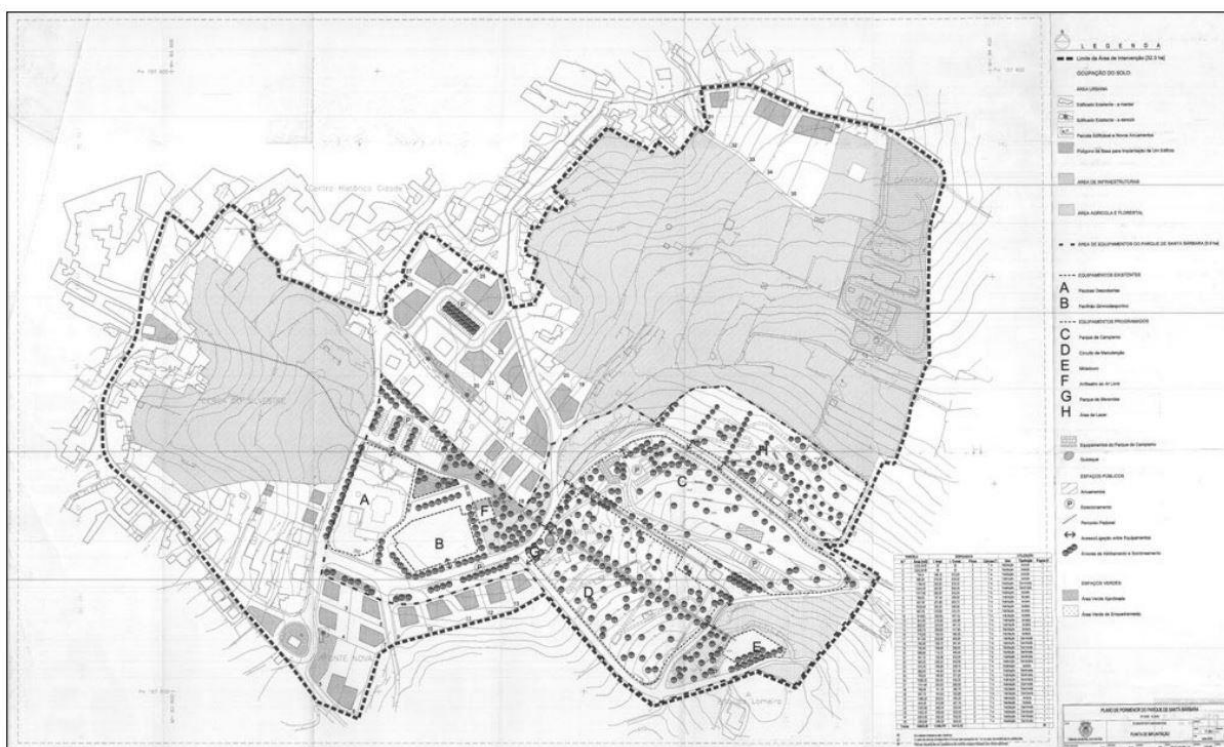


Figura 25. Planta de Implantação do Plano de Pormenor do Parque de Santa Bárbara (2007)

FONTE: CMVNFC (2019)

- c) Planta de condicionantes, que identifica as servidões e restrições de utilidade pública em vigor que possam constituir limitações ou impedimentos a qualquer forma específica de aproveitamento (Figura 26).

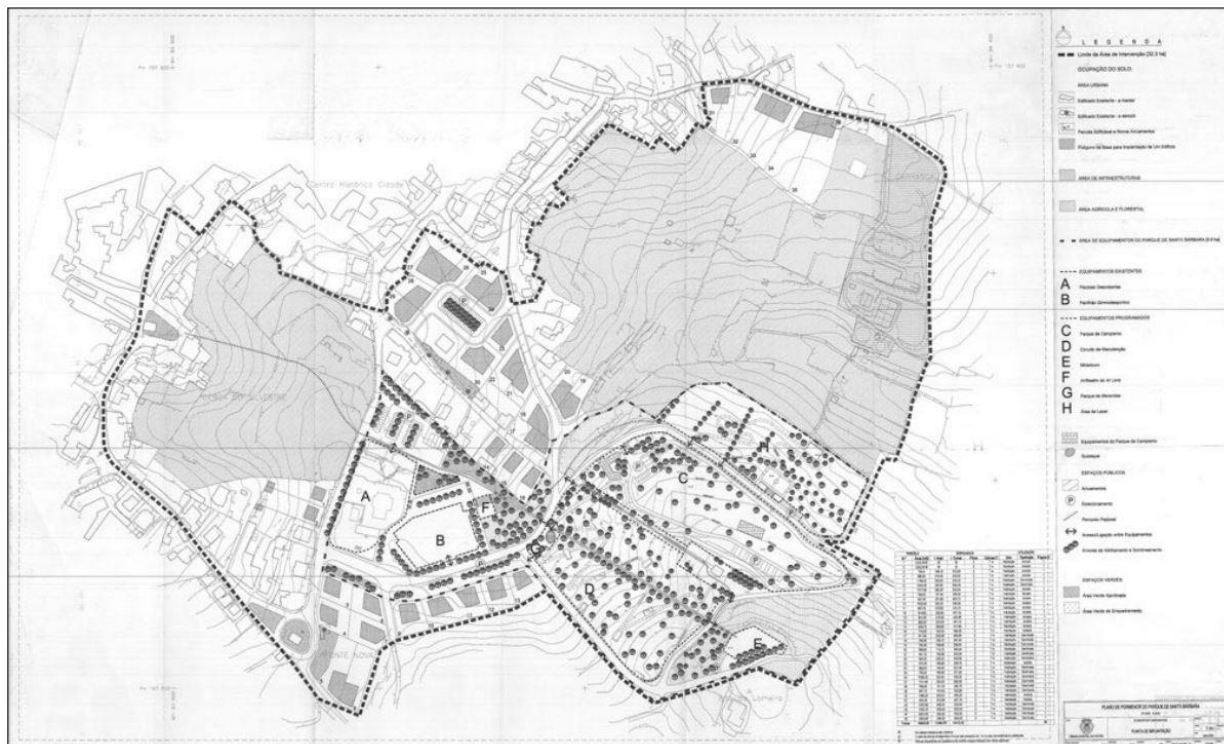


Figura 26. Planta de Condicionantes do Plano de Pormenor do Parque de Santa Bárbara (2007)

FONTE: CMVNFC (2019)

O Plano é ainda acompanhado por:

- Relatório fundamentando as soluções adotadas;
- Peças escritas e desenhadas que suportem as operações de transformação fundiárias previstas, nomeadamente para efeito de registo predial;
- Programa de execução das ações previstas e respetivo plano de financiamento.

Sendo, no entanto, de realçar a necessidade de, na aplicação do Plano, ser acautelada a proteção ao sobreiro e azinheira, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 155/2004, de 30 de junho. Salienta-se ainda que deverá ser assegurado o integral cumprimento do regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional, RAN, constante do Decreto-Lei n.º 196/89, de 14 de junho, nas áreas da RAN delimitadas na planta de condicionantes.

4.4.3. Plano de Pormenor da Zona Histórica da Sede do Concelho de Vila Nova de Foz Côa

A elaboração do Plano de Pormenor da Zona Histórica da Sede do Concelho de Vila Nova de Foz Côa, constituiu-se como elemento definidor da gestão urbanística do território, tendo em atenção os objetivos de desenvolvimento definidos em instrumentos de planeamento de hierarquia superior, apontando zonas de proteção a imóveis classificados, o licenciamento de obras de demolição, beneficiação, consolidação e conservação, para salvaguarda e proteção do património arqueológico e dos elementos de interesse arquitetónico ou arqueológico.

O Plano de Pormenor é composto por elementos fundamentais, complementares e anexos. Sendo os elementos fundamentais, o regulamento, a planta de implantação, conforme a Figura 27, e a planta de condicionantes atualizada. Em anexo, seguem os estudos de caracterização e respetivas plantas.

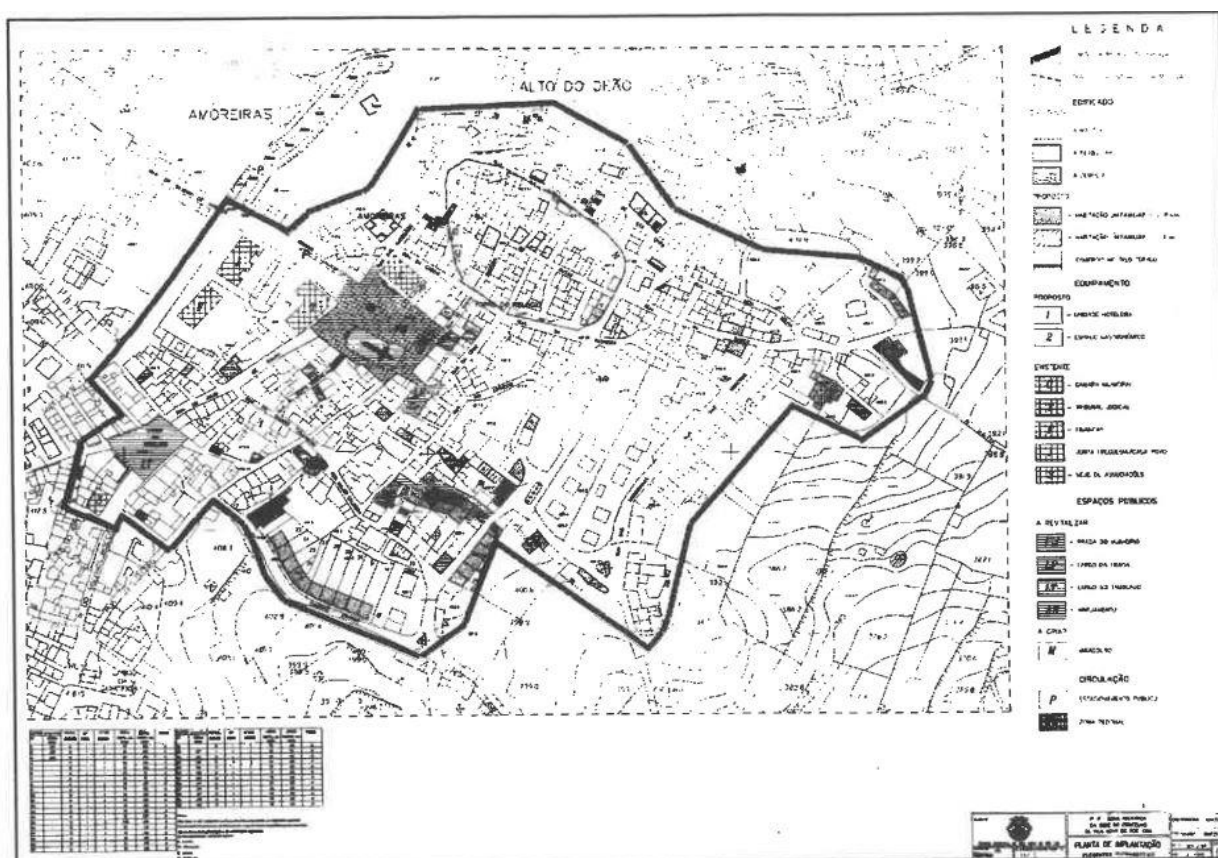


Figura 27. Planta de Implantação do Plano de Pormenor da Zona Histórica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa (1997)

FONTE: CMVNFC (2019)

4.5. Programas Estratégicos de Financiamento – Portugal 2020

Na sequência do Quadro de Referência Estratégia Nacional (QREN) surgiu o quadro Portugal 2020, que enquadra os apoios estruturais da União Europeia entre 2014 e 2020.

O Portugal 2020 surge de um acordo de parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia, que reúne a atuação dos 5 Fundos Europeus Estruturais e de Investimento - FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP - no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020.

Estes princípios de programação estão alinhados com o Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo, prossequindo a ESTRATÉGIA EUROPA 2020.

Os principais objetivos das políticas a prosseguir no Portugal2020 são: o Estímulo à produção de bens e serviços transacionáveis, internacionalização da economia e à qualificação do perfil de especialização da economia portuguesa; o Reforço do investimento na educação, incluindo formação avançada, e de medidas e iniciativas dirigidas à empregabilidade; o Reforço da integração das pessoas em risco de pobreza e de combate à exclusão social; a Promoção da coesão e competitividade territoriais, particularmente nas cidades e em zonas de baixa densidade; e o Apoio ao programa da reforma do Estado, assegurando que os fundos possam contribuir para a racionalização, modernização e capacitação institucional da Administração Pública e para a reorganização dos modelos de provisão de bens e serviços públicos.

A programação e implementação do Portugal 2020 organizam-se em quatro domínios temáticos: - Competitividade e Internacionalização; - Inclusão Social e Emprego; - Capital Humano; - Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos. Considera, ainda, os domínios transversais relativos à reforma da Administração Pública e à territorialização das intervenções.

O apoio comunitário no período 2014-2020 adota uma estrutura operacional assente em Programas Operacionais temáticos, nacionais, regionais e de assistência técnica, que assumem particularidades consoante os territórios onde intervêm ou de acordo com os objetivos em que estão enquadrados. Por conseguinte, a estruturação operacional dos Fundos da Política de Coesão concorre para prosseguir os quatro domínios temáticos.

O Portugal 2020, seguindo o caminho iniciado no QREN, privilegia as NUTS III como escala de intervenção privilegiada para as abordagens territoriais integradas. Nesse sentido, a escala NUTS III, mais concretamente as suas Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial (EIDT), dinamizadas pelas respetivas Comunidades Intermunicipais (CIM), em articulação com os restantes

atores relevantes, servirão de referência para assegurar a coerência com outras intervenções de cariz sub-regional ou local.



Figura 28. Abordagens territoriais previstas no Portugal 2020

FONTE: Portugal 2020

As Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial (EIDT) são referenciais estratégicos que asseguram a coerência com as intervenções de cariz sub-regional ou local, bem como com as Estratégias definidas a nível das respetivas NUTS II. Estas Estratégias são dinamizadas pelas Comunidades Intermunicipais (CIM) de cada uma das NUTS III do Continente, em articulação com os restantes atores relevantes para os processos integrados de desenvolvimento regional.

Considerando as novas realidades da organização do território e as prioridades adiantadas pela Comissão Europeia, considerou-se premente desencadear um processo regional de definição estratégica que, tendo em conta os esforços já levados a cabo, reflita as opções de desenvolvimento que se colocam à Região do Douro.

A **Estratégia de Desenvolvimento Integrado da Região do Douro, EIDTRD 2020** foi impulsionada pela Comunidade Intermunicipal do Douro que estrutura a visão, estratégia e plano de ação da região para o próximo período de programação estrutural. Este documento definiu as principais linhas de atuação e as principais prioridades da região, para o horizonte temporal 2014-2020, considerando,

nomeadamente, o quadro de orientações e princípios, a nível nacional e comunitário, que suportam o próximo período de programação, bem como, o diagnóstico prospetivo regional e o processo de auscultação de atores realizado.

No desenvolvimento da EIDTRD 2020 foi essencial promover a análise de um conjunto alargado de instrumentos e programas de estratégia e de ordenamento do território dirigidos para a região Norte e, em particular, para o Douro, entre eles o Programa Operacional Regional do Norte, POR –N.

Os POR adotaram, como centro urbano de ordem superior, aqueles que tinham, nos respetivos Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT), alguma especificidade relevante e multiplicadora para a economia regional.

Decorre, então, que todos estes centros urbanos de ordem superior teriam, e tiveram, a obrigatoriedade de elaborar um PEDU, enquanto que os centros urbanos complementares, como é o caso de Vila Nova de Foz Côa elaborou os seguintes instrumentos de programação, em função das áreas de intervenção:

- a) O Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável, PAMUS, definido ao nível da NUT III;
- b) O Plano de Ação de Regeneração Urbana, PARU.

4.5.1. Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável

No mesmo âmbito do Portugal 2020, também foi realizado um convite às comunidades Intermunicipais e às Áreas Metropolitanas que pretendiam contratualizar com o respetivo Programa Operacional Regional a elaboração de Planos de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável definidos ao nível de NUTS III.

A elaboração de um Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável definido ao nível de NUTS III resultou do Acordo de Parceria e do texto dos Programas Operacionais. Nestes planos enquadrou-se o apoio financeiro que os Municípios pretendiam candidatar ao respetivo Programa Operacional (PO) Regional para a concretização das tipologias de ação no âmbito da prioridade de investimento 4.5 – “Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação”.

O PAMUS surge como um instrumento que responde de forma consciente aos objetivos definidos nas políticas europeias e nacionais, nomeadamente em relação estreita com a EIDT, ITI e o Pacto, bem como enquadrado com os diversos Instrumentos de Gestão Territorial, nomeadamente o PROT e o

PDM, encontrando-se também enquadrado, neste caso, com o Norte 2020 - Programa Operacional Regional do Norte.

Este documento constitui-se como um importante plano para a definição das estratégias e propostas com vista ao desenvolvimento das infraestruturas e serviços de transporte e mobilidade.

Neste contexto as linhas de orientação e principais objetivos do PAMUS devem obrigatoriamente contribuir pelo menos para:

- Melhoria da eficiência e eficácia do transporte de pessoas e bens;
- Promoção de uma harmoniosa transferência para modos de transporte mais limpos e eficientes;
- Garantia de um sistema de acessibilidades e transporte mais inclusivo;
- Redução do impacto negativo do sistema de transportes sobre a saúde e a segurança dos cidadãos, em particular, dos mais vulneráveis;
- Redução da poluição atmosférica, do ruído, das emissões de gases com efeito de estufa e do consumo de energia.

A Comunidade Intermunicipal (CIM) do Douro elaborou o Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS), no qual foi feita uma caracterização e diagnóstico do sistema de acessibilidades e do modelo de mobilidade, a identificação de cenários, objetivos e definição da estratégia, assim como foi definido um programa de ação para cada município que pertence à CIM do Douro, entre eles o Município de Vila Nova de Foz Côa.

Para Vila Nova de Foz Côa foram definidas quatro ações, que contribuem para a melhoria da mobilidade pedonal e melhoria das condições de mobilidade aos passageiros dos transportes públicos, que foram as seguintes:

- Beneficiação de percursos pedonais em Vila Nova de Foz Côa;
- Beneficiação de percursos pedonais na Touça;
- Beneficiação de percursos pedonais no Pocinho;
- Interfaces de Vila Nova de Foz Côa.

Destas ações propostas, foram candidatas em conjunto a Beneficiação de percursos pedonais na Touça e os Interfaces de Vila Nova de Foz Côa, em que a primeira já se encontra executada e a outra está em execução.

Reitera-se que a estratégia do município de Vila Nova de Foz Côa assenta numa lógica de promoção de um sistema de mobilidade atento aos atuais desafios da sustentabilidade e interoperabilidade. A criação de novas interfaces e a beneficiação de percursos pedonais constituem propostas fundamentais nesse sentido.

4.5.2. Plano de Ação de Regeneração Urbana

No âmbito do Portugal 2020 foi realizado o convite aos municípios para apresentarem a sua candidatura ao Plano de Ação de Regeneração Urbana, PARU, a fim de beneficiarem de financiamento no eixo da regeneração urbana.

Este plano visa promover o crescimento sustentável, inteligente e inclusivo do território, em linha com os objetivos da estratégia do Portugal 2020, com o Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte e ainda com as orientações definidas pelo Plano Diretor Municipal de Vila Nova de Foz Côa.

Neste âmbito e para promover a requalificação dos seus aglomerados urbanos, a Câmara Municipal procedeu à delimitação de duas Áreas de Reabilitação Urbana, a ARU de Vila Nova de Foz Côa e a ARU do Pocinho.

O Plano de Ação de Regeneração Urbana constituiu um cenário de continuidade às ações desenvolvidas pelo município no âmbito das políticas de Regeneração Urbana, reforçando a ambição de tornar o concelho atrativo, sustentável e com qualidade de vida.

Este plano teve como objetivos estratégicos, os seguintes:

- Reforçar a atratividade, por forma a captar os fluxos de visitantes atraídos pelos recursos culturais, paisagísticos e económicos que o concelho dispõe;
- Afirmar as duas Áreas de Reabilitação Urbana como produtos turísticos estratégicos do concelho com base no reforço do seu potencial;
- Dinamizar a revitalização das atividades económicas designadamente as relacionadas com o turismo cultural, o desporto e o lazer;
- Promover a dinamização económica dos centros urbanos;
- Fomentar a reabilitação das zonas centrais, onde existem melhores relações de proximidade;
- Reforçar a coesão funcional;
- Contribuir para a melhoria da qualidade de vida e equidade social numa perspetiva de desenvolvimento sustentável;
- Recuperar e reabilitar edifícios públicos ou privados, permitindo que voltem a fazer parte das vivências diárias do núcleo urbano, atrativos e participativos;
- Promover a fixação da população e a qualificação das suas vivências;
- Promover a identidade cultural como forma de afirmação urbana;
- Promover e reforçar a dimensão da requalificação do pequeno comércio.

Neste plano propôs-se realizar um conjunto de projetos que permitiam consubstanciar os objetivos estratégicos supracitados, dentro da ARU de Vila Nova de Foz Côa e a ARU do Pocinho, nomeadamente:

- *Botique Hotel/Restaurante/Wine Bar*;
- Mercado Municipal/Ninho de Empresas;
- Circuito pedonal do Pocinho: Estação do Caminho-de-ferro – Cais Fluvial.

O plano foi aprovado e foi assinado um contrato, no qual se estabeleceu um quadro de financiamento e prioridades de investimento. Neste quadro estabeleceu-se como prioridade de investimento o Novo Mercado Municipal, o qual foi aprovado e encontra-se em fase de concurso de adjudicação. Com a elaboração do PARU, o município procurou promover uma nova dinâmica urbana no concelho, valorizando socialmente e urbanisticamente o território.

4.5.3. Áreas de Reabilitação Urbana

A reabilitação de áreas urbanas degradadas é fundamental na política de ordenamento do território do município de Vila Nova de Foz Côa, sendo uma das prioridades estratégicas do executivo municipal, na medida em que é crucial salvaguardar o património e revitalizar as dinâmicas económicas e turísticas. Neste sentido, foram delimitadas quatro Áreas de Reabilitação Urbana (ARU), “que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos de utilização coletiva e dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva”⁷⁴, justificam intervenção, nomeadamente:

- ARU de Vila Nova de Foz Côa
- ARU do Pocinho

O Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro alterado pela Lei n.º 32/2012 de 14 de agosto⁷⁵, estrutura as intervenções de reabilitação com base em dois conceitos fundamentais: o conceito de ARU, cuja delimitação pelo município tem como efeito determinar a parcela territorial que justifica uma intervenção integrada no âmbito deste diploma, e o conceito de Operação de Reabilitação Urbana, ORU, correspondente à estruturação concreta das intervenções a efetuar no interior da respetiva área de reabilitação urbana. As ORU's são aprovadas através de instrumento próprio ou de plano de pormenor de reabilitação urbana.

⁷⁴ Manual de Apoio. Processos de delimitação e aprovação de Áreas de Reabilitação Urbana e de Operações de Reabilitação Urbana. pp. 3. Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (2013)

⁷⁵ Portal da Habitação

4.5.3.1. Área de Reabilitação Urbana de Vila Nova de Foz Côa

A área de reabilitação urbana proposta, com uma extensão de cerca de 43 ha, é um espaço privilegiado do ponto de vista da sua localização e relevância estratégica no contexto municipal e regional.

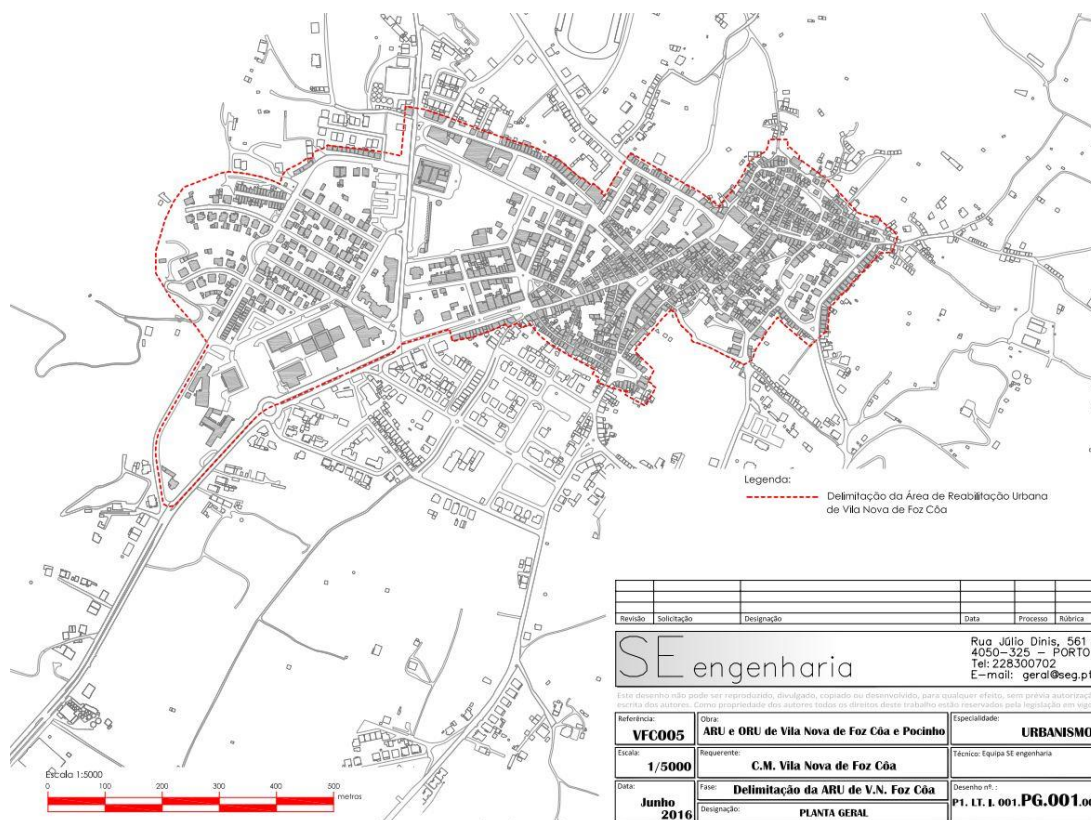


Figura 29. Delimitação da ARU de Vila Nova de Foz Côa (2016)

FONTE: Portal da Habitação (2019)

Engloba as áreas que, do ponto de vista da reabilitação e revitalização urbanas, são necessárias para atingir os objetivos pretendidos na estratégia definida pelo município no âmbito da regeneração urbana desta cidade.

Neste sentido, a intervenção tem como objetivos específicos⁷⁶:

1. *Transformar o centro urbano de Vila Nova de Foz Côa numa plataforma de promoção, suporte e acolhimento aos fluxos turísticos crescentes que demandam os sítios que integram a Lista do Património Mundial, Alto Douro Vinhateiro e Parque Arqueológico do Côa,*

⁷⁶ Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa. Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Vila Nova de Foz Côa. pp. 16-17. (junho de 2016)

2. *Recuperar e adaptar a novos usos edificações públicas/privadas, como são exemplo os edifícios do Mercado Municipal e da antiga delegação da Casa do Douro, para fins expositivos, promocionais e representativos das atividades económicas sedeadas no concelho,*
3. *Promover o processo de reabilitação e requalificação do património edificado e natural, público e privado, para criação de alojamento local de fins turísticos, e oferta de habitação e de novos espaços comerciais e de serviços;*
4. *Revalorizar os eixos comerciais já constituídos, através de medidas e programas destinados a requalificar e modernizar as unidades existentes, e a melhorar a oferta de produtos locais, designadamente na área da restauração,*
5. *Promover a qualidade da oferta de serviços de assistência e apoio aos residentes e habitantes do concelho, a sua acessibilidade a equipamentos educacionais, de saúde, culturais e desportivos e a facilidade da sua utilização,*
6. *Melhorar a mobilidade interna e externa das deslocações, a pé e mecânicas, designadamente nos sistemas de circulação, estacionamento, segurança, orientação e sinalização,*
7. *Definir um quadro de medidas de benefício/incentivo fiscal, para apoio aos proprietários na reabilitação das edificações degradadas,*
8. *Estabelecer orientações e critérios de licenciamento de obras tendo em vista a requalificação do ponto de vista urbanístico, arquitetónico e construtivo, e a eliminação gradual de incongruências e disformidades na composição urbana dos conjuntos edificados e dos arruamentos e espaços públicos,*
9. *Dotar o processo de reabilitação do centro urbano de Vila Nova de Foz Côa de um modelo de gestão dedicado, integrando as componentes de planeamento, gestão territorial, dinamização das entidades públicas e privadas, e de avaliação e monitorização de resultados.*

No âmbito da candidatura ao Programa Operacional Regional do Norte, Portugal 2020, onde foram apresentados o PARU, este Plano de Ação incluía a ARU de Foz Côa e a ARU do Pocinho, onde foi identificado a execução do investimento, referente à reconstrução e reconversão da Casa dos Almeidas.

Trata-se de um investimento ao qual foi logo de início atribuído a designação de “Foz Côa Story House”, uma vez que se pretendia que passasse a ser um imóvel que albergasse diversas atividades que no seu conjunto congregassem a/s história/s de Vila Nova de Foz Côa.

O objetivo final definido é a valorização do território de Vila Nova de Foz Côa, visando contribuir para o aumento de visibilidade e atratividade. Coim esta aposta em fatores diferenciadores e ao mesmo tempo em fatores de excelência (o vasto património arqueológico da região, a produção de vinhos, amêndoa e azeite, a exploração do xisto) a Autarquia pretende que o empreendimento seja um testemunho vivo dos saberes ancestrais transversais à totalidade da população.

A sustentabilidade do empreendimento basear-se-á em funções como Hotel Rural de 4 estrelas e Espaço Cultural, “onde se contam “as histórias” com recurso a elementos gráficos, imagens, fotografias da época, registos escritos, indumentária, objetos do dia-a-dia, do trabalho, as suas ferramentas, os produtos locais, as suas histórias, os seus conhecimentos...”

Os espaços definidos para dar suporte as atividades propostas são: o hotel rural, conta com um foyer, primeiro espaço onde o visitante tem acesso, e que se relaciona de forma direta com os espaços expositivos e de eventos; existirão outros espaços destinados à exposição e venda de produtos regionais, a sala de provas e degustação de vinhos, a restaurante com capacidade para 48 pessoas e esplanada exterior. O hotel rural terá uma capacidade de 20 camas distribuídas por 10 unidades de alojamento, contando com todas as instalações técnicas necessárias a um empreendimento que se pretende que seja de conforto e excelência.

Trata-se de um empreendimento com uma área de implantação de 719 m² e área de construção de 1799 m²; possui um orçamento de 2 033 000,00 €, sendo financiado pelo FEDER o valor de 972 000,00 €⁷⁷.

⁷⁷ Fonte: <https://cm-fozcoa.pt/index.php/centro-multimedia/arquivo-noticias/1228-casa-dos-almeidas>

4.5.3.2. Área de Reabilitação Urbana do Pocinho

O espaço delimitado nesta ARU tem vindo a ser descaracterizado, face ao abandono que sofreu, com o que a paisagem urbana e natural encontram-se em processo de desqualificação. A esta degradação do edificado acresce um foco ativo de poluição atmosférica e visual causada pela presença de uma fábrica de extração de óleos, localizada junto à margem do rio Douro.

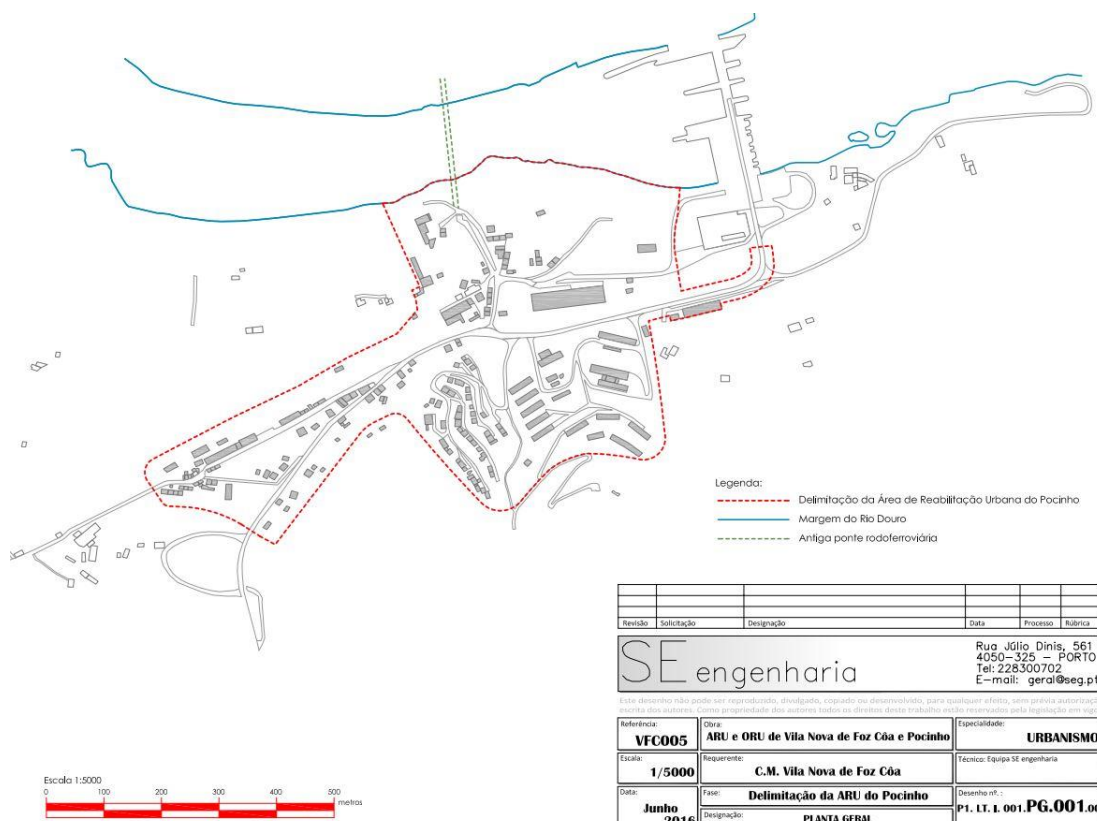


Figura 30. Delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Pocinho (2016)

FONTE: Portal da Habitação (2019)

Face ao exposto, esta área necessita urgentemente de uma estratégia de requalificação ambiental e de reabilitação do edificado que invertam a situação agora existente de degradação ambiental e perda de população.

Em face do que atrás se encontra exposto anteriormente, a criação de uma área de reabilitação urbana no Pocinho tem como objetivos estratégicos⁷⁸:

1. *Potenciar os atributos de localização estratégica na interface de importantes recursos turísticos, desportivos e culturais de nível e projeção nacional e internacional, de fluxos crescentes de visitantes e de acrescidas acessibilidades regionais, nacionais e internacionais,*
2. *Potenciar a sua posição estratégica no cruzamento de distintos e importantes vias de comunicação, renovando-se nos tempos atuais como 'porta de entrada' para o concelho de Vila Nova de Foz Côa e assim dando um forte contributo para a revalorização de outros recursos económicos e de reconhecido valor patrimonial (Museu do Côa, vilas e monumentos históricos, quintas do Douro, festividades populares, produtos regionais, etc.).*
3. *Captar novos investimentos destinados a adaptar e valorizar os recursos que foram abandonados e sofrem de crescente desqualificação, designadamente os edifícios e construções sobreviventes do encerramento do complexo ferroviário do Pocinho,*
4. *Promover a reabilitação e requalificação do tecido urbano e da paisagem urbana, no domínio ambiental - designadamente, eliminar focos de poluição ambiental -, das infraestruturas, da edificação, da revitalização das atividades económicas e do acolhimento a visitantes,*
5. *Definir um quadro de medidas de benefício/incentivo fiscal, para apoio aos proprietários na reabilitação das edificações degradadas,*
6. *Dotar o processo de reabilitação da povoação do Pocinho de um modelo de gestão focado no aproveitamento das oportunidades, na valorização dos ativos patrimoniais e na captação de investimento destinado a promover intervenções, públicas e privadas, que valorizem aquele território, integrando as componentes de planeamento, gestão territorial, e de avaliação e monitorização de resultados.*

⁷⁸ Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa. Delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Pocinho. pp. 16. (junho de 2016)

4.5.4. Dinâmica Urbanística

Para aferir a dinâmica urbanística no concelho de Vila Nova de Foz Côa nos últimos anos, num primeiro momento, recorreu-se à informação do Sistema de Indicadores de Operações Urbanísticas, SIOU, do INE, utilizando-se, para o efeito, os indicadores referentes aos edifícios licenciados e concluídos por tipo e destino de obra, assim como a superfície habitável média das divisões em construções novas para habitação familiar, entre o período de 2001 e 2017, possuindo o ano de 2015 particular importância devido ao facto de corresponder à data da 1ª revisão do PDM.

No segundo momento, relativamente à informação referente às pretensões que deram entrada nos serviços municipais, nomeadamente loteamentos, licenciamentos e obras concluídas, pretende-se aferir a sua evolução e expressão territorial.

4.5.4.1. Obras de Edificação

O Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e Demolição de Edifícios produzido pelo INE resulta num conjunto de dados relativos aos projetos de construção de edifícios, bem como na quantificação de elementos de caracterização física do edifício licenciado e concluído.

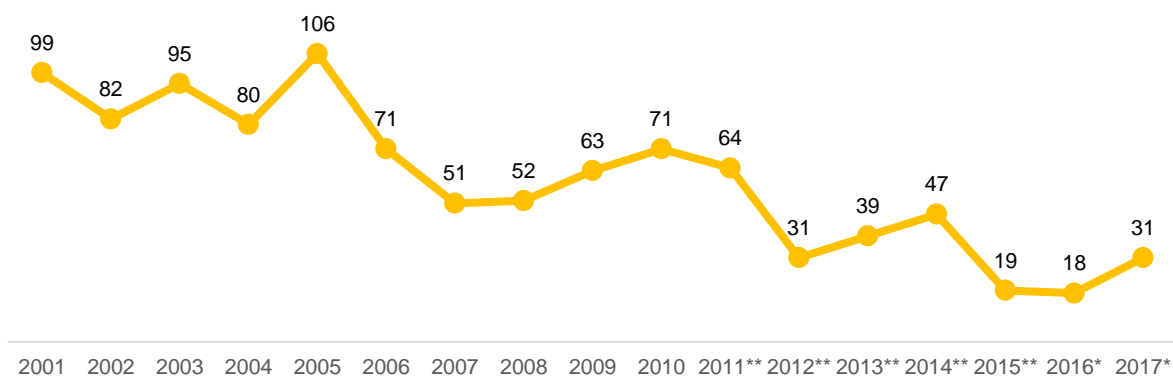


Gráfico 32. Edifícios licenciados (N.º) no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2001-2017)

FONTE: INE (2019)

(*Estimativas **Dados preliminares)

Assim, no Gráfico 32 constata-se que no período compreendido entre 2001 e 2017, foram alvo de licenciamento um total de 1 019 edifícios, o que corresponde a uma média de 64 por ano. De notar que 6,7% estão datados a partir de 2015.

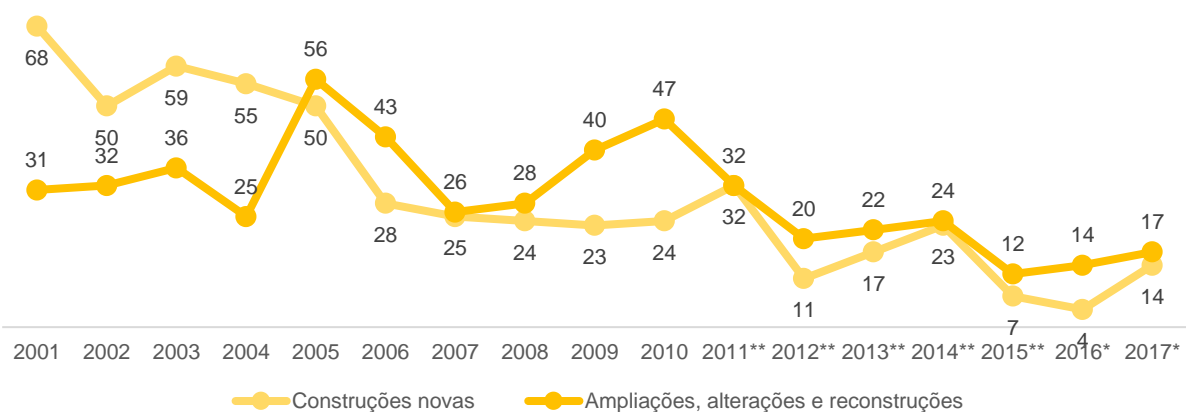


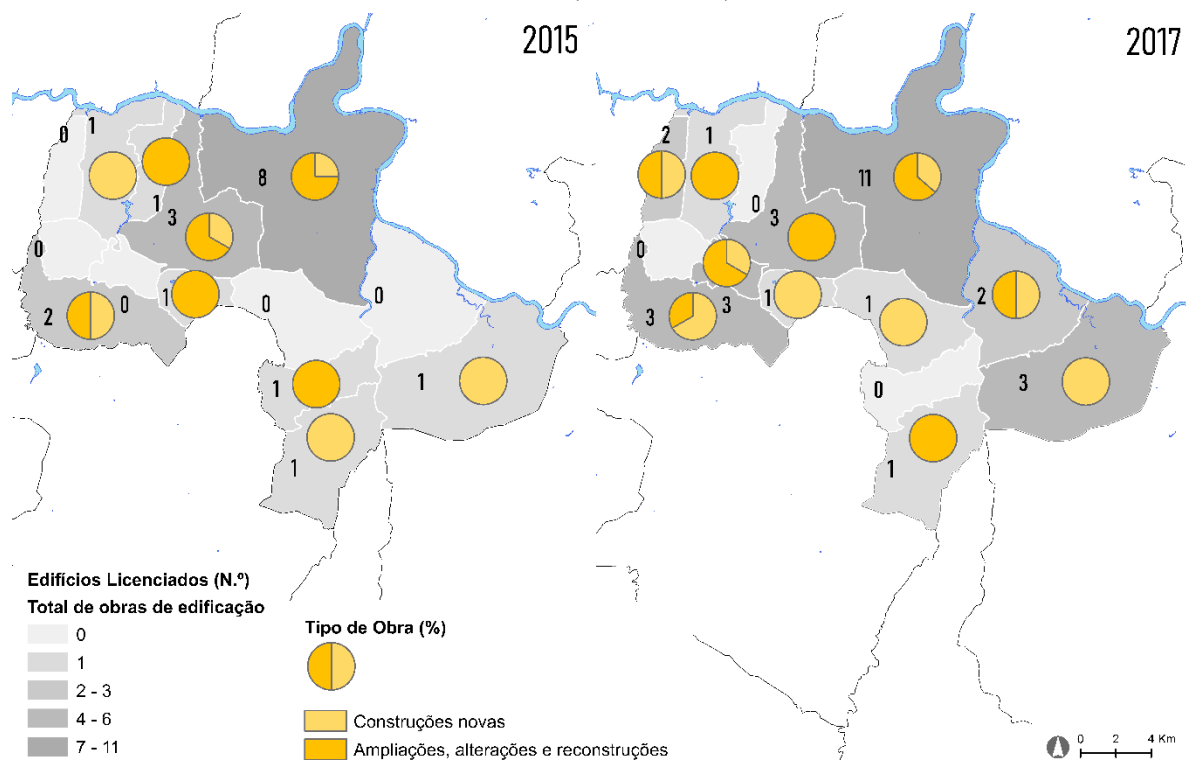
Gráfico 33. Edifícios licenciados (N.º), por tipo de obra, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2001-2017)

FONTE: INE (2019)

*Estimativas **Dados preliminares

No que respeita ao tipo de obra, o Gráfico 33 indica, de uma forma geral, que houve uma tendência de oscilação em ambas as tipologias, sendo que o intervalo balizado entre 2015 e 2017 sobressaiu pelo movimento, de aumento das obras de ampliação, alteração ou reconstrução.

Mapa 27. Edifícios licenciados (N.º), segundo o tipo de obra (%), por freguesia, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2015 e 2017*)



FONTE: INE (2019)

*Estimativas

Neste âmbito, a partir do Mapa 27 constata-se que a freguesia de Vila Nova de Foz Côa regista, em ambos os anos em representação, 2015 e 2017, o maior número de edifícios licenciados. Esta situação não será alheia ao facto de ser a área que concentra mais população no concelho.

As estimativas para 2017 indicam que as ampliações, alterações e reconstruções são o tipo de obra dominante, situação distinta da registada nas freguesias de Almendra, Cedovim, Muxagata e Vila Nova de Foz Côa.

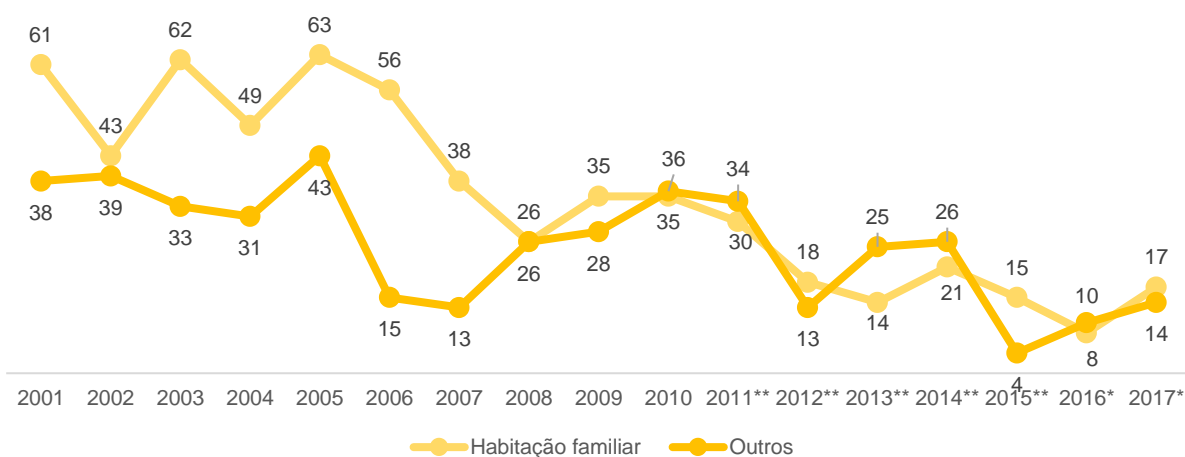


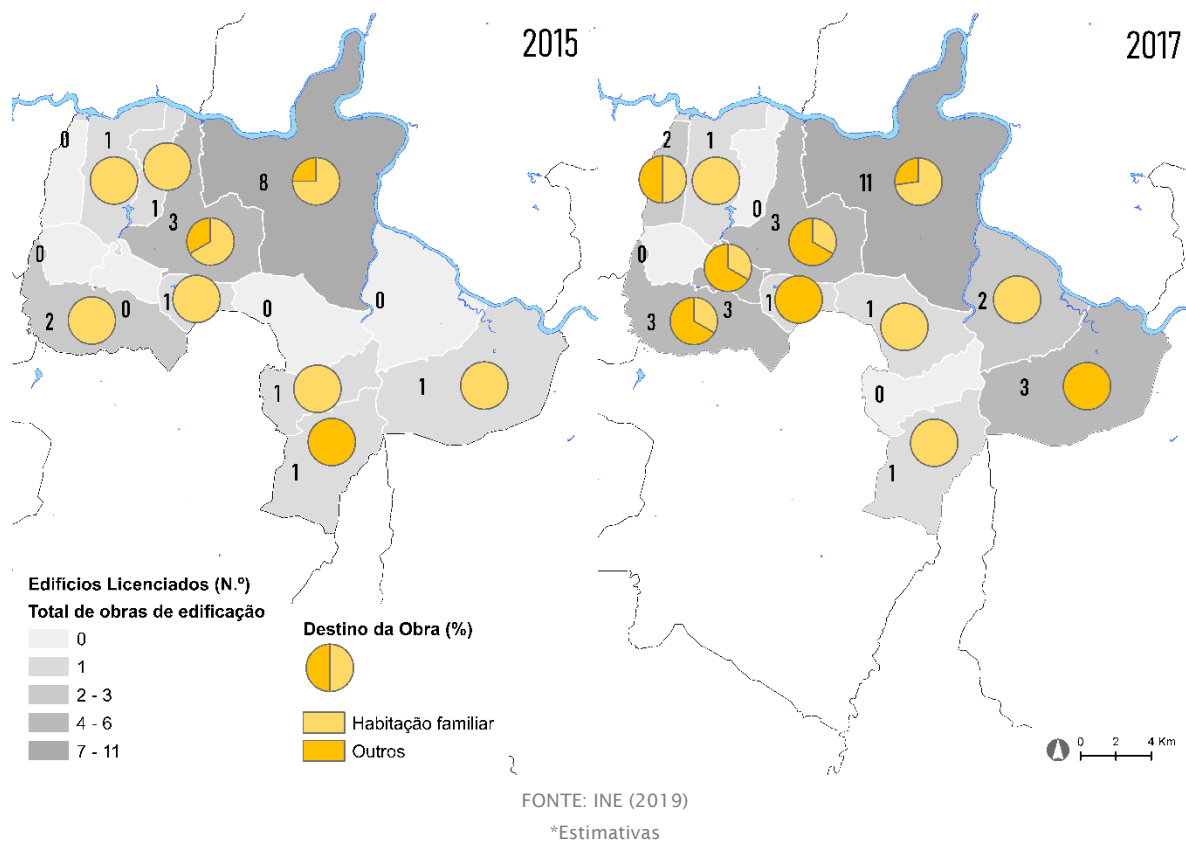
Gráfico 34. Edifícios licenciados (N.º), por destino de obra, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2001-2017)

FONTE: INE (2019)

*Estimativas **Dados preliminares

Por seu turno, o Gráfico 34 evidencia que as obras se destinam essencialmente a habitação familiar (58%), em detrimento de outros usos (42%), como são o caso da agricultura, comércio, indústria, entre outros, confirmando-se, no entanto, uma aproximação entre ambas as finalidades desde 2008.

Mapa 28. Edifícios licenciados (N.º), segundo o destino de obra (%), por freguesia, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2015 e 2017*)



Relativamente à distribuição geográfica, no Mapa 28 destaca-se também a habitação familiar como o principal destino de obra na generalidade das freguesias.

De mencionar que a existência de algumas freguesias sem registo de edifícios licenciados de outra natureza, pode indicar carência de dinamismo relativamente a obras associadas a atividades económicas.

Por sua vez, mais recentemente, o INE disponibilizou um conjunto de indicadores referentes ao ano de 2017, a propósito do Inquérito aos Projetos de Obras de Edifícios e de Demolição de Edifícios.

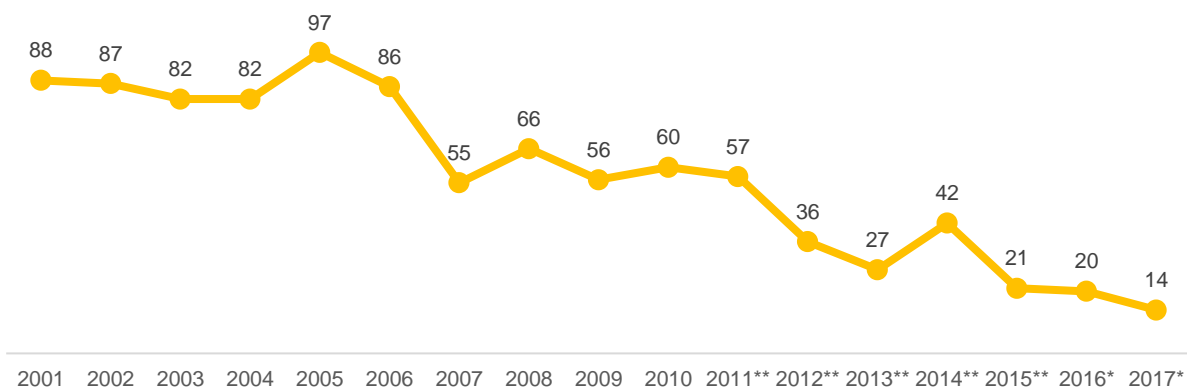


Gráfico 35. Edifícios concluídos (N.º) no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2001-2017)

FONTE: INE (2019)

*Estimativas **Dados preliminares

Relativamente ao número de edifícios concluídos, o Gráfico 35 apresenta uma redução significativa no intervalo compreendido entre 2001 e 2017. De referir que, do total de 976 edifícios contabilizados, correspondente a uma média de 61 por ano, 5,6% diz respeito ao período entre a 1.ª revisão do PDM e o ano de 2017.

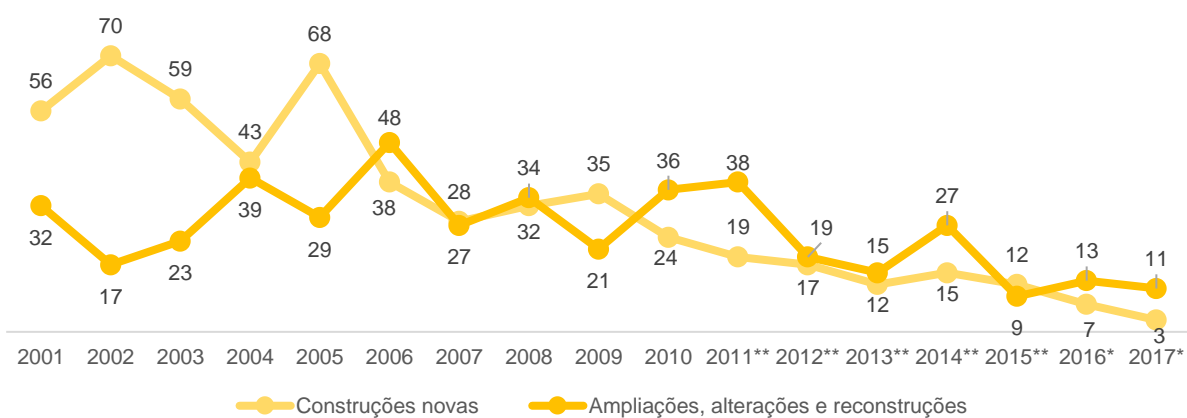


Gráfico 36. Edifícios concluídos (N.º), por tipo de obra, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2001-2017)

FONTE: INE (2019)

*Estimativas **Dados preliminares

Por seu turno, no Gráfico 36 é possível observar a evolução dos edifícios concluídos, por tipo de obra, constatando-se que a generalidade corresponde a construções novas (55,1%), ainda que a diminuição, ao longo dos anos, se tenha acentuado.

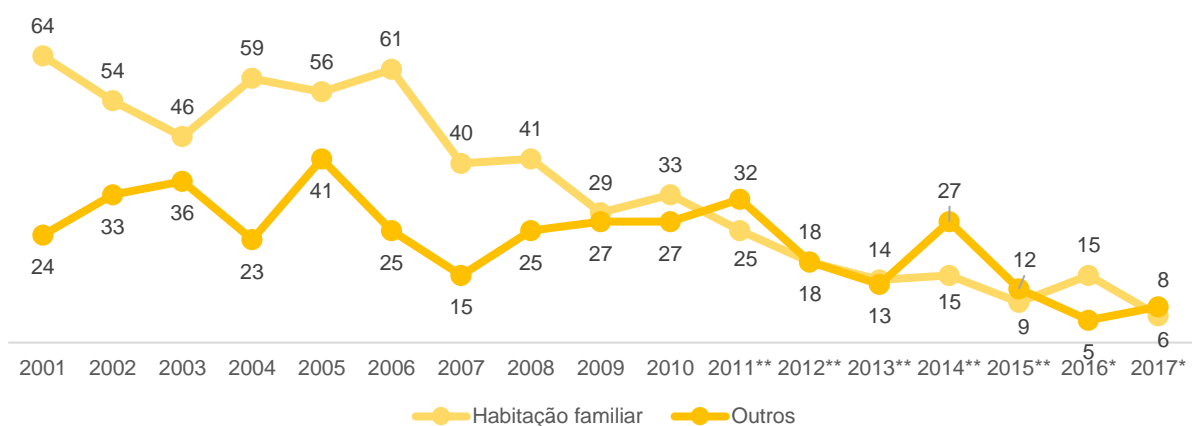


Gráfico 37. Edifícios concluídos (N.º), por destino de obra, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2001-2017)

FONTE: INE (2019)

*Estimativas **Dados preliminares

Relativamente ao destino das obras concluídas, no Gráfico 37 deteta-se o claro domínio da habitação familiar (59,9%). Note-se, no entanto, que o decréscimo ao longo dos anos se revela significativo.

Importa ainda considerar que a transformação na intervenção e apropriação do território surge da evolução da melhoria das condições de habitabilidade e de novas necessidades contemporâneas de qualidade de vida, traduzindo-se em intervenções que são tipologicamente mais variadas e apetrechadas, quer em termos de divisões, quer em termos de áreas adstritas à superfície habitacional.

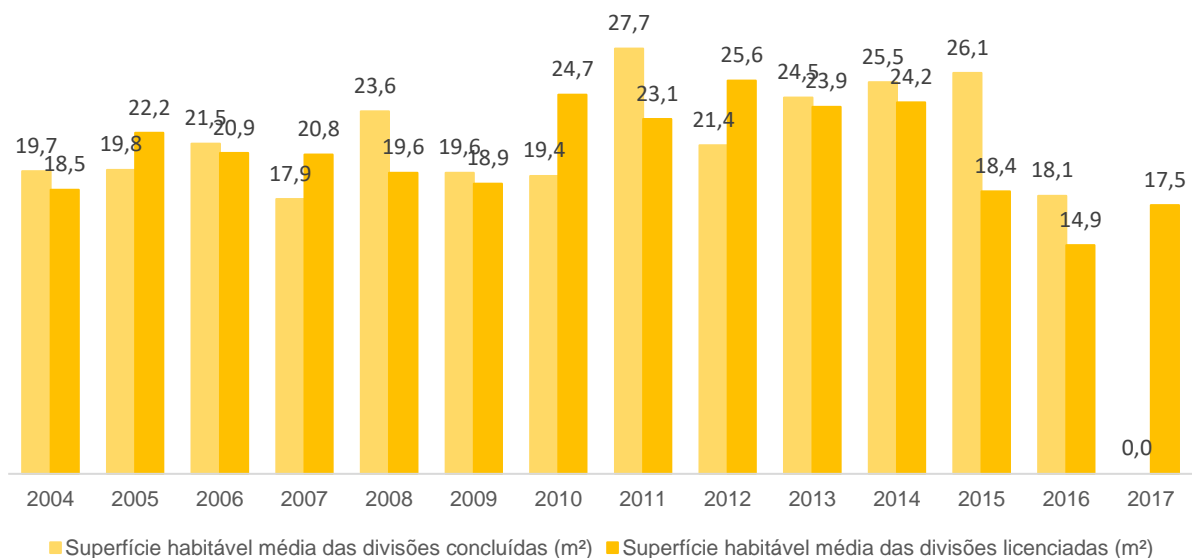


Gráfico 38. Superfície habitável média das divisões (m²) das construções novas de habitação familiar no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2004-2017)

FONTE: INE (2019)

*Dados não disponíveis, nulos ou não aplicáveis, entre 2001 e 2003, e 2017

Neste contexto, no Gráfico 38, relativamente à superfície habitável média das divisões das construções novas de habitação familiar, verifica-se que os edifícios licenciados e concluídos têm registado valores inconstantes relativamente ao tamanho das divisões, fixando-se em 2016, em 14,9 m² e 18,1 m², respetivamente.

Tabela 36. Licenciamento e conclusão de obras (2017)

Característica	Obras licenciados (N.º)	Obras concluídas (N.º)
Edifícios	31	14
Reabilitação	17	11
Construções novas	14	3
para habitação familiar	5	0
Fogos	5	0

FONTE: INE, Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios e Estatísticas das Obras Concluídas (2019)

Por fim, interessa destacar os dados definitivos mais recentes, relativos ao ano de 2017, que indicam, segundo a Tabela 36, que nas obras licenciadas e concluídas, 45% correspondem a reabilitação e 28% diz respeito a construções novas, sobretudo para habitação familiar, o que confirma a tendência das estatísticas apresentadas nos anos anteriores.

4.5.4.1. Avaliação das Pretensões Relativas a Operações Urbanísticas

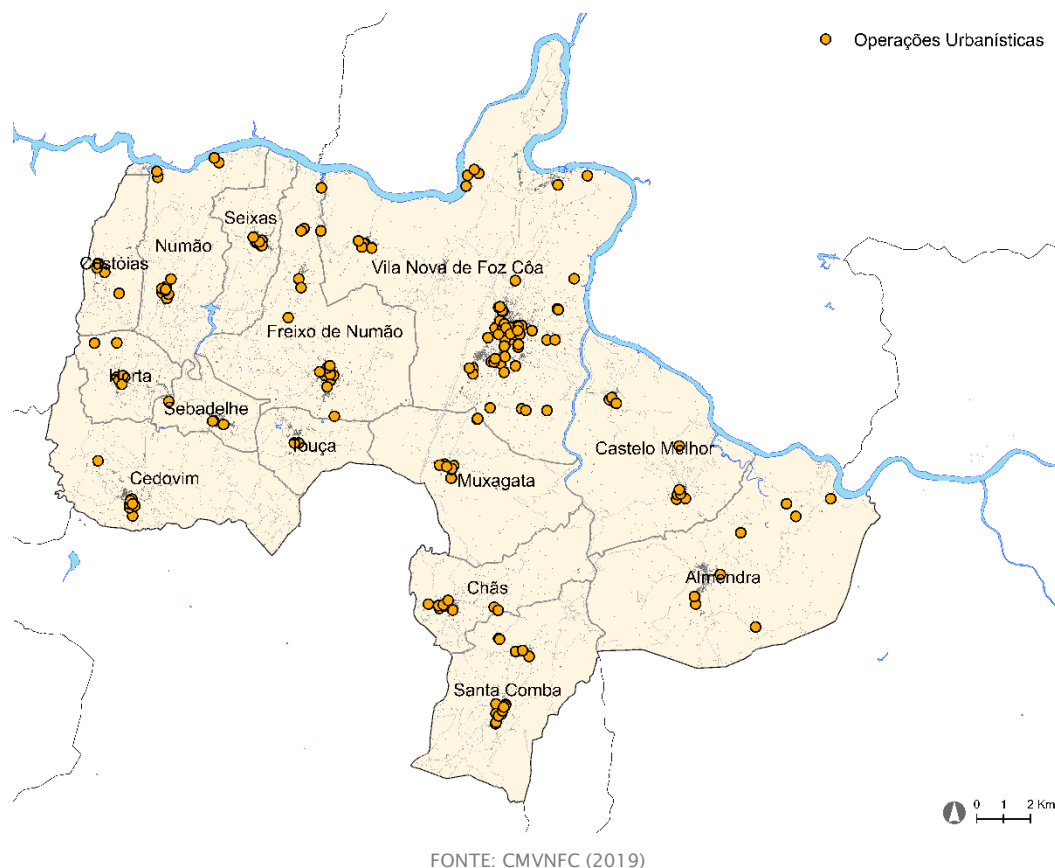
A dinâmica territorial é grandemente influenciada pelo conjunto de operações urbanísticas que, ao longo dos anos, teve incidência no concelho. Neste âmbito, a aferição destas características reveste-se de elevada importância para a compreensão dos processos edificatórios de Vila Nova de Foz Côa, uma vez que identifica os polos territoriais onde a dinâmica urbanística apresenta maior representatividade.

Nesta senda, a análise seguinte parte do tratamento dos dados do Departamento de Ordenamento do Território e Urbanismo da CMVNFC, consistindo no uso de métodos gráficos e cartográficos que consideram a distribuição temporal e espacial, respetivamente, das pretensões que deram entrada nos serviços municipais entre 2015 e 2019, nomeadamente licenciamentos e comunicações prévias.

Licenciamentos

O licenciamento é um tipo de controlo prévio aplicável à realização de obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração, conservação e demolição de imóveis.

Mapa 29. Localização das operações urbanísticas, por freguesia, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2015-2019)



FONTE: CMVNFC (2019)

No período compreendido entre 2015 e 2019 foram contabilizadas 199 operações urbanísticas, das quais, 194 das mesmas se encontram georreferenciadas, tal como é exibido no Mapa 29.

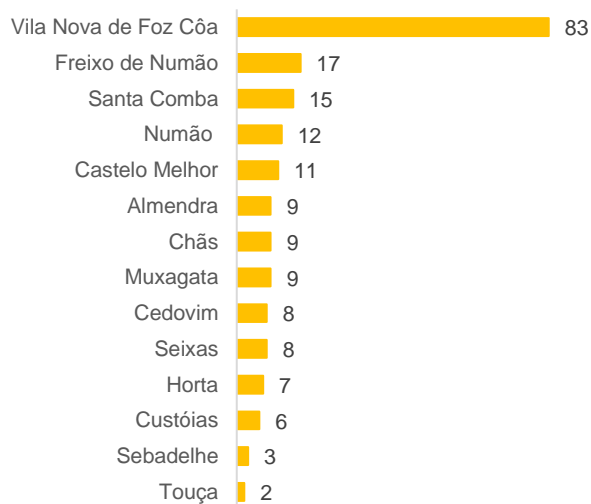


Gráfico 39. Processos/requerimentos (N.º), por freguesia, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2015-2019)

FONTE: CMVNFC (2019)

Denota-se assim, que a freguesia de Vila Nova de Foz Côa apresenta o maior número de registos, conforme o Gráfico 39 patenteia, situação que não é alheia ao facto de constituir sede de concelho e deter a porção mais elevada de população residente.

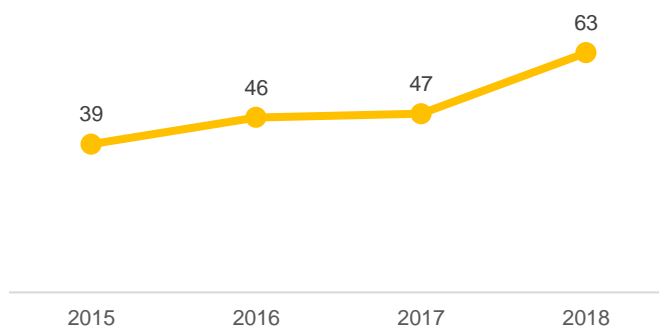


Gráfico 40. Operações urbanísticas (N.º), por ano de emissão do alvará de licença/outra tipo de procedimento, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2015-2018)

FONTE: CMVNFC (2019)

Da análise da evolução das licenças de construção emitidas, verifica-se um crescimento contínuo, tendo-se verificado, que se mantém esta tendência para o aumento do número de licenças emitidas anualmente, à semelhança do verificado no restante território nacional.

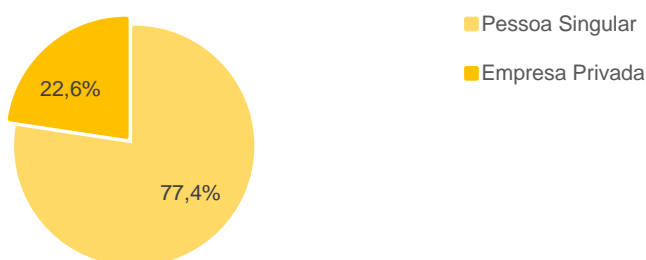


Gráfico 41. Operações urbanísticas (%), por entidade promotora, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2015-2018)

FONTE: CMVNFC (2019)

No que respeita à entidade promotora dos licenciamentos propostos, o Gráfico 41 indica que as operações são solicitadas maioritariamente por pessoa singular (91%), seguindo-se a empresa privada com uma porção reduzida (8%).

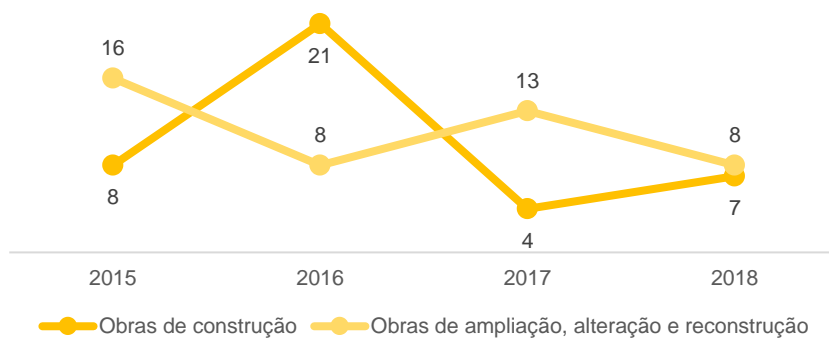


Gráfico 42. Operações urbanísticas (N.º), por tipo de obra, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2015-2018)

FONTE: CMVNFC (2019)

De resto, ao Gráfico 42 apresenta as obras de ampliação, alteração ou reconstrução, com 52,9%, como a obra dominante das operações urbanísticas. Seguem-se as obras de construção com 47,1%.

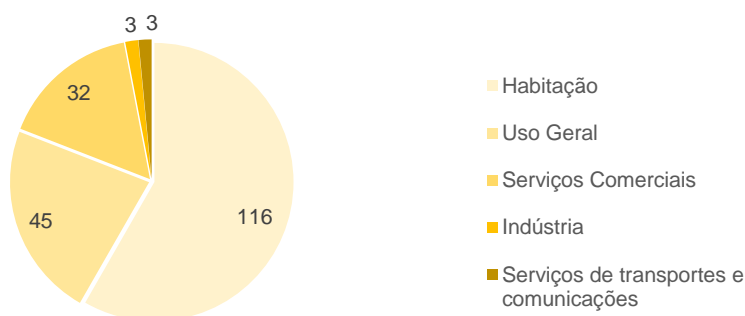


Gráfico 43. Licenciamentos propostos (%), por destino da obra, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2015-2018)

FONTE: CMVNFC (2019)

Relativamente ao destino das obras, no concelho de Vila Nova de Foz Côa domina, de forma destacada, a habitação (58,3%), tal como é exibido no Gráfico 43.

Comunicação Prévia de Obras

As comunicações prévias são um procedimento com determinadas vantagens para o requerente. Uma vez que dizem respeito a zonas onde as regras urbanísticas estão bem claras, a lei prevê que se dê entrada na Câmara Municipal com todos os projetos de especialidades e projeto de arquitetura, os documentos relativos ao construtor e ao diretor de obra e plano de segurança na obra.

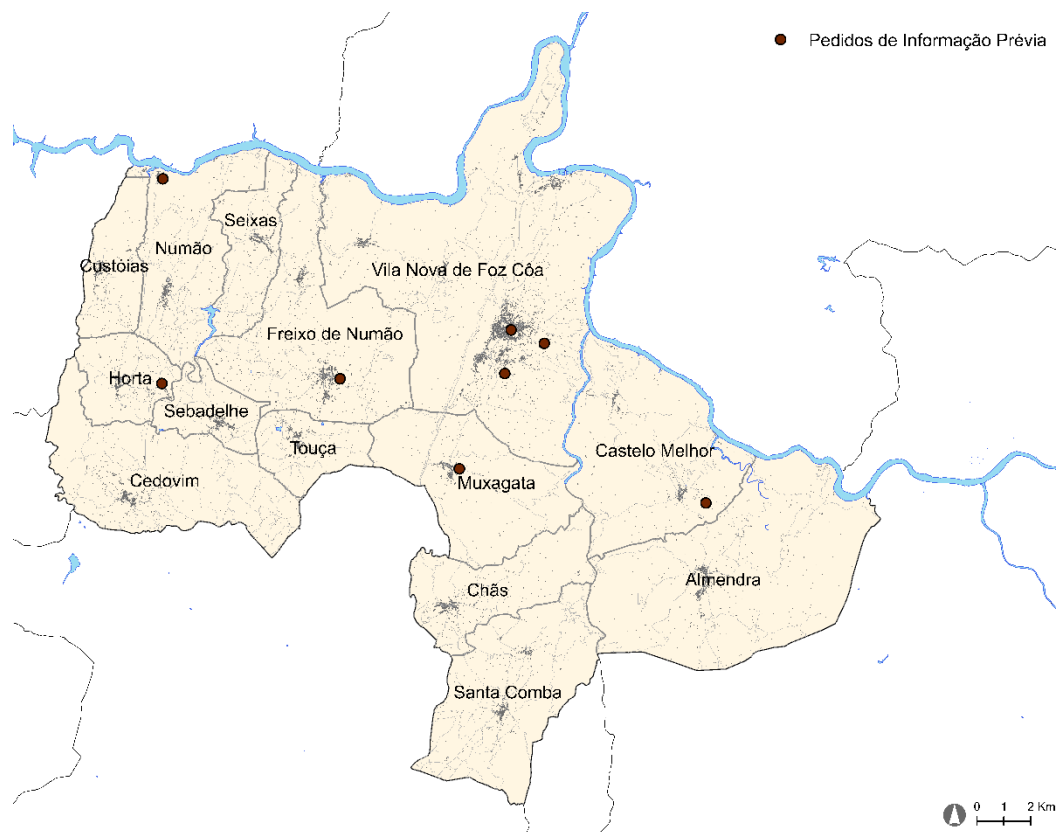
Tabela 37. Pedidos de informação prévia, por freguesia, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2015-2018)

Data do Requerimento	Freguesia	Usos	Situação
26/02/2015	Castelo Melhor	Turismo no Espaço Rural	Anulada a Pedido da requerente
08/05/2015	Muxagata	Armazém Agrícola	Aguarda elementos do requerente desde 18-08-2015
02/06/2015	Vila Nova de Foz Côa	Indústria Transformadora	Aguarda elementos do requerente desde 21-08-2015
05/10/2015	Numão	Turismo no Espaço Rural	Aguarda elementos do requerente conforme solicitado pela CCDRN - 2015/12/21
02/12/2015	Vila Nova de Foz Côa	Habitação Familiar	Parecer favorável em 14-01-2016
27/04/2017	Horta	Indústria	Aguarda elementos do requerente desde 27-06-2017
27/04/2017	Vila Nova de Foz Côa	Indústria	Aguarda elementos do requerente desde 19-06-2017
06/10/2017	Freixo de Numão	Adega	Indeferido em 08-01-2018

FONTE: CMVNFC (2019)

Por sua vez, no Mapa 30, respeitante aos pedidos de informação prévia, constata-se uma dinâmica oscilatória, e sobretudo, na sede de concelho, entre 2015 e 2017. De referir que se contabilizou um número mais reduzido no ano de 2017.

Mapa 30. Localização dos pedidos de informação prévia, por freguesia, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (2015-2018)



FONTE: CMVNFC (2019)

4.6. Nível de Execução das Intervenções previstas no PDM

No processo de revisão do PDM de Vila Nova de Foz Côa, onde consta o Relatório de Fundamentação do Plano e Programa Geral de Execução foram elencadas um conjunto de propostas e orientações, estruturadas segundo objetivos estratégicos e específicos de atuação, tendo por base a estratégia preconizada pelo município, assente nas orientações de política e sugestões operativas de estruturação espacial das condicionantes, do ordenamento e a regulamentação e gestão do uso do solo.

Portanto, pretende-se agora elencar os Objetivos do Plano e Vetores Estratégicos, elaborados em detrimento dos estudos de caracterização e diagnóstico do concelho e do estudo de orientação estratégica, evidenciados na vigente na Proposta do Plano⁷⁹. Assim, entendeu-se proceder à apreciação das intervenções de beneficiação que vão de encontro às ações previstas no PDM em vigor. Sendo que, na génese do trabalho desenvolvido no PDM, são definidas como principais objetivos:

- **Traduzir para o âmbito municipal o quadro de desenvolvimento do território** estabelecido nos instrumentos de natureza estratégica de âmbito nacional e regional (ENDS, PNPOT, PROT, PIOTADV, etc.), bem como dos instrumentos de política sectorial ou de natureza especial (PSRN2000, PBHD, PRN2000, PROF-Douro, PIOTADV, etc.);
- **Conceber um modelo de ordenamento do território municipal compatível com a estratégia e as prioridades de desenvolvimento socioeconómico preconizada pelo município**, a qual deve valorizar os principais recursos e atividades do concelho, nomeadamente o turismo as atividades agrícolas, florestais e o património;
- **Assegurar a gestão programada do território municipal**, garantindo assim a eficácia do plano no combate à dispersão urbana e no controle dos processos de edificação e de urbanização;
- **Definir a estrutura ecológica municipal**, bem como as normas e os critérios técnicos para a utilização dos solos nela incluídos;
- **Definir os princípios e os critérios da garantia da qualidade ambiental e da preservação do património cultural**, tendo em vista assegurar a sustentabilidade do território e a qualidade de vida das populações e ainda a defesa e a valorização dos valores patrimoniais;
- **Definir os princípios e os critérios técnicos para a localização de infraestruturas, equipamentos, serviços e funções urbanas**, tendo em vista a racionalização dos investimentos públicos e a garantia de uma efetiva igualdade de oportunidades das populações no acesso a estes;

⁷⁹ Relatório de Fundamentação do Plano e Programa Geral de Execução. pp. 9-10. (2015)

- **Definir os critérios de localização e distribuição das atividades industriais, turísticas, comerciais e de serviços, tendo em vista um uso adequado do solo e a salvaguarda do princípio do equilíbrio territorial;**
- **Definir os parâmetros do uso do solo e de uso e fruição do espaço público, tendo em conta as características específicas do território, o modelo de povoamento do concelho e ainda a melhoria da qualidade de vida que se pretende alcançar com a implementação do plano.**

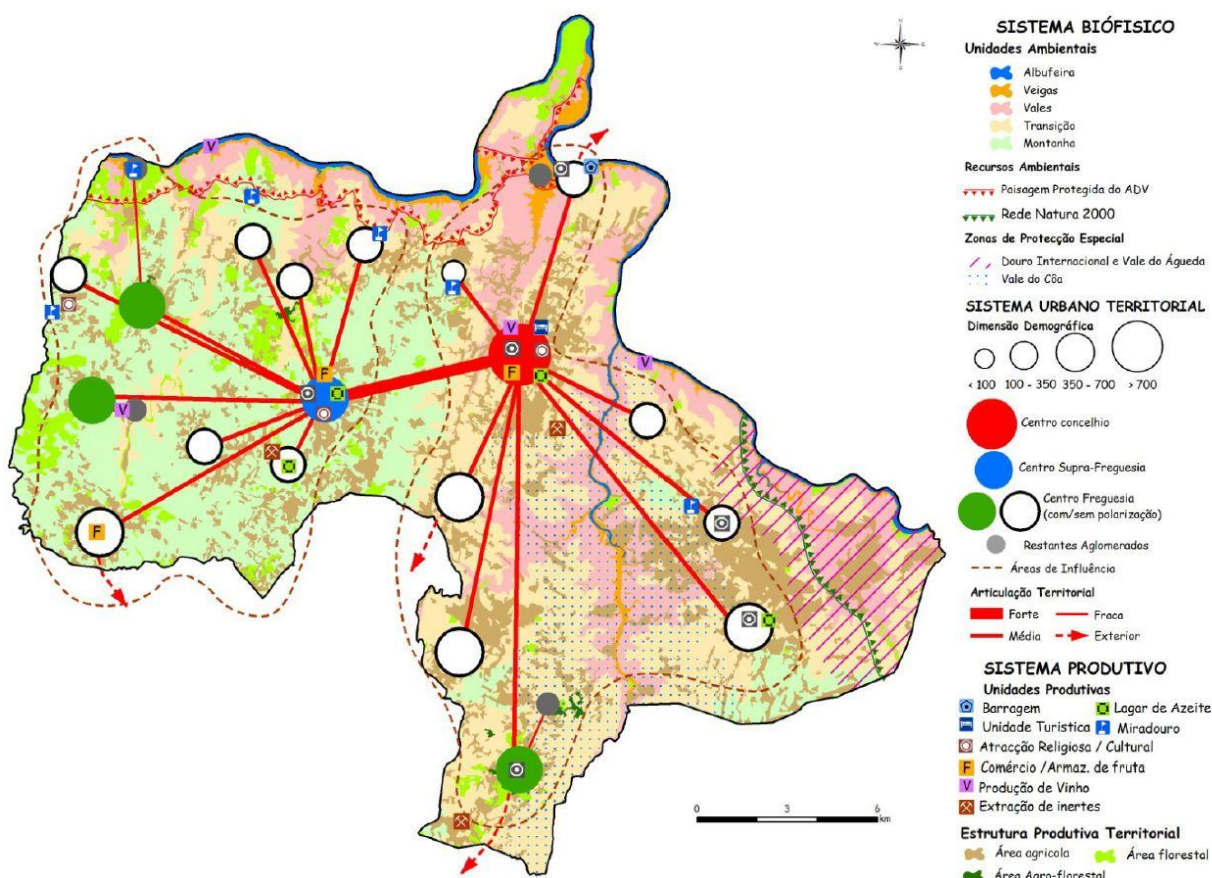


Figura 31. Modelo Territorial do concelho de Vila Nova de Foz Côa (2015)

FONTE: Relatório de Fundamentação do Plano e Programa Geral de Execução (2019)

Como grandes desafios referentes ao ordenamento do território de Vila Nova de Foz Côa, apresentam-se ainda as seguintes orientações estratégicas⁸⁰ do PDM:

- *Articulação estreita entre os objetivos específicos de desenvolvimento socioeconómico e de ordenamento físico do território;*
- *Utilização racional do recurso “território”, tendo em conta as suas características físicas, a vocação preferencial, as necessidades e expetativas locais e a compatibilização de usos possíveis;*

⁸⁰ Relatório de Fundamentação do Plano e Programa Geral de Execução. pp. 94-99 (2015)

- *Preservação e valorização dos recursos e valores naturais, numa perspetiva de desenvolvimento integrado e sustentável;*
- *Minimização dos riscos naturais e tecnológicos, prevenindo e corrigindo situações críticas (erosão, inundação, incêndio, etc.);*
- *Consolidação do modelo de povoamento concentrado, controlando os processos de urbanização difusa e da edificação dispersa;*
- *Reclassificação do solo rural em solo urbano apenas nas situações excecionais, abrangidas pela Lei, de forma a controlar o aumento significativo da capacidade edificatória na generalidade dos perímetros urbanos;*
- *Aproveitamento das redes de infraestruturas existentes, procurando potencializar e racionalizar a sua utilização e exploração;*
- *Preservação e valorização dos bens patrimoniais culturais, numa perspetiva de proteção e aproveitamento;*
- *Concertação dos interesses dos agentes e entidades envolvidas e a otimização de soluções que previnam e minimizam potenciais conflitos.*

Na elaboração deste relatório, consideramos assim importante compreender por linhas estratégicas e eixos de intervenção as ações que advêm dos objetivos gerais do PDM, para um desenvolvimento territorial com níveis reforçados de competitividade, coesão e sustentabilidade.

Tabela 38. Listagem Síntese da Programação dos Equipamentos e Infraestruturas (2015)

Projetos	Custo Referência	Comparticipação Externa	2014	2015	2016	2017	2018-2023
Centro de Alto Rendimento do Remo – CAR (2.ª fase)	1.500.000 €	POVT 85%					
Reparação da cobertura do Gimnodesportivo	36.000 €						
Estudos prévios p/ implementação do Parque Temático do Paleolítico	95.940,00 €						
Requalificação dos balneários e zona exterior de estar das Piscinas Descobertas	150.000 €	85%					
Requalificação da Estrada do Poio	200.000,00 €						
Estudos e Projetos para o novo Centro de Saúde de Vila Nova de Foz Côa	1.000.000,00 €						
Estudos para implementação de sistemas de Eficiência Energética em equipamentos municipais (Pavilhão Gimnodesportivo e Piscinas Cobertas)	56.000,00 €	70%					
Implementação de sistemas de URE (utilização racional de energia) e EEA (eficiência energética ambiental) no Pavilhão Gimnodesportivo e Piscinas cobertas	81.670,00 €	70%					
Ampliação da Zona Industrial	n/d	n/d	n/d				
Continuação da requalificação das infraestruturas urbanas nos arruamentos adjacentes ao perímetro de “Regeneração Urbana”	500.000,00 €						
Requalificação do Mercado Municipal	250.000,00 €						
Total	3.869.610,00 €						

FONTE: Relatório de Fundamentação do Plano e Programa Geral de Execução (2019)

Com o sentido de se efetuar a avaliação aos níveis de execução do PDM em vigor, considerou-se a realização ou o apoio à realização das ações propostas no Relatório Ambiental e no Relatório do Plano, entre outras que demonstraram ser igualmente convenientes e oportunas pela sua execução ou concretização, como elencado na Tabela 38 da programação de intervenções e beneficiação dos equipamentos e infraestruturas do concelho de Vila Nova de Foz Côa.

Tabela 39. Visão prospetiva e estratégica do PDM em vigor de Vila Nova de Foz Côa (2015)

Opções Estratégicas	Objetivos Específicos	Natureza das Intervenções (Ações, Projetos e Orientações Regulamentares)
UM TERRITÓRIO MAIS ATRATIVO E ORDENADO	<p>1. Redefinição do regime de uso do solo do PDM, adequando-o a novas realidades do sistema socioeconómico:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ reestruturando e requalificando os perímetros urbanos da sede do concelho e dos polos secundários, contendo e disciplinando a expansão urbana e a edificação fora dos perímetros urbanos e compatibilizando os diferentes usos do solo rural;▪ reforçando o papel da sede do concelho garantindo para o efeito áreas de expansão urbana e reforço da sua centralidade.▪ criando condições para a instalação de equipamentos de âmbito regional/nacional e fomentando as sinergias emergentes decorrentes da abertura do Museu do Côa, da ampliação e requalificação do Cais do Pocinho e da abertura do Centro de alto Rendimento do Remo	<p>Ações e Projetos</p> <p>Ampliação ou reconfiguração dos perímetros urbanos com base na pressão construtiva, áreas expectantes, mercado de solos e projeções demográficas.</p> <p>Manutenção do atual estatuto de solo urbano através da execução de correções e ajustamentos dos limites dos perímetros, quando se verificam erros no atual plano devido a deficiência da cartografia então utilizada.</p> <p>Programação da urbanização das áreas de expansão através da delimitação de UOPG e da definição dos usos dominantes e parâmetros urbanísticos.</p> <p>Condicionamento da edificação em solos rurais, através do aumento das parcelas mínimas e da redefinição dos parâmetros urbanísticos.</p> <p>Definição de um modelo de ordenamento e de um regime de uso do solo rural que contribuam para a preservação dos espaços agrícolas e da paisagem tradicional.</p> <p>Construção do centro de Saúde de Vila Nova de Foz Côa</p> <p>Ampliação da Zona industrial;</p> <p>Desenvolvimento de estudos para a implementação do futuro Parque Temático dedicado à história do Homem desde o Paleolítico, como um fator decisivo para a promoção do concelho no exterior.</p> <p>Construção de um Centro de Dia para a 3.ª Idade no Centro Histórico;</p> <p>Revitalização do mercado municipal.</p> <p><u>Orientações Regulamentares</u></p> <p>Modelo de desenvolvimento multipolar devidamente hierarquizado: Definição de uma hierarquia de aglomerados urbanos, a que correspondam propostas regulamentares diferentes e distintos níveis de investimento em equipamentos de serviços públicos e de infraestruturas internas nos aglomerados.</p> <p>Adequação da disponibilização de solo urbano às necessidades efetivas: A reclassificação do solo como solo urbano tem carácter excecional, sendo obrigatoriamente seguida sempre de propostas de qualificação urbanística do mesmo.</p> <p>Manutenção da edificação mesmo em situação de incompatibilidade: Manutenção da situação de ocupação atual, assegurando o direito a ações e intervenções de conservação, desde que não agravem eventuais desconformidades, mas impedindo ampliações significativas.</p>
	<p>2. Completar e articular as redes de equipamentos e infraestruturas:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ reforçando o papel e as funções da sede do concelho e dos polos urbanos secundários reordenando e requalificando as redes de infraestruturas básicas, de equipamentos coletivos e a rede viária concelhia;	<p>Ações e Projetos</p> <p>Propostas de requalificação das redes de infraestruturas urbanas em alguns aglomerados principais, sobretudo ao nível da remodelação dos órgãos de tratamento de água residuais domésticas.</p> <p>Propostas de beneficiação de estradas de comunicação intraconcelhia (Desenvolvimento da Ligação rodoviária Foz Côa- Barca d'Alva).</p> <p>Construção de casas mortuárias em vários aglomerados urbanos.</p> <p><u>Orientações Regulamentares</u></p> <p>Modelo de desenvolvimento multipolar devidamente hierarquizado, definindo-se uma hierarquia de aglomerados urbanos, a que correspondam propostas regulamentares diferentes e distintos níveis de investimento em equipamentos de serviços públicos e de infraestruturas internas nos aglomerados.</p> <p>Racionalização na utilização das infraestruturas através da concentração da capacidade edificatória nos terrenos já infraestruturados.</p>

Opções Estratégicas	Objetivos Específicos	Natureza das Intervenções (Ações, Projetos e Orientações Regulamentares)
UM TERRITÓRIO MAIS SUSTENTÁVEL E COM QUALIDADE DE VIDA	3. Definir mecanismos de equilíbrio e salvaguarda ambiental , com a finalidade de preservar e valorizar o património natural e cultural a biodiversidade, utilizar de modo sustentável os recursos e prevenir os riscos naturais (inundação, incêndio, etc.), e patrimonial , através do aprofundamento da inventariação e divulgação dos elementos paisagísticos, patrimoniais e a definição de medidas ou instrumentos que enquadrem e viabilizem a sua proteção, valorização e requalificação	<p>Ações e Projetos</p> <p>Definição de mecanismos de preservação e de medidas de recuperação dos sistemas fundamentais (cabecos, zonas húmidas, áreas declivosas).</p> <p>Definição de mecanismos de proteção de solos de elevada aptidão agrícola (solos de RAN).</p> <p>Delimitação das áreas de risco (incêndio, erosão, inundação, e definição das medidas de proteção).</p> <p>Classificação, identificação em planta e proteção/valorização dos valores patrimoniais concelhios mais relevantes.</p> <p>Delimitação dos componentes urbanos e rurais da Estrutura Ecológica Municipal e definição do respetivo regime.</p> <p>Manutenção/recuperação da drenagem natural das linhas de água em espaços urbanos.</p> <p>Orientações Regulamentares</p> <p>Melhoria da qualidade ambiental: Identificação e definição das regras urbanísticas associadas à estrutura ecológica urbana, espaços sem capacidade edificatória mas indispensáveis ao equilíbrio e valorização ambiental do solo urbano, nomeadamente áreas verdes e de utilização coletiva, áreas verdes e de proteção e salvaguarda, e áreas verdes de enquadramento; Assegurar em termos de disposições regulamentares que todos os processos de edificação em solo rural sejam efetuados com plenas condições de sistemas de saneamento básico que assegurem a proteção do ambiente e o correto tratamento de efluentes; Assegurar, por parte das instalações agroindustriais que se venham a implantar em solo rural, o assegurar de todos os dispositivos necessários à correta proteção do ambiente.</p> <p>Adoção de medidas de proteção e valorização ambiental, e de salvaguarda dos ecossistemas e da intensificação dos processos biofísicos através da definição de regras para a proibição das atividades agropecuárias intensivas que se traduzam em potencial fonte poluidora de recursos hídricos junto destes (utilização da qualificação de solos para este fim como meio de diminuir o impacto poluidor de atividades agrícolas, interpondo entre estas e os recursos hídricos a floresta como uso dominante.</p> <p>Adoção de medidas regulamentares de proteção e salvaguarda patrimonial, tanto para o património classificado, como para os sítios inventariados e o património não classificado.</p>
	4. Estruturar áreas desarticuladas / identificar áreas–problema , criando condições para a promoção e dinamização das atividades económicas de base territorial, nomeadamente a vitivinicultura e o turismo, bem como as atividades transformadoras suportadas nos recursos locais.	<p>Ações e Projetos</p> <p>Definição de um regime de uso do solo rural que permita a instalação de unidades vitivinícolas (adegas e armazéns) ou ampliação dos existentes.</p> <p>Desenvolvimento de caminhos de elevado valor turístico e paisagístico (pedonais e rodoviários).</p> <p>Orientações Regulamentares</p> <p>Definição de um modelo de ordenamento e de um regime de uso do solo que permitam acomodar as intenções e projetos de construção de unidades turísticas, previstos e potenciais.</p> <p>Definição de um modelo de ordenamento e de um regime de uso do solo que permitam acomodar atividades e projetos empresariais de base territorial (indústrias agroflorestais, energias renováveis, recreio e lazer, etc.).</p>

FONTE: Relatório de Fundamentação do Plano e Programa Geral de Execução (2019)

5. CONCLUSÕES E LINHAS DE ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS DE DESENVOLVIMENTO

O presente Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território de Vila Nova de Foz Côa incide sobre um período marcado por acentuadas transformações, quer do ponto de vista da evolução socioeconómica ocorrida no país, quer no plano das políticas urbanas. Este facto gerou algumas alterações profundas quanto às várias propostas e perspetivas contidas no PDM, pelo que urge definir novas estratégias, aproveitando o seu potencial natural, cultural e económico.

A evolução ocorrida no período de vigência do Plano, embora tenham decorrido apenas quatro anos de execução e monitorização do mesmo, e da avaliação efetuada ressalta a necessidade de manter o desenvolvimento das medidas com vista a atingir os seus objetivos estratégicos.

Em conclusão, são de seguida apresentadas opções estratégicas, acompanhadas pela definição de opções territoriais estruturantes, nas áreas da sustentabilidade ambiental, reequilíbrio territorial, estruturação urbana, turismo, património histórico-cultural e transportes e logística, as quais devem ser consideradas no contexto da proposta de ordenamento e das respetivas orientações para a gestão do território.

Vila Nova de Foz Côa tem enfrentado, nos últimos anos, um processo de diminuição progressiva do número de habitantes, em todas as freguesias do concelho, mantendo a tendência de decréscimo populacional, o que é indiciador de uma continuidade recessiva que atinge grande parte dos concelhos do interior do país, ao longo das últimas décadas. Apesar de uma generalizada perda de população, sobressai, pois, o despovoamento rural e uma tendência para a concentração urbana.

Além disso, o aumento da esperança média de vida e a diminuição da taxa de natalidade, propiciam uma consequente estrutura demográfica envelhecida, que se reflete nos elevados índices de envelhecimento e dependência de idosos, dificultando a renovação das gerações e o dinamismo do território fozcoense. Por isso, um dos maiores desafios está relacionado precisamente com as dinâmicas demográficas, uma vez que o progressivo envelhecimento da população parece ser um dado adquirido e acompanha, portanto, a tendência que se vem verificando no todo nacional.

Atualmente o desafio prende-se com a promoção de uma vida digna, autónoma e saudável nas idades mais avançadas, pelo que se deve pensar na população mais idosa como ativo da comunidade e não como um peso para a sociedade, nomeadamente através do voluntariado dos idosos e da promoção de atividades intergeracionais, promovendo a qualidade de vida, e minimizar os riscos de isolamento social e a fraca mobilidade.

A população residente apresenta baixos níveis de formação e qualificação quando comparada com a realidade regional e nacional, sendo que, mais de metade da população apenas frequentou o 1º Ciclo do Ensino Básico. Todavia, regista-se uma tendência positiva de melhoria da qualificação dos residentes ao longo dos últimos anos. Este cenário reflete-se na dificuldade dos territórios do interior do país, onde se insere Vila Nova de Foz Côa, em fixar recursos humanos qualificados.

Do ponto de vista do desenvolvimento socioeconómico, a questão central prende-se fundamentalmente com a dificuldade em gerar riqueza e emprego, criando e captando valor. Decorrente da estrutura empresarial pouco diversificada e capacitada, e uma demografia empresarial marcada por uma reduzida capacidade de inovação, e uma mão-de-obra com baixas qualificações.

Contudo, salienta-se que, um progressivo relacionamento entre o Ensino Superior e o tecido empresarial local, demonstram ser fatores determinantes para o surgimento de novas dinâmicas de clusterização, tendo como exemplo, o Cluster da Pedra Natural e o Cluster dos Vinhos da Região do Douro.

A valorização do turismo de natureza na sua estreita relação com as paisagens protegidas locais (Alto Douro Vinhateiro, entre outros), que são o “ex-líbris” desta região alto-duriense, ocasiona o incremento da atividade vitivinícola no Douro Superior, como pilar económico, no desenvolvimento do concelho e da região, apostando no fomento de um produto de excelência, o que contribui para a afirmação da cidade como “Capital do Douro Superior” e divulgar esta sub-região com a organização do Festival do Vinho do Douro Superior no ExpoCôa - Centro de Exposições de Vila Nova de Foz Côa, enquanto mostra de produtos alimentares típicos da região, tais como, o azeite, queijos, enchidos, doces e compotas, mas também a amêndoa e seus derivados.

Perante este contexto, será necessário estimular o espírito e a cultura empreendedora, fomentando dinâmicas orientadas para o apoio à geração de novas iniciativas empresariais, bem como a valorização dos recursos endógenos geradora de riqueza, para a criação de mais e melhor emprego em Vila Nova de Foz Côa, condições fundamentais para fixar e atrair população, aumentar rendimentos, elevar a oferta de qualidade de vida e, desta forma, quebrar o processo de abandono e desvitalização que o Concelho vem progressivamente registando.

De uma forma geral, a imagem e as perceções ao Interior de Portugal, encontram-se muito desajustadas relativamente ao seu real valor, à qualidade dos recursos e ofertas destes territórios. Assim, reconhece-se a necessidade de aumentar a capacidade de atração e fixação da população, através da garantia do acesso à prestação de serviços de qualidade, afirmando e consolidando uma nova competitividade pela captação de investimentos e de empresas, pela fixação e atração de residentes e de talento, por mais visitantes e turistas, pela instalação de instituições e realização de eventos.

Neste sentido, a atração e fixação da população, especialmente dos jovens e ativos, para os territórios em perda deve ser um dos reptos. A inversão deste panorama está dependente do papel proativo no desenvolvimento de atividades económicas que permitam reduzir o ciclo de saída e que, todavia, são fundamentais para compreender e ultrapassar estas realidades locais/regionais.

Trata-se de promover uma política municipal ativa de promoção de habitação que permita fixar a população natural do concelho, atrair novos residentes e corrigir as assimetrias, promovendo a coesão do território e a dinamização económica dos centros tradicionais, onde se constata uma dinâmica de regressão demográfica.

Atente-se ainda que os alojamentos de uso sazonal ou secundário contabilizaram um incremento significativo, o que reforça a crescente atratividade do concelho de Vila Nova de Foz Côa. Este poderá ser um aspeto importante a considerar na estratégia turística. Aliás, a promoção de turismo nas aldeias do concelho pode constituir-se uma oportunidade para assegurar o dinamismo destes lugares compostos por um número reduzido de habitantes.

Outro parâmetro a ter em atenção deverá ser a melhoria da mobilidade intraconcelhia e transfronteiriça. Fatores como a altimetria e o modelo disperso de povoamento condicionam a implementação de intervenções significativas ao nível do transporte, mas o transporte de passageiros flexível poderá ter muita relevância em territórios como o de Vila Nova de Foz Côa, na medida em que constitui uma oportunidade de melhor operacionalização do sistema, colmatando limitações no transporte público convencional, sobretudo em áreas mais isoladas e de menor procura.

Na matéria da mobilidade, garantir a recuperação e reconversão da rede ferroviária e articulação da rede rodoviária municipal com as intervenções programadas ao nível da requalificação da rede rodoviária nacional e regional e equacionar soluções alternativas, para o transporte público para os aglomerados em áreas de baixa densidade, fomentará a intermodalidade rodoferroviária e melhorar os serviços de transporte urbano das cidades de Vila Nova de Foz Côa e Freixo de Numão, essencialmente.

Os territórios transfronteiriços apresentam vulnerabilidades socioeconómicas específicas bem como défices de competitividade, persiste esbater o efeito fronteira e reforçar as relações transfronteiriças. Entende-se, por isso, como desafio estratégico a cooperação transfronteiriça – Mercado Ibérico - que vise favorecer a coesão territorial, através da adoção de novas estruturas de articulação e cooperação, com o estimular da competitividade económica dos espaços de fronteira a partir do aproveitamento dos valores naturais, patrimoniais e culturais, partilhados entre Portugal e Espanha, existentes, designadamente, na bacia hidrográfica do Douro.

A reposição da travessia ferroviária entre as duas margens do rio e o consequente desenvolvimento da região, alvo de encerramentos e de reconversões, nomeadamente de obras de duplicação e eletrificação da via, supressão de passagens de nível e intervenções nas estações e apeadeiro, reforça a importância da reestruturação e reativação das redes, e o investimento na Linha Ferroviária do Douro, nomeadamente no âmbito da sua total eletrificação, na eliminação de passagens de nível para além da intervenção no troço Pocinho-Barca D’Alva, e sua continuação para Salamanca, onde já existe estação de Alta Velocidade.

No contexto económico, patenteiam-se algumas fragilidades quando comparado com a realidade da população ativa e respetiva taxa de atividade da Região Norte, evidenciando maiores discrepâncias ainda em relação à média nacional. Contudo, face ao exposto a taxa de desemprego apresenta valores inferiores à média regional e nacional. O ganho médio mensal é ligeiramente inferior no concelho, assim como o poder de compra. O crescente volume de negócios é mais acentuado, e o tecido empresarial acompanha a tendência de Portugal com o predomínio de empresas de dimensões reduzidas.

Desta forma, em termos de dinamismo económico do concelho, constituem-se como áreas chave o comércio/serviços e as indústrias extrativas, juntamente com o setor primário e o turismo. Posto isto, salienta-se que o setor primário ocupa um lugar de relevo na economia de Vila Nova de Foz Côa, que resulta da tradição histórica de dedicação à atividade agrícola, visto que, as condições físicas favorecem esta predominância, para além, da extração de inertes, como os granitos para fins industriais, de xistos para a produção de esteios, para vinhas e pedras ornamentais para a construção e de quartzo e feldspato para a indústria cerâmica.

De salientar, que a proliferação da prospeção, pesquisa e exploração de pedreiras, tem demonstrado que o mercado tem revelado aptidão para absorver novos tipos de rochas ornamentais. O que poderá servir de estilo e marca de uma região que, para se afirmar com qualidade, deverá otimizar todos os seus recursos. Urge efetuar para o local um reconhecimento geológico detalhado das reservas, da qualidade, das características físicas, mecânicas e de alterabilidade e, consequentemente um plano de lavra adequado, de modo a otimizar a exploração e a torná-la compatível com eventuais impactos ambientais

A exploração de granitos, quer para fins industriais, quer ornamentais, tem ainda grande potencial e deverá ser feita por forma a garantir as melhores técnicas de exploração e transformação, em áreas licenciadas para o efeito, enquanto principal fator de desenvolvimento e criação de emprego, com uma importância geoestratégica cada vez mais acentuada numa economia global marcada pela crescente procura das matérias-primas.

Acredita-se que o grande incremento de aplicação ainda estará para acontecer, sendo de acautelar a gestão da exploração dos recursos geológicos, apresentando dados e propostas para valorizar ainda mais um recurso geológico que se entende de grande potencial e mais-valia para o enriquecimento do concelho de Vila Nova de Foz Côa. Ressalvando, que se deve promover o ordenamento da indústria extrativa e transformadora, o conhecimento científico dos locais e pontos com especial incidência na população escolar.

O território de Vila Nova de Foz Côa, em resultado dos usos do solo, das práticas de ordenamento, das atividades económicas dominantes, e da evolução demográfica, assegura uma maior preservação dos ecossistemas naturais, que lhe são particularmente ricos e característicos. A importância destes ativos territoriais em termos de património cultural e turístico, através das suas especificidades e valorização identitária, afirma o território num contexto de valorização, salvaguarda e promoção da natureza, como modelo de boas práticas ambientais e desenvolvimento sustentável.

De igual modo, potenciar a conservação dos valores naturais é hoje indissociável da presença humana e do desenvolvimento sustentável e prosperidade económica das populações, o que confere valor aos ativos patrimoniais históricos, arquitetónicos, arqueológicos e simbólicos do Concelho.

No âmbito do turismo, enquanto atividade económica, ao longo dos anos, Vila Nova de Foz Côa, tem assumido destaque como destino turístico, pelo seu património ambiental e arqueológico existente, associado ao Alto Douro Vinhateiro e o Parque Arqueológico do Vale do Côa, Património Mundial da Humanidade e Património Mundial da UNESCO, respetivamente, aspetos diferenciadores que constituem, por isso, um vetor importante de promoção e consolidação da competitividade concelhia.

A salvaguarda e valorização do Património Arqueológico do Côa aprofunda as oportunidades de desenvolvimento turístico no concelho, tendo por base a sua riqueza ambiental, paisagística e cultural, e incorporação dos Sítios de Arte Rupestre do Côa num plano mais internacional, contribuindo também para a sua integração do património concelhio na(s) rede(s) de monumentos, conjuntos urbanos e sítios arqueológicos da região.

No domínio dos equipamentos, salienta-se a reorganização do parque escolar, com o encerramento de várias escolas de diferentes níveis de ensino. Denota-se a inexistência quanto à presença de instituições de ensino superior, cuja procura tem vindo a decrescer, o que se reflete consequentemente nas carências ao nível da oferta, pelo que se destaca em contrapartida a importância da formação profissional direcionada às necessidades específicas do concelho.

Há ainda a necessidade de adaptar o PDM ao Regime Jurídico de Instrumentos de Gestão Territorial⁸¹, onde consta a obrigatoriedade de os planos municipais deverem, no prazo máximo de cinco anos após

⁸¹ Decreto Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

a entrada em vigor do presente decreto-lei, incluir as novas regras de classificação e qualificação previstas. Portanto, deverá considerar-se o facto de este afirmar, entre outros aspetos, que o PDM deve ter os conteúdos estratégico e regulamentar reforçados, assim como as orientações e práticas consentâneas aliadas a um planeamento mais claro e firme no que respeita à organização e regime de uso do solo e de salvaguarda de riscos.

Além disso, a atualização da base cartográfica é outro dos fatores a considerar, uma vez que a 1.^a revisão do PDM foi elaborada através de cartografia anterior a 2015. Neste sentido, é premente a necessidade de suprimir as divergências entre a realidade e as plantas de ordenamento em vigor.

Importa salientar que a averiguação do REOT não se esgota nas ações identificadas anteriormente, embora estas sejam as que assumem uma maior relevância no contexto de ordenamento e desenvolvimento territoriais, e que são possíveis de programar e de perspetivar no contexto atual.

A programação prevista nos diferentes domínios não tem carácter orçamental, sendo antes um instrumento estratégico orientador da planificação camarária a médio e longo prazo, com o desafio de fomentar dinâmicas em rede, uma cultura colaborativa, assente nas energias renováveis e na economia circular, num envolvimento permanente com as populações, alargando ao âmbito da cooperação transfronteiriça a novos domínios como a gestão e regeneração urbana, os serviços de proximidade, os transportes e a educação, entre outros.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência Portuguesa do Ambiente. *Plano de Gestão da Região Hidrográfica. Região Hidrográfica do Douro (RH3)*. junho de 2015.

Aroso, Alberto (agosto de 2005). *A Importância da Interoperabilidade dos Transportes Ferroviário e Fluvial na Estratégia de Desenvolvimento do Turismo do Vale do Douro*. Transportes em Revista (30). p. 6-14.

Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa.

CCDR-N. *Planos Especiais de Ordenamento do Território: Transposição para os Planos Diretores Municipais*. 2015.

CCDR-N. *Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte – PROT-Norte: Relatório*. dezembro de 2009.

Direção-Geral do Território. *Carta Administrativa Oficial de Portugal*. 2016.

Direção-Geral do Território. *Especificações Técnicas da Carta de Uso e Ocupação do Solo (COS) de Portugal Continental para 1995, 2007, 2010 e 2015*. 2018.

Direção-Geral do Território. *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território: Diagnóstico*. 2018.

Direção-Geral do Território. *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território: Estratégia*. 2018.

Fernandes, Sandra. (2008) *O papel do património histórico-arqueológico na promoção do desenvolvimento local*. Lisboa. pp. 45-47.

Figueiredo, Orquídia Maria Monteiro de Lima (2014). *Políticas e Estratégias do Turismo no Desenvolvimento do Douro. O Impacte no concelho de Vila Nova de Foz Côa*.

Gazeta dos Caminhos de Ferro. 16 de outubro de 1956. p. 528-530.

Manual de Apoio. *Processos de delimitação e aprovação de Áreas de Reabilitação Urbana e de Operações de Reabilitação Urbana*. pp. 3. Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (2013)

NORTE 2020. *Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial – Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes*. 2015.

Portugal 2020. Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte. *Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano*. 2015.

Turismo de Portugal. *Estratégia Turismo 2027*. Setembro de 2017.

Turismo: *Recordar o Douro no tempo do vapor*. Mundo Português. 2 de outubro de 2009.

Legislação

Aviso n.º 12579/2015 de 28 de outubro. Diário da República n.º 211/2015, Série II. Plano Diretor Municipal de Vila Nova de Foz Côa.

Aviso (extrato) n.º 7367/2017 de 30 de junho. Diário da República n.º 125/2017, Série II. Alteração por adaptação do PDM de Vila Nova de Foz Côa.

Declaração n.º 365/97 de 17 de dezembro. Diário da República n.º 290/1997, Série II. Torna público que a Assembleia Municipal de Vila Nova de Foz Côa aprovou o Plano de Pormenor da Zona Histórica da Sede do Concelho de Vila Nova de Foz Côa, cujo regulamento e planta de implantação se publicam em anexo.

Decreto-Lei n.º 146/2006, de 31 de julho. Diário da República n.º 146/2006, Série I. Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2002/49/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de junho, relativa à avaliação e gestão do ruído ambiente.

Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de junho. Diário da República n.º 123/2006, Série I-A. No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 12/2006, de 4 de abril, estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios.

Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro. Diário da República n.º 12/2007, Série I. Aprova o Regulamento Geral do Ruído e revoga o regime legal da poluição sonora, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 292/2000, de 14 de novembro

Decreto n.º 6/2013. Diário da República n.º 86/2013. Procede à alteração da classificação do Conjunto dos Sítios Arqueológicos no Vale do Rio Côa, classificado pelo Decreto n.º 32/97, de 2 de julho.

Decreto-Lei n.º 76/2016, de 9 de novembro. Diário da República n.º 215/2016, Série I de 2016-11-09. Aprova o Plano Nacional da Água, nos termos do n.º 4 do artigo 28.º da Lei da Água, aprovada pela Lei n.º 58/2008, de 31 de maio, e cria a Comissão Interministerial de Coordenação da Água.

Decreto-Lei n.º 60/2016, de 8 de setembro. Diário da República n.º 173/2016, Série I de 2016-09-08. Estabelece as regras específicas aplicáveis à prestação de serviço público de transporte de passageiros flexível.

Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio. Diário da República n.º 93/2015, Série I de 2015-05-14. Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

Decreto-lei n.º 176/2012, de 2 de agosto. Diário da República n.º 149/2012, Série I de 2012-08-02. Regula o regime de matrícula e de frequência no âmbito da escolaridade obrigatória das crianças e dos jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos e estabelece medidas que devem ser adotadas no âmbito dos percursos escolares dos alunos para prevenir o insucesso e o abandono escolares.

Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro. Diário da República n.º 206/2009, Série I de 2009-10-23. Estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda.

Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro. Diário da República n.º 12/2003, Série I-A de 2003-01-15. Regulamenta os conselhos municipais de educação e aprova o processo de elaboração de carta educativa, transferindo competências para as autarquias locais.

Decreto-Lei n.º 112/2002, de 17 de abril. Diário da República n.º 90/2002, Série I-A de 2002-04-17. Aprova o Plano Nacional da Água.

Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro. Diário da República n.º 291/1999, Série I-A de 1999-12-16. Estabelece o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.

Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho. Diário da República n.º 163/1998, Série I-A de 1998-07-17. Redefine o Plano Rodoviário Nacional (PRN) e cria estradas regionais.

Decreto-Lei n.º 45/94, de 22 de fevereiro. Diário da República n.º 44/1994, Série I-A de 1994-02-22. Regula o processo de planeamento de recursos hídricos e a elaboração e aprovação dos planos de recursos hídricos.

Decreto-Lei n.º 380/85, de 26 de setembro. Diário da República n.º 222/1985, Série I de 1985-09-26. Consagra o regime jurídico das comunicações públicas rodoviárias afetas à rede nacional.

Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro. Diário da República n.º 206/1984, Série I de 1984-09-05. Regula a transferência para os municípios das novas competências em matéria de organização, financiamento e controle de funcionamento dos transportes escolares, de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 47.º da Lei n.º 42/83, de 31 de dezembro, e no Decreto-Lei n.º 77/84, de 8 de março.

Decreto-Lei n.º 502/71 de 18 de novembro. Diário do Governo n.º 271/1971, Série I de 1971-11-18. Insere disposições relativas à classificação, proteção e exploração das albufeiras de águas públicas

Decreto Regulamentar n.º 19/2001 de 10 de dezembro. Diário da República n.º 284/2001, Série I-B de 2001-12-10. Aprova o Plano de Bacia Hidrográfica do Douro.

Decreto-Lei n.º 233/2004 de 14 de dezembro. Diário da República n.º 291/2004, Série I-A. Estabelece o regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa na Comunidade Europeia, transpondo para a ordem interna a Diretiva n.º 2003/87/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Outubro.

Decreto-Lei n.º 130/2012 de 22 de junho. Diário da República n.º 120/2012, Série I. Procede à segunda alteração à Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, que aprova a Lei da Água, transpondo a Diretiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro, e estabelecendo as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas.

Decreto de Lei n.º 384-B/99 de 23 de setembro de 1999. Diário da República n.º 223/1999, 1º Suplemento, Série I-A. Cria diversas zonas de proteção especial e revê a transposição para a ordem jurídica interna das Diretivas n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de Abril, e 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio.

Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio. Diário da República n.º 121/2001, Série I-A. Estabelece medidas de proteção ao sobreiro e à azinheira.

Decreto-Lei n.º 196/89, de 14 de junho. Diário da República n.º 134/1989, Série I. Estabelece o novo regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional. Revoga o Decreto-Lei n.º 451/82, de 16 de novembro.

Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. Diário da República n.º 214/2014, Série I. No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 45/2014, de 16 de julho, estabelece, com caráter extraordinário, o regime de regularização e de alteração e ou ampliação de estabelecimentos e explorações de atividades industriais, pecuárias, de operações de gestão de resíduos e de explorações de pedreiras incompatíveis com instrumentos de gestão territorial e ou condicionantes ao uso do solo.

Decreto-Lei n.º 90/90, de 16 de março. Diário da República n.º 63/1990, Série I. Disciplina o regime geral de revelação e aproveitamento dos recursos geológicos.

Decreto-Lei n.º 270/2001, de 6 de outubro. Diário da República n.º 232/2001, Série I-A. Aprova o regime jurídico da pesquisa e exploração de massas minerais-pedreiras, revogando o Decreto-Lei n.º 89/90, de 16 de março.

Decreto-Lei n.º 340/2007, de 12 de outubro. Diário da República n.º 197/2007, Série I. Altera o Decreto-Lei n.º 270/2001, de 6 de outubro, que aprova o regime jurídico da pesquisa e exploração de massas minerais (pedreiras).

Decreto Regulamentar n.º 60/91, de 21 de novembro. Diário da República n.º 268/1991, Série I-B de 1991-11-21. Aprova o Plano Regional de Ordenamento do Território para a Zona Envolvente do Douro.

Decreto-Lei n.º 340/2007, de 12/10 (que altera e republica o Decreto-Lei n.º 270/2001, de 06/10), retificado pela Declaração de Retificação n.º 108/2007, de 11/12 - Aprova o Regime jurídico da pesquisa e exploração de massas minerais (pedreiras).

Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31/10 (que altera e republica o Decreto-Lei n.º 69/2000, de 03/05), alterado pelo Decreto-Lei n.º 47/2014, de 24 de março e pelo Decreto-Lei n.º 179/2015 de 27 de agosto. - Aprova o regime jurídico da avaliação de impacto ambiental (RJAIA) dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente.

Diretiva 2002/49/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de junho de 2002, relativa à avaliação e gestão do ruído ambiente - Declaração da Comissão no Comité de Conciliação da diretiva relativa à avaliação e gestão do ruído ambiente.

Diretiva n.º 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2000. Estabelece um quadro de ação comunitária no domínio da política da água.

Diretiva 2003/87/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de outubro de 2003, relativa à criação de um regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa na Comunidade e que altera a Diretiva 96/61/CE do Conselho.

Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro. Diário da República n.º 209/2001, Série I-A. Estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural.

Lei n.º 41/97, de 12 de julho. Diário da República n.º 159, I Série - A. Elevação da vila de Vila Nova de Foz Côa à categoria de cidade.

Lei n.º 45/2008. Diário da República n.º 165/2008, Série I de 2008-08-27. Estabelece o regime jurídico do associativismo municipal, revogando as Leis n.º 10/2003 e 11/2003, de 13 de maio.

Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto. Diário da República n.º 158/2017, Série I de 2017-08-17. Altera o Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios

Lei n.º 31/2014, de 30 de maio. Diário da República n.º 104/2014, Série I de 2014-05-30. Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo.

Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Diário da República n.º 176/2013, Série I de 2013-09-12. Regime Jurídico das Autarquias Locais.

Lei n.º 11 A/2013, de 28 de janeiro. Diário da República n.º 19/2013, 1º Suplemento, Série I de 2013-01-28. Reorganização Administrativa do Território das Freguesias.

Lei n.º 45/2008, de 27 de agosto. Diário da República n.º 165/2008, Série I de 2008-08-27. Regime Jurídico do Associativismo Municipal.

Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro. Diário da República n.º 249/2005, Série I-A de 2005-12-29. Aprova a Lei da Água, transpondo para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro, e estabelecendo as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas.

Lei n.º 33/96, de 17 de agosto. Diário da República n.º 190/1996, Série I-A de 1996-08-17. Lei de Bases da Política Florestal.

Lei n.º 58/2007 de 4 de setembro. Diário da República n.º 170/2007, Série I. Aprova o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território.

Lei n.º 21/2016, de 19 de julho. Diário da República n.º 137/2016, Série I. Salvaguarda da regularização das explorações pecuárias e outras, alterando o prazo estabelecido no Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

Lei n.º 54/2015, de 22 de junho – Aprova o regime jurídico de revelação e aproveitamento dos recursos geológicos. (revoga o Decreto-Lei n.º 90/90, de 16/03 - Disciplina o regime jurídico de revelação e aproveitamento de bens naturais existentes na crosta terrestre, com exceção das ocorrências de hidrocarbonetos).

Portaria n.º 1139/2006, de 15 de outubro. Diário da República n.º 206/2006, Série I. Define a estrutura tipo do conteúdo dos planos municipais de defesa da floresta contra incêndios.

Portaria n.º 33/2013 de 29 de janeiro. Diário da República n.º 20/2013, Série I de 2013-01-29. Cria o programa de qualificação e inserção profissional nas áreas da conservação e manutenção do património.

Portaria n.º 1083/2008, de 24/09 – Fixa os valores das taxas devidas pela prática dos atos previstos no regime jurídico da pesquisa e exploração de massas minerais (pedreiras).

Regulamento n.º 892/2015. Diário da República n.º 249/2015, Série II de 2015-12-22. Programa Património Ativo: Conservação e Reabilitação Urbana.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2016. Diário da República n.º 226/2016, Série I de 2016-11-24. Aprova o Programa Nacional para a Coesão Territorial.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 20 de setembro. Diário da República n.º 181/2016, Série I de 2016-09-20. Aprova os Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas do Minho e Lima, do Cávado, Ave e Leça, do Douro, do Vouga e Mondego, do Tejo e Ribeiras Oeste, do Sado e Mira, do Guadiana e das Ribeiras do Algarve.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2016. Diário da República n.º 161/2016, Série I de 2016-08-23. Fixa as orientações estratégicas para a alteração do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, aprovado pela Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 118/2000, de 13 de setembro. Diário da República n.º 212/2000, Série I-B de 2000-09-13. Incumbe as direções regionais de agricultura de elaborar os Planos Regionais de Ordenamento Florestal.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/2007 de 28 de fevereiro. Diário da República n.º 42/2007, Série I. Ratifica o Plano de Pormenor do Parque de Santa Bárbara, no município de Vila Nova de Foz Côa.

Sítios da Internet

Agência Portuguesa do Ambiente. <https://www.apambiente.pt>

Agência Portuguesa do Ambiente. *Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2014-2020 (PERSU 2020)*. <https://apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=84&sub2ref=108&sub3ref=209>

Agência Portuguesa do Ambiente. *Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2020*. <https://www.apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=7&sub2ref=9&sub3ref=1098>

Agência Portuguesa do Ambiente. *Plano Nacional da Água*.

<https://www.apambiente.pt/?ref=16&subref=7&sub2ref=9&sub3ref=833>

Beira.pt. <https://beira.pt/portal/noticias/empresa-mineira-requer-atribuicao-de-direitos-de-prospecao-em-foz-coa/>

Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa. <http://cm-fozcoa.pt>

Clube Vinhos Portugueses. <https://www.clubevinhosportugueses.pt/turismo/alto-douro-vinhateiro-patrimonio-mundial-2/>

Comunidade Intermunicipal do Douro. <http://cimdouro.pt/>

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte. <http://www.ccdr-n.pt/servicos/ambiente/739/regime-excecional-de-regularizacao-de-atividades-economicas-prorrogado-ate-jul>

Diário Imobiliário. <http://www.diarioimobiliario.pt/Actualidade/Foz-Coa-antiga-Casa-dos-Almeida-sera-Hotel-Rural-4-estrelas>

Direção Geral do Património Cultural. <http://www.patrimoniocultural.gov.pt>

Douro Valley. <http://www.dourovalley.eu/>

Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos. <http://www.ersar.pt/pt>

Infraestruturas de Portugal. *Plano Rodoviário Nacional*.
<http://www.infraestruturasdeportugal.pt/rede/rodoviaria/prn>

Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas. <http://www.icnf.pt/>

Instituto Nacional de Estatística. <https://www.ine.pt/>

Pordata. <https://www.pordata.pt/>

Portal da Habitação. <http://www.portaldahabitacao.pt/>

QualAr, Agência Portuguesa do Ambiente. <https://qualar.apambiente.pt/>

Serviço Nacional de Saúde. <https://www.sns.gov.pt/>

SIPA Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. <http://www.monumentos.gov.pt/>

United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. <https://whc.unesco.org/en/list/1046>

Siglas e abreviaturas

ADV Alto Douro Vinhateiro

APA Agência Portuguesa do Ambiente

ANPC Autoridade Nacional de Proteção Civil

ARU Área de Reabilitação Urbana

CAOP Carta Administrativa Oficial de Portugal

CCDR Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional

CCDR-N Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

CELE Comércio Europeu de Licenças de Emissão

CIM Comunidade Intermunicipal

CMPC Comissão Municipal de Proteção Civil

CNPC Comissão Nacional de Proteção Civil

CMVNFC Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa

CNPC Comissão Nacional de Proteção Civil

COS Carta de Uso e Ocupação do Solo

DGPC Direção-Geral do Património Cultural

DGT Direção Geral do Território

DQA Diretiva Quadro da Água

EIDT Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial

ELH Estratégia Local de Habitação

ENF Estratégia Nacional Florestal

ERSAR Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos

FFH Fundo de Fomento da Habitação

ICNF Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

IHRU Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

IIM Imóvel de Interesse Municipal

INE Instituto Nacional de Estatística

IIP Imóvel de Interesse Público

LBGPPSOTU Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo

MN Monumento Nacional

NGPH Nova Geração de Políticas de Habitação

NUT Nomenclatura Comum de Unidades Territoriais para fins Estatísticos

ORU Operação de Reabilitação Urbana

OAU Óleos Alimentares Usados

PAES Plano de Ação para Energia Sustentável

PAICD Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas

PAMUS Plano de Mobilidade Urbana Sustentável

PARU Plano de Ação de Regeneração Urbana

PAT Programa de Ação Territorial

PDDFCI Plano Distrital de Defesa da Floresta contra Incêndios

PDM Plano Diretor Municipal

PDTV Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro

PEDU Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano

PEOT Planos Especiais de Ordenamento do Território

PERSU Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos

PETI Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas

PGRH Plano de Gestão de Região Hidrográfica

PGRH Douro Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro

PI Prioridade de Investimento

PIOT Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território

PMDFCI Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios

PMEPC Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil

PMOT Plano Municipal de Ordenamento do Território

PNA Plano Nacional da Água

PNDFCI Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios

PNPOT Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

POARC Plano de Ordenamento das Albufeiras da Régua e do Carrapatelo

PP Plano de Pormenor

PRN Plano Rodoviário Nacional

PRN45 Plano Rodoviário Nacional de 1945

PRN85 Plano Rodoviário Nacional de 1985

PRN2000 Plano Rodoviário Nacional de 2000

PROF Plano Regional de Ordenamento Florestal

PROF TMAD Plano Regional de Ordenamento Florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro

PROT-N Plano Regional de Ordenamento do Território da Região Norte

PROZED Plano Regional de Ordenamento da Zona Envolvente do Douro

PS Plano Setorial

PU Plano de Urbanização

PP Plano de Pormenor

RAN Reserva Agrícola Nacional

REN Reserva Ecológica Nacional

REOT Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território

RERAE Regime Extraordinário da Regularização de Atividades Económicas

RJIGT Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial

RSU Resíduos Sólidos Urbanos

SIU Sistema de Indicadores de Operações Urbanísticas

SIC Sítio de Importância Comunitária

SPA Sociedade Portuguesa de Autores

TPF Transporte de Passageiros Flexível

UCC Unidade de Cuidados na Comunidade

UCSP Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UOPG Unidade Operativa de Planeamento e Gestão

USF Unidades de Saúde Familiar

USP Unidade de Saúde Pública

ZPE Zona de Proteção Especial

Glossário

Alojamento Pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado, transformado ou está a ser utilizado, destina-se a habitação com a condição de não estar a ser utilizado totalmente para outros fins no momento de referência.

Alojamento Familiar Clássico Local distinto e independente, constituído por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos, num edifício de carácter permanente, ou numa parte distinta do edifício (do ponto de vista estrutural), que considerando a maneira como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado se destina a servir de habitação, normalmente, apenas de uma família/agregado doméstico privado.

Atividade Económica Resultado da combinação dos fatores produtivos (mão de obra, matérias-primas, equipamento, etc.), com vista à produção de bens e serviços.

Densidade Populacional Intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território.

$$\text{População} / \text{Área}$$

Edifício Construção permanente, dotada de acesso independente, coberta e limitada por paredes exteriores ou paredes-meias que vão das fundações à cobertura e destinada à utilização humana ou a outros fins.

Esperança média de vida Corresponde à duração média de vida de um indivíduo.

Estabelecimento Hoteleiro A atividade principal consiste na prestação de serviços de alojamento e de outros serviços acessórios ou de apoio, com ou sem fornecimento de refeições, mediante pagamento.

Grupo Etário Intervalo de idade, em anos, no qual o indivíduo se enquadra, de acordo com o momento de referência.

Habitação Social Habitação a custos controlados que se destina a venda ou a arrendamento a agregados familiares de baixos recursos.

Família Clássica Conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se também como família clássica qualquer pessoa independente que ocupe uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento.

Indicador per Capita do poder de compra Decorre do fator com maior poder explicativo extraído da análise fatorial que explica, após rotação, 45,1% da variância total das variáveis de base. Recorre-se ao coeficiente de variação do Rendimento bruto declarado para efeitos de IRS per capita para a construção final deste indicador, que é apresentado tendo por referência o valor nacional (Portugal = 100).

Índice de Dependência de Idosos Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com

idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos. Um valor inferior a 100 significa que há menos idosos do que pessoas em idade ativa.

$$(\text{População com 65 ou mais anos} / \text{População entre os 15 e os 64 anos}) * 100$$

Índice de Dependência de Jovens Relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos. Um valor inferior a 100 significa que há menos jovens do que pessoas em idade ativa.

$$(\text{População com menos de 15 anos} / \text{População entre os 15 e os 64 anos}) * 100$$

Índice de Dependência Total Relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos. Um valor inferior a 100 significa que há menos jovens e idosos do que pessoas em idade ativa.

$$[(\text{População com menos de 15 anos} + \text{População com 65 ou mais anos}) / \text{População entre os 15 e os 64 anos}] * 100$$

Índice de Envelhecimento Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos. Um valor inferior a 100 significa que há menos idosos do que jovens.

$$(\text{População com 65 ou mais anos} / \text{População com menos de 15 anos}) * 100$$

Mão-de-obra Familiar Pessoas pertencentes ao agregado doméstico do produtor que trabalham na exploração, bem como os membros da família do produtor que, não pertencendo ao seu agregado doméstico, trabalham regularmente na exploração.

Mão-de-obra não Familiar Pessoas remuneradas pela exploração e ocupadas nos trabalhos agrícolas da exploração que não sejam nem o produtor nem membros da sua família.

Movimento Pendular Deslocação diária entre o local de trabalho ou estudo e o local de residência.

Património Classificado Bem imóvel de interesse cultural classificado por lei.

População Ativa População com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituía a mão de obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (população empregada e desempregada).

População Residente Conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano.

Serviço Público de Transporte de Passageiros Flexível Serviço público de transporte de passageiros explorado de forma adaptada às necessidades dos utilizadores, permitindo a flexibilidade de, pelo menos, uma das seguintes dimensões da prestação do serviço: itinerários, horários, paragens e tipologia de veículo.

Setor de Atividade Divisão das atividades económicas, de acordo com a essência da tarefa em questão. Estarão no mesmo setor instituições que produzam bens ou prestem serviços de uma mesma classe.

Taxa de Atividade Define o peso da população ativa sobre o total da população.

$$(\text{População ativa} / \text{População total}) * 100$$

Taxa de Crescimento Migratório Saldo migratório, ou seja, a diferença entre imigrantes e emigrantes, observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período.

$$[(\text{Imigração} - \text{Emigração}) / \text{População Total}] * 1000$$

Taxa de Crescimento Natural Saldo natural, ou seja, a diferença entre nascimentos e óbitos, observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período.

$$\text{Taxa de natalidade} - \text{Taxa de mortalidade}$$

Taxa de Desemprego Define a relação entre a população desempregada e a população ativa.

$$(\text{População desempregada} / \text{População ativa}) * 100$$

Taxa de Mortalidade Óbitos ocorridos durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período.

$$(\text{Óbitos no ano civil} / \text{População total}) * 1000$$

Taxa de Natalidade Nados vivos ocorridos durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período.

$$(\text{Nados vivos no ano civil} / \text{População total}) * 1000$$

Taxa de Variação Diferença entre os valores em dois momentos temporais.

Taxa de Sobrevivência Quociente entre o número de empresas ativas em n, que tendo nascido em n-t sobreviveram t anos, e o número de nascimentos reais em n-t.